

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SERAFIM LISSA KOGA

AUTIGÊNERO: CONSTRUINDO NOVAS COMPREENSÕES DE GÊNERO A PARTIR
DA SUBJETIVIDADE DE PESSOAS AUTISTAS TRANS NÃO BINÁRIAS

CURITIBA

2025

SERAFIM LISSA KOGA

AUTIGÊNERO: CONSTRUINDO NOVAS COMPREENSÕES DE GÊNERO A PARTIR
DA SUBJETIVIDADE DE PESSOAS AUTISTAS TRANS NÃO BINÁRIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Linha de Pesquisa Educação, trabalho e subjetividade, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como exigência para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Norma da Luz Ferrarini.

CURITIBA

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Koga, Serafim Lissa

Autigênero : construindo novas compreensões de gênero a partir da subjetividade de pessoas autistas trans não binárias . / Serafim Lissa Koga. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Norma da Luz Ferrarini.

1. Pessoas transgênero. 2. Autismo. 3. Subjetividade. I. Ferrarini, Norma da Luz, 1957-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

Bibliotecário: Dênis Junio de Almeida CRB-9/2092

TERMO DE APROVAÇÃO

SERAFIM LISSA KOGA

AUTIGÊNERO: CONSTRUINDO NOVAS COMPREENSÕES DE GÊNERO A PARTIR DA SUBJETIVIDADE DE PESSOAS AUTISTAS TRANS NÃO BINÁRIAS

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação PSICOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **SERAFIM LISSA KOGA**, intitulada: **AUTIGÊNERO: CONSTRUINDO NOVAS COMPREENSÕES DE GÊNERO A PARTIR DA SUBJETIVIDADE DE PESSOAS AUTISTAS TRANS NÃO BINÁRIAS**, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 29 de Abril de 2025.

Assinatura Eletrônica

30/04/2025 08:50:28.0

ALESSANDRO ANTONIO SCADUTO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

14/05/2025 14:48:58.0

MAYCK DJÚNIOR HARTWIG

Avaliador Externo (INSTITUTO DE APOIO ENSINO E PESQUISA
ADULTOS NO ESPECTRO)

Assinatura Eletrônica

30/04/2025 10:14:55.0

FRANCINE ROCHA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

30/04/2025 09:07:40.0

ILUS EUGENIO DE SOUZA

Avaliador Externo (INSTITUTO DE APOIO ENSINO E PESQUISA
ADULTOS NO ESPECTRO)

Assinatura Eletrônica

30/04/2025 21:06:28.0

JAQUELINE GOMES DE JESUS

Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

Praça Santos Andrade, 50, 2o andar - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-010 - Tel: (41) 3310-2644 - E-mail: pgpsicologia@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 446550

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 446550

Dedico esta pesquisa a nós.
A todes que estão verdadeiramente conosco, de que forma for.
De nós para nós, hoje e sempre.

AGRADECIMENTOS

Graças às incalculáveis vidas e tantos seres, tenho esta felicidade.

E é com profunda gratidão, alegria e reverência que a recebo.

Pude desfrutar desta preciosa experiência com muito gosto.

Cada vez mais, me esforçarei para retribuir a gratidão.

Agradeço a tudo que tornou isto possível.

[Adaptação livre da tradução de um antigo agradecimento budista em japonês]

Esse trabalho não seria possível sem o apoio de incontáveis seres e suas ações, por mais diminutas que tenham sido, e agradeço profundamente a cada um deles.

Para a Prof.^a Dr.^a Norma da Luz Ferrarini por me acolher, sempre com tanto afeto, obrigado por aceitar o desafio de orientar temáticas como da transgeneridade não binária e autismo, pela compreensão interminável às minhas dificuldades pessoais no âmbito acadêmico e social. Foi a confiança que a senhora depositou em mim que me trans-fez nesse trabalho e nessa coragem de que sim, é possível. E foi!

Agradeço à família que me apoiou no decorrer dessa pesquisa, da minha graduação, vida escolar e toda minha trajetória para chegar aqui. Não foi nada fácil e quase desisti em muitos momentos, mas olha só, eu consegui!

Agradecimentos especiais para o Kevin, meu irmão mais velho, que me levou para o primeiro dia da faculdade e me acompanhou em meus desafios e comemorações, que me levou de carro para tantos lugares, me direcionou nesta caminhada em tantos sentidos – literais e figurados – e levou meu entendimento de saúde para outras interpretações.

Para Kassia, cujo apoio incondicional se fez presente em cada momento de dúvida. Você sempre acreditou em mim e ainda dobrava minhas apostas, me alçando para voos ainda mais altos, para caminhos nas nuvens que nunca sonhei em alcançar. É o seu orgulho e sua força obstinada que me impulsiona. *Thank you, barbie!*

Para os meus amores queridos trans e autistas, Mar com sua existência que por si só É arte, é cor, abre novos mundos e expressões, Tom com todo seu afeto e carinho, suas falas tão únicas de ti, Alex com suas conexões e inspirações de mídia e pesquisa e finalmente Ícaro, anjinho psico que me acompanhou por esses anos em tantos espaços diferentes com nossas trocas e atuações, às vezes ligados pela pura força do ódio de injustiças e preconceitos, às vezes pela força do amor e compreensão. Não tenho palavras para a felicidade que tive juntas nesse grupo.

Para o pessoal da organização do Coletivo Stim – O Movimento Autista na UFPR. Cami, Isa, Akin, Alyss... Dependi de vocês em muitos momentos e fizemos ótimas ações juntas, me dando forças para continuar acreditando no lugar da pessoa autista na Universidade. Podem contar comigo sempre!

Para Adriana do Vivendo a Inclusão e para minhas amigadas do grupo de Neurodivergentes de Curitiba e do Coletivo LGBTEA, com as inúmeras mensagens e nossos encontros mensais na pizzaria, museus, ocupando diversos espaços em diversas formas diferentes.

Para meus colegas da RExistência Não Binária, do Grupo Dignidade e da Área Não Binária da Aliança Nacional LGBTI+, com nossas ações e projetos em conjunto, nossas construções que me motivaram a prosseguir em nossas diferentes discussões e perspectivas que continuamente vão surgindo.

Para o pessoal da Lista Trans, Manu, nossa regente, Peony flor e tão querido, Rudá com seus conselhos e sabedorias ímpares, Duda com toda sua energia brilhante, amei tanto dançar, cantar e interagir com cada uma, participar do coral trans e estar com o grupo, chorar e rir junto, trocar nossas vivências e estar verdadeiramente ali fez toda a diferença para mim.

Para todos que participaram dos grupos de estudos e de pesquisa, alguns mais, outros menos, à sua própria maneira, essa pesquisa foi feita por e para vocês.

Para Yksi, Supeesu e Tereza Mefisto, que dedicaram tempo e disposição para contribuir com este estudo, minha mais sincera gratidão. Sem vocês, este trabalho não existiria. Obrigado pela confiança neste trabalho e na relevância desta investigação.

Para Giovanna Elise que me ajudou na transcrição e organização do grupo de estudos, recebendo sempre com gentileza minhas mensagens que vinham a qualquer horário.

Para Sabrina Soares e Alice Novais, pelo auxílio na formatação, sendo super compreensível com minhas dificuldades, envolvendo-se emocionalmente na pesquisa.

Para meu orientador de monografia na graduação em Psicologia, Prof. Dr. Alessandro Antonio Scaduto, que me orientou em meu Trabalho de Conclusão do Curso acerca de “Contribuições de Estudos de Gêneros Trans Não Binários para Pesquisa e Prática em Avaliação Psicológica” que me fez ter gosto de fazer pesquisa, me fez querer estar nesse espaço, me fez acreditar que eu poderia continuar fazendo pesquisa, e que, mesmo com os desafios da época da pandemia, tanto me ensinou. Se hoje eu acredito em ser pesquisador no Brasil, é por conta de nossa experiência juntos. Você me trans-formou de ser apenas estudante para ser realmente pesquisador.

Para Gih (Giovanna Johnson), xuxuzinho querido, por ser sempre essa pessoa tão carinhosa e que me apoiou tanto na graduação, que me fez ter tanta fé na humanidade e figurinhas de gatinhos e abraços gentis. Você me recebeu quando nós dois éramos psicaloures meio perdidos e agora olha só onde estamos!

Para Laís também pela nossa trajetória em conjunto, grande guerreira, atriz, psicóloga que admiro muito e agora mestre em psicologia pela UFSC!

Para Índigo, psicóloga trans e autista que me inspira com seu trabalho clínico e educacional e para Beti Clarão, trans não binário boyceta com tanto orgulho, psicólogo antimanicomial, mis companheiros na Comissão Transcentrada.

Para Aline Louisy, companheira também orientada pela Norma, que me trouxe mais contato com possibilidades fora do eurocentrismo, que se comiserou comigo quando nem tudo estava bem, com quem compartilhei momentos de “risos de desespero” e fez com que não me sentisse assim tão perdido ou isolado.

Para Dienifer, com quem estudei no cursinho e me senti tão feliz em encontrar no curso de Psicologia e então tão feliz novamente ao encontrar na Pós-Graduação. Sua atuação em Psicologia em meus olhos é tão bela, tudo que toca, brilha. Desejo muito sucesso para ti.

Para Amanda Sartor que tanto me inspirou a entrar no mestrado. Sem a pesquisa de mestrado tão bela e sensível e o trabalho com a Prof.^a Dr.^a Norma, eu não teria ido para o mestrado, não estaria aqui hoje. Mesmo após adentrar no mestrado, continuou me inspirando, tornando-se um exemplo do que eu queria fazer, inspirando a não esquecer a arte ao pensar em psicologia, a não esquecer de quão bela é a pessoa, em toda sua expressão. Agradeço de coração por aceitar a leitura deste trabalho.

Para Victor Meireles, com toda sua luz e seus braços abertos para receber minhas dúvidas nesse trajeto, sendo outra pessoa que me inspirou a entrar nesse caminho que é a Teoria da Subjetividade e suas possibilidades para o trabalho com a população LGBTQIA+.

Para a Prof.^a Dr.^a Elaine com seus saberes epistemológicos, seus comentários tão enriquecedores, seus apontamentos necessários e sua trajetória inspiradora como psicóloga pesquisadora.

Para o Prof. Dr. Marco Aurélio Nunes, com suas contribuições na banca de qualificação desta pesquisa, com sua presença marcante sendo professor autista da UFPR, com os saberes do campo do Direito, com as contribuições que o núcleo de pesquisa em Neurodiversidade e Direitos da Personalidade trouxe para meus estudos.

Para Prof.^a Dr.^a Fran, que aceitou ser suplente, com impressões tão carinhosas que tenho de ti nas poucas vezes que tivemos contato, que possamos nos encontrar mais vezes em

futuros trabalhos, não sabemos os grupos, estudos e reflexões de pesquisa que o amanhã pode nos levar, e que delícia que isso pode ser!

Agradeço aos profissionais que com tanto zelo aceitaram participar da minha banca de defesa, dispondo de seu tempo e conhecimentos tão valiosos, Prof.^a Dr.^a Jaqueline de Jesus, Prof.^a Dr.^a Grazielle Tagliamento, Prof. Dr. Mayck Hartwig, Profe. Dre. Ilus Eugênio de Souza.

Agradecimentos tão profundos ao pessoal do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPR, com o auxílio da Bruna, da Valdete do Departamento de Psicologia e da Regina, grandes responsáveis por fazer tudo dar certo e funcionar no final.

Para o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais), com o trabalho da SIPAD (Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade), que atua no desenvolvimento de ações afirmativas e inclusivas no âmbito da UFPR, com as professoras Adriana e Rosangela e outros mais que ajudou tanto nas ações do Stim e foi responsável por tantas ações e avanços, atuando para que pessoas autistas como eu sentissem que podem, sim, estar no espaço universitário – não apenas como o objeto da pesquisa de outra pessoa, mas como os próprios pesquisadores.

Para todas as pessoas que me apoiaram – fisicamente ou virtualmente – em eventos, palestras, trocas que tive em rodas de conversa, produção artística em grupo, escrita de cartilhas e manuais e compartilhamento de experiências.

Agradeço a bolsa CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que em sua norma permitiu em situações específicas que o bolsista pudesse trabalhar durante a Pós-Graduação, trazendo melhores condições de atuação para pesquisadores do Mestrado.

Por fim, agradeço novamente a todos que acreditaram e contribuíram com esse trabalho. Meu mais sincero obrigado.

*Isso não é admirável, Steven? Esse mundo está
repleto de tantas possibilidades. Cada ser vivo
possui uma experiência exclusivamente sua. As
coisas que eles veem, os sons que eles ouvem, as
vidas que eles vivem, são tão complicadas, e
também tão simples*
[...]

*Porque você vai ser uma coisa extraordinária.
Porque você vai ser um ser humano.*

Rose Quartz, por Rebecca Sugar

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a construção de entendimentos das temáticas de diversidade de gênero e neurodesenvolvimento autista a partir da subjetividade de pessoas autistas trans não binárias, para a ampliação da compreensão do conceito de gênero e suas vivências para além de suas concepções normativas e neurotípicas. Por meio dos princípios epistemológicos e metodológicos de pesquisa qualitativa construtivo-interpretativa da Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey, busca-se compreender como as subjetividades individuais e sociais que configuram as vivências dessas pessoas produzem sentidos subjetivos e configurações subjetivas a respeito de gênero, considerando perspectivas de pessoas autistas trans não binárias, desafiando modelos essencialistas e abrindo caminho para abordagens mais plurais e situadas. O trabalho se subdivide em tópicos que abordam o histórico e conceitos básicos sobre a temática de gênero e sobre conceitos do Transtorno do Espectro Autista (TEA), como *burnout*, *shutdowns* e *meltdowns*, considerando a importância de um olhar crítico sobre a normatização e necessária despatologização de identidades trans e neurodivergentes. A pesquisa traz para a discussão Políticas Públicas de Saúde no Brasil para pessoas autistas e para pessoas trans, discorre sobre a questão do diagnóstico autista e diagnósticos ligados à transidentidades de gênero e especifica a escolha de terminologias utilizadas. Com a devida justificativa da relevância social da pesquisa, informações foram trans-construídas com três participantes de pesquisa em espaços conversacionais abertos de reflexão e escrita em conjunto de seus indicadores subjetivos. Por fim, neste trabalho são direcionadas considerações sobre: (1) A importância da escuta e envolvimento de pessoas autitransgêneras nas discussões referentes às suas comunidades; (2) Desenvolvimento de uma percepção crítica sobre o discurso binário hegemônico de gênero para evitar a reprodução de práticas que marginalizam pessoas trans não binárias e autistas; (3) Possibilitar a implantação de políticas públicas e orientações psicológicas inclusivas para medidas compatíveis de cuidado em saúde; (4) Produção atualizada de conteúdo científico e acadêmico de todas as áreas para maior validade sobre os temas explorados; (5) Início de um trabalho de possível conceituação de “Gênero” na Teoria da Subjetividade.

Palavras-chave: Não binariedade. Transgeneridade. Autismo. Subjetividade. Psicologia.

ABSTRACT

The present work aims to construct understandings around the themes of gender diversity and autistic neurodevelopment from the subjectivity of autistic non-binary trans individuals, in order to broaden the concept of gender and its experiences beyond normative and neurotypical frameworks. Through the epistemological and methodological principles of the constructive-interpretative qualitative research approach based on Fernando González Rey's Theory of Subjectivity, the study seeks to understand how individual and social subjectivities shaping these individuals' experiences produce subjective senses and configurations regarding gender. This is done by centering the perspectives of autistic non-binary trans people, challenging essentialist models and paving the way for more plural and situated approaches. The work is structured into sections that address the historical background and basic concepts related to gender and to the Autism Spectrum Disorder (ASD), including aspects such as burnout, shutdowns, and meltdowns, with an emphasis on the importance of critically examining norms and advocating for depathologization. It also discusses public health policies in Brazil for both autistic and trans individuals, explores the complexities surrounding autism diagnoses and those related to gender transidentities, and specifies the chosen terminology. With a justified acknowledgment of the research's social relevance, information was co-constructed with three participants through open conversational spaces aimed at jointly reflecting on their subjective indicators. Finally, the work presents considerations along the following lines: (1) the importance of listening to and involving autitransgender individuals in discussions concerning their communities; (2) the development of a critical awareness of the hegemonic binary discourse on gender to prevent the reproduction of practices that marginalize non-binary trans and autistic individuals; (3) the potential for implementing public policies and updated guidelines for compatible health care measures; (4) the production of more valid scientific and academic content on the subject; (5) the initial steps toward a possible conceptualization of "Gender" within the Theory of Subjectivity.

Keywords: Non-binary Identity. Transexuality. Autism. Subjectivit. Psychology.

LISTA DE SIGLAS

ABA	– <i>Applied Behavior Analysis</i>
AEE	– Atendimento Educacional Especializado
AH/SD	– Altas Habilidades/Superdotação
ANTRA	– Associação Nacional de Travestis e Transexuais
AuTDAH com Hiperatividade	– Transtorno do Espectro Autista com Transtorno do Déficit de Atenção
BPC/LOAS	– Benefício de Prestação Continuada
CAAE	– Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPS	– Centros de Atenção Psicossocial
CEAPPE	– Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação
CEPAC	– Centro Paranaense da Cidadania
CEP/CHS	– Comitê de Ética em Pesquisa das Ciências Humanas e Sociais
CFP	– Conselho Federal de Psicologia
CID-11 Relacionados à Saúde, Décima Primeira Edição	– Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas
CIPTEA Autista	– Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro
CIT	– Comissão Intergestora Tripartite
CNE/CEB	– Conselho Nacional de Educação da Câmara de Educação Básica
CPA	– Centro de Psicologia Aplicada
DSM	– Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
DSM-5-TR Edição – Texto Revisado	– Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais Quinta
DPEE	– Diretoria de Políticas de Educação Especial
FAP	– Faculdade de Artes do Paraná
HIV/Aids Adquirida	– Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência
LGBTQIA+	– Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans (Transsexuais, Transgêneros e Travestis), <i>Queer</i> , Intersexo, Assexuais, Arromânticos e demais identidades de gênero e orientações sexuais da comunidade.
MEC	– Ministério da Educação
MOGAI	– <i>Marginalized Orientations, Gender Alignments, and Intersex</i>

ONU	– Organização das Nações Unidas
PAES Pop Trans	– Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans
PUCPR	– Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RAPS	– Redes de Atenção Psicossocial
SECADI	– Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão
SUS	– Sistema Único de Saúde
TEA	– Transtorno do Espectro Autista
TCLE	– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TMM	– <i>Trans Murder Monitoring</i>
UFPR	– Universidade Federal do Paraná
UP	– Universidade Positivo
UTFPR	– Universidade Tecnológica Federal do Paraná
WPATH	– <i>World Professional Association for Transgender Health</i>

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	17
2 INTRODUÇÃO	20
2.1 IDENTIDADES DE GÊNERO TRANS NÃO BINÁRIAS E AUTISMO	23
2.1.1 Histórico e conceitos básicos sobre gênero	27
2.1.2 Sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	32
2.1.2.1 <i>Burnout</i> Autista.....	34
2.1.2.2 <i>Meltdown</i>	35
2.1.2.3 <i>Shutdown</i>	35
2.1.3 Políticas Públicas de Saúde no Brasil para Pessoas Autistas.....	37
2.1.4 Sobre a questão do diagnóstico autista	40
2.1.5 Pessoa Autista x Pessoa com Diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista ou Pessoa com Autismo.....	43
2.1.6 A temática de gênero queer no Brasil	44
2.1.7 Políticas públicas no Brasil para pessoas trans.....	49
2.1.8 Importância da despatologização de identidades trans.....	50
2.1.9 Diagnóstico de Transidentidades de Gênero	54
2.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	57
2.2.1 Objetivo geral:	57
2.2.2 Objetivos específicos:.....	58
2.3 JUSTIFICATIVA	60
3 DESENVOLVIMENTO	64
3.1 PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS.....	64
3.1.1 Sobre o local de realização da pesquisa.....	73
3.1.2 Metodologia e cuidados éticos	73
3.1.2.1 População	74
3.1.2.2 Cenário social de pesquisa.....	74
3.1.2.3 A construção da informação	79
3.2 DA (TRANS-)CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO	84
3.2.1 YKSI.....	84
3.2.1.1 Apresentação pessoal de Yksi.....	84
3.2.1.2 Indicadores possíveis para Yksi.....	88

3.2.1.2.1 Indicador 1: Trans -criptação: A essencialidade da língua e da linguagem na configuração subjetiva de Autismo e de Gênero de Yksi	88
3.2.1.2.2 Indicador 2: Trans -vazar: O gênero como vácuo, um vazio.	91
3.2.1.2.3 Indicador 3: Trans -finitude: Gênero como muitos.....	93
3.2.1.2.4 Indicador 4: Trans -formista: Corpo e corporeidade, expressão e performance...96	
3.2.1.2.5 Indicador 5: Trans -sexualidade: Autoconhecimento, exploração e autonomia corporal.....	98
3.2.2 SUPEESU.....	101
3.2.2.1 Apresentação pessoal de Supeesu.....	101
3.2.2.2 Sobre a escolha do nome Supeesu:.....	103
3.2.2.3 Indicadores possíveis para Supeesu.....	105
3.2.2.3.1 Indicador 1: Trans -fusão: interpretações sinestésicas e metáforas de alimentação	105
3.2.2.3.2 Indicador 2: Trans -formação: proteção, afeto e conexão humana	106
3.2.2.3.3 Indicador 3: Trans -mutação: o deslocamento do mundo e a “presença pela ausência”.....	108
3.2.2.3.4 Indicador 4: Trans -gressão: Posicionamento ativo contra incentivos de violência, luta contra machismo e resistência pessoal a imposições patriarcais	110
3.2.2.3.5 Indicador 5: Trans -passado: Possibilidades abertas e fluidas	112
3.2.3 TEREZA MEFISTO	113
3.2.3.1 Apresentação pessoal de Tereza Mefisto:	114
3.2.3.2 Indicadores possíveis para Tereza Mefisto	114
3.2.3.2.1 Indicador 1: Trans -dualidade: o não binário que É binário.	114
3.2.3.2.2 Indicador 2: Trans -parecer: as consequências, baixas e inabilidades do diagnóstico de Altas Habilidades	116
3.2.3.2.3 Indicador 3: Trans -fluidez: Sua formação, reformação e reformulação	117
3.2.3.2.4 Indicador 4: Trans -ferido: Entre ajustes e des-ajustes sociais	119
3.2.3.2.5 Indicador 5: Trans -mídia: As representações de Gênero, neurodiversidade e construção pessoal de si	122
3.3 CONEXÕES E DESCONEXÕES ENTRE CONSTRUÇÕES.....	124
3.4 HIPÓTESE DO DIAGNÓSTICO	128
3.5 SOBRE UMA POSSÍVEL CONCEITUAÇÃO DE “GÊNERO” NA TEORIA DA SUBJETIVIDADE	131
4 CONSIDERAÇÕES (QUE NÃO SERÃO) FINAIS.....	138

REFERÊNCIAS	144
APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO ONLINE NA PLATAFORMA DO GOOGLE FORMS PARA O GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA (CENÁRIO SOCIAL)	176
APÊNDICE B – E-MAIL ENVIADO PARA INTEGRANTES DO GRUPO DE ESTUDOS	178
APÊNDICE C – FICHA DE ORIENTAÇÕES	180
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .	190

1 APRESENTAÇÃO

Meu nome é Serafim Lissa Koga.

Sim, Serafim, mesmo. É o meu nome. Fui eu que escolhi. A retificação dos meus documentos de registro para “não binário” foi longa e difícil, durou mais de um ano, com muita luta e recursos judiciais, mas contei com a ajuda da Kassia e da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Desde 2023, minha certidão de nascimento atesta: “Não-Binário”, com uma bem colocada letra “X” ao invés de “F” ou “M” em minha carteira de identidade verdinha.

Eu sou o Serafim e sou trans não binário, gênero *queer*, *femboy*, pansexual, com preferência por pronomes ele/dele por posição política e de visibilidade trans.

Sou “sansei” (terceira geração da imigração japonesa), e nas poucas ocasiões religiosas de minha família, frequentamos o Templo Budista Honpa Hongwanji – Templo do Juramento Universal de Amida, o Buda da Terra Pura do Oeste, em Registro-SP. Sou originalmente de Cajati-SP, uma cidade no interior do Estado de São Paulo, localizada a duas (às vezes três) horas de Curitiba-PR, sempre indo e voltando de uma cidade para outra. De certa forma, também sou “não binário” em localidade.

Sou psicólogo clínico e educacional, palestrante, ativista, autista, pessoa com deficiência, colaborador da Comissão Anti-Capacitista e da Comissão Transcentrada do Conselho de Psicologia do Paraná, coordenador da Área Não Binária da Aliança Nacional LGBTI+, pós-graduado em Sexualidade Humana: Clínica e Educação, pela Universidade Positivo (UP), e pós-graduando como Especialista em Avaliação e Atendimento Clínico de Adultos Autistas. Fiz pesquisa na área de Avaliação Neuropsicológica para pessoas trans não-binárias e atuei no Estágio Específico em Psicologia e Educação no Projeto de Extensão Universitária “O Ser e o Fazer na UFPR”, ministrando Oficinas de Gênero e Sexualidade. Sou sexólogo clínico e pesquisador na área de Gênero e Sexualidade LGBTI+, autismo e diversidades, atuante em políticas públicas de inclusão.

Sou do teatro, canto, palhaçaria e contação de histórias. Sou do Coletivo Gilda, o coletivo universitário trans da Universidade Federal do Paraná (UFPR), do Lista Trans, primeiro coral trans de Curitiba, atuei como organizador no Coletivo Stim – O Movimento Autista na UFPR, e colaborei no *Fun-Masking*, teatro de pessoas autistas e neurodivergentes.

Durante minha graduação e pós-graduações, constantemente participei de eventos ligados às temáticas de Gênero e Sexualidade, militância LGBTQIA+, luta feminista, antirracista, entre outros. Nas Semanas Acadêmicas de Psicologia, trouxe assuntos ligados a esses temas, rodas de conversa e discussões. Participei também de grupos voltados para evitar

situações de violência e preconceito, como homofobia e transfobia, em eventos do Centro Acadêmico de Psicologia. Além da UFPR, tive a oportunidade de participar de grupos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), UP, Faculdade de Artes do Paraná (FAP), no projeto “Educação Inclusiva para Jovens LGBTQIA+”, do Centro Paranaense da Cidadania (CEPAC), do Grupo Dignidade.

Assim que tive o primeiro celular, atuava com presença ativa em grupos em redes sociais voltadas para acolhimento de jovens LGBTQIA+, moderando comunidades voltadas para discussão e entendimento de questões relacionadas a Gênero e Sexualidade. Percebia que muitos profissionais da área da saúde possuíam compreensões distantes da realidade vivenciada por suas comunidades, não desenvolvendo um auxílio que acolhesse às necessidades desses grupos, o que resultava em atendimentos pouco sensíveis. A ausência de um olhar atento e acolhedor permitia que o senso comum e preconceitos sociais interferissem diretamente na qualidade do tratamento prestado.

Entrei na Psicologia para desenvolver melhor essas questões, estudá-las formalmente e prestar apoio tanto no atendimento aos colegas e membros da comunidade quanto a quaisquer outros sujeitos que se localizavam à margem do que se considera, enquanto norma limitante da existência humana, tão diversa, única e merecedora de respeito e atenção.

Minha trajetória no estudo da subjetividade emerge do reconhecimento de que cada indivíduo carrega vivências singulares, que não podem ser reduzidas a categorias rígidas ou generalizações. Nos rumos do lema “Nada sobre nós, sem nós”, busco sempre a construção de espaços que possibilitem uma escuta verdadeiramente aberta, especialmente quando se trata das vozes de pessoas trans e não binárias, cujas experiências frequentemente são desconsideradas ou invalidadas em espaços de cuidado. Essas narrativas desafiam concepções estabelecidas e evidenciam a necessidade de um olhar mais atento e empático na clínica psicológica e fora dela. Assim, valorizo o acolhimento, e que a diversidade seja reconhecida e respeitada, permitindo que cada sujeito possa expressar sua identidade de forma autêntica.

Essa pesquisa não é, nem de longe, fruto do trabalho de uma pessoa só. Além da minha querida orientadora, Prof.^a Dr.^a Norma da Luz Ferrarini, que me trouxe toda uma nova percepção do que é ser pesquisador e me apresentou esse modelo epistemológico tão enriquecedor que é a Teoria da Subjetividade, essa pesquisa surge do trabalho de todas as outras pessoas que também participaram dessa análise, dos grupos trans e autistas que tanto me fizeram rir e chorar ao longo dos últimos anos.

Eu sou o Serafim. Sou trans não binário e autista – e muitas coisas mais – e aqui apresento não só minha dissertação de mestrado, mas também as elaborações resultantes de anos de existência, resistência, luta, estudos e trabalhos em conjunto.

Aqui, apresento um trabalho que é não somente meu, mas de todes nós.

2 INTRODUÇÃO

Temas como “gênero” e “neurodiversidade”, bem como as suas discussões, têm ganhado crescente visibilidade, com estudos, pesquisas, trabalhos e suas adaptações marcando presença nos debates acadêmicos, sociais e políticos, promovendo importantes avanços teóricos e práticos (Almeida; Murta, 2013; Cavalcanti, 2000; Conselho Federal de Psicologia, 2018; Rios et al., 2015; Salgado et al., 2022; Schmidt, 2017; Warrier et al., 2020). Na Psicologia, as questões de gênero têm sido exploradas de forma mais aprofundada ao longo das últimas décadas, assim como a compreensão da neurodiversidade, impulsionada pelo crescimento dos diagnósticos de condições do neurodesenvolvimento, especialmente o autismo (Cavalcanti, 2000; Conselho Federal de Psicologia, 2018; Hartwig; Pires, 2023; Rios et al., 2015; Salgado et al., 2022; Schmidt, 2017).

No entanto, o fato de tais debates estarem mais presentes no meio acadêmico e na mídia em geral não implica que estejam plenamente integrados às práticas psicológicas ou que sejam suficientes para abarcar a complexidade e a diversidade das experiências vividas por pessoas localizadas em suas interseções, ignorando as construções subjetivas de pessoas autistas trans não binárias. Isto é, a ampliação de debates e o interesse público por temas de diversidade e autismo não significa que as discussões de gênero e neurodiversidade estejam plenamente integradas às práticas psicológicas ou que estas estejam conseguindo abarcar, com as devidas considerações, a multipluralidade dessas vivências (Mattos; Cidade, 2016).

A persistência de lacunas no conhecimento e nas abordagens clínicas evidencia a necessidade de aprofundar essas reflexões, considerando as especificidades subjetivas e sociais que atravessam essas identidades. Muitos dos avanços no campo dos Estudos de Gênero, ainda que tenham possibilitado e sido acompanhados de importantes transformações sociais e políticas, continuam sendo tensionados por normatividades sociais que têm estruturado – e limitado – a produção do conhecimento e a prática profissional (Miguel; Schlösser, 2024; Rosa, 2020).

A cisheteronormatividade aqui mencionada refere-se ao sistema de normas e expectativas sociais que privilegia e normatiza identidades cisgênero e heterossexuais, marginalizando e invisibilizando outras formas de construção de gênero e sexualidade. A cisheteronorma, com influência hegemônica nos contextos político, econômico e social (Miguel; Schlösser, 2024), reforça a ideia de que ser cisgênero (isto é, identificar-se com o gênero atribuído ao nascimento) e heterossexual (sentir atração romântica e sexual por pessoas de gênero diferente do seu; no escopo da binariedade cisgênera, mulher cisgênero e homem

cisgênero) é a norma padrão e desejável, perpetuando preconceitos e discriminações contra pessoas LGBTQIA+¹, através de uma “modelagem da subjetividade dos corpos para que estes naturalizem identidades cisgêneras e heterossexuais, através de esquemas de reforços e punições bem delimitados” (Rosa, 2020).

Dentro da própria Psicologia há uma reiteração teórico-prática da cisheteronormatividade, com função de matriz normativa e reguladora. Ainda existe resistência na devida inclusão de experiências trans – em especial as identidades não binárias – para além de um viés patologizante, dificultando abordagens mais dinâmicas e subjetivas sobre a vivência de gênero (Mattos; Cidade, 2016).

Paralelamente, observa-se um aumento expressivo nos diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos últimos anos, o que tem impulsionado debates significativos sobre a neurodiversidade. Esse crescimento pode ser compreendido não apenas como um reflexo do avanço nos critérios diagnósticos e do aprimoramento técnico das ferramentas avaliativas, mas também como resultado da ampliação do acesso à informação e da formação continuada de profissionais da saúde e da educação. Conforme aponta a revisão sistemática de Hartwig e Pires (2023), o aumento na identificação de adultos autistas está diretamente relacionado à disseminação de conhecimento sobre o espectro, ao maior preparo de profissionais para reconhecer manifestações clínicas diversas e à maior autonomia dos próprios sujeitos para reivindicar o diagnóstico como forma de reconhecimento e acesso a direitos.

Ainda assim, é necessário reconhecer que esse processo também se articula com a luta política de grupos historicamente marginalizados, que reivindicam visibilidade, reconhecimento e acessibilidade nos sistemas de saúde e nos espaços sociais. As discussões sobre a neurodiversidade têm ampliado a compreensão sobre diferentes formas de percepção, cognição e interação social, desafiando modelos neurotípicos e normativos que tradicionalmente moldaram tanto as ciências humanas quanto as práticas institucionais (Cavalcanti, 2000; Rios et al., 2015; Salgado et al., 2022; Schmidt, 2017).

No entanto, apesar da crescente visibilidade de pautas relacionadas ao autismo e à diversidade de gênero fora de sua concepção binária (feminino/masculino), as experiências de pessoas autistas trans não binárias ainda são amplamente negligenciadas tanto no meio acadêmico quanto nas políticas públicas e nos serviços de assistência psicológica, educacional e social. A interseccionalidade entre neurodivergência e transgeneridade tem recebido atenção limitada, mesmo diante de evidências crescentes que apontam para uma sobreposição

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans (Transsexuais, Transgêneros e Travestis), Queer, Intersexo, Assexuais, Arromânticos e demais identidades de gênero e orientações sexuais da comunidade (LGBTQIA+)

significativa entre essas vivências (Warrier et al., 2020). Hartwig e Pires (2023), em sua revisão sistemática, apontam para a escassez de pesquisas voltadas à população adulta autista, considerando nesta pesquisa a ausência de estudos que contemplem variáveis relacionadas ao gênero não binário, contribuindo para o apagamento dessas subjetividades nas práticas clínicas e acadêmicas.

Essa negligência institucional e epistemológica contribui para a manutenção de barreiras no acesso a diagnósticos, acolhimento adequado e políticas de inclusão, reforçando a marginalização de sujeitos que já ocupam posições de vulnerabilidade social múltipla. Além disso, a literatura crítica em psicologia alerta que, sem o devido reconhecimento dessas vivências, corre-se o risco de reproduzir epistemologias cisnormativas e neurotípicas que excluem formas legítimas de ser e existir (Tenório; Prado, 2016; Lôbo; Pitta, 2019; Barros; Oliveira; Maciel, 2024).

A negação da existência dessas identidades ocorre tanto por meio da invisibilização quanto por abordagens que questionam a própria autenticidade dessas vivências, sugerindo, por exemplo, que pessoas autistas não teriam capacidade de compreender ou expressar suas identidades de gênero de maneira legítima, principalmente de maneira que vá contra padrões pré-estabelecidos. Esse apagamento reforça a necessidade de pesquisas que não apenas façam as devidas considerações aos seus saberes e demandas, mas que também questionem as estruturas normativas que historicamente excluíram e têm excluído tais experiências dos espaços de produção de conhecimento.

Diante desse cenário, esta pesquisa se propõe a construir novas compreensões sobre gênero a partir da subjetividade de pessoas autistas trans não binárias, adotando como base a Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey e a metodologia qualitativa construtivo-interpretativa. Essa abordagem permite superar concepções reducionistas do conceito de gênero, possibilitando uma visão mais complexa, que integra subjetividade e produção de sentidos em suas configurações subjetivas, possuindo diferenças significativas nas categorias utilizadas em seus primeiros e últimos trabalhos publicados (Santos, 2020).

A Teoria da Subjetividade, de Fernando González Rey (2005a), apresenta-se como uma abordagem que compreende a subjetividade de forma dinâmica e contextualizada, pautando-se nos seguintes princípios: (1) a subjetividade não é acessível diretamente pelo investigador e não pode ser interpretada por meio de manifestações indiretas de maneira padronizada ou generalizável; (2) os sentidos subjetivos constituem unidades simbólicas emocionais que estruturam a subjetividade; (3) a expressão dos sentidos subjetivos dos sujeitos está inserida em sistemas de sentido e contextos sociais distintos, exigindo uma compreensão

situada de sua produção; (4) os sentidos subjetivos emergem e se desenvolvem nos espaços conversacionais, sendo estimulados pelo investigador, que favorece a participação ativa do sujeito na construção de seus próprios significados; (5) as configurações de sentido são dinâmicas e continuamente transformadas pelas vivências e práticas sociais, podendo conectar diferentes experiências, tempos e espaços da vida social.

Ao privilegiar uma metodologia qualitativa, que enfatiza a construção ativa de significados e a singularidade de suas experiências, esta pesquisa busca não apenas descrever ou categorizar identidades de gênero dentro da população autista trans não binária, mas também compreender como tais vivências emergem, são ressignificadas e desconstróem discursos normativos sobre gênero e neurodivergência.

Assim, além de contribuir para o avanço teórico sobre essas temáticas, somado a efeitos práticos com os participantes e comunidades envolvidas, espera-se que este estudo forneça elementos para a transformação das práticas acadêmicas e profissionais em Psicologia, Saúde e Educação, suas implicações políticas e de luta social, ampliando as possibilidades de acolhimento e reconhecimento dessas subjetividades nas territorialidades brasileiras que ocupam, com a possibilidade de ir além desses espaços.

O diálogo da Teoria da Subjetividade com outras teorias e perspectivas autorais, bem como a flexibilidade metodológica construtivo-interpretativa, apresenta-se um valioso caminho para avançarmos na questão central da pesquisa, aprofundando-a. É a partir da subjetividade de pessoas autistas trans não binárias que a Teoria da Subjetividade pode construir novas vias de inteligibilidade, oferecendo contribuições importantes com caminhos hipotéticos sobre a diversidade de gênero e outras possibilidades de compreensão, desafiando modelos patologizantes, cisnormativos e essencialistas, ampliando suas concepções para além de suas concepções normativas e neurotípicas.

Para isso, a próxima seção deste trabalho irá discorrer acerca das temáticas de gênero trans não binárias no Brasil e qual a sua relação com o campo de estudos do autismo e neurodivergências, trazendo também algumas definições importantes para contextualizar a presente pesquisa.

2.1 IDENTIDADES DE GÊNERO TRANS NÃO BINÁRIAS E AUTISMO

As concepções contemporâneas sobre identidade de gênero têm sido amplamente discutidas e incorporadas a diferentes esferas da sociedade, incluindo eventos acadêmicos, cursos de formação, políticas públicas e normativas institucionais. No Brasil, o Conselho

Federal de Psicologia (CFP), por meio da Resolução CFP nº01/2018, reforça a necessidade de respeito à diversidade sexual, estabelecendo diretrizes para a atuação de profissionais da Psicologia no combate à discriminação e à violência de gênero, além de enfatizar a importância do acolhimento e do acompanhamento psicológico de pessoas trans e não binárias, garantindo sua autonomia e promovendo a despatologização de suas vivências. Assim, reconhecer e dialogar com as questões de gênero no campo da Psicologia não apenas amplia a atuação ética da profissão, mas também contribui para a formulação de estratégias de atendimento que levem em consideração a pluralidade das experiências humanas.

A compreensão das identidades de gênero e sua interface com a saúde mental e o bem-estar subjetivo tem sido um campo de estudo interdisciplinar, no qual diferentes comunidades e áreas do conhecimento têm oferecido subsídios para que profissionais da Psicologia atuem na promoção da saúde e na prevenção de sofrimento no atendimento integral à saúde, compondo uma importante troca multidisciplinar de saberes. Para isso, faz-se necessário que essas questões sejam discutidas, expandindo a compreensão atual e analisando seus efeitos dentro da Psicologia, como descrito por Nuernberg (2005).

Discutir gênero na Psicologia requer uma abordagem crítica que questione as formas tradicionais de categorização e os impactos da normatividade na constituição da subjetividade. A ampliação dessas discussões não apenas favorece o desenvolvimento de práticas clínicas mais inclusivas, como também possibilita uma análise mais aprofundada sobre os efeitos do gênero na estruturação das experiências individuais e coletivas.

Além disso, abordar a identidade de gênero dentro da Psicologia exige um olhar atento sobre os dispositivos de poder que moldam as concepções do que é considerado “normal” ou “patológico” em nossa sociedade, especialmente no que tange às experiências de corpos e subjetividades dissidentes. Esse debate se faz particularmente relevante na interseção entre gênero e neurodiversidade, uma vez que tanto a transgeneridade quanto o autismo têm sido historicamente alvo de processos de patologização em suas mais diversas formas (Barros; Oliveira; Maciel, 2024; Lôbo; Pitta, 2019; Tenório; Prado, 2016; Vieira; Porto, 2019). No caso do autismo, a noção de patologia muitas vezes obscurece a pluralidade de modos de ser, pensar e interagir com o mundo.

Como discutido por Vieira e Porto (2019), as construções biomédicas e diagnósticas tradicionais tendem a classificar determinados padrões de comportamento e cognição como desvios da norma, promovendo um apagamento das potencialidades e formas legítimas de existência dessas pessoas. Barros, Oliveira e Maciel (2024) reforçam que a naturalização dessas categorias não é neutra, pois reflete e reproduz um ideal normativo de desenvolvimento e

funcionalidade. Essa normatividade, ao ser transposta para os debates sobre gênero, acentua a exclusão de vivências que não se encaixam nos binarismos cis-heteronormativos e neurotípicos, dificultando o reconhecimento de identidades complexas como a de pessoas trans autistas. Portanto, pensar o autismo e a identidade de gênero para além da dicotomia entre o normal e o patológico não apenas desestabiliza as bases classificatórias tradicionais, mas também possibilita a emergência de outras formas de inteligibilidade, mais éticas, situadas e comprometidas com a dignidade humana.

Estudos recentes evidenciam que indivíduos autistas apresentam uma diversidade de expressões e identidades de gênero significativamente maior do que a população neurotípica, desafiando concepções tradicionais sobre a cisnormatividade e as expectativas binárias de gênero (Kallitsounaki; Williams, 2022; Lai et al., 2015). Como demonstrado em um estudo publicado por Warrier et al. (2020), indivíduos transgêneros e não binários apresentam taxas significativamente mais altas de diagnóstico de TEA e outras condições do neurodesenvolvimento quando comparados a indivíduos cisgêneros; enquanto aproximadamente 5% das pessoas cisgênero participantes da pesquisa se identificaram como autistas, esse percentual sobe para 24% entre aqueles cuja identidade de gênero diverge da norma cisgênera². Esse dado reforça a necessidade de um olhar mais atento sobre as particularidades da experiência de pessoas autistas trans e não binárias, considerando não apenas as implicações clínicas, mas também as vivências subjetivas e sociais que atravessam essas identidades.

A relação entre neurodiversidade e gênero ainda é um campo em desenvolvimento, mas já se observa que as formas como pessoas autistas experienciam e expressam sua identidade de gênero podem diferir significativamente das expectativas neurotípicas. Isso pode se manifestar na maneira como percebem e interpretam as normas sociais de gênero, na forma como expressam sua identidade e no impacto que fatores socioculturais exercem sobre suas experiências (Mendonça, 2023; Saraiva, 2024; Vilela et al., 2024). Dessa maneira, compreender essas dinâmicas exige não apenas uma abordagem interdisciplinar, mas também uma escuta ativa das próprias pessoas trans e autistas, garantindo que suas vivências sejam reconhecidas sem reduzi-las a modelos patológicos ou normativos.

² Entende-se como “norma cisgênera” a norma social que pressupõe e impõe de que todas as pessoas são, ou deveriam ser, cisgênero. A cisgeneridade é a condição de uma pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído ao nascer. Na cisnormatividade, todas as pessoas são, ou deveriam ser, de gênero cis (mulher cisgênero ou homem cisgênero).

Somado a isso, em pesquisas similares, quase 70% dos adolescentes autistas trans participantes responderam precisar de cuidados médicos relacionados ao gênero (Strang et al., 2018). Ser autista e transgênero intensifica os impactos na saúde mental causados pela discriminação enfrentada por cada uma dessas identidades, necessitando um cuidado em saúde adequado e que considera ambas as características (George; Stokes, 2018). Para que isso seja possível, faz-se necessário um trabalho de escuta de suas vozes, considerando seus processos subjetivos, em especial no saber da Psicologia (Bialer, 2014).

Para abordar essas temáticas, serão referenciados discursos trazidos por Judy Singer (1999), que cunhou o termo “neurodiversidade”; Judith Butler, com as elaborações críticas acerca da atribuição do gênero, sua construção social e a necessidade de se conformar com normas sociais fabricadas (Butler, 2003); Guacira Lopes Louro, trazendo a relevância da reflexão sobre questões de gênero e sexualidade, especialmente frente à discriminação com base no que se considera “normal”, masculino e/ou feminino (Louro, 1997), além de inúmeros outros autores, trabalhos e argumentações.

Pretende-se utilizar fontes de bases teóricas que serviram de fundamento para a teoria da Psicologia em suas múltiplas interpretações, valorizando suas contribuições e efeitos históricos e, principalmente, autores e produções acadêmicas mais recentes, considerando as implicações das diferentes compreensões subjetivas de identidade ao longo do tempo, em especial com as influências específicas localizadas no país brasileiro e o avanço de estudos relacionados à temática autista e de diversidades. Somado a isso, também serão consideradas produções textuais de outros países além do Brasil, devido ao caráter globalizado e de constante troca comunicativa das concepções de gênero e neurodiversidade no mundo atual.

As atualizações da temática de gênero se demonstram cruciais para uma representação fidedigna das populações mais afetadas por suas dinâmicas, conforme vão surgindo novas urgências, terminologias, compreensões e contextos para a população autista, trans e não binária, compreendendo a identidade de gênero autista em um processo menos influenciado por normas sociais e expectativas culturais rígidas e mais fundamentado em uma experiência interna singular de identidade (Davidson; Tamas, 2021; Price, 2022). Isso desafia concepções tradicionais de gênero, reforçando a necessidade de abordagens interseccionais que levem em conta não apenas a transgeneridade, mas também o impacto da neurodiversidade no processo identitário. Do mesmo modo, reforça-se a importância de serem feitos os devidos recortes, considerações e leituras interseccionais de suas variadas histórias, entendimentos e dificuldades na complexidade de suas construções subjetivas.

2.1.1 Histórico e conceitos básicos sobre gênero

Desde antes da década de 90, termos como cisgeneridade, cisnorma, cissexismo, entre outros, vêm aparecendo cada vez mais (Silva; Souza; Bezerra, 2019). Entende-se enquanto “cisgênero” a pessoa cujo gênero coincide com aquele que lhe foi imposto, identificando-se com o gênero designado em seu nascimento (Fuchs; Hining; Toneli, 2021). Desta maneira, o sujeito de gênero não binário não se encaixa como um sujeito dito “cis”.

De forma geral, no contexto desta pesquisa de dissertação de mestrado, entende-se que toda pessoa não binária é uma pessoa trans, por se encaixar na definição trans de um indivíduo que não se identifica – total, parcialmente ou condicionalmente – com a identidade de gênero tal qual lhe foi atribuída. Essa escolha metodológica e teórica da pesquisa se deve ao entendimento de que, em teoria, o conceito de transgeneridade é frequentemente compreendido como um espectro que abrange todas as pessoas cuja identidade de gênero não corresponde integralmente àquela que lhes foi atribuída ou imposta, incluindo uma vasta gama de identidades não binárias como agênero, pangênero, gênero *queer*, bigênero, gênero fluido e xenogêneros, conforme discutido por Hardell (2016). Assim, o chamado “guarda-chuva trans” incluiria qualquer indivíduo que experiencie algum grau de incongruência em relação ao gênero designado, independentemente da forma como essa identidade se manifesta. Além disso, outros documentos produzidos por organizações reconhecidas na área, como a *World Professional Association for Transgender Health* (WPATH), adotam também uma definição que compreende a identidade não binária como parte da comunidade trans, reconhecendo de forma inclusiva a multiplicidade de vivências de gênero que escapam à lógica binária (Knudson et al., 2018).

Estudos científicos relevantes, como as revisões de Ashley e Diamond (2018) e a pesquisa de Warrier et al. (2020), também agrupam “indivíduos transgêneros e não binários” em suas análises, reforçando a aceitação acadêmica da interconexão dessas identidades sob um espectro mais abrangente de “trans”. A própria transgeneridade e a não binariedade, ao se afirmarem no espaço social e discursivo, não apenas expressam uma vivência pessoal, mas instauram novos sentidos culturais que desafiam e expandem os modos hegemônicos de inteligibilidade do gênero (Butler, 1990, 2004), e se manifestam de formas plurais, inclusive em relação às percepções singulares de pessoas autistas sobre gênero.

Isto dito, dentro do campo dos estudos sobre identidade de gênero observa-se que, na prática, nem todas as pessoas que poderiam ser enquadradas nessa definição necessariamente se identificam com o termo “trans” ou com as comunidades organizadas sob essa terminologia. Alguns indivíduos optam por se distanciar dessa categorização por não se reconhecerem nas

narrativas predominantes da transgeneridade – frequentemente estruturados a partir de modelos binários (transfeminilidade ou transmasculinidade) – ou nas expectativas estereotipadas de processos médicos e legais de transição. Outros, ainda, fazem essa escolha por razões de posicionamento político, por não se alinharem com discursos hegemônicos de gênero ou por experienciar sua identidade de maneira singular e não reconhecível dentro das classificações mais difundidas.

Nesse contexto, surgem em debates da comunidade – embora ainda não abarcados pela comunidade científica, porém igualmente válidos – conceitos alternativos que buscam abarcar experiências de gênero dissidentes que não se encaixam nos paradigmas tradicionais de cisgeneridade ou transgeneridade. Termos como metagênero³, isogênero⁴ e ipsogênero⁵ são exemplos de palavras alternativas utilizadas por algumas pessoas para nomear uma identidade que não pode ser plenamente classificada dentro dessas categorias convencionais pré-existentes, situando-se em um espaço intermediário ou à parte dessas definições.

Outras denominações, como “ultergênero”, são empregadas para descrever experiências em que a identidade de gênero é reconhecida como trans, mas que a vivência intersexo do indivíduo gera um afastamento das concepções predominantes sobre o que significa ser trans. Existem, ainda, pessoas não binárias que optam por não adotar qualquer outra terminologia específica para descrever seu gênero, rejeitando rótulos ou classificações fixas e enfatizando a fluidez e a autodeterminação de sua experiência identitária. Essas multiplicidades de nomenclaturas e posicionamentos evidenciam a complexidade da subjetividade de gênero e desafiam os modelos normativos que tentam estabelecer categorias rígidas para a compreensão da identidade de gênero.

Apesar dos debates referentes à gêneros não binários terem se popularizado nas últimas décadas, a existência de indivíduos que não podem ser definidos a partir de uma divisão binária e estrita não é de modo algum uma invenção contemporânea (Almeida; Murta, 2013). São reconhecidas referências históricas desde 400 a.C. e 200 d.C. (Ali, 2010), quando Hijras são mencionadas em antigos textos hindus como nem homens, nem mulheres.

O termo “transexual” foi introduzido no campo acadêmico por Cauldwell em 1949, no seu artigo *Psychopathia Transsexualis* (Stoller, 1993). Como apresenta Pontes (2007), em 1953

³ Pode ser utilizado para descrever uma identificação parcial com gênero, de comportamento não conformista de gênero, podendo ser também um conjunto de diferentes gêneros.

⁴ Pode ser utilizado como uma modalidade de gênero que pode ser usada para descrever pessoas não transgênero por desidentificação, com incongruência de gênero que pode flutuar em intensidade.

⁵ É comumente utilizado para descrever a experiência de gênero de uma pessoa intersexo que se identifica completamente com o mesmo gênero que lhe foi designado ao nascer.

o sujeito trans foi definido como enfermo da desordem do “transexualismo”, um distúrbio comportamental e somático que deveria ser tratado pela medicina através de terapias de reposição hormonal e intervenções cirúrgicas como a castração, denominando-os “transexuais and travestites” (Benjamin, 1966). Nestes primeiros textos, o médico já defendia uma incerteza dos conceitos de “masculino” e “feminino”, não havendo uma divisão absoluta entre os dois ou uma dicotomia clara.

Muitos dos estereótipos escritos em seu trabalho perpetuam-se ainda hoje, como a ideia de que as pessoas trans “nascem no corpo errado”, a suposta necessidade de intervenção médica e as noções vigentes de readequação sexual visando a “passabilidade” (Grade; Cross; Ubessi, 2019). Para Stone (1993), a passabilidade seria essencial, garantindo que, logo à “primeira vista”, a pessoa trans seja tomada como cisgênero, tamanha sua semelhança com os moldes pré-estabelecidos do que se espera de sua expressão de identidade de gênero, sendo considerado ao mesmo tempo um mecanismo de defesa e um indicador de “sucesso” em sua performance (Monteiro; Porchat, 2021).

Bento (2008) descreve a transexualidade como uma experiência identitária caracterizada pelo conflito com as normas de gênero. Para ela, a expressão pública cada vez maior de pessoas trans no Brasil em conjunto com o acesso às suas narrativas demonstra que, embora exista um conflito, este não é necessariamente frente às normas de gênero, mas sim com o gênero imposto e com a impossibilidade de trânsito identitário. Almeida e Murta (2013) ressaltam, além disso, as críticas às assimetrias e às hierarquias de gênero existentes na sociedade, e à própria conformação de gêneros sendo considerados binários.

Nessa direção, utiliza-se a categoria identitária “pessoas trans” como um dispositivo aglutinador das identidades “travesti” e “transexual”, considerando aqui também o termo “transgênero”, uma identidade coletiva discutida inicialmente por uma possibilidade de maior financiamento internacional. O termo “trans” também cumpre outra finalidade almejada na antiga proposta de utilização de “transgênero”: a visibilidade positiva envolvida com a eliminação do uso do termo “travesti”, por alguns considerado estigmatizante (Barbosa, 2013), e a abreviação do termo “transexual”, para alguns de caráter medicalizante (Carvalho; Carrara, 2013), embora ambos possuam seus históricos valiosos de ressignificação, empoderamento e luta no Brasil.

Diversas outras categorias identitárias se fazem presentes nas discussões de gênero e sexualidade (Hardell, 2016). Entre outras identidades divergentes da norma, também poderiam ser consideradas as identidades xenogêneras, parte da comunidade chamada informalmente como *Marginalized Orientations, Gender Alignments, and Intersex* (MOGAI), uma das

alternativas que surgiram nas últimas décadas para a sigla LGBTQIA+. Os termos “MOGAI”, LGBTQIA+ e *queer* representam noções de comunidade, com seus próprios sentimentos de pertencimento a um grupo, apoio mútuo e construção de lutas próprias (Feraday, 2016; Jack, 2018; Lowell, 2017).

Diferentes termos e rótulos carregam expectativas sociais próprias e evocam uma série de enunciados não somente de gênero e sexualidade, mas também de geração, raça e classe (Carvalho, 2018), relacionando-se com aspectos individuais e de grupo (Barbosa, 2010), sendo por vezes identidades exclusivas desses grupos sociais, culturas e localidades, como a identidade autigênera, para autistas (Coburn; Williams, 2023; Toft, 2023).

A classificação autigênero é um exemplo de xenogêneros; são identidades de gênero não convencionais, consideradas de complexa explicação, que necessitam de uma interpretação a partir de modelos localizados fora do padrão feminino/masculino (Lara, 2023). Para compartilhar sua compreensão pessoal de gênero, podem ser utilizados, ao invés disso, arquétipos, experiências pessoais, sentimentos, percepções sinestésicas, diagnósticos como de neurodivergências, entre outros (Merlini, 2023; Salinas-Quiroz; Sweder, 2023). Assim, representam uma categoria de identidades de gênero que não se baseiam em conceitos humanos tradicionais de masculinidade e feminilidade, muitas vezes associados às formas não normativas de processamento de pessoas autistas (Wright, 2024).

A identidade de gênero autigênera é também considerada um neurogênero, isto é, uma identidade de gênero ligada à experiência única de gênero vivenciada por pessoas trans neurodivergentes, cuja interpretação pessoal de gênero é, em algum nível, perpassada também por sua vivência em sua subjetividade enquanto pessoa neurodivergente (Merlini, 2023). No caso de pessoas autistas, tem-se que a maneira na qual exploram seu gênero se interrelaciona com o contexto de sua visão de mundo e vivência de suas características singulares autistas, sendo uma identidade de gênero exclusiva de pessoas autistas (Coburn; Williams, 2023).

O avanço dos estudos sobre o autismo tem contribuído significativamente para a reformulação das concepções sociais e acadêmicas a respeito de suas experiências, promovendo uma perspectiva mais positiva e desafiando equívocos historicamente enraizados (Toft, 2023). No entanto, a interseção entre neurodiversidade e identidade de gênero continua a ser um campo emergente que, apesar de seu potencial transformador, ainda enfrenta resistência dentro de diversas esferas do conhecimento e da sociedade. O desenvolvimento de conceitos como xenogênero, neurogênero, autigênero e autissexual, bem como o aprofundamento do entendimento sobre *neuroqueerness*, insere-se nesse cenário como um movimento que busca

articular e legitimizar experiências identitárias que não se conformam às normatividades impostas pelos modelos convencionais de gênero e sexualidade (Wright, 2024).

O conceito de “autigênero” surge nesse contexto como uma identidade de gênero intrinsecamente conectada à experiência autista, na qual o modo como a identidade de gênero é vivenciada e compreendida está diretamente relacionado à percepção e à cognição autista. Diferentemente das concepções hegemônicas de gênero, o autigênero não é necessariamente baseado em categorias estabelecidas, mas sim na maneira como o indivíduo percebe a si mesmo dentro de sua experiência neurodivergente, agindo como um “filtro” de suas vivências de gênero (Nobili et al., 2018; Toft, 2023).

Entretanto, apesar da crescente produção acadêmica e do ativismo promovido por pessoas neurodivergentes e transgêneras, a legitimidade dessas narrativas ainda encontra resistência em diversos espaços institucionais. Tradicionalmente, a autoridade na construção do conhecimento sobre deficiência e neurodiversidade tem sido monopolizada por pesquisadores neurotípicos e cisgêneros, que frequentemente são levados a interpretar essas experiências a partir de lentes patologizantes ou reducionistas (Toft, 2023). Torna-se essencial, portanto, que a produção acadêmica e as políticas de saúde mental avancem no sentido de valorizar as vozes das próprias pessoas autistas e trans, promovendo uma mudança metodológica em que os pesquisadores atuem como facilitadores e amplificadores dessas narrativas, ao invés de agentes de controle sobre suas vivências (Kallitsounaki; Williams, 2022).

Essa mudança de perspectiva envolve uma reavaliação crítica das histórias de opressão que marcaram as interações entre essas comunidades e as instituições acadêmicas e médicas. O fortalecimento do trabalho comunitário e a ampliação da visibilidade dessas identidades não apenas contribuem para a construção de um campo de conhecimento mais inclusivo e representativo, mas também oferecem subsídios para a elaboração de políticas e práticas que minimizem os danos historicamente causados pela marginalização dessas populações (Toft, 2023; Wright, 2024).

O aprofundamento dos estudos interseccionais sobre autismo e identidade de gênero se mostra fundamental para a construção de um conhecimento que reconheça a diversidade das experiências autistas e transgêneras. Assim, não somente devem ser feitas atualizações no conhecimento de gênero de pessoas que trabalham com temáticas do autismo, como também os estudos de gênero precisam se familiarizar com contextos da neurodiversidade. A partir dessa fundamentação, a próxima seção deste trabalho abordará, de maneira simplificada, conceitos e definições do Transtorno do Espectro Autista.

2.1.2 Sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O TEA é classificado pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – Texto Revisado (DSM-5-TR) como uma condição que afeta áreas como a comunicação, a interação social e os padrões de comportamento (*American Psychiatric Association*, 2022). O DSM-5-TR mantém a categorização do TEA dentro dos chamados transtornos do neurodesenvolvimento, mas inclui atualizações importantes em relação à linguagem utilizada e à ampliação das descrições clínicas, visando uma maior precisão diagnóstica e sensibilidade à diversidade de manifestações. Já na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11), publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o Transtorno do Espectro do Autismo é identificado pelo código 6A02, substituindo o antigo F84.0, com subdivisões que passam a considerar a presença ou ausência de Deficiência Intelectual e/ou comprometimento da linguagem funcional, conforme diretrizes da OMS que buscam promover uma classificação mais abrangente, funcional e alinhada às necessidades de saúde pública (Organização Mundial da Saúde, 2023).

O diagnóstico de TEA se caracteriza por uma ampla variabilidade de manifestações, o que levou a sua conceituação dentro de um espectro. Estudos de diversos campos do saber, em especial da área da psicologia e educação, vêm ampliando a compreensão sobre o TEA, ajudando a superar concepções equivocadas e estigmatizantes que historicamente marcaram as discussões sobre o autismo, em conjunto com reivindicações e posicionamentos ativos da própria comunidade autista (Wuo; Yaedu; Wayszceyk, 2019).

Assim como em diagnósticos ligados a transidentidades⁶, não existem hoje quaisquer exames biológicos ou de imagem capazes de diagnosticar o TEA. Embora atualmente ainda não sejam utilizados exames diagnósticos desse tipo que sejam definitivos para o TEA, décadas de pesquisas vêm explorando possíveis marcadores biológicos e genéticos que possam complementar os critérios comportamentais. Estudos mostram que cerca de 500 genes – como SHANK3, NRXN1 e DDX53 – podem estar associados ao TEA, sugerindo sua alta heterogeneidade genética. Além disso, a epigenética – modificações no DNA sem alteração da sequência genética – tem também sido identificada como ferramenta promissora na detecção precoce e compreensão da etiologia do autismo. Somado a isso, técnicas de inteligência artificial aplicadas à neuroimagem e dados genéticos continuam a evoluir, vislumbrando futuros

⁶ No contexto desta pesquisa, diz-se “transidentidades” para se referir a identidades trans, isto é, de pessoas que não se identificam – total ou parcialmente – com o gênero com o qual foram designadas ao nascer. Exemplos: Travestis, homens ou mulheres trans, pessoas não binárias, entre outras possíveis identidades de gênero localizadas fora da normatividade cisgênera binária.

testes diagnósticos mais precisos. Por outro lado, embora também tenham sido explorados possíveis estudos iniciais buscando correlações entre fatores biológicos e genéticos acerca de identidades trans (como polimorfismos no gene AR e disforia de gênero), não aparecem as mesmas associações robustas como se encontra no TEA. Assim, enquanto avanços biotecnológicos reforçam a possibilidade de ferramentas futuras complementares ao diagnóstico do TEA, com suas devidas considerações biológicas, não há previsão ou interesse na comunidade trans de quaisquer instrumentos equivalentes para transidentidades, o que reforça a importância de abordagens qualitativas centradas na escuta de suas experiências subjetivas (Adhikary, 2023; Batista; Oliveira, 2024; Hare et al., 2009; Jin; Wang, 2024; Voineagu; Yoo, 2013).

Atualmente, o diagnóstico de TEA é majoritariamente clínico e se baseia no resultado de uma cuidadosa avaliação neuropsicológica aplicada por profissionais que possuem experiência e formação para tal, somado a observações do comportamento e no histórico de desenvolvimento da pessoa. Podem ser utilizadas escalas de desenvolvimento e checklists comportamentais entre seus instrumentos, em um processo que costuma ser realizado por equipes multidisciplinares, que podem incluir psicólogos, psiquiatras, neurologistas e terapeutas ocupacionais. O diagnóstico, no entanto, deve ser compreendido não apenas como uma definição médica, mas como parte de um processo importante de autocompreensão e pertencimento, com a necessidade de melhora de suportes pós-diagnósticos disponíveis para autistas no Brasil, incluindo adultos autistas (Fernandes; Tomazelli; Girianelli, 2020; Hartwig; Pires, 2023; Neumann et al., 2017; Seize; Borsa, 2017).

A cognição social em pessoas com TEA tem sido considerada em investigação em diversos estudos, com destaque a diferenciações na percepção emocional, na teoria da mente e na interpretação de contextos sociais. A percepção social, que envolve decodificar gestos, expressões faciais e normas sociais, por vezes traz suas variações em pessoas autistas devido à dificuldade de identificar pistas sutis de comunicação não verbal, por exemplo. Processos como a teoria da mente – a capacidade de inferir crenças e intenções de outras pessoas – frequentemente revelam dificuldades no que são consideradas interações empáticas e dentro da adequação social pré-estabelecida, com efeitos diretos no repertório de habilidades sociais e qualidade de vida, aumentando o risco de isolamento social e diminuindo a formação de círculos de apoio e suporte. Esses achados reforçam a necessidade de intervenções direcionadas e formação profissional gradativa, incluindo assim a cognição social autista como componente para se pensar as complexas interações autistas e de suas construções subjetivas sociais únicas (Butman; Allegri, 2001; Hajri et al, 2022; Mundy; Bullen, 2022).

Embora o autismo seja um espectro e cada pessoa apresente características únicas, com variações em prejuízos de linguagem, sociais, acadêmicos, cognitivos e emocionais (Gaiato, 2018), algumas manifestações são mais recorrentes, como dificuldades na interação social, padrões de comportamento repetitivos e interesses intensos: comumente caracterizados como “*stimming*” e “hiperfocos”, processamento sensorial atípico e forma diferenciada de comunicação (Klin, 2006; Rutter, 1978).

Comumente traduzidos como uma forma de autoestimulação dos sentidos, o “*stimming*” se apresenta como movimentos motores estereotipados ou repetitivos, muitas vezes considerados problemáticos e alvo de redução ou eliminação em tratamentos terapêuticos, ainda que atuem como mecanismos de enfrentamento a situações adversas, distração, maior concentração e possibilidade de conexão com outras pessoas autistas, possuindo importantes efeitos físicos, emocionais e cognitivos (Kapp et al., 2019; Bakan, 2015; Charlton et al., 2021; Morris et al., 2025; Rowland, 2020).

Além do “*stimming*”, abordar o *burnout* autista, *shutdowns* e *meltdowns*, tidos como conceitos comuns no trabalho com a temática autista, acaba se revelando indispensável para a análise devida de suas experiências subjetivas. A Teoria da Subjetividade de González Rey (2005a, 2025b, 2019) enfatiza a importância de considerar os processos simbólico-emocionais na construção do conhecimento sobre diferentes experiências humanas. Assim, discutir esses conceitos não apenas oferece um referencial teórico para compreender as vivências dos participantes desta pesquisa, como também para contextualizar as experiências individuais e permitir uma análise mais aprofundada de seus sentidos subjetivos. Além disso, é feita uma contribuição de pesquisa para uma abordagem mais ampla e sensível às realidades autistas, fora de seus estereótipos.

Não se pretende, neste trabalho, apresentar uma revisão aprofundada sobre a temática do autismo em sua completude, uma vez que o autismo em si não é a questão central do trabalho proposto e suas investigações. O foco está na forma como esses fenômenos se apresentam subjetivamente, impactando a vida cotidiana, as relações sociais e a construção identitária, especialmente no que se refere à interseção entre autismo e transgeneridade não binária.

2.1.2.1 *Burnout* Autista

O *burnout* autista, conceito desenvolvido a partir de relatos da própria comunidade autista (Raymaker et al., 2020; Higgins et al., 2021), descreve um estado de esgotamento físico,

emocional e cognitivo resultante da sobrecarga prolongada de demandas sensoriais, sociais e adaptativas. Esse fenômeno ocorre quando a pessoa autista precisa sustentar um nível elevado de mascaramento ou camuflagem social, isto é, a adaptação forçada a normas neurotípicas para evitar situações de violência, discriminação e exclusão (Zhuang et al., 2023). Suas características – lembrando que o autismo é um espectro de ampla variabilidade – podem incluir exaustão intensa, aumento das dificuldades de regulação emocional e sensorial, perda temporária de habilidades funcionais e maior vulnerabilidade a crises emocionais, com estudos associando o *masking*, ou camuflagem de características autistas, com comportamentos e pensamentos suicidas e sensação de não pertencimento ao grupo (Cassidy et al., 2020; Evans; Krumrei-Mancuso; Rouse, 2024; Lei; Cooper; Hollocks, 2024).

2.1.2.2 *Meltdown*

O *meltdown* é uma resposta intensa a situações de sobrecarga emocional ou sensorial, caracterizando-se por explosões emocionais incontroláveis que podem envolver choro, gritos, agitação extrema e comportamentos auto lesivos ou agressivos (Lewis; Stevens, 2023). Sendo muito diferente de uma simples “birra”, o *meltdown* se apresenta como uma crise emocional aguda, um colapso involuntário causado pela incapacidade momentânea do processamento de estímulos e frustração acumulada. Esses episódios frequentemente ocorrem após um período prolongado de estresse ou exposição a ambientes sensorialmente esgotantes (Phung et al., 2021).

2.1.2.3 *Shutdown*

O *shutdown*, por sua vez, é uma reação de colapso interno diante da sobrecarga, manifestando-se como um estado de retração e bloqueio emocional e cognitivo. Em contraste com o *meltdown*, que é uma resposta mais visível e explosiva, o *shutdown* envolve uma redução drástica na interação e na resposta ao ambiente, podendo incluir imobilidade, mutismo situacional e dissociação (Bargiela; Steward; Mandy, 2016). Muitas vezes, esse estado é interpretado erroneamente como desinteresse ou apatia, quando na realidade reflete um mecanismo de defesa autônomo de distanciamento.

As experiências subjetivas autistas são atravessadas por dinâmicas de sobrecarga e regulação emocional. Estudos recentes (Botha; Frost, 2020) destacam a importância da participação autista na pesquisa científica, ressaltando que a exclusão de vozes autistas historicamente resultou em abordagens patologizantes e incompletas. Portanto, a presente

investigação busca não apenas descrever esses fenômenos, mas também compreendê-los a partir das narrativas dos participantes, considerando suas experiências, desafios e formas de lidar com a sobrecarga neurocognitiva e emocional.

Com a contextualização de terminologias comuns, pretende-se oferecer um pano de fundo teórico necessário para que o leitor compreenda a complexidade das vivências autistas analisadas nesta pesquisa. Esse olhar não deixa de se caracterizar como outra ferramenta de pesquisa que visa contribuir para uma abordagem que reconhece a subjetividade como um processo dinâmico, que não pode ser reduzido a categorias diagnósticas ou explicações simplistas, mas deve ser compreendido em sua totalidade e profundidade.

É necessário avançar na compreensão do autismo não apenas do ponto de vista biomédico, mas também a partir das ciências sociais e humanas, permitindo, assim, avançar no reconhecimento das especificidades autistas e das demandas de sua comunidade. O movimento pela neurodiversidade protagonizado por pessoas autistas defende que o autismo não deve ser visto como uma doença a ser “curada”, mas sim como uma variação natural da cognição humana (Singer, 2017; Botha et al., 2024). Essa perspectiva enfatiza a importância da aceitação e da inclusão social, em vez de abordagens exclusivamente baseadas em intervenção terapêutica na contínua busca da “cura” para o autismo (Araujo; Silva; Zanon, 2023). O engajamento político da comunidade autista também tem questionado abordagens capacitistas e infantilizadoras, reivindicando autonomia, autodeterminação e representatividade na construção das políticas públicas voltadas para o TEA. Como Jerry Newport trabalha em seu livro “*Your Life is Not a Label*” (2001) ou “Sua vida não é um rótulo”, em tradução livre:

Você tem que se importar. Se não se importar, quem mais se importará? [...] Você não pode ser muitas coisas que gostaria de ser, mas se encontrar o caminho certo e se amar o suficiente, você pode ser um sucesso. Viver plenamente não é apenas uma escolha pessoal. Viver plenamente é uma responsabilidade pessoal e moral. (Newport, 2001, p. 16-17).

Entre as muitas abordagens e técnicas terapêuticas recomendadas, destaca-se a conhecida terapia *Applied Behavior Analysis* (ABA). Dentro da comunidade autista, já foi alvo de críticas ao seu conjunto de técnicas, que poderiam ser aplicadas de forma a “adestrar” pessoas autistas, visando não o seu bem-estar e saúde mental, mas sua adequação a regras sociais, ao invés de respeitar modos de ser e existir que não necessariamente internalizam ou reproduzem os padrões normativos impostos pela sociedade neurotípica (Camargo; Rispoli, 2013; Fernandes; Amato, 2013).

Pessoas autistas trans frequentemente encontram dificuldades no acesso a serviços de saúde, tanto pelo capacitismo presente em instituições médicas quanto pela patologização de suas identidades. Muitos profissionais questionam se a identidade trans pode ser um “sintoma” do autismo, invalidando sua experiência. A invisibilização de autistas transgêneros nas políticas de saúde mental e educação tem perpetuado barreiras significativas ao acesso à assistência adequada, reforçando sentimentos de isolamento e exclusão. Esse tipo de invalidação reforça a necessidade de abordagens mais inclusivas e informadas sobre a interseccionalidade entre neurodiversidade e gênero, possibilitando seus avanços políticos (S. L. Koga, comunicação pessoal, 22 de março, 2025).

2.1.3 Políticas Públicas de Saúde no Brasil para Pessoas Autistas

As políticas públicas de saúde para pessoas autistas no Brasil são regulamentadas por legislações que reconhecem o TEA dentro do arcabouço dos direitos da pessoa com deficiência. A Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, com a inclusão da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA) através da Lei nº 13.977/2020, que garantem – em teoria – direitos fundamentais como:

- Acesso ao diagnóstico precoce e ao atendimento multiprofissional;
- Inclusão escolar e adaptação curricular;
- Atendimento prioritário em serviços públicos e privados de saúde;
- Direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) conforme avaliação socioeconômica.

Junto a isso, considera-se a Lei nº 13.861, de 18 de julho de 2019, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos.

No Brasil, destacam-se os efeitos da Resolução do Conselho Nacional de Educação da Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 4/2009, dispositivo normativo que se seguiu à promulgação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Ministério da Educação, 2008). A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) também reforça a proteção dos direitos da pessoa autista ao enquadrá-la dentro do conceito de pessoa com deficiência, assegurando sua plena participação na sociedade, em conjunto da Nota

Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE⁷ que orienta os Sistemas de Ensino brasileiros para a implementação da nº 12.764/2012 – Lei Berenice Piana e Nota Técnica nº 55/2013/MEC/SECADI/DPEE, que orienta a atuação dos Centros de Atendimento Educacional Especializado (Centros de AEE), na perspectiva da educação inclusiva. (Ministério da Educação, 2013; Ministério da Saúde, 2013).

A pessoa com deficiência é aquela que possui impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Este conceito está expresso no art.1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006, presente também na Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

A pessoa com deficiência, a pessoa autista, a pessoa trans não binária, é interpretada então como agente de sua história, como sujeito, e não mero objeto, com uma possibilidade de se apresentar em uma posição de protagonismo em sua própria luta, ao ter sua voz ouvida (Moreira et al., 2022; Pessoa, 2018). Nesta pesquisa, não se trata de uma questão de “dar voz” a essas comunidades, pois essa premissa implicaria uma relação hierárquica do saber. Em vez disso, é reconhecido que cada indivíduo já possui sua própria voz e agência, que não necessitaria de ser concedida por agentes externos.

Os movimentos sociais das pessoas com deficiência por vezes aliam-se a discussões LGBTQIA+, ambos historicamente excluídos, reivindicando que a prática do liberalismo seja coerente com seus princípios de liberdade e igualdade universal (Dias; Marinho, 2016; Rios, 2017), considerando o direito ao nome, à honra e à imagem, como direito de todos, todas e todes.

O movimento das pessoas com deficiência possui diversas frentes teóricas diferentes, sendo recorrentemente utilizadas em tentativas de definição do significado de justiça para a promoção e compreensão de lutas contra práticas opressivas, como as LGBTQIA+ (Meleu et al., 2022). Para Axel Honneth (2003), a autorrealização se constituiria ao longo dos processos de interação social que permitiriam ou negariam aos sujeitos o desenvolvimento do que seria chamada de uma “autorrealização saudável”.

O autor considera três dimensões historicamente construídas centrais para a autorrealização: o amor, os direitos e a estima social. A primeira se basearia em vínculos

⁷ Siglas: Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) e Diretoria de Políticas de Educação Especial (DPEE).

afetivos fortes, sendo essencial para o surgimento de um sentimento de autoconfiança. A segunda se pautaria pelo princípio da igualdade universal, e dela dependeria a experiência de autorrespeito. E a terceira envolveria a possibilidade do indivíduo ser estimado socialmente por contribuir para a realização de objetivos sociais (Honneth, 2003), sendo colocada em destaque a importância do reconhecimento de si como membro ativo na sociedade em que ocupa (Sobottka; Saavedra, 2008).

Instituições de ordem democrática são apresentadas como agentes que aproximam populações de grupos sociais minoritários, promovendo ações educativas, a partir de perspectivas de autorrealização e das lutas de diferentes movimentos sociais pelo reconhecimento (Honneth, 2018; Martins; Pessoa; Garcia, 2023). A alienação é interpretada como barreira a esse reconhecimento de si e do outro, investigando a possibilidade de promover diálogos reconstrutivos que facilitariam a compreensão de diferentes processos subjetivos e sociais (Vale; Ayres, 2021).

O lema “Nada sobre nós, sem nós”, do inglês *Nothing about us, without us* (Charlton, 1998; Sassaki, 2007) aparece no movimento das pessoas com deficiência internacionalmente desde os anos 1970, lutando pelo reconhecimento das pessoas com deficiência como participantes ativos em distintas esferas sociais, para que todos os sujeitos tenham de fato a oportunidade de serem igualmente ouvidos e reconhecidos na esfera política e social (Rios, 2017).

O Sistema Único de Saúde (SUS) é responsável pela oferta de serviços especializados no diagnóstico e tratamento do TEA. As Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são fundamentais nesse processo, oferecendo suporte multiprofissional. No entanto, a desigualdade regional e a falta de profissionais capacitados ainda representam desafios significativos.

A interseccionalidade entre autismo e transgeneridade é um tema que requer maior atenção nas políticas públicas. Pessoas autistas trans frequentemente enfrentam dificuldades no acesso a serviços de saúde devido à desconsideração de suas necessidades específicas. Dessa forma, compreender que pessoas autistas podem ter vivências singulares de gênero acaba se revelando fundamental para evitar que a presença de diagnósticos como TEA sejam utilizados para invalidar identidades trans, ou que a identidade trans seja uma característica que dificulte o acesso ao diagnóstico de TEA.

A falta de formação de profissionais de saúde para lidar com a interseccionalidade entre autismo e identidade de gênero é um problema recorrente. Entre os desafios enfrentados

por pessoas autistas trans, podem ser destacados (Guareschi; Alves; Naujorks, 2016; Portolese et al., 2017):

- A dificuldade na obtenção de laudos e documentações necessárias;
- Preconceito e discriminação nos serviços de saúde e educação;
- Obstáculos financeiros causados por gastos de saúde e taxas de desemprego elevados;
- Baixa acessibilidade de informação.

Uma abordagem que se propõe a considerar aspectos da subjetividade, conforme proposta por González Rey, permite avançar na compreensão da transgeneridade em pessoas autistas como parte de um processo dinâmico de constituição de identidade que não pode ser reduzido a categorias diagnósticas estáticas, cisnormativas ou generalizadoras.

As políticas públicas de saúde para pessoas autistas no Brasil avançaram significativamente nas últimas décadas, mas ainda apresentam desafios estruturais, especialmente para aqueles que também pertencem à comunidade trans. A necessidade de uma abordagem mais inclusiva e interseccional é evidente, garantindo que a assistência em saúde respeite a subjetividade de cada indivíduo e promova seus direitos sem a imposição de normas cisgênero binárias ou neurotípicas.

2.1.4 Sobre a questão do diagnóstico autista

A questão do diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista ocupa um dos eixos centrais em discussões sobre o autismo. Assim como em diagnósticos referentes à transidentidades, como a **Disforia de Gênero**, ao mesmo tempo em que se estrutura dentro de uma lógica patologizante e reducionista, também atua como uma ferramenta de acesso a direitos fundamentais. Historicamente, o reconhecimento do autismo como uma condição do neurodesenvolvimento humano passou por diversas reformulações em manuais diagnósticos, aplicação de testes em avaliações neuropsicológicas, orientações clínicas e educacionais, sempre refletindo as perspectivas médicas e sociais de seu tempo (Côrtes; de Albuquerque, 2020; Onzi; Gomes, 2015).

No entanto, ainda que o diagnóstico busque descrever um conjunto de características que diferenciam a experiência autista da neurotipicidade, está igualmente passível de ser utilizado de forma a reduzir a vivência humana em uma lista de déficits e disfunções,

desconsiderando a complexidade das subjetividades autistas e suas formas de existir no mundo. Esse enquadramento deficitário reforça uma visão medicalizante, em que neurodivergências são tratadas apenas como algo a ser corrigido ou amenizado, muitas vezes sem levar em conta as particularidades das pessoas que vivem além do que ditam os parâmetros clínicos.

Apesar de suas origens em classificações binárias entre o que se considera normal ou patológico, o diagnóstico também desempenha um papel essencial na garantia de direitos, especialmente no que diz respeito ao acesso a serviços, adaptações e reconhecimento institucional. Em muitos contextos, sem um laudo médico formalizado, as pessoas autistas encontram barreiras para acessar apoios educacionais, atendimento especializado, benefícios sociais e até mesmo inclusão no mercado de trabalho. O diagnóstico, então, se torna um requisito burocrático para validar demandas legítimas, funcionando como um passaporte para direitos que, de outra forma, poderiam ser negados. No entanto, essa necessidade de comprovação formal impõe desafios, uma vez que os critérios diagnósticos são frequentemente elaborados a partir de uma visão clínica que não necessariamente contempla a diversidade de manifestações do autismo, especialmente entre pessoas trans, não binárias e outras identidades dissidentes.

A obtenção de um diagnóstico também envolve desigualdades estruturais. A acessibilidade aos serviços de avaliação varia amplamente de acordo com fatores socioeconômicos, geográficos e raciais, criando barreiras adicionais para grupos já marginalizados. O modelo biomédico predominante frequentemente privilegia perfis que se alinham às descrições clássicas do autismo, muitas vezes baseadas em estudos com meninos brancos cisgêneros, enquanto pessoas designadas como mulheres, pessoas racializadas, indivíduos LGBTQIA+ de forma geral e autistas com perfis menos estereotipados encontram maior dificuldade em obter reconhecimento clínico. Essa disparidade não apenas afeta o acesso ao diagnóstico, mas também molda a forma como políticas públicas e intervenções são estruturadas a partir deles, reforçando desigualdades dentro da própria comunidade autista. Um fator frequentemente ignorado é que o processo de obtenção de um diagnóstico é um processo caro, longo e demorado (Freire; Cardoso, 2022; Gesser et al., 2024; Loureiro, 2024; Price, 2022; Ronzani et al., 2023).

Além disso, mesmo para aqueles que conseguem obter o diagnóstico formal, o documento comprobatório não garante automaticamente a eliminação de barreiras, podendo exacerbar a discriminação enfrentada. Isto é, a própria apresentação de um diagnóstico pode se tornar um fator de exclusão, funcionando como uma marca que reforça a discriminação em ambientes escolares, profissionais e sociais.

Historicamente, o campo de saberes que envolvem a saúde mental esteve envolvido na institucionalização de pessoas autistas e neurodivergentes – e de pessoas de gêneros e expressões sexuais diversos, reforçando práticas de segregação que remontam aos hospitais psiquiátricos e instituições manicomiais.

A oposição ao diagnóstico dentro de algumas correntes da psicologia se baseia na crítica ao seu potencial de funcionar como um rótulo limitante. O enquadramento diagnóstico, ao nomear e definir um conjunto de características, também pode cristalizar um determinado modo de ser como algo fixo e inalterável, ignorando a fluidez e a diversidade das experiências autistas. Essa crítica se insere em um debate mais amplo sobre a própria noção de normalidade e patologia dentro da psicologia. A distinção entre o que é considerado “normal” e o que é classificado como “patológico” reflete construções históricas e culturais, mais do que realidades absolutas. Dessa forma, o diagnóstico do autismo não apenas descreve um fenômeno, mas também o produz dentro de um contexto específico, reforçando a ideia de que certas formas de cognição, comportamento e percepção do mundo são desviantes (Bosa; Callias, 2000; Marchiori; Prudente, 2024; Montes; Lacerda, 2019).

A luta antimanicomial e os movimentos de desinstitucionalização trouxeram uma crítica fundamental a esse modelo, questionando o papel das classificações psiquiátricas na marginalização de corpos e mentes dissidentes. No Brasil, a luta pela valorização da subjetividade humana em sua multiplicidade se conecta diretamente com uma perspectiva anticolonial, que busca romper com os legados eurocêtricos e problematizar os modelos normativos do que se considera saúde mental. Dentro desse contexto, o diagnóstico do autismo pode ser visto como uma continuidade das práticas de controle da diferença ou como uma ferramenta potencialmente emancipatória, dependendo da forma como é utilizado.

A perspectiva anticolonial da psicologia propõe um rompimento com essas noções normativas a partir do protagonismo autista, defendendo um olhar que reconheça a diversidade de formas de existência sem submetê-las a categorias hierárquicas de funcionalidade. Dentro dessa abordagem, a ênfase se desloca do diagnóstico como ferramenta classificatória para um entendimento que privilegia as experiências subjetivas e coletivas das pessoas autistas, respeitando suas formas de comunicação, interação e vivência do mundo (Nicolau; Assis, 2023). O desafio, portanto, não está apenas em obter diagnósticos mais acessíveis e inclusivos, mas também em construir uma psicologia que não dependa da patologização da diferença para reconhecer e validar formas diversas de existência (S. L. Koga, comunicação pessoal, 23 de março, 2025).

Ainda que seja necessário abordar criticamente a medicalização excessiva, a institucionalização e o diagnóstico enquanto rótulo limitante, atualmente o diagnóstico ainda se apresenta como uma ferramenta importante para o reconhecimento, suporte e legitimidade às vivências autistas, permitindo a compreensão de suas características múltiplas e cuidados específicos, além de prover embasamento teórico e estatístico mais sólido para elaboração e aplicação de políticas públicas.

2.1.5 Pessoa Autista x Pessoa com Diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista ou Pessoa com Autismo

Para cumprir com os propósitos desta pesquisa, avaliando sua coerência ética, tomou-se como um de seus aspectos fundamentais considerar a centralidade da pessoa autista como um agente ativo na construção de discursos sobre si mesma. Sendo assim, adotou-se um posicionamento político e epistemológico que reconhece o direito da própria comunidade autista de falar por si (vide lema “nada sobre nós, sem nós”) em oposição às abordagens tradicionais que frequentemente situam pessoas autistas como meros objetos de estudo.

Este trabalho se insere em uma metodologia de pesquisa que privilegia a perspectiva em primeira pessoa, nos moldes da Teoria da Subjetividade, conforme proposta por Fernando González Rey, afastando-se de um modelo clínico-diagnóstico que prioriza a caracterização do autismo a partir de uma ótica patologizante e de um sujeito suposto saber da psicologia e/ou do pesquisador.

Dessa maneira, esta dissertação não tem como objetivo a investigação do diagnóstico do TEA, a categorização específica daquilo que se considera enquanto sintoma, possíveis tratamentos ou intervenções terapêuticas. Em vez disso, o foco recai sobre as construções subjetivas de indivíduos que se reconhecem como autistas e se identificam com a comunidade autista. Tal escolha se alinha com uma abordagem sociocultural do autismo, que compreende a identidade autista para além dos parâmetros biomédicos estritos e leva em consideração a forma como as próprias pessoas autistas se ressignificam.

A opção terminológica adotada nesta dissertação reflete essa postura teórica e política. Em vez de privilegiar termos como “portadores de TEA” ou “indivíduos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista”, privilegiam-se predominantemente expressões como “pessoas autistas”, “comunidade autista” e “autismo” em sua interpretação de uso abrangente. Essa escolha terminológica é coerente com um movimento mais amplo dentro da própria comunidade autista, que busca desafiar a noção do autismo como uma mera condição médica

ou um conjunto de déficits e, em vez disso, enfatiza a diversidade de experiências e subjetividades que compõem o espectro e a importância da formação de um senso de comunidade.

Além disso, ao abordar o autismo a partir da Teoria da Subjetividade, compreendemos que falar em uma identidade autista não se trata de determinar uma categoria fixa ou homogênea, mas sim considerá-la no contexto de um processo dinâmico de construção, influenciado por múltiplos fatores sociais, históricos e políticos. Nesse sentido, é importante destacar que a interseccionalidade entre autismo e identidade de gênero é um aspecto relevante desta pesquisa, considerando diferenças significativas na vivência de gênero entre pessoas autistas e pessoas neurotípicas. Como descreve Sam Hope, em seu capítulo “Trans, autista e muito mais além”⁸:

Meu gênero e sexualidade eram vistos apenas como mais um exemplo de quão “confuso” eu era. As mensagens da minha juventude foram projetadas para descartar ou rejeitar tudo sobre mim e confundir ou fundir todas as partes divergentes da minha identidade. A pressão psíquica de ter tantas diferenças ignoradas, fundidas, estigmatizadas ou descartadas era imensurável, mesmo sem os abusos que aconteceram como tal. (Hope, 2020, p. 220-221, tradução livre).

Assim, esta pesquisa não apenas reconhece, mas valoriza as experiências autistas em sua pluralidade, sem reduzi-las a um diagnóstico clínico ou a uma categoria médica rígida. Tal abordagem permite uma análise que prioriza o respeito pelas pessoas que aceitaram participar da pesquisa e reflexões do cenário de pesquisa – descrito com mais detalhes em seu capítulo correspondente – com uma visão mais ampla das vivências e das relações subjetivas autistas e suas interseccionalidades, especialmente no que tange à diversidade de gênero e à autonomia em sua autodefinição. Com esse intuito, o próximo trecho irá tratar da temática de gênero queer no Brasil, considerando a temática de transgeneridades não binárias, as movimentações de comunidades LGBTQIA+ e seus conceitos.

2.1.6 A temática de gênero queer no Brasil

O uso do termo “gênero” em pesquisas no Brasil é plural e influenciado por pesquisas internacionais, atrelado às reivindicações de movimentos sociais (Aquino, 2006). No corpo conceitual científico, foi introduzido pelo psicólogo John Money na década de 1950,

⁸ Traduzido do inglês “*Trans, Autistic, and a Lot More Besides*”.

defendendo a inexistência de uma relação natural entre o sexo anatômico e a identidade sexual ou, como veio a ser chamada, sua identidade de gênero (Lattanzio; Ribeiro, 2018).

O termo “identidade de gênero”, como se constrói hoje, foi apresentado inicialmente nos Estados Unidos em 1964, e refere-se ao sentimento de pertencimento a um determinado sexo/gênero (Stoller, 1964). Stoller, em conjunto com Ralph Greenson, desenvolve e aprofunda a noção, dissociando a autopercepção do indivíduo de suas atividades e fantasias sexuais (Amaral, 2011). Posteriormente, o uso do gênero enquanto conceito aparece em publicações de teorias feministas (Rubin, 1975).

E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente (Jesus, 2012, p. 8).

Essa identificação pessoal e subjetiva em relação a si e ao mundo pode ser binária – gêneros feminino ou masculino – ou não binária, com alinhamento feminino/masculino ou não. Dentro do espectro das identidades não binárias podem ser encontradas identidades como agênero, pangênero, gênero *queer*, bigênero, poligênero, intergênero, *maverique*, *neutrois*, gênero fluido, xenogêneros, entre muitos outros (Hardell, 2016).

A identidade *queer* não se trataria, então, apenas de uma sexualidade ou de um gênero específico e limitado, e sim de um agrupamento entre todas as des-identidades que fogem da cisheteronormatividade (Preciado, 2011). Enquanto categoria identitária, os indivíduos nesse espectro constroem sua própria comunidade, movimentos e produtos culturais (Louro, 2001). No Brasil, o termo “transviados” já foi utilizado por pesquisadores que tratam dos estudos de gênero, como uma alternativa ao estrangeirismo que o termo “*queer*” traz para a discussão de gênero da América Latina (Bento, 2017).

Queer pode ser traduzido como estranho, esquisito, excêntrico, algo não esperado. Indica o sujeito desviante, e a transgressão de sua existência subversiva dita revolucionária, podendo ser lido como uma das terminologias abertas, não consensuais, com o qual pode se denominar a pessoa que não se enquadra em nenhuma identidade ou expressão de gênero. (Jesus, 2012, Louro, 2018). A discussão trazida pelo *queer* sobre corpos trans e intersexo seria primordial para entender os efeitos da assumpção de uma binariedade de gênero sob uma perspectiva crítica (Souza; Carrieri, 2010), possibilitando que se rompa com a determinação de uma suposta corporeidade natural, resistindo à exclusão biopolítica (Méllo, 2012).

Os estudos *queer* surgem de uma corrente dos Estudos Culturais americanos, com o pós-estruturalismo francês (Motta; Ribeiro, 2013). O movimento *queer* surge do

suplementarismo de Jacques Derrida e de influências foucaultianas que apresentam a sexualidade como um dispositivo de poder, que se baseou na inserção do sexo em sistemas de utilidade e regulação social (Miskolci, 2009).

Butler apresenta o sistema binário dos gêneros como uma hipótese na qual o gênero é assentado no corpo-sexuado. Para a autora, quando o gênero se teoriza enquanto independente do sexo, o próprio torna-se mero artifício flutuante, limitado teoricamente por seu construtivismo binário (Butler, 2018). Preciado (2014) não faz a distinção convencional entre sexo e gênero, discursando o corpo e o sexo enquanto construídos socialmente como uma escritura. Em seu trabalho, afirma sua plasticidade e artificialidade, criticando sua naturalização.

O argumento de uma suposta binariedade de gênero circula amplamente em todas as esferas e relações sociais (Oliveira; Carneiro, 2019). O senso comum e pensamento científico hegemônico se retroalimentam, afirmando a existência de um dimorfismo entre corpos sexuados de homens e mulheres, ignorando aspectos culturais e simbólicos que constituem essas percepções (Bento; Pelúcio, 2012).

Diversas pesquisas e discursos normativos revelam apagamentos sistemáticos da história do movimento LGBTQIA+, com tentativas de higienização de seus espaços e censura de suas tecnologias linguísticas, como o pajubá (Gomes Júnior, 2021; Iazzetti, 2021; Oliveira, 2019). Ao mesmo tempo em que setores conservadores, e até mesmo alguns espaços acadêmicos e de luta social, deslegitimam certas terminologias ao classificá-las como “chulas” ou “inadequadas” para o debate público e científico – um exemplo o termo “boyceta”⁹ – essas mesmas esferas permitem a perpetuação de discursos transfóbicos e neurocapacitistas, reforçando preconceitos e violências contra identidades dissidentes. A recusa em reconhecer a legitimidade das múltiplas formas de expressão de gênero frequentemente se manifesta através da patologização e desumanização de corpos trans e neurodivergentes, criando um ambiente hostil e excludente. Essa dinâmica revela uma contradição evidente: aqueles que condenam certas expressões do movimento LGBTQIA+ como inadequadas são os mesmos que recorrem a insultos e discursos violentos para invalidar a existência de pessoas trans e neurodivergentes, reafirmando concepções errôneas sobre identidade de gênero e perpetuando exclusões estruturais.

⁹ Boyceta: Termo socialmente construído, comumente associado a expressões de gênero trans, usado por algumas pessoas trans não binárias alinhadas ao masculino que foram designadas ao nascer como de gênero feminino, mas que não são homens (cis ou trans), embora alguns homens trans também utilizem ou critiquem a terminologia. Pertence a um vocabulário controverso, podendo ter conotações pejorativas, referentes à genitália de pessoas transmasculinas.

Um exemplo notório desse processo é a forma como pessoas trans não binárias e autistas são frequentemente rotuladas como “alienígenas”, uma metáfora que carrega o peso de uma diferenciação extrema entre o que é considerado humano – considerado cisgênero e neurotípico – ou não humano. É possível correlacionar essa marginalização também ao sentimento de alienação identitária e reconhecimento do self no grupo social e espaços aos quais pertence.

A representação simbólica do *alien* como metáfora da transgeneridade não binária – e para neurodiversidade – é recorrente mesmo dentro de suas comunidades, em especial em algumas comunidades *queer*, não binárias e de expressões não normativas, ao mesmo tempo em que seu simbolismo suscita debates críticos. Se por um lado a figura do alienígena pode ser apropriada como um signo de empoderamento e resistência frente às normas cisheteronormativas, por outro a associação frequente de personagens trans não binários a seres não humanos na cultura midiática levanta preocupações relevantes sobre processos de desumanização (Gonçalves; Guizzo, 2021).

Essa dualidade reflete uma contradição central na maneira como a sociedade normatiza e categoriza corpos e identidades que escapam das definições rígidas de gênero: o não pertencimento à cisnormatividade é frequentemente lido como aberração, monstruosidade ou ameaça à ordem social. Muitas vezes, no entanto, as próprias comunidades atingidas respondem à altura, apropriando-se dessas narrativas para ressignificar e reivindicar suas existências, subvertendo discursos outrora patologizantes e criando novos espaços de reconhecimento e subjetivação, como no caso dos termos “travesti”, “bicha”, “viado” e “*queer*”.

A crítica à normatividade cisgênera também se estende a uma reflexão mais ampla sobre a própria concepção de humanidade. As categorias normativas que estruturam as ideias de humano e inumano, natural e monstruoso, revelam-se mediadas por ideologias excludentes, que operam historicamente na marginalização de corpos dissidentes. A cisgeneridade compulsória (Bauer et al., 2017) enxerga qualquer identidade de gênero que desafie sua lógica binária como um desvio, uma anomalia a ser corrigida, negando às pessoas trans não binárias o pleno reconhecimento de suas existências. Essa exclusão se dá tanto no nível discursivo, por meio da patologização e da medicalização da transgeneridade (Pearce, 2018), quanto no nível material, através de políticas de restrição de direitos, violência institucional e dificuldades de acesso à saúde, trabalho e cidadania.

Esse questionamento sobre os limites e a constituição da humanidade ganha ainda mais relevância diante do avanço dos discursos transfóbicos e capacitistas em contextos de ascensão de regimes políticos ultraconservadores e da intensificação da violência contra grupos

marginalizados. O ideal do que seria “ser humano”, frequentemente uma categoria universal e inclusiva, reforça exclusões históricas a partir de parâmetros normativos que perpetuam opressões estruturais. Pessoas com deficiência, assim como pessoas trans, são constantemente representadas como figuras monstruosas, desviantes e ininteligíveis dentro da norma social. A patologização dos corpos neurodivergentes e divergentes da norma biomédica insere-se nesse processo, consolidando uma lógica na qual a diferença é automaticamente associada à deficiência, e esta, por sua vez, à anormalidade e à inferioridade (Kafer, 2013; Wu; Yaedu; Wayszceyk, 2019).

Dentro desse panorama, o conceito de *body horror*¹⁰ torna-se mais um dispositivo simbólico relevante para compreender como a sociedade constrói e reforça imaginários de medo e repulsa em relação a corpos e identidades que fogem das normas hegemônicas. O *body horror*, enquanto subgênero da ficção e do cinema de terror, explora mutações corporais, deformações e transgressões físicas como fontes de medo e angústia, frequentemente refletindo ansiedades sociais sobre gênero, deficiência e normatividade corporal (Sobchack, 2004).

Essa estética do grotesco é amplamente utilizada para representar corpos que desafiam a cisnormatividade e a neurotipicidade, transformando a diversidade corporal em um espetáculo de horror. No entanto, se no cinema e na literatura esses corpos são construídos como monstros a serem temidos, na realidade são justamente essas comunidades vulnerabilizadas que sofrem as consequências da marginalização, sendo perseguidas, excluídas e violentadas de forma estrutural e sistemática.

A normatividade impõe um modelo restritivo de corpo e identidade permeado por instâncias de violência e exclusão. Ao definir rigidamente o que significa ser humano, são estabelecidas fronteiras entre os corpos aceitáveis e aqueles sujeitos a serem apagados, corrigidos ou exterminados. O discurso capacitista e transfóbico age, portanto, como uma forma de amputação da humanidade, com pretensão de negar a plena participação na sociedade a pessoas trans, pessoas com deficiência e neurodivergências. Diante desse cenário, torna-se fundamental escutar e valorizar as perspectivas daqueles que ocupam esses espaços, reconhecendo a centralidade da experiência subjetiva na construção de novas vias de compreensão e novos paradigmas de inteligibilidade de gênero.

¹⁰ *Body horror* ou *biological horror* (em português: horror corporal ou terror biológico) é um subgênero do cinema de terror e literatura gótica que utiliza modificações ou violações gráficas do corpo humano, explorando suas representações de forma propositalmente perturbadora e provocativa aos valores estéticos de beleza, humanidade e monstrosidade.

O trabalho científico, nesse contexto, possui papel fundamental em dar maior visibilidade à temática da transgeneridade e atuar contra sua marginalização (Hatje; Pereira; Silva, 2019). Borges (2014) apresenta a academia e os movimentos sociais como campos com possibilidades de enriquecimento mútuo, propostas alternativas visando a transformação e compromisso social. Para Anjos e Lima (2016), por vezes a discriminação se aproveita do saber científico para usá-lo de forma distorcida contra pessoas dissidentes das normas presentes em palcos políticos institucionalizados.

A abordagem atualizada de diferentes conceitos e saberes *queer*, conectada às discussões reais no movimento social das comunidades autista e trans não binária, é indispensável para o aprofundamento acadêmico de suas temáticas. Esses elementos fornecem um contexto abrangente e fundamentado, permitindo uma análise crítica e informada dos fenômenos estudados, assegurando a relevância e coerência da pesquisa. Para tanto, o próximo segmento considera sua integração com determinadas políticas públicas brasileiras e seus efeitos.

2.1.7 Políticas públicas no Brasil para pessoas trans

O tema dos direitos LGBTQIA+ foi pautado no SUS, como forma de fomentar a elaboração de políticas de equidade (Ministério da Saúde, 2004), objetivando reduzir as desigualdades e promover a saúde, sendo organizado na Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT (Ministério da Saúde, 2013). Em 2007, na 13ª Conferência Nacional de Saúde (Ministério da Saúde, 2008), fatores como a orientação sexual e a identidade de gênero foram incluídos na análise da determinação social da saúde.

As preocupações iniciais sobre um cuidado em saúde centrado na cirurgia de transgenitalização têm se ampliado para questões que envolvem a autonomia do sujeito e a integralidade do cuidado (Raimondi; Paulino; Teixeira, 2016). Para os autores, problematizar o cuidado em saúde e os espaços ofertados para isso demonstra uma tentativa de se pensar para além da relação travesti-prostituição com o Vírus da Imunodeficiência Humana e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/Aids) e de outros fatores de patologização/doença.

O chamado “Processo Transexualizador no SUS” foi incluído em 2008 (Ministério da Saúde, 2008), e ampliado pela Portaria nº 2.803/139 (Ministério da Saúde, 2013), redefinindo a regulamentação das diretrizes técnicas e éticas do processo. Entre outras mudanças, as intervenções cirúrgicas deixaram de ser uma meta terapêutica, favorecendo as demandas dos indivíduos trans interessados somente em hormônios e próteses (Monteiro; Brigeiro, 2019),

sendo hoje o Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans (PAES Pop Trans), pactuado na Comissão Intergestora Tripartite (CIT) do SUS, já publicado, porém ainda não assinado.

O projeto terapêutico é flexibilizado pela Nota Técnica sobre o Processo Transexualizador e Demais Formas de Assistência às Pessoas Trans (Conselho Federal de Psicologia, 2013). Sua redação reforça a necessidade de não se orientar por um modelo patologizado da vivência trans e o dever do profissional em buscar respaldo teórico em pesquisas e estudos de gênero para superação da heteronormatividade.

Bento (2017) destaca que a cisnormatividade, enquanto regime discursivo e material, estrutura o cotidiano das relações sociais, regulando corpos e subjetividades de acordo com padrões estritamente binários. A emergência de movimentos políticos trans e não binários tem sido central para tensionar esse panorama e reivindicar a ampliação de direitos e reconhecimento social. A ascensão de candidaturas trans no cenário político nacional, representadas nas figuras de Erika Hilton e Duda Salabert – embora não somente, felizmente –, sinaliza um avanço na representatividade e na incidência legislativa em favor de políticas públicas mais inclusivas (Neto, 2025; Silva, 2024).

Entre as medidas governamentais mais recentes, destaca-se o lançamento da “Agenda de Enfrentamento à Violência contra as Pessoas LGBTQIA+” pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional de Defesa das Pessoas LGBTQIA+, que estabelece diretrizes para a educação, segurança pública, acesso à justiça e promoção de cidadania para essa população (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2025).

Além disso, o Ministério da Saúde também implementou iniciativas voltadas para a população trans e travesti, incluindo o Programa Nacional de Apoio à Permanência, Diversidade e Visibilidade para Discentes na Área da Saúde (AfirmaSUS), que concede bolsas a estudantes trans para fomentar a permanência no ensino superior (Ministério da Saúde, 2024).

2.1.8 Importância da despatologização de identidades trans

Limitar a conceituação do construto “gênero” a um pensamento pautado em um binário possui suas implicações não somente no campo teórico, como também no manejo clínico de pessoas trans. Ao invés da consideração caso a caso, a generalização atua determinando que seja feita uma transição “até o final”, isto é, que transicionem até que atinjam os moldes cis já pré-estabelecidos do que seria seu “sexo oposto” (Drescher, 2009). Na mesma direção, como

expõe Bento (2008), as definições do que seria um “homem de verdade” ou uma “mulher de verdade” influenciam as definições do que seria uma transexual “de verdade”.

Os sujeitos hormonizados teoricamente se aproximariam dos traços e características aceitas do gênero o qual se identificam, isto é, permitindo que sejam desenvolvidas as características sexuais secundárias de interesse, e minimizando os signos comumente associados ao gênero imposto ao nascer (Almeida et al., 2013). No entanto, parte das vezes, esse processo de hormonização só legitima a transgeneridade daqueles que fizeram a redesignação sexual e estão se hormonizando, repetindo afirmações de que apenas certas características corpóreas pertenceriam a tipos específicos de gêneros e reforçando, assim, noções binaristas de gênero (Cavalcante, 2018).

A patologização da transexualidade como critério de acesso e o predomínio da lógica binária de gênero dificultam o acesso ao cuidado em saúde, além da precarização geral do serviço e de seu tempo de espera elevado (Monteiro; Brigeiro, 2019). Pessoas trans muitas vezes são impedidas de acessar serviços e procedimentos por questões burocráticas e operacionais do que é chamado de um “CIStema” que não prevê atendimento adequado para identidades e corpos não normativos e suas necessidades (Gomes et al., 2018).

Cistema é uma fusão das palavras “cis” e “sistema”, termo criado pela comunidade e utilizado em contextos da transgeneridade e estudos de gênero para descrever a estrutura social, política e cultural que privilegia e normaliza identidades cisgêneras, ou seja, aquelas em que a identidade de gênero corresponde ao que lhe foi designado ou imposto. O **cistema** – também escrito **cis-tema** ou **CIS-tema**, para evidenciar o prefixo “cis” – opera através de normas, instituições e práticas que reforçam normativas de gênero, marginalizando experiências trans. Essa estrutura é sustentada por uma série de mecanismos, incluindo na legislação, na educação e na mídia, que perpetuam a ideia de que ser cisgênero é a norma padrão e desejável, enquanto identidades trans são vistas como desvios, exceções ou patologias. Falar em **cistema** implica confrontar toda uma estrutura de imposição de gênero que não apenas invisibiliza as experiências trans, mas também cria barreiras significativas para o acesso a direitos básicos, como saúde, emprego e reconhecimento legal. Desafiar o **cistema** envolve questionar e desconstruir as normas de gênero estabelecidas, promovendo uma sociedade mais inclusiva e equitativa, onde todas as identidades de gênero sejam reconhecidas e respeitadas. A luta contra o **cistema** é, portanto, uma luta por justiça social e direitos humanos, que busca desnaturalizar a cisnormatividade e criar espaços de existência e resistência para pessoas trans (Gomes; York; Colling, 2022; Lau, 2019, Oliveira, 2018; Righetto, 2022)

A crença normativa em uma superioridade sobre orientação sexual (heterocentrismo) e sobre sexo e gênero (ciscentrismo) fundamentam práticas cotidianas de invisibilização e estigmatização de pessoas trans e intersexo (cisgenerismo e cissexismo), as quais se transformam em violência explícita quando culturalmente dessensibilizadas (Gaspodini; Jesus, 2020). Generalizações, argumentações e normas pré-estabelecidas socialmente para os gêneros, do que é aceitável ou patológico (Bento; Pelúcio, 2012) guiam a atuação de profissionais da saúde, recusando a escuta de suas vozes e demandas individuais. Ao contrário do que tenta ser aplicado, a busca por procedimentos de mudança corporal não é uma experiência trans universal, e mesmo quando se faz presente, não se caracteriza necessariamente devido a fatores de rejeição à masculinidade ou feminilidade (Costa; Nardi; Koller, 2017).

Reforça-se um mito de ódio trans ao próprio corpo e sexualidade, em uma narrativa cisnormativa que impõe para jovens ciclos de autorrecriação e desconforto corporal, em perspectivas autodestrutivas que, embora possam acontecer em suas vivências pessoais, não são de forma alguma uma experiência trans obrigatória para validação de suas identidades (Cifor, 2016; Vipond, 2015).

No Brasil, o acesso à modificação corporal do sexo segue ainda um modelo avaliativo e psiquiatrizado que compreende pessoas trans como portadoras de Disforia de Gênero, com uma assistência patologizada centrada no diagnóstico (Gomes et al., 2018). Embora exista, em alguns setores, o esforço para romper com o chamado adoecimento dos trânsitos entre os gêneros, a identidade trans ainda é compreendida enquanto uma condição anormal (Almeida; Murta, 2013).

A efetivação do acesso de pessoas trans aos procedimentos para a transição de gênero depende da capacitação profissional e do reconhecimento das especificidades de cada gênero, sem que as interpretações concorram entre si (Monteiro; Brigeiro, 2019), o que implica na obrigatoriedade de um olhar interdisciplinar sobre o binarismo sexual (Sampaio; Coelho, 2013).

Indivíduos trans são sujeitos a níveis altíssimos de discriminação social e tipos diversos de violência, com maior predomínio da verbal (Corrêa et al., 2020). Um estudo norte-americano mostrou que enquanto a tentativa de suicídio na população geral de estadunidenses era de 1,6%, nos indivíduos transgêneros entrevistados chegou a 41% (Grant et al., 2010).

Em outra pesquisa, com mais de 120 mil jovens, de idade entre 11 e 19 anos, e com duração de 36 meses, o grupo mais fragilizado foram os homens trans, batendo 50,8%. Os adolescentes que não se identificaram exclusivamente como homens ou mulheres atingiram 41,8%, mulheres trans atingiram 29,9%, aqueles em questionamento 27,9%, meninas cisgêneros 17,6% e meninos cisgêneros 9,8% (Toomey; Syvertsen; Shramko, 2018).

Em estudo com 316 participantes LGBTQIA+, todos os entrevistados relataram já ter sofrido algum tipo de violência (Corrêa et al., 2020). A precarização da população trans no Brasil seria ainda maior (Jesus, 2014), com 781 assassinatos de pessoas trans brasileiras entre 2017 e 2021 (Benevides, 2022).

O “Dossiê: Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2024”, publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em janeiro de 2025, apresenta uma análise sobre as diversas formas de violência que afetam essa população no Brasil. Os dados evidenciam que o país continua a ocupar a liderança mundial em assassinatos de pessoas trans e travestis, conforme relatório da *Trans Murder Monitoring* (TMM), que compila estatísticas globais sobre crimes letais contra pessoas transgênero e de gênero diverso (*Transgender Europe*, 2024).

O perfil das vítimas reflete um padrão de vulnerabilidade estrutural. Dados apontam que 78% das pessoas trans assassinadas no Brasil em 2024 eram travestis e mulheres trans negras, frequentemente expostas a situações de vulnerabilidade socioeconômica, com baixa escolaridade e, muitas vezes, vinculadas ao trabalho sexual como principal ou secundária fonte de subsistência. Em termos de faixa etária, 52% das vítimas tinham entre 15 e 29 anos, enquanto 66% tinham menos de 35 anos, evidenciando que a juventude trans permanece desproporcionalmente exposta à violência letal (Benevides, 2025).

Dados internacionais indicam que 73% dos assassinatos de pessoas transgênero e de gênero diverso ocorreram no recorte local composto pela América Latina e no Caribe, e pelo 17º ano consecutivo, o Brasil lidera o ranking mundial, sendo responsável por 30% do total de casos registrados globalmente pela rede de organizações *Transgender Europe* (2024). Contudo, é importante destacar que esses números são subestimados, uma vez que muitos casos não são oficialmente reportados ou são registrados com informações incorretas devido à prática de *misgendering*, em que o gênero das vítimas é negado em seus registros oficiais, em especial no registro de pessoas trans não binárias (*Transgender Europe*, 2024; Osborn, 2023).

As estatísticas evidenciam que, entre os casos reportados globalmente, um terço das vítimas tinham entre 31 e 40 anos, enquanto um quarto possuía idades entre 19 e 25 anos. Além disso, 6% das vítimas eram jovens transgênero menores de 18 anos, revelando a vulnerabilidade dessa faixa etária (*Transgender Europe*, 2024). No Brasil, os homicídios de pessoas trans e travestis não são apenas expressões de violência física, mas também resultam da exclusão social, do preconceito estruturado e da ausência de políticas eficazes para garantir a segurança e a dignidade dessa população.

Ainda faltam estudos e dados estatísticos, principalmente no Brasil, que considerem a interseccionalidade da identidade trans não binária com fatores de raça, classe, suas possíveis deficiências e/ou neurodivergências, em especial a adição da condição autista do existir no país.

É necessário apontar que a causa maior do sofrimento psíquico de pessoas de gêneros divergentes da cisnorma encontra-se nas vivências de exclusão e marginalização, e não na identificação existencial do ser trans (Cassal; Bello; Bicalho, 2019). Para que seja possível uma intervenção nos efeitos de violência transnegativista advinda de modelos cisheterossexistas excludentes é fundamental que estudos de sexo/gênero, seus conceitos e características adicionais interseccionais sejam explorados, garantindo maior visibilidade das demandas de pessoas LGBTQIA+ no cenário social e político, com o apoio da mídia e do ativismo (Tagliamento et al., 2020; Zerbinati; Bruns, 2019), com a consideração de argumentos como do movimento *Stop Trans Pathologization*, uma campanha mundial pelo fim da patologização de transidentidades (Bento; Pelúcio, 2012).

Embora muito tenha mudado desde as primeiras publicações sobre o tema, e isso contribua para uma melhor representação da diversidade da experiência vivida, pouco é feito em termos práticos para fechar a lacuna entre a teoria de gênero contemporânea e a práxis de pesquisa atual (Westbrook; Saperstein, 2015). Para Almeida e Murta (2013) a despatologização de identidades não cis-heteronormativas no Brasil deve analisar o cenário atual vivido pelas pessoas trans, com suas vivências e demandas próprias.

2.1.9 Diagnóstico de Transidentidades de Gênero

Tanto a identidade trans como a identidade autista perpassam por discussões – no Brasil e no mundo – acerca dos diagnósticos a elas relacionados. De um lado, há as possíveis vantagens de cuidados em saúde ligados ao diagnóstico. Do outro, as diferentes considerações acerca da patologização e acentuado preconceito acerca de suas identidades. Enquanto no autismo há a problemática do diagnóstico tardio, inadvertidamente ignorando adultos autistas ao dar primazia para crianças autistas, o contrário acontece nas considerações de gênero, em que crianças trans possuem suas existências e cuidados ignorados (Favero, 2023). Em ambos, o envolvimento de uma intensa luta social e política, com muitos interessados.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (*American Psychiatric Association*, 2014) considera o termo “gênero” para denotar o papel público desempenhado como menino ou menina, homem ou mulher. Isto é, além de limitar o conceito de gênero a um

binário, considera sua performance sob normas estabelecidas socialmente, e não sua categoria identitária, possuindo vivência e construção subjetiva.

Preu e Brito (2019) apontam que ainda que se admita a possibilidade de identificação do indivíduo com algo que não necessariamente seja homem ou mulher, isso não se verifica no restante da categoria diagnóstica. Em praticamente todo o decorrer da categoria de Disforia de Gênero, as descrições e dados são baseados no binarismo homem e mulher. Não é esclarecido, em nenhum momento, o que estaria definido como “uma categoria diferente de masculino ou feminino” (*American Psychiatric Association*, 2014, p.451).

Ainda que reconheça o sofrimento psíquico quando dizem que ele ou ela não é realmente membro do outro gênero, apenas deseja ser, o mesmo texto afirma que o indivíduo tem forte preferência a ser “do outro gênero”, que “insiste em ser do outro”, mais uma vez reforçando a ideia do gênero enquanto um binário. Além disso, utiliza o termo “travestismo”, não reconhecendo a aversão ao caráter performativo do termo, demonstrada por áreas mais atentas às suas potenciais implicações (Braz et al., 2019).

Por fim, a categoria de disforia de gênero se define como uma produção específica do pensamento binário norte-americano e seu modelo biomédico flexneriano¹¹, sustentando por seu empuxo à biotecnologia (Henriques; Leite, 2019), sendo admitida inclusive a existência de outras experiências de gêneros em diversas partes do mundo que escapam a essa tentativa de captura da quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais ([DSM-5] *American Psychiatric Association*, 2014), fazendo de refém a subjetividade individual, não patológica.

No DSM-4 (*American Psychiatric Association*, 2002), declarava-se que não existe qualquer teste diagnóstico específico para o Transtorno de Identidade de Gênero, termo utilizado anteriormente. No DSM-5, houve a alteração para o termo “Disforia de Gênero”, no entanto ainda inexistia qualquer teste diagnóstico preciso – até pelo entendimento do que se entende atualmente enquanto “Identidade de Gênero” se distanciar do que um diagnóstico é utilizado para identificar.

Já no DSM-5-TR (*American Psychiatric Association*, 2022), embora a nomenclatura “disforia de gênero” tenha sido mantida em relação à versão anterior, foram feitas atualizações importantes em sua descrição e critérios, com o intuito declarado de reduzir o estigma e

¹¹ O modelo biomédico flexneriano é um modelo de ensino médico que se baseia em um paradigma biológico e mecanicista. Ele foi proposto por Abraham Flexner em 1910, nos Estados Unidos. O paradigma flexneriano, também conhecido como modelo biomédico, está baseado na ideia de que o corpo humano funciona como uma máquina, sendo muito influente no desenvolvimento da medicina moderna.

ênfatizar a importância do sofrimento psicológico no diagnóstico, e não a identidade de gênero em si. No entanto, tais modificações ainda operam dentro de uma lógica biomédica e classificatória que tende a desconsiderar a pluralidade das experiências trans e não binárias, além de negligenciar contextos socioculturais diversos nos quais a identidade de gênero não é percebida como patologia. O manual continua sendo um instrumento fortemente normativo, que delimita quem pode ou não ser reconhecido institucionalmente em sua identidade, impactando diretamente o acesso a direitos, tratamentos e até políticas públicas. Ainda que apresente avanços terminológicos, o DSM-5-TR mantém um modelo de entendimento do gênero atravessado por pressupostos cisnormativos e ocidentais, distantes da complexidade das experiências vividas por pessoas trans e, especialmente, por aquelas que também se situam fora da normatividade neurotípica, sem menções a essas populações.

Nota-se um movimento de resistência que se dá principalmente pela “encrenca” que gênero introduz. Para Azerêdo (2010), teorizar sobre gênero implica encrenca pela sua enorme complexidade, defendendo que, para o gênero ser efetivamente estudado, seria preciso considerar processos políticos e de subjetivação, e a tendência seria de domesticá-lo, simplificando-o. Terminologias na maioria das vezes se originam com um forte teor patológico (Sousa; Cavalcanti, 2016).

Para Bento (2014), desconstruir essa noção do sujeito trans como transtornado ou disfórico significa atentar para o silenciamento de suas vivências. A existência enquanto pessoa trans, mesmo quando não revelada, implica em trajetórias de vida marcadas por recorrentes e duradouros episódios de discriminação, sendo descritas como um processo de “conformismo e resistência”. Por esse motivo, Almeida e Murta (2013) defendem em seu trabalho que, independentemente da abordagem pública que demandem, os sujeitos trans nunca se caracterizam como vítimas passivas.

A psicologia é descrita como um campo de saber capaz de promover tensões no discurso biomédico patologizante, construindo bases fora da patologização para o diálogo entre as categorias profissionais (Sousa; Cavalcanti, 2016). Práticas de despatologização da transgeneridade dependem de uma consideração cuidadosa sobre as especificidades e demandas de diferentes populações *queer*, tendo em vista as consequências da reprodução de discursos de invisibilização e apagamento de identidades não binárias (Gaspodini; Jesus, 2020).

Entende-se que muitas áreas do saber ainda possuem discursos próprios que podem produzir efeitos danosos como a naturalização e o reforço do binarismo de gênero (Borges et al., 2013). Mesmo em se tratando somente da parcela estritamente biológica do discurso de sexo e gênero, a intersexualidade garante o entendimento da variabilidade de corpos fora de um

escopo masculino ou feminino (Canguçu-Campinho; Bastos; Lima, 2009), em contraposição ao modelo classificatório padrão (Vieira et al., 2021).

Ainda que se rompa com a correspondência naturalizada entre sexo e gênero que se daria na experiência das pessoas cisgênero, diferenciando-os, a discussão permanece pautada em termos binários (Preu; Brito, 2019). Os parâmetros de masculino e feminino definem tanto a sexualidade num sentido estritamente biológico (não limitando à genitália), como a experiência cultural dos indivíduos como mediada pelo gênero (Preu; Brito, 2019).

O construto “gênero” por vezes é colocado como aquilo que se considera “sexo”, sendo utilizado com frequência de maneira intercambiável e considerando-se somente duas opções, sendo elas a de “sexo feminino” e “sexo masculino”, ou mulher/homem. Pesquisas fora do campo das teorias de gênero tendem a tratar sexo e gênero como sinônimos e intercambiáveis (Westbrook; Saperstein, 2015). Mesmo quando o gênero é definido como o constructo analisado, em realidade tende-se a medir o sexo ou alguma combinação não declarada dos dois, sem devida diferenciação.

O sexo e o gênero são tratados enquanto categorias visíveis e facilmente reconhecíveis, a partir do que se considera adequado para a performatividade de gênero esperada (Santos, 2006), em uma categorização de gênero direta, estática e natural, em vez de complexa, variável e socialmente construída. Segundo Costa, Nardi e Koller (2017) haveria uma falha tanto ao se privilegiar a avaliação a partir de fatores biológicos – sendo eles visíveis ou não – quanto ao se operar através de um modelo binário de gênero, ignorando suas dissidências, e ignorando as vozes dos protagonistas das vivências abordadas.

Após discorrer acerca de contextualizações importantes para a compreensão das temáticas da transgeneridade não binária e autista, reforça-se o posicionamento de que suas vivências não podem ser reduzidas somente a enquadramentos diagnósticos ou normativos, pois envolvem processos subjetivos profundos e atravessados por construções sociais, políticas e comunitárias. Tanto o autismo quanto a transgeneridade não binária carregam históricos de patologização, mas também de resistência e ressignificação. É nesse espaço de construção de sentidos que esta pesquisa se insere, e a partir dessas considerações que estabelece seus objetivos.

2.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

2.2.1 Objetivo geral:

O objetivo central desta pesquisa é o de construir entendimentos das temáticas de diversidade de gênero e da vivência autista a partir da subjetividade de pessoas autistas trans não binárias, de modo a ampliar as formas de inteligibilidade do conceito de gênero e suas construções para além de suas concepções normativas e neurotípicas.

Por meio da metodologia qualitativa construtivo-interpretativa, busca-se compreender como as subjetividades individuais e sociais que configuram as vivências dessas pessoas produzem sentidos subjetivos e configurações subjetivas a respeito de gênero, considerando perspectivas autigêneras, desafiando modelos essencialistas e abrindo caminho para abordagens mais plurais e situadas.

2.2.2 Objetivos específicos:

O presente estudo explora as múltiplas formas de experiência do gênero entre pessoas autistas trans não binárias, reconhecendo que a subjetividade dessas vivências não se reduz a categorias fixas ou a narrativas universalizantes e generalizadoras.

Dessa forma, têm-se como objetivo trabalhar com elaborações que sejam sensíveis e coerentes com a realidade e necessidades de suas comunidades, construindo novas compreensões de gênero em uma possibilidade de maior entendimento e até conceituação da temática de gênero a partir de um olhar da “Epistemologia Qualitativa e da Teoria da Subjetividade” de Fernando González Rey. Utilizando sua metodologia construtivo-interpretativa, a pesquisa integra estudos de gênero e neurodiversidade para desconstruir normas cisheteronormativas, binárias e neurotípicas, valorizando diferentes percepções e construções subjetivas e suas vivências particulares.

Ao trazer essas perspectivas para o campo dos estudos de gênero, da psicologia, da neurodivergência e das ciências sociais, a pesquisa também visa preencher lacunas na formação de profissionais das áreas da Psicologia, Saúde, Educação e Assistência Social. Ao evidenciar a pluralidade e singularidade das vivências de gênero entre pessoas autistas trans não binárias, espera-se contribuir para a transformação das práticas acadêmicas, clínicas, educacionais e institucionais, promovendo abordagens mais inclusivas e alinhadas às realidades dessas populações.

Por fim, a pesquisa também considera as questões de territorialidade e pertencimento, buscando compreender como a subjetividade do gênero se articula em diferentes contextos sociais, culturais e espaciais. Ao abrir espaço para a produção de conhecimento a partir das experiências das próprias pessoas autistas trans não binárias, esta dissertação pretende não

apenas ampliar as compreensões teóricas sobre o gênero, mas também fortalecer a autonomia e o reconhecimento de comunidades historicamente marginalizadas.

Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa, fez-se necessário a construção de espaços conversacionais participativos que possibilitaram, assim, a escuta e a expressão das experiências de pessoas autistas trans não binárias. Com base na metodologia qualitativa construtivo-interpretativa e na Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey, esta pesquisa se estrutura em um processo dialógico e colaborativo, no qual pesquisador e participantes atuaram de forma ativa em um processo de construção de informações, rompendo com abordagens tradicionais objetivistas.

Dessa forma, os objetivos específicos incluíram, embora não somente:

1. Compreender, através do diálogo e construção em conjunto, como pessoas autistas trans não binárias participantes da pesquisa experienciam e significam o gênero em suas trajetórias individuais e coletivas, considerando as interseções entre neurodivergência, transgeneridade e subjetividade;
2. Identificar como as subjetividades individuais dessas pessoas interagem com os espaços sociais que ocupam, relacionando ao conceito de subjetividade social de Fernando González Rey, analisando ressignificações de normas de gênero e neurotipicidade nos espaços que ocupam;
3. Refletir criticamente sobre a produção do conhecimento científico e suas implicações sociais, questionando como as práticas acadêmicas e institucionais podem reproduzir exclusões, propondo, assim, caminhos críticos visando encorajar pesquisas mais acessíveis, respeitosas e alinhadas às vivências de grupos historicamente marginalizados;
4. Conceber novos entendimentos teóricos sobre o conceito de “gênero” a partir das elaborações construídas, em postura de agentes ativos contra concepções hegemônicas que tendem a invisibilizar, patologizar ou invalidar vivências fora das normas e padrões preestabelecidos de gênero e neurodesenvolvimento.

Através desses objetivos, esta pesquisa buscou não apenas a exposição das experiências de gênero de pessoas de comunidades autistas e trans não binária, mas sim promover uma construção ativa de conhecimentos múltiplos, possibilitando novas vias de compreensão acerca da subjetividade, diversidade de gênero e vivências neurodivergentes –

com foco no autismo – que possam contribuir para transformações teóricas e práticas não só no campo da Psicologia, como também em outros saberes e campos do conhecimento.

2.3 JUSTIFICATIVA

A partir disso, e considerando o contexto atual de pesquisas no saber da Psicologia brasileira, a importância da pesquisa atual se justifica através da possibilidade de contribuições para o entendimento da identidade de gênero fora da normatividade binária (feminino/masculino) e da abordagem de suas diversas temáticas dentro da formação do profissional em psicologia.

Atualmente, há uma falta que precisa ser endereçada na formação profissional em Psicologia em relação ao tratamento que é reservado às pessoas trans e ao cuidado com suas questões e especificidades. A temática da transgeneridade – e especificamente da não binariedade – não se faz presente nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Psicologia. A falta do estudo da identidade de gênero não normativa e suas relações com a sexualidade, a experiência subjetiva e a expressão individual podem se traduzir em direcionamentos inseguros, interpretações imprecisas da realidade do indivíduo, incongruentes com o trabalho do psicólogo (*American Psychological Association*, 2015; Cannone, 2020).

Considerar retratos fora daquilo que se tem enquanto norma, e que há muito têm sido silenciados, pode proporcionar análises mais próximas da experiência vivenciada pelos indivíduos e das configurações de suas subjetividades, oferecendo dados relevantes para a formação do profissional. A desconSIDERAÇÃO de identidades *queer* em pesquisas acarreta erros de precisão, apagando possibilidades de percepção de padrões, tornando uma questão de qualidade de pesquisa, de análise de dados, e/ou da falta destes (Silva; Schons, 2019).

Para superar a insegurança suscitada nos estudantes diante da diversidade da Psicologia, sugere-se a valorização do conhecimento tácito na relação com o conhecimento construído na prática, sendo este um conhecimento que é construído na experiência, na reflexão sobre a prática, perpassando o curso todo, estágios e supervisões, nos trabalhos em grupo, em discussões de disciplinas, em projetos de pesquisa e de extensão (Ferrarini et al., 2016; Ferrarini; Camargo, 2014).

Abordar vivências da não binariedade, permitindo espaços onde grupos minoritários da comunidade possam se expressar, favorece que haja uma troca de saberes entre o que se discute hoje em coletividades não binárias e o meio acadêmico, diminuindo a distância entre seus discursos. O estudo de gênero, quando analisado de forma criteriosa, possibilita que o

saber da Psicologia se atualize, adaptando-se à novas formas de configurações sociais, inter e intra-pessoais (Gaspodini; Jesus, 2020; Silva; Gomes; de Brito, 2021).

Como justificativa ética, destacam-se diversas consequências positivas de estudos psicológicos que levam em conta existências trans não binárias, sendo relacionadas inclusive à diminuição de índices de violência verbal e física (Sousa; Cavalcanti, 2016). A população trans possui parcela significativa de sofrimento psicológico, ansiedade e depressão, com estatísticas desproporcionais em ideação e tentativa de suicídio, automutilação e autopercepção negativa destacada (Benevides, 2022; Corrêa et al., 2020; Grant et al., 2010), sendo imprescindível que essa população seja atendida por profissionais atentos às suas necessidades e que possuam conteúdo compatível para manejar suas demandas, segundo as “Diretrizes para Prática Psicológica com Pessoas Transgênero e de Gênero Não Conformista”¹² (*American Psychological Association*, 2015).

No Transtorno do Espectro Autista, destaca-se também suas estatísticas com altas taxas de depressão, ideação e tentativa de suicídio (Oliveira; Maia, 2022), além da falta de pesquisa e assistência à possibilidade de seu amadurecimento, contribuindo para uma expectativa de vida muito inferior à média (Lin et al., 2023).

Por último, salienta-se a justificativa da manutenção de um ambiente acadêmico que permita que indivíduos autistas e não binários possam, da mesma maneira que seus pares, alcançar espaços acadêmicos e profissionais, abrindo a chance para que sua presença na Psicologia não seja marcada somente pela posição de paciente, no estereótipo do enfermo, mas também como clínicos, educadores, pesquisadores, contribuindo diretamente no desenvolvimento e contínuo aperfeiçoamento do saber e prática da Psicologia no Brasil.

Sendo assim, a presente pesquisa se justifica pela necessidade urgente de repensar e ressignificar as formas como o gênero é compreendido e abordado nas ciências humanas e sociais, particularmente no campo da Psicologia e dos Estudos de Gênero *Queer*, levando em consideração as experiências de pessoas autistas trans não binárias. O conhecimento científico tem se constituído por meio de sistemas de saber-poder que, em seus caracteres hegemônicos, impuseram normatividades e exclusões, dificultando ou até mesmo impedindo a consideração de subjetividades que escapam às categorias convencionais de inteligibilidade. Em uma crítica à epistemologia tradicional, aponta-se que a própria maneira como a ciência é produzida precisa ser revista, pois sua estrutura hierárquica frequentemente perpetua modelos que não

¹² Tradução livre de “*Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people*”.

reconhecem ou não validam experiências situadas fora da cisnormatividade e da neurotipicidade.

Essa pesquisa, portanto, não busca apenas ampliar os espaços de discussão sobre gênero e neurodivergência, mas também possibilitar vias de inspiração para transformar os espaços já existentes. A questão não se trata apenas de adicionar novos conteúdos ou populações ao discurso acadêmico, mas sim de questionar e modificar as formas como se produzem conhecimento e práticas dentro da Psicologia, da Educação, da Saúde e outras áreas do saber. Os espaços acadêmicos e profissionais, em sua configuração atual, muitas vezes não incluem as vivências de identidades não conformistas e, quando o fazem, frequentemente o fazem de modo patologizante, generalizador ou estereotipado, reforçando os discursos normativos ao invés de possibilitar formas diversas e inclusivas de compreensão e atuação.

Assim, a pesquisa pretende contribuir para a desconstrução de abordagens que limitam a compreensão do gênero enquanto construção exclusivamente binária, biologicista e cisnormativa, propondo uma visão mais dinâmica e situada na subjetividade, conforme abordada na Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey. Ao trazer para o centro do debate as configurações subjetivas dessas experiências, fica evidenciado e demarcado como as relações entre identidade, corpo, expressão e socialização de pessoas autistas trans não binárias podem ampliar as compreensões existentes de gênero.

A pesquisa promove espaços de escuta e construção em conjunto com as próprias pessoas autistas trans não binárias participantes dos espaços dialógicos, respeitando e valorizando suas colocações pessoais em suas formas singulares de comunicação. Compreendendo que a subjetividade não se expressa apenas por meio da linguagem verbal, este estudo propõe um enfoque aberto e sensível às diversas manifestações da experiência subjetiva, incluindo a oralidade, a escrita, as expressões emocionais e outras formas de comunicação que possibilitaram a articulação dos sentidos atribuídos ao gênero.

Além disso, intenciona-se que as elaborações do presente estudo possam servir de base para repensar e reformular cursos, eventos, grupos de estudo, disciplinas e projetos de extensão e pesquisa, entre outros espaços, oferecendo entendimentos plurais que não apenas sensibilizem profissionais e acadêmicos da Psicologia e áreas afins, mas também modifiquem suas práticas de maneira estrutural. A conceituação de gênero precisa ser constantemente revisitada e reconsiderada, reconhecendo que a manutenção de perspectivas excludentes não se caracteriza apenas em uma omissão, mas estabelece posturas ativas de apagamento de determinadas identidades, subjetividades e experiências.

Portanto, esta pesquisa se justifica não apenas pela lacuna teórica existente sobre gênero, subjetividade e neurodivergência, mas também pela necessidade de transformação epistemológica, metodológica e institucional na forma como se compreende e se constrói o saber de suas temáticas. O objetivo não é apenas “dar voz” às pessoas autistas trans não binárias – pois, como exposto, elas já possuem vozes próprias –, mas possibilitar a criação e manutenção de espaços onde suas narrativas, experiências e produções de sentido possam ser legitimadas como conhecimento válido e necessário para a construção de campos acadêmicos e profissionais verdadeiramente inclusivos e plurais.

Com isso em mente, considera-se que o compromisso social da proposta epistemológica e metodológica de Fernando González Rey estaria em sua capacidade integradora dos processos sociais, históricos e atuais, nos processos vivos da subjetividade humana em suas diversas esferas (González Rey, 2011b).

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS

Os princípios epistemológicos e metodológicos da presente pesquisa se fundamentam na Teoria da Subjetividade, de Fernando González Rey, que propõe um modelo epistemológico qualitativo construtivo-interpretativo. Essa abordagem possui a compreensão da subjetividade em sua complexidade, com caráter dinâmico e historicamente constituído, integrando elementos individuais e sociais em uma inter-relação indissociável (González Rey, 1997, 1999, 2005a, 2005b; González Rey; Mitjáns Martínez, 2017a).

A Epistemologia Qualitativa desenvolvida por González Rey (2019) se contrapõe ao positivismo e ao objetivismo, os quais tradicionalmente enfatizam a mensuração e a quantificação como critérios exclusivos de uma validade científica. Em contraste, essa perspectiva reconhece a importância do significado e da produção simbólica na constituição da subjetividade, estabelecendo um modelo que valoriza a singularidade dos fenômenos humanos. A subjetividade, nesse contexto, não é reduzida apenas a processos internos do indivíduo, mas compreendida como um sistema de sentidos subjetivos que emergem na interação com o contexto sociocultural e histórico (González Rey; Mitjáns Martínez, 2016, 2017a).

Dessa forma, a metodologia adotada nesta pesquisa baseia-se na metodologia construtivo-interpretativa (González Rey, 2005a, 2005b; Goulart, 2020), que enfatiza o papel ativo da pessoa do pesquisador na construção da informação, e não apenas na mera coleta dos dados. Diferentemente de abordagens tradicionais que veem os dados como algo previamente existente e a ser coletado, essa perspectiva considera que a informação emerge no decorrer da interação entre pesquisador e participantes, que constroem e efetivamente participam do processo da pesquisa. Assim, a pesquisa não se limita à aplicação de instrumentos padronizados, mas recorre a espaços e estratégias metodológicas flexíveis e adaptáveis que permitem, assim, a emergência de sentidos subjetivos ao longo do processo investigativo. Donna Williams (1992) defendia que a melhor abordagem para o trabalho com pessoas autistas é justamente aquela que não sacrifica sua individualidade e liberdade pela ideia que outros fazem dos seus próprios valores.

Na metodologia utilizada, a construção da informação ocorre por meio de múltiplos dispositivos metodológicos, como entrevistas em profundidade, narrativas, análise de discursos e observação participante (González Rey, 2005b, 2011b). Esses dispositivos permitem captar a complexidade dos processos subjetivos, reconhecendo sua dinamicidade e constante

construção, reconstrução e, nesta pesquisa, uma **trans**-construção. Nesse sentido, o pesquisador não assume uma posição neutra ou distanciada, mas atua como um coparticipante na produção do conhecimento, favorecendo um ambiente de diálogo e reflexividade (Goulart; González Rey, 2023).

Outro aspecto fundamental da abordagem epistemológica de González Rey (2002, 2004) é a superação da dicotomia entre indivíduo e sociedade, considerando que a subjetividade se manifesta tanto no nível individual quanto social. Essa visão amplia as possibilidades de análise, permitindo compreender como os processos subjetivos são historicamente construídos e atravessados por relações de poder, cultura e contexto social.

A Teoria da Subjetividade, ao articular epistemologia e metodologia, oferece um arcabouço inovador para a pesquisa qualitativa, sobretudo em áreas que envolvem fenômenos complexos – como os abordados nesta pesquisa – de identidade, gênero e neurodiversidade do autismo. Sua abordagem possibilita não apenas a investigação de experiências subjetivas, mas também o questionamento de discursos normativos e das relações institucionais (González Rey, 2001, 2011c) ao ser proposta justamente para o estudo da Subjetividade, descrita como “um sistema simbólico-emocional orientado à criação de uma realidade peculiarmente humana, a cultura, da qual a própria subjetividade é a condição de seu desenvolvimento e dentro da qual tem sua própria gênese, socialmente institucionalizada e historicamente situada” (González Rey; Mitjáns Martínez, 2017a, p. 27).

González Rey (2005a) estabelece um foco no potencial que cada sujeito possui para ir além do dado, rompendo com a ideia de uma essência humana fixa e universal, bem como com o modelo “sujeito-objeto” hegemônico das teorias positivistas (González Rey, 1997). Esse rompimento é especialmente relevante quando se trata da construção de subjetividades dissidentes, como as de pessoas autistas trans não binárias, cujas experiências desafiam normatividades tanto de gênero quanto de cognição, reconhecendo que as bases epistemológicas permeadas no curso de uma pesquisa demarcam uma posição política diante do conhecimento (González Rey, 2019).

A pesquisa qualitativa proposta por González Rey (2005a) representa um processo dito permanente, no qual todas as decisões e opções metodológicas são continuamente definidas e redefinidas no decorrer do próprio processo de pesquisa. Essa abordagem dialógica, construtivo-interpretativa, permite que novas compreensões sobre identidade de gênero e neurodivergência sejam co-construídas, em vez de previamente estabelecidas a partir de modelos fixos ou simples coleta de dados.

No contexto deste estudo, tal perspectiva possibilita a emergência de novas formas de significação do gênero dentro das experiências autistas, reconhecendo que a subjetividade não é um reflexo direto e inalterado de estruturas sociais, mas sim um processo dinâmico de produção de sentidos no qual a história, as relações interpessoais e os contextos socioculturais desempenham papéis fundamentais.

A categoria de sentido subjetivo permitiu-me, assim, compreender a subjetividade como um nível de produção psíquica, inseparável dos contextos sociais e culturais em que acontece a ação humana. Nessa compreensão, ela não é um sistema determinista intrapsíquico, situado apenas na mente individual, mas a qualidade de um tipo de produção humana que permite penetrar em dimensões ocultas do social e da cultura, que só se tornam visíveis na sua dimensão subjetiva. A subjetividade não é apenas um tema da psicologia, mas das ciências sociais em geral. A subjetividade, portanto, é uma produção humana, não uma internalização. (González Rey, 2007a, p. 173).

Ao focar na subjetividade de pessoas autistas trans não binárias, esta pesquisa se impõe uma responsabilidade de se afastar de abordagens essencialistas e patologizantes que frequentemente reduzem tanto a identidade de gênero quanto o autismo. Em vez disso, adota um olhar que compreende a subjetividade como uma rede configuracional complexa e singular, que não pode ser reduzida a dicotomias como “típico/atípico”, “feminino/masculino” ou, até mesmo, “normal/anormal”.

Essa abordagem amplia a compreensão da diversidade de gênero dentro da neurodivergência, permitindo que os participantes construam e expressem suas próprias narrativas, sem serem enquadrados em discursos normativos preexistentes, considerando seus sentidos subjetivos, categoria de Fernando González Rey (2005a, 2005b) associada aos processos simbólicos e emocionais emergentes no curso das experiências e ações da pessoa.

Para Fernando González Rey, não há uma separação dicotômica entre a dimensão individual e a social; pelo contrário, ambas estão intrinsecamente entrelaçadas em um processo de produção subjetiva contínuo, no qual a subjetividade individual se constitui dentro das configurações sociais e culturais em que o sujeito está inserido. Essa configuração é vista como um sistema dinâmico com um sentido psicológico particular, estendida e articulada com outros sistemas de sentido da personalidade, no conjunto de vivências e experiências significativas.

O conceito de sentido subjetivo em sua organização como sistema nas configurações subjetivas, levou-me à definição configuracional da personalidade, entendendo-a, como um sistema de configurações em desenvolvimento permanente, dentro do qual uma configuração pode, sob determinadas condições, se converter em um sentido subjetivo de outra.” (González Rey, 2007a, p. 172).

Por meio das configurações, aparecem os sentidos subjetivos de todos os eventos vivenciados pelo sujeito, não sendo um sistema linear e contínuo, mas pluridimensionado, integrando estados dinâmicos diversos e até contraditórios entre si, e sempre carregados de valor emocional (González Rey, 2005c). “As configurações subjetivas representam a unidade do histórico e do atual na organização da subjetividade, pois elas representam a expressão do vivido como produção subjetiva” (González Rey, 2011b, p. 34).

Nesse contexto, a qualidade de vida de uma pessoa não pode ser compreendida de maneira isolada, mas sim em relação às suas configurações subjetivas e à subjetividade social, conceito fundamental na Teoria da Subjetividade, que se refere à produção subjetiva coletiva que emerge nas relações sociais, permeada por sentidos, emoções e experiências construídas historicamente. A qualidade de vida de um sujeito não deve ser entendida sem levar em consideração a configuração sociocultural e subjetiva na qual estaria inserido – a subjetividade social é ativamente configurada pelos sujeitos através de suas intervenções em todos os seus espaços sociais.

A subjetividade social como um sistema complexo exhibe formas de organização igualmente complexas, ligadas aos diferentes processos de institucionalização e ação dos sujeitos nos diferentes espaços da vida social, dentro dos quais se articulam elementos de sentido procedentes de outros espaços sociais. (González Rey, 2005a, p. 203).

A subjetividade social não é um reflexo direto das estruturas sociais, mas um processo dinâmico no qual os sujeitos coproduzem e transformam as realidades sociais ao interagir com elas: como em determinados processos de hormonização, cirurgias estéticas e transição de gênero de pessoas trans, que possibilitam que o sujeito do processo social e da qualidade do seu processo de vida ou da sua saúde, no espaço social de desenvolvimento subjetivo de González Rey (2019). A subjetividade é composta e se expressa por dois níveis que se relacionam no sujeito: a **subjetividade individual** e a **subjetividade social**. É por meio do conceito de subjetividade social que se pode pensar na possibilidade da formação de uma subjetividade individual. (Santos, 2020). Segundo Fernando Luis González Rey (2005b), “A subjetividade individual representa os processos e formas de organização subjetiva dos indivíduos concretos. Nela aparece constituída a história única de cada um dos indivíduos, a qual, dentro de uma cultura, se constitui em suas relações pessoais” (p. 241).

Assim, a subjetividade individual, conforme referida por Fernando González Rey (2011c), vai se referir aos processos e formas de organização subjetiva gerados nas histórias diferenciadas e singulares dos indivíduos, representando os processos e formas de organização

subjetiva dos indivíduos concretos (Souza; Torres, 2019). O “sentido subjetivo”, para o autor, é “a unidade inseparável do simbólico e do emocional, onde a emergência de um provoca a aparição do outro sem ser a sua causa” (González Rey, 2011b, p. 33).

A capacidade geradora do sujeito é definida por González Rey (2005a, 2005b) como um de seus atributos centrais, juntamente com sua capacidade criativa. A partir desse olhar, esta pesquisa se posiciona dentro de um movimento epistemológico que rejeita concepções essencialistas e normativas tanto sobre a identidade de gênero quanto sobre a expressão de neurodesenvolvimento humano. O estudo não busca estabelecer descrições e explicações fixas, mas sim abrir caminhos para novas compreensões e formas de inteligibilidade, permitindo que os próprios participantes – incluindo o próprio pesquisador – construam de forma ativa e participativa significados e sentidos que escapam de suas narrativas hegemônicas.

Dentro desta pesquisa, a participação dos sujeitos não se limita a relatar vivências ou a responder categorias previamente definidas; ao contrário, trata-se de um processo dialógico e construtivo, no qual a subjetividade social é continuamente ressignificada através da interação, da escuta ativa e da expressão de múltiplas formas de existência.

Esse processo se desenvolve dentro de uma abordagem qualitativa construtivo-interpretativa, na qual a pesquisa não é um simples levantamento de dados, mas sim uma produção conjunta de conhecimento, na qual pesquisador e participantes constroem sentidos e indicadores subjetivos coerentes a partir do diálogo e da interação. Não se trata, então, da reafirmação ou testagem de conceitos pré-existentes, mas de compreender as subjetividades de pessoas autistas trans não binárias dentro do contexto sociocultural brasileiro atual, reconhecendo as particularidades de suas trajetórias e o modo como vivenciam e ressignificam suas identidades. A descrição do mundo das interações e comunicações reais dos autistas através de narrativas individualizadas garante, assim, uma possibilidade de perspectivação teórica do sujeito com base não na abstração, e sim na afirmação da complexidade que caracteriza a organização pessoal – autista e não autista (Falbo; Secchin, 2019).

Para Fernando González Rey, o diálogo implica a emergência dos participantes como agentes ou sujeitos de seu processo. Sendo assim, os participantes da pesquisa se legitimam em sua singularidade e suas expressões diversas ficam fora de qualquer intuito de padronização, evitando a simplificação empobrecida de suas experiências para além do espaço que ocupam em suas comunidades, em favor de um modelo teórico ao qual tributam as múltiplas singularidades que participam de uma pesquisa. É ressaltado, no entanto, que “essa processualidade dialógica diferenciada não significa que o estudo de casos represente uma sequência de casos únicos que constituem um fim em si mesmos” (González Rey, 2019).

Para tanto, foram criados espaços conversacionais participativos com pessoas autistas adultas que se identificam dentro do espectro transgênero/transsexual não binário. Esses espaços foram planejados para respeitar as dinâmicas comunicacionais e subjetivas do grupo, levando em consideração as especificidades da cognição autista, das experiências sensoriais e das formas não normativas de expressão de gênero. A proposta não é enquadrar essas vivências em categorias fixas, mas permitir que as próprias participantes co-construam sentidos e narrativas sobre suas identidades, dentro de uma abordagem que reconhece o caráter múltiplo, fluido e dinâmico da subjetividade, “definida não apenas como organização intrapsíquica individual, mas como produção diferenciada e simultânea de sentidos subjetivos em dois níveis estreitamente relacionados: o individual e o social” (González Rey, 2011a, p. 30).

Na Teoria da Subjetividade, o diálogo não se limita ao tempo em que é vivido, mas, quando realmente significativo – como é desenvolvido nos espaços conversacionais da pesquisa – pode se desdobrar de inúmeras formas, passando a fazer parte do sujeito por meio das suas produções subjetivas em diferentes tempos e espaços (Goulart; González Rey, 2023). Esse sujeito, sendo participante ativo das diferentes configurações que assume, ainda guarda sempre uma unidade interna, correspondente à sua história de relações com os outros (González Rey, 2005c).

Os conceitos anteriores se integram com a noção que é construída de “sujeito”, sendo uma categoria marcada pela sua emergência com um caráter consciente, emocional, intencional, atual e interativo, que permitem a expressão da vida social do indivíduo (González Rey, 2005a). Assim, a “patologia”, para o autor, é marcada pela incapacidade que o sujeito tem de gerar novos sentidos subjetivos para suas experiências (González Rey, 2005a; 2011b).

Dessa forma, esta pesquisa busca produzir reflexões que sejam sensíveis e coerentes com a realidade brasileira atual de pessoas autistas trans não binárias. Ao priorizar a escuta e a participação ativa de seus participantes, pretende-se contribuir para a desconstrução de paradigmas normativos sobre identidade e neurodivergência, possibilitando novas formas de pensar o conceito de gênero dentro da Teoria da Subjetividade em um local não patologizante, não cisnormativo e não essencialista.

Além disso, esse deslocamento permite também avançar na compreensão sobre os processos de saúde como processos de sentido e de significado configurados de maneira plurideterminada (Mori; González Rey, 2012), implicando no reconhecimento da pessoa como sujeito e não como simples reflexo de outros processos que a constituem – como na estereotipação na figura autista (Falbo; Secchin, 2019).

Nesse sentido, os participantes da pesquisa – incluindo o próprio pesquisador – aparecem como sujeitos por estarem abrindo novas vias de inteligibilidade sobre a subjetividade da pessoa autista e trans não binária. Vivenciam, participam, discutem, atuam em aspectos inovadores e nisso estão, na teoria de Fernando González Rey, emergindo como sujeitos, na figura do sujeito que subverte ordens.

Na Teoria da Subjetividade de González Rey, nem todo agente é sujeito. Agentes podem atuar contra padrões hegemônicos, sem necessariamente criar vias de inteligibilidade e transformação. Os sujeitos, por outro lado, emergem quando rompem normatividades e abrem novas possibilidades de ação e compreensão, desafiando estruturas pré-estabelecidas. O “agente” também promove isso, movimentos sociais estão cheios de agentes, mas nem todos os agentes emergem enquanto sujeitos, ainda que atuem contra padrões hegemônicos.

Essa noção se desenvolve em uma pesquisa que tem como objetivo a construção de entendimentos que sejam sensíveis e coerentes com a realidade atual da população autista e trans não binária brasileira. Para concretizar esse objetivo, foram criados espaços conversacionais participativos com pessoas autistas adultas que se identificam no amplo espectro transgênero/transsexual não binário de gênero. Isto é, pessoas que, de alguma forma, não se encontram em conformidade com o padrão estabelecido em gêneros binários (feminino e masculino) e que, concomitantemente, identifiquem-se como pertencentes à comunidade autista, possuindo histórico de saúde e acompanhamento psicológico ligado às experiências autistas.

Para isso, utiliza-se o método construtivo-interpretativo de construção de informações – não coleta de dados – de Fernando González Rey (1999), definido como “simultaneamente teórico e dialógico” (González Rey; Martinez, 2017a) e muito bem desenvolvido em outras pesquisas da área temática de Gênero e Sexualidade na Psicologia (Meireles, 2020; Sartor; 2021). É considerado extremamente rico pela sua possibilidade de avaliações comparativas, dispositivos facilitadores de diálogo e abertura de novas zonas de sentido a partir da geração de reflexões e críticas sobre os resultados construídos.

Seu uso se justifica pela produção de sentidos e de novas configurações subjetivas para o pesquisador e para os participantes da pesquisa, mas também para os seus leitores. Além disso, apresenta a possibilidade de avaliações comparativas, dispositivos facilitadores de diálogo e abertura de novas zonas de sentido a partir da geração de reflexões e críticas sobre os resultados adquiridos, além de considerar a análise da dinâmica dos processos identitários em conjunto com sua sensibilidade a determinados contextos culturais onde cada narrativa se situa e seus processos de subjetivação (González Rey, 2005b; Souza et al., 2008).

Na perspectiva da subjetividade, um ato de expressão, seja gestual, postural, emocional ou inclusive contraditório com a expressão do outro, é sucedido como ato dialógico quando gera um compromisso no outro que permite um novo momento qualitativo nessa comunicação, avançando na configuração subjetiva do espaço dialógico. (Mitjáns Martínez; González Rey; Valdés Puentes, 2019, p. 29).

Para González Rey (2002) o fenômeno da subjetividade ocorreria porque existe um sujeito participativo neste processo, e esse sujeito possuiria pensamentos prévios, intenções acerca dos acontecimentos que ele produz sentidos e toda uma história que o influenciará em futuras experiências.

Alberto Cupani (2016) coloca acerca da supressão de uma vida propriamente humana, impedindo que seja percebido o apelo do que chama de “uma verdade mais originária”. Como constrói Pereira (2007), para Fernando González Rey a compreensão da saúde a partir da lógica social em que o sujeito está inserido é algo que exigiria uma complexa reconstrução de pensamentos teóricos e práticos (González Rey, 2004). A existência de uma representação de saúde, uma definição rígida do que é socialmente aceito de um corpo saudável, merecedor de afeto, causa impactos próprios na subjetividade da pessoa autista trans não binária. Faz-se necessário, assim, fazer uma desconstrução da hegemonia de pensamentos e teorias no campo da saúde sobre a própria noção de saúde e corporeidade.

O termo “autigênero”, foi inicialmente cunhado em blogs online com a definição de que o autismo seria parte ou a totalidade do entendimento da identidade de gênero de uma pessoa, sendo uma identidade de gênero que só poderia ser compreendido no contexto de ser autista, em escrita típica de outras identidades MOGAI. Assim como outros neurogêneros, já possuía a observação de que deveria ser usado apenas por pessoas autistas¹³ (Anônimo, 2014). A partir das elaborações trabalhadas desde então, entende-se que o termo descreve uma identidade de gênero não binária frente às concepções subjetivas sobre o que significa a experiência e interpretação de gênero de pessoas autistas (Valvano; Shelton, 2021), marcadamente diversa e com suas próprias características (Adams, 2022).

As atualizações da temática de gênero se demonstram cruciais para uma representação fidedigna das populações mais afetadas por suas dinâmicas, conforme vão surgindo novas urgências e contextos para a população trans, não binária e autista, historicamente marcada por silenciamentos de suas potencialidades. Do mesmo modo, reforça-se a importância de serem

¹³ Tradução livre de: “*definition: autism as part or whole of gender identity; a gender that can only be understood in context of being autistic. Note: only to be used by autistics. Coined by: autismgender and esperancegirl.*”

feitos os devidos recortes, considerações e leituras interseccionais de suas variadas histórias, entendimentos e dificuldades.

A noção de subjetividade implica em uma ideia de compromisso social, já que integra diferentes elementos na sua definição que possibilitam ao profissional de saúde ir além de uma visão instrumentalista e objetivista de saúde, requerendo esforço para o diálogo e o reconhecimento dos diferentes sujeitos como ativos (Mori; González Rey, 2012).

Entende-se que uma noção sobre a identidade de gênero no sistema sexo/gênero e seus aspectos encontram-se presentes em todos os indivíduos em dispositivos de saber e poder, como constrói Foucault (1988), incluindo, assim, a importância da consideração da temática de gênero. “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (Foucault, 1996, p.44).

Com isso, propõe-se também que se possibilite a formação e transformação de abordagens educativas que possam preencher a lacuna na formação do profissional em psicologia, fazendo uso de estudos teóricos e pesquisas diversas da grande área de Gênero e Sexualidade, da Psicologia e da Educação, considerando visões neurodivergentes, entendendo os atuais enquadres de trabalho com a temática autista como meios que aprisionam potenciais valiosos e que não são mais considerados sustentáveis para o exercício do profissionalismo ético com o ser humano (Prista, 2022).

Por fim, faz-se uma crítica em relação ao suposto saber psicológico objetivo, presente no positivismo metodológico rígido e formal de produções científicas norte-americanas, que anularia a característica como sujeito e seria cúmplice do que chama de “cataclismo generalizado” (Pavón-Cuéllar, 2022, p.71A), citando o apagamento da subjetividade do indivíduo estudado em favor de dados quantitativos na escolha de suas metodologias de pesquisa. Como elabora González Rey (2005b), a Teoria da Subjetividade é definida como a construção de um sistema de representações capaz de articular diferentes categorias entre si e de gerar inteligibilidade sobre o que se pretende conhecer na pesquisa científica.

Assim, a escolha por essa perspectiva epistemológica e metodológica justifica-se pelo compromisso com a produção de conhecimento que valoriza a singularidade e a complexidade da subjetividade, superando reducionismos e abordagens que fragmentam o sujeito. A pesquisa, ao adotar essa abordagem, busca não apenas descrever fenômenos, mas compreender as formas com a subjetividade se constitui nas interações sociais e culturais, promovendo um conhecimento que seja significativo tanto para o campo acadêmico quanto para as práticas sociais e profissionais.

3.1.1 Sobre o local de realização da pesquisa

A pesquisa foi realizada principalmente no Centro de Psicologia Aplicada da UFPR e no Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação (CEAPPE), do Setor de Ciências Humanas da UFPR, ambos localizados no Prédio Histórico da UFPR, na Praça Santos Andrade, número 50, no bairro Centro da cidade de Curitiba, estado do Paraná.

A estrutura contou com salas privativas, mesas e cadeiras, adequada luminosidade e conforto acústico apropriado para a realização dos espaços conversacionais. Em casos de necessidade e por fatores de acessibilidade dos participantes envolvidos, houve também a possibilidade de realização em outros locais, de comum acordo, como no Prédio D. Pedro I, o campus da Reitoria da UFPR ou utilizando plataformas de comunicação online, como na plataforma virtual Google Meet, conforme informações dispostas no Anexo A no final do documento, referente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa das Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da UFPR.

Dada a natureza da pesquisa e da metodologia construtivo-interpretativa escolhida, foi crucial a possibilidade de estender os espaços conversacionais fora do ambiente enrijecido da universidade, possibilitando dinâmicas de maior conexão com as expressões autênticas dos participantes e dos pesquisadores enquanto sujeitos, como expressado por Goulart (2020).

3.1.2 Metodologia e cuidados éticos

O estudo foi submetido e aprovado pelo CEP/CHS da UFPR, sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº78031024.8.0000.0214 e parecer nº7.211.594, assegurando o cumprimento rigoroso dos princípios éticos estabelecidos para pesquisas com seres humanos. Em conformidade com as diretrizes do TCLE, foram garantidos o sigilo e a confidencialidade das informações compartilhadas, sob comum acordo.

Somado a isso, foi garantida aos participantes a liberdade para contribuir incluindo ou removendo informações dos espaços dialógicos para a utilização na pesquisa, bem como da realização de pausas, troca de ambiente físico, manipulação de objetos regulatórios (*stim-toys*), comida e bebida (não alcoólica) ao longo do processo, caso necessário, livres dos efeitos de quaisquer substâncias psicoativas, salvo medicação controlada. A comunicação entre pesquisador e participantes também foi facilitada por meio do aplicativo WhatsApp e do intercâmbio de materiais via e-mail, permitindo uma interação contínua e acessível. Os horários foram flexíveis, em horários individuais agendados a partir da disponibilidade de ambos (participante e pesquisador), sendo adiados, adiantados ou reagendados conforme necessidade.

Com o consentimento expresso de cada participante, os processos dialógicos foram gravados em áudio ou formato de vídeo, transcritas integralmente e submetidas a uma análise aprofundada, seguindo a metodologia construtivo-interpretativa referenciada nos fundamentos epistemológicos e metodológicos já descritos com maior detalhamento na presente dissertação. Não houve registro fotográfico. Após esse processo, os trechos escritos correspondentes a cada participante foram disponibilizados para revisão, oferecendo-lhes a oportunidade de editar, complementar ou ajustar suas falas. Esse procedimento visou assegurar conforto, transparência e participação ativa no desenvolvimento da pesquisa, respeitando as singularidades e necessidades individuais de cada participante.

3.1.2.1 População

A população estudada foi composta a partir do cenário social de pesquisa, com três pessoas que se identificaram enquanto autistas, pertencentes da comunidade autista, todas passaram ou estavam passando pelo processo de avaliações neuropsicológicas com diagnóstico de TEA, com idade acima de 18 anos, e cujas identidades de gênero se encaixassem em identidades trans do espectro da não binariedade de gênero.

Critérios de inclusão: idade acima de 18 anos, ser autista com diagnóstico formal de TEA, identificar-se com identidades transsexuais ou transgêneras dentro da não binariedade de gênero, isto é, declarar-se fora da norma de gênero binária feminino/masculino, e apresentar possibilidades de estabelecer comunicação oral e escrita, com interesse na participação ativa dentro da pesquisa.

Critérios de exclusão: participantes com diagnóstico de transtornos neuropsiquiátricos severos, psicóticos ou depressivos que necessitam de acompanhamento psicoterapêutico intensivo de modo que possa impedir a participação plena e segura na pesquisa. Foi necessário também possuir disponibilidade – não só de tempo como também afetiva – para participar de forma ativa do processo de construção de informações nos espaços dialógicos conversacionais.

3.1.2.2 Cenário social de pesquisa

Para cumprir o objetivo geral proposto abriram-se espaços conversacionais participativos com pessoas autistas que não se localizam dentro da cisnormatividade binária. Na relação dialética do teórico e do dialógico que caracteriza a dinâmica e o espaço conversacional, buscou-se conhecer as histórias, vivências, contextos culturais e sociais na

perspectiva do entrelaçamento da subjetividade individual e da subjetividade social dos participantes da pesquisa, em um trabalho de construção de informações em bases construtivo-interpretativas conforme proposta da metodologia construtivo-interpretativa no enquadre da Epistemologia Qualitativa e da Teoria da Subjetividade.

A produção de conhecimento da pesquisa ocorreu por meio de um processo dialógico, no qual a construção de informações foi realizada em conjunto com os participantes¹⁴, reconhecendo suas experiências como fundamentais para a formulação de novos entendimentos sobre subjetividade, gênero e neurodivergência, com enfoque na dinâmica gênero e autismo em suas configurações e expressões subjetivas.

Além de cumprirem aos critérios de inclusão e exclusão já apresentados, os três participantes da pesquisa foram selecionados a partir do interesse na participação de pesquisa, disponibilidade, bem como de suas participações ativas no grupo de estudos e pesquisa que formou parte do cenário social da presente pesquisa. Para possibilitar essa abordagem, foi criado um espaço conversacional participativo, em que pessoas autistas que não se localizam dentro da cisnormatividade binária puderam compartilhar e construir reflexões sobre suas vivências, refletindo acerca de diferentes contextos socioculturais e histórias individuais, indissociáveis das dinâmicas sociais, institucionais e políticas que as atravessam.

Sendo assim, foi estruturado o **Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade LGBTQIA+ com foco em Pessoas Autistas**. Como exposto em mais detalhes na ficha de apresentação no Apêndice C, o grupo foi apresentado como um Grupo de estudos e pesquisa LGBTQIA+. Foi organizado **de** pessoas autistas **para** pessoas autistas, da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade da UFPR, que é parte de um projeto de extensão do Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Especiais da UFPR, ação realizada em conjunto com o Coletivo Stim – o Movimento Autista da UFPR, com apoio do Grupo Dignidade, organização não governamental com anos de luta pela cidadania e direitos LGBTQIA+.

O grupo teve como seu objetivo promover conhecimento e reflexão, construindo caminhos de entendimento científico do gênero e da sexualidade da pessoa autista dentro de suas identidades e vivências, de forma ética, que respeite os direitos da própria pessoa autista de se posicionar e desenvolver acerca de suas próprias experiências, favorecendo espaços comunicativos, de saber e de acolhimento, de autistas para autistas.

¹⁴ Concordância no sistema de linguagem neutra “os participantes”, que se baseia nos pronomes pessoais e artigos e/elu/delu/-e. Utilizado para respeitar o fato de que, no grupo de estudos, nem todos os integrantes utilizavam pronomes masculinos o/e/dele-o e suas variações.

Como objetivos específicos:

- Apresentar concepções, conceitos sobre gênero e sexualidade LGBTQIA+, em uma ótica inclusiva;
- Promover reflexão e conhecimento acerca das demandas e particularidades relacionadas à sexualidade e gênero da pessoa autista;
- Compreender o contexto histórico, científico e cultural do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista, em relação ao trabalho com as temáticas de gênero e sexualidade;
- Promover espaços de construção de conhecimentos relacionados à sexualidade humana, incluindo questões anatômicas, de comportamento sexual, atração, desejo, saúde sexual, disfunção sexual, fetiche, entre outros;
- Compreender noções acerca de corpo, identidade e subjetividade na compreensão do próprio sujeito autista em contato com sua identidade dentro do sistema sexo-gênero cultural vivenciado;
- Apresentar temas relacionados à variabilidade de gênero e transexualidade, incluindo a transgeneridade e variabilidade de gênero em suas experiências infanto-juvenis;
- Reconhecer as diferenças entre orientação sexual, gênero, identidade de gênero, sexo, expressões e performances de gênero, drag queens, drag kings, transexualidade, transgeneridade, travestilidade, não binariedade e outras formas de vivências referentes à temática do gênero e da sexualidade;
- Assimilar em discussões atualizadas referentes à interseccionalidade de raça, etnia, classe e cultura, incluindo debates de uma posição decolonial, anticolonial, múltipla e brasileira;
- Contextualizar as vivências autistas, de neurodiversidades e neurodivergências, vivências fora do padrão cis-heterocentrado, sexualidade da pessoa com deficiência e demais considerações;
- Promover espaços de construção de conhecimento sobre questões envolvendo a cis e transgeneridade, assim como homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia e outras formas de violência.

Inicialmente com planejamento de dez pessoas, em poucos dias o grupo teve um total de quarenta e uma inscrições. Para a seleção, foram priorizadas vagas para pessoas com deficiência, autistas, trans e demais identidades LGBTQIA+, além de considerar as

experiências prévias de cada uma¹⁵ na área de gênero e sexualidade. Com isso, foram escolhidas vinte participantes, número máximo que possibilitou um maior aprofundamento das discussões e um ambiente propício à escuta e à expressão subjetiva. O grupo teve duração de cinco semanas, sendo ofertado dos dias 06 de agosto a 03 de setembro de 2024, com encontros síncronos online das 19h às 21h. Para além desses encontros formais, as discussões, por vezes, se estenderam de maneira espontânea em canais individuais de vídeo após cada encontro e por canais de comunicação do WhatsApp, demonstrando interesses dos participantes¹⁶ no aprofundamento dos debates. Como encerramento, foi realizado um último encontro presencial, no qual, além da continuidade das discussões, houve um momento de confraternização, reforçando a importância dos espaços de socialização autista e da formação de vínculos.

O programa do grupo de estudos – com sua ficha de orientações apresentada com maiores detalhes no Apêndice C – envolveu discussões acerca da diversidade de gênero e sexualidade LGBTQIA+ em conjunto com as particularidades das vivências autistas e os múltiplos modos de interpretar e construir subjetivamente o gênero. Entre os temas abordados, destacaram-se as performances culturais de gênero, as diferentes orientações sexuais e seus comportamentos, os entendimentos pessoais sobre identidade de gênero e as relações entre normatividade social e neurodivergência. Participantes discorreram livremente acerca de dinâmicas familiares, da dificuldade para obtenção do diagnóstico, *masking*, neurobinarismo, representatividade em diferentes mídias, discriminação em serviços de saúde, da melhora em qualidade de vida após o laudo de Transtorno do Espectro Autista e após a “saída do armário”, a aceitação por pares, família, relacionamentos, não monogamia e até BDSM e sexualidades divergentes.

A metodologia adotada permitiu uma centralização nas vozes dos participantes, garantindo um espaço onde pudessem expressar suas experiências através de diferentes formas de comunicação. Seguindo os princípios da Teoria da Subjetividade e da Epistemologia Qualitativa, compreendeu-se o gênero e a neurodivergência não como categorias fixas ou estanques, mas como processos subjetivos em constante construção, que interagem com uma ampla rede configuracional de vivências e experiências sociais, intercalando passado, presente e futuro.

¹⁵ Concordância no sistema de linguagem neutra de “um”, que se baseia nos pronomes pessoais e artigos e/elu/delu/-e. Utilizado para respeitar o fato de que, no grupo de estudos, nem todos os integrantes utilizavam pronomes masculinos o/ele/dele-o e suas variações.

¹⁶ Concordância no sistema de linguagem neutra de os “dos participantes”, que se baseia nos pronomes pessoais e artigos e/elu/delu/-e. Utilizado para respeitar o fato de que, no grupo de estudos, nem todos os integrantes utilizavam pronomes masculinos o/ele/dele-o e suas variações.

Dessa forma, o Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade LGBTQIA+ com foco em Pessoas Autistas não se limitou a ser apenas um espaço de estudo acadêmico. O grupo também se constituiu como um ambiente de trocas e produções subjetivas, onde as experiências puderam ser compartilhadas e ressignificadas coletivamente, permitindo novas compreensões e construções.

Assim sendo, a produção de informações para o trabalho da presente pesquisa foi feita utilizando-se de conversas diretas com pessoas autistas adultas que se identificam como pertencentes ao amplo espectro não binário de gênero, isto é, pessoas que, de alguma forma, encontram-se na não conformidade com o padrão estabelecido em gêneros binários (feminino e masculino).

Na perspectiva do método construtivo-interpretativo de Fernando González Rey, não se fala em uma coleta de dados, mas sim em uma potencialidade de produção, de construção conjunta, especialmente ao se tratar da pesquisa com pessoas com deficiência e a adequação de suas singularidades (Gomes; González Rey, 2008) respeitando o fluxo de raciocínio trazido pelo indivíduo, permitindo uma relação horizontal que favorece a troca de ideias e suas aproximações epistemológicas construtivo-interpretativas, conforme trazido por Alcântara e Oliveira (2020).

Sendo assim, o trabalho é feito em uma construção conjunta de seus indicadores subjetivos de suas interpretações e processos subjetivos acerca de suas próprias vivências e abordagens do que significa, para cada participante, sua própria identidade de gênero, expressão e construções e como afetam e são afetadas por demais construções presentes em seu cotidiano, o que possibilita o estudo de sua subjetividade individual e social (González Rey, 2011b).

Para que suas temáticas pudessem ser trabalhadas extensamente, foram escolhidos três indivíduos do grupo de estudos que se encaixam nos critérios de inclusão e exclusão, com os quais foram realizados três encontros individuais com dinâmicas conversacionais. Essas três pessoas trouxeram diferentes vivências e identidades de gênero dentro da transgeneridade não binária e possuíam disponibilidade, além de demonstrarem abertura para as movimentações de afeto e envolvimento com o processo de construção de informações da pesquisa, que foram critérios para sua escolha. Embora outras pessoas também se encaixassem nas especificações, foi feita a escolha metodológica de desenvolver o processo da pesquisa com essas três pessoas, todas participantes ativas no cenário social de pesquisa envolvido.

A justificativa do número de pessoas (três) se dá devido a importância de se debruçar dando a devida atenção aos seus relatos, riqueza de informações trazidas e importância de considerar diferentes perspectivas, considerando que, mesmo sendo todas pessoas que se

identificam dentro da identidade trans não binária e autista, ainda existem muitas diferenças consideráveis entre elas e seus relatos e experiências, o que foi evidenciado de forma clara e indiscutível no trabalho com cada uma delas.

Embora a escolha metodológica fundamentada na Epistemologia Qualitativa e na Teoria da Subjetividade, de González Rey, permitisse a realização de pesquisas aprofundadas mesmo com a participação de um único sujeito, optou-se pela escolha do pesquisador por três participantes no presente estudo. A decisão foi motivada pela intenção de ampliar o alcance analítico, favorecendo a identificação de maior diversidade entre os indicadores subjetivos mutualmente construídos e entre os processos de construção de sentidos, considerando as múltiplas configurações possíveis de subjetividade. A escolha por três participantes, apesar de representar um aumento significativo no volume de material empírico e na complexidade da análise, visou contemplar a heterogeneidade inerente tanto às experiências trans quanto às vivências autistas, reconhecidas enquanto espectros que atravessam diferentes trajetórias, formas de expressão, posicionamentos sociais e processos de produção de realidade.

Devido ao caráter dos espaços conversacionais, foi observado também se o participante se considera, em sua identificação individual, como parte do que pode ser chamado de “comunidade autista”, a fim de valorizar o enriquecimento de sua experiência subjetiva autista com o convívio em grupo de espaços sociais com outras pessoas autistas e suas percepções sobre o que significa, para si, a vivência enquanto pessoa autista.

3.1.2.3 A construção da informação

Para um entendimento mais profundo das significações e construções subjetivas dos participantes e sua relação com os próprios identificadores, fez-se necessário o uso do método construtivo-interpretativo da Teoria da Subjetividade, de Fernando González Rey, que permitiu um olhar mais amplo, inclusivo e respeitoso sobre como essas experiências são construídas e ressignificadas ao longo do tempo.

Assim sendo, toda a parte escrita de apresentação pessoal da pesquisa foi desenvolvida respeitando que cada participante pudesse ter o espaço para falar sobre si, permitindo uma exploração para caminhos que vão além da postura estática e tradicionalista do pesquisador que não envolve em sua pesquisa o próprio “objeto” da pesquisa, levando em conta que, no método construtivo-interpretativo de Fernando González Rey (2005b) é considerado prejudicial que alunos da graduação – quanto mais de pós-graduação, como é o caso – atuem mais como aplicadores de instrumentos que como membros ativos de equipes de trabalho, sendo contrários

a essa posição. Ao invés de ocuparem o local de serem meros “objetos”, participantes de pesquisa possuem o local de serem agentes sujeitos na pesquisa, que movimentam, constroem e se desenvolvem em papéis ativos.

Apesar da possibilidade de utilizar a conjugação *e/elu/delu/-e* (artigo, pronome pessoal, pronome possessivo e desinência), uma das variações possíveis de linguagem neutra, uma forma de comunicação que evita a marcação de gênero no discurso linguístico com o objetivo de incluir todas as pessoas, foi feita a escolha consciente de privilegiar a conjugação masculina para se referir aos participantes da pesquisa, considerando que, de forma não proposital, todas as pessoas envolvidas no processo de construção de informações da pesquisa, com exceção da professora orientadora, utilizam também o pronome *o/ele/dele/-o*. Além do pesquisador, que por questões políticas e sociais possui preferência pessoal pela conjugação pronominal *o/ele/dele/-o*, Supeesu utiliza todos os pronomes (o que inclui *ele/dele*), Tereza Mefisto falou em masculinos e femininos e Yksi declarou para si pronomes *ele* e *elu*, além de outras variações.

Sendo assim, longe de ser uma submissão linguística ao uso do masculino genérico para todas as pessoas envolvidas, a dissertação utiliza os termos “os participantes” em sua redação. Isto dito, é dada importância ao processo dialógico, ao mesmo tempo que também se faz uma valorização da expressão pela escrita, considerando que, na epistemologia construtivo-interpretativa, a ênfase no diálogo não exclui que o texto seja uma fonte importante para o estudo da subjetividade, uma via de interpretação e construção da subjetividade do autor (González Rey; Mitjáns Martínez, 2017a). Para os autores:

O aspecto subjetivo da motivação humana aparecia nessas formações motivacionais não pelas expressões declarativas, mas pelo engajamento dos escolares numa produção que estava além da linguagem e que se caracterizava por uma expressão reflexiva associada à sua vida pessoal. (González Rey; Mitjáns Martínez, 2017a, p. 102).

Permitir que os participantes de pesquisa escrevam suas próprias apresentações, incluindo – mas não somente – a escolha de pseudônimos, representa um instrumento metodológico determinante em seus efeitos, especialmente no contexto de estudos envolvendo pessoas autistas, pessoas com deficiência e indivíduos trans. Essa abordagem não apenas reconhece a agência e a autonomia dos participantes, mas também promove uma co-construção do conhecimento, em que as vozes e as narrativas dos sujeitos pesquisados são centralizadas. Historicamente, esses grupos têm sido frequentemente objeto de discursos e representações

criadas por outros fora de suas comunidades, sendo usados em movimentações políticas de forma indiscriminada, muitas vezes sem a devida consulta ou participação direta.

Isso implica na perpetuação de uma dinâmica de silenciamento de suas vozes, em pesquisas em que as vivências e demandas desses indivíduos e suas comunidades são interpretadas e apresentadas através de lentes externas, muitas vezes distorcidas por estereótipos e informações superficiais. Ao compartilhar as ideias da pesquisa com os participantes e permitir que eles moldem suas próprias apresentações, a pesquisa adota uma postura ética e inclusiva, que valoriza a subjetividade e a diversidade de experiências de seus participantes. Esse método não só enriquece a qualidade das informações conjuntamente construídas, mas também fortalece a validade e a relevância de suas discussões, garantindo que suas perspectivas sejam atualizadas e genuínas.

Além disso, a valorização dos relatos pelos próprios participantes contribui para a desconstrução de hierarquias tradicionais na produção do conhecimento acadêmico, promovendo uma ciência mais democrática e equitativa em que todos os envolvidos têm a oportunidade de contribuir significativamente para o processo de investigação. Ressalta-se, também, que a legitimidade das produções subjetivas aqui presentes não se define por nenhum critério externo ao sistema que as gera, aspecto reivindicado pela assunção explícita da questão da subjetividade (González Rey, 2011b), não só valorizando como validando devidos afetos autísticos.

A pesquisa realizada **trans**-cende o caráter de um trabalho acadêmico em seus moldes tradicionais, configurando-se como um espaço de cumplicidade e construção conjunta de significados em um trabalho mútuo. Desde o início, esteve fundamentada no compromisso ético e afetivo de criar um ambiente seguro e acolhedor para os participantes, garantindo-lhes liberdade para expressar não apenas suas reflexões e vivências, mas também suas emoções e sensibilidades. Foi importante que os participantes tenham saído de um cenário social de pesquisa de um grupo de estudos que discutia essas temáticas, garantindo que fossem pessoas que, além de possuir interesse, também possam falar sobre suas experiências de modo que lhes foi confortável.

Os espaços conversacionais contemplaram essas nuances, reconhecendo que, ao tratar de experiências trans não binárias e autistas, era inevitável que emergissem momentos de intensa carga emocional, seja de dor e melancolia, seja de alívio e alegria. Essa abordagem possibilitou que os encontros não fossem apenas entrevistas formais, mas sim interações genuínas em que se alternavam silêncios contemplativos, risadas espontâneas e instantes de profundo reconhecimento mútuo, expresso em acenos de cabeça, dedos apontados e afirmações

entusiasmadas de “sim!”, “é sobre isso!”, “é muito isso!” frente às frases do outro, e suas variações de comportamento corporal e verbal.

Falar sobre identidade de gênero e neurodivergência é também falar sobre vivências que carregam marcas de opressão, mas que não se resumem a isso. Não houve intenção de negar ou minimizar sofrimentos, assim como não houve qualquer restrição à celebração das pequenas (e grandes) vitórias e alegrias que compõem a trajetória dos participantes. Trabalhar essas dimensões em conjunto – sem reduzir a experiência trans e autista a um contínuo de dor, mas tampouco apagando as dificuldades enfrentadas, silenciando-as – foi um dos eixos centrais da abordagem nas dinâmicas conversacionais.

Dessa forma, foi indispensável que o processo conversacional fluísse sem censura, a partir das questões ligadas à temática da pesquisa que o participante tinha interesse em envolver – e ser envolvido – naquele dia e momento, à sua própria maneira. Houve também a possibilidade clara de que fossem abordados temas polêmicos e sensíveis sem receios, permitindo que cada participante se sentisse à vontade para trazer suas próprias percepções, contradições e questionamentos. Esse espaço de troca e escuta qualificada reforçou a premissa de que cada um apresentou sua estilística única do ser, manifestando sua identidade de forma singular e irrepetível.

Um aspecto fundamental para o posicionamento teórico e social dessa pesquisa foi a posição do próprio pesquisador que, sendo também uma pessoa trans não binária e autista da comunidade, não ocupou um lugar de exterioridade, mas sim de implicação direta no campo de estudo. Isso permitiu que a pesquisa fosse não apenas **sobre** sujeitos trans e autistas, mas **com, de e para** sujeitos “autitransgêneros”, reforçando o lema do movimento social “De nós para nós”, em um processo que se configurou como uma construção coletiva de conhecimento.

Force as coisas que suas expectativas dizem que são normais, e você encontrará frustração, decepção, ressentimento, talvez até raiva e ódio. Aproxime-se respeitosamente, sem preconceitos, e com abertura para aprender coisas novas, e você encontrará um mundo que nunca poderia ter imaginado (Sinclair, 1999, p. 1, tradução livre).

A familiaridade com os contextos discutidos também proporcionou momentos de abertura e forte identificação, nos quais expressões como “Nunca tinha pensado nisso!” surgiam frequentemente nas conversas, revelando o caráter transformador das interações. É possível afirmar serem expressões subjetivas, produção de novos sentidos e configurações subjetivas, levando a mudanças subjetivas significativas. Em diversas situações, após a primeira dinâmica conversacional, os participantes relataram que continuaram pensando durante as semanas sobre

os temas abordados, trazendo novas inquietações e perspectivas nas conversas subsequentes, originadas das reflexões iniciais. Esse movimento de pensamento em fluxo, que se estendia para além do momento da interação formal, evidenciou que a pesquisa não se encerrava em seus encontros, reverberando ecos nos modos de existir e se relacionar com o mundo de cada pessoa envolvida – participante e pesquisador.

Dessa forma, as dinâmicas das “entrevistas” – em aspas, porque foram além de simples entrevistas e coleta de informações, pela sua profundidade e interação – não seguiram um modelo rígido e predeterminado, rejeitando instrumentos pré-determinados como “roteiros de entrevista”, moldando-se a partir das convergências e divergências que se faziam presentes no processo. A escuta ativa e a valorização das subjetividades em sua variabilidade e complexidade permitiram que a pesquisa assumisse um caráter **trans**-formador não apenas no sentido de estudar a transgeneridade, mas de formar e transformar compreensões, afetos e modos de existir. O conhecimento produzido não foi estático nem unilateral, mas sim um entrelaçamento de vozes e experiências que ressignificaram, para todas as partes envolvidas, o próprio processo de investigação, segundo moldes de uma epistemologia legitimamente qualitativa.

Percebendo a possibilidade de construir novas interpretações com as palavras e suas significações, decidiu-se explorar palavras que começassem com “**Trans-**” na elaboração de cada um dos “títulos” dos indicadores subjetivos de participantes da pesquisa, fazendo jogos de palavras e conceituações na criação do que poderia ser chamado de suas “trilhas hipotéticas”.

Ressalta-se que a escolha se refere a uma exploração e da tomada de liberdade pessoal com uso da imaginação como recurso intelectual, descrita por González Rey e Mitjáns Martínez (2017a) como especialmente faltante na pós-graduação. A organização em títulos com possíveis jogos de palavras e suas ressignificações simbólicas não se trata, portanto, de uma orientação específica da metodologia qualitativa construtivo-interpretativa, mas de uma escolha pessoal do pesquisador, presente – até o momento – somente nesta dissertação.

Após a exposição dos fundamentos teórico-metodológicos que sustentam esta pesquisa, conclui-se, momentaneamente, a discussão acerca da construção da informação qualitativa, desenvolvida a partir da metodologia construtivo-interpretativa proposta por González Rey (1997, 2005b, 2019). Esse percurso teórico permitiu contextualizar o uso da abordagem que considera a subjetividade como processo simbólico-emocional complexo, indissociável das dinâmicas sociais e das experiências singulares dos participantes.

A seguir, inicia-se a apresentação dos três participantes da pesquisa, três pessoas autistas e ativas em suas comunidades, cujas vivências de gênero estão localizadas fora da cisnormativa binária. Suas narrativas foram construídas por meio de um processo dialógico que

privilegiou a expressão de sentidos subjetivos em sua relação com as experiências de gênero e neurodivergência. A partir dos indicadores subjetivos elaborados conforme a abordagem de González Rey (2005c, 2011b), busca-se compreender como se configuram as vivências de transgeneridade não binária em suas intersecções autistas de ser, reconhecendo a complexidade dessas identidades em seus diferentes contextos e espaços.

Essa transição entre a fundamentação metodológica e a apresentação dos participantes marca um deslocamento do foco analítico: da explicação da construção da pesquisa para a exposição das singularidades que emergem no percurso investigativo. Os próximos segmentos, portanto, apresentam as trajetórias dos três participantes – Yksi, Supeesu e Tereza Mefisto, em ordem determinada de modo arbitrário, cada um sendo seguido com a análise dos indicadores subjetivos construídos no decorrer do trabalho de pesquisa (cinco de cada), permitindo aprofundar a compreensão das articulações entre subjetividade, identidade de gênero trans não binária e autismo.

3.2 DA (TRANS-)CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO

3.2.1 YKSI

3.2.1.1 Apresentação pessoal de Yksi

Com pronúncia “Íquissi”. Em finlandês, significa “um”. Inicialmente, foi utilizado um outro nome alternativo para ser utilizado na pesquisa, no entanto, no decorrer de nossas semanas de trabalho, Yksi teve tanto apreço pelo nome que primeiro ofereceu para o trabalho da pesquisa que passou a utilizá-lo em ocasiões de sua vida pessoal. Sendo assim, respeitando as orientações de pesquisa de ser utilizado um nome fantasia que não possibilitasse sua identificação, foi escolhido Yksi. Além do nome que aparece em seus documentos de registro civil, Yksi ainda alterna entre outros nomes em seu dia a dia. Segundo ele, sua escolha de vários nomes se relaciona com o que chama de uma pluripessoalidade ou polipsiquismo, com muitos eu(s), egos ou o que chama de sub-pessoalidades para se referir a si mesmo.

Yksi tem 27 anos. Prefere que não sejam utilizados pronomes para se referir a si, e que apenas falem seu nome ao invés do pronome em terceira pessoa, mas, no caso de serem necessários, declarou-se no momento da pesquisa utilizando os pronomes ele/elu (ou elf/éli/ily). Apresenta-se como pessoa com Transtorno do Espectro Autista com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (AuTDAH) e bipolaridade. Fala de dor crônica, hipersensibilidade nervosa e desvio mandibular/distonia orofacial, além de descrever a si mesmo como uma pessoa

ambivertida, o que compreende como alguém que é, ao mesmo tempo, extrovertido e associal. Yksi conta que passou a interpretar que ficou mais associal, introspectivo e introvertido após sua puberdade, da forma como se sentiu frente à modificação hormonal comum da adolescência, os pelos corporais e a socialização como homem.

Conta que tem “baixo percentil de compaixão ou piedade” no relatório de sua avaliação neuropsicológica, e cogita que o resultado se deu pelo desgaste causado por contínuos *meltdowns*, *shutdowns* e *burnouts*¹⁷, ficando mais recluso em si mesmo.

Diz ser programador na teoria, mas ainda não ativo econômico-financeiramente e produtivo na sociedade. Pretende fazer terapia ocupacional. Também já trabalhou na parte administrativa em um cemitério, na área de teleatendimento e auxiliar de farmácia. Atualmente, está sem emprego.

Possui uma formação concluída em Gestão da Tecnologia da Informação (TI); Secretariado (tecnólogo, trancado); Estatística e Ciência de Dados (matrícula ativa). Diz-se contribuinte de ambientes virtuais colaborativos, como a *Wikipedia* e outros locais online. Em seu tempo livre, também confecciona projeções gráficas de bandeiras e símbolos, geralmente de diferentes identidades e movimentos sociais, além de explorar outras ciências e saberes; se declara generalista, mas se debruça mais sobre a mitologia, sociologia, biologia, medicina, psicologia, divinação, astrofísica, naturopatia e filosofia.

Fala de uma autodeclaração racial como brasileiro branco “des-etnizado”, de ancestralidade assimilada pela cultura com uma macroetnia (população étnica em larga escala) apagada, com ancestralidade residualmente árabe, indígena do Pindorama/Brasil e europeia.

Aprecia estudar sobre quase tudo ultimamente, desde mitologia, astrologia, psicanálise, medicina ou sociobiologia. Tem déficit de aprendizagem, dificuldades para ler tudo e “pula direto aos ganchos”. Quando perguntado, discorreu que para ele isso significa que evita a leitura mais profunda de textos que possam se demonstrar complexos demais para seu entendimento sem ajuda de alguém, chama de uma “preguiça de subentender algo dúbio”, evitando a leitura de textos adicionais que não contribuem para seus objetivos. Yksi diz preferir desviar a leitura para partes de mais fácil compreensão para si. Chama isso de uma “semilexia”, apresentando-a como mais uma de suas “palavras inventadas”.

Yksi descreve seu gênero e sexualidade como “cúyr”, “peculiar” ou “*queer* abrasileirado”, embora diga “perpassar sentimentos de indiferença e ambivalência perante rótulos, isenção ou ausência de rótulos”. “Cúyr”, em suas palavras, refere-se a um “conceito de

¹⁷ Descrições breves dos conceitos de *meltdowns*, *shutdowns* e *burnouts* foram trazidos na introdução do presente trabalho.

português e pretuguês”. Yksi conta que, embora nem cúir nem cúyr sejam inerentemente inatos a esses conceitos, constrói esse pensamento em uma posição de anticolonialidade, ligando-o a macroetnias árabes e indígena.

Descreve-se com “uma pele de ‘cor moreno-clara’”, além de litorídeo, termo que apresenta como Litorid – pertence a uma grande classificação dos povos que habitam o Mediterrâneo (mediterrânid), indicando algum tipo de mistura Dinaro-Armenid. São termos que também aponta como reducionistas, usados largamente em grupos de fisiognomia (arte de interpretar o caráter de uma pessoa a partir de sua aparência, especialmente do rosto, para descrever brasileiros e que isso pode envolver mistura indígena também.) Escreve que outros termos já foram usados por ele mesmo para descrever o seu fenótipo, como “armenid” (armenenídeu) e “grácil”. “Grácil” está associado a povos bronzeáveis (pele de cor moreno-clara, em termos obsoletos). Já “armenídeas” são branques árabes e associadas a armênie e “dinárideu/dináridie” (dinarídea).

Diz ser nítido, sobretudo, que essas classificações seriam baseadas em estereótipos arbitrários ou imprecisos, mas ainda dá importância para utilizá-las para se descrever. Para Yksi, é útil para entender melhor sua aparência exterior, pois o acesso a testes genéticos é custoso e questionável, envolvendo eugenia, validismo (ligado ao capacitismo), biopolítica, discriminação estética e racismo científico. Porém, discorre serem “úteis na atualidade de essencializar entendimentos corpóreos, servindo para consciência sobre heteroidentificação” e, então, “autodeterminar a desidentificação, bem como um senso de percepção intrapessoal e sua interação com o ambiente externo.”

O que chama de sua apatia fluida de gênero significa, para ele, que dança entre empatia e antipatia, mas requer equilíbrio ou indiferença (neutralidade) perante o gênero imposto, sendo, para Yksi, a epítome de apagênero, no qual o indivíduo sente apatia ao próprio gênero, com um desinteresse pessoal acerca da leitura de gênero que outras pessoas podem ter.

Imitar significa performar, no sentido de replicar o que outros ao redor fazem, minimizando sob a percepção intrapessoal para depois externalizar ou estender de uma forma transformadora.

Normatividade comportamental é outro termo para comportamentos conformistas, que se referem às expectativas sociais impostas sobre como se vestir, se expressar, andar, portar, pactuar, agir e linguagens corporais. Embora conformista implique poder compactuar ou conformar com essas normatividades, seja de forma virtual (imanente ou imaterial, isto é, fora da matéria) ou formal. E nisso é fluido também, pois muda constantemente entre suas crenças.

Variabilidade contextual é a fluidez de escrita ou comunicação em geral, sendo um conceito da gramática que adaptou para si mesmo.

Sua relação com o gênero pessoal é marcada pela construção e desconstrução de diferentes identificações. Em determinado momento, fui para alinhamentos masculinos, tentando facetar eles em sua exploração pessoal, sendo eles:

- Alinhamento masculino mascarando comportamentos conformistas (*dharmagender* e *condigender*). Darmagênero seria comportamento conformista, de normatividades comportamentais nas quais se insere. Condigênero se refere a uma situacionalidade, alterando-se a partir de cada situação, condição ou circunstância nas quais Yksi se insere;
- Alinhamento masculino oblíquo/transfinito. Obliquidade ou paralelidade (paralelismo), na semântica, se refere a algo que varia conforme o contexto. Transfinito se refere a algo que está além da finitude. Além das predições ou não, limita-se a apenas um intervalo finito, embora não necessariamente atingindo tudo. A parte “além de predições” se refere à probabilidade e teoria dos números transfinitos. Obliquidade, para Yksi, indicaria algo “característico de ser deliberadamente indireto ou vago, especialmente para enganar ou ludibriar alguém” e paralelismo – ou paralelidade – é “também conhecido na gramática como estrutura paralela ou construção paralela, um equilíbrio dentro de uma ou mais frases de frases ou cláusulas semelhantes que têm a mesma estrutura gramatical. A aplicação do paralelismo afeta a legibilidade e pode tornar os textos mais fáceis de processar”. “Probabilidade e teoria dos números” na sua interpretação de gênero se referem a premeditar quantidades não finitas em populações cuja quantidade total é indeterminada ou não permanente;
- Alinhamento masculino amplo/subversivo/invertível (ou inversível), em que seu gênero fui ou é indiferente (*cassflux*). “Amplo” é usado com alusão ao latim de oposto de estrito. “Estrito” é algo imóvel, inflexível, invariável ou cristalizado, como em veganismo estrito ou assexualidade estrita. “Subversivo”, ao tentar ir contra o que chama de “correntes normativas” que, para Yksi, referem-se a imposições alheias sobre qualquer assunto, desde vestimenta até fatores institucionais. *Cassflux* se refere à apatia fluida em gênero. Inversível se refere a algo inverso ao gênero. No caso de Yksi, ele se refere a si como um antigênero de masculino;
- Alinhamento masculino ausente/nulo, com um vácuo esvaziado e dormente.

Ainda tem duas formas adicionais, que seria o próprio absoluto e o oposicional oposto, em que Yksi diz ter aversão a uma masculinidade dita “interior”. Seriam “frutos reativos ao

mundo externo” em que ocupa, e fluíram ou se misturaram entre si, formando outros conceitos, como um número complexo. Seu entendimento de si como um objeto, algo que existe no mundo físico, ser um ser humano pertencente à espécie humana e ser pertencente ao reino animal também perpassam essa compreensão pessoal de si, uma vez em que se entende ocupando um ambiente que suas crenças em relação a estes conceitos de objeto, humano e masculino se contradizem.

3.2.1.2 Indicadores possíveis para Yksi

3.2.1.2.1 Indicador 1: **Trans**-criptação: A essencialidade da língua e da linguagem na configuração subjetiva de Autismo e de Gênero de Yksi

Yksi apresentou e apresenta em espaços conversacionais e diálogos informais uma relação singular e profundamente pessoal com a linguagem, utilizando-a como uma ferramenta maleável que pode ser dobrada, distorcida e recriada para melhor atender às suas necessidades de expressão pessoal. Ao invés de simplesmente se submeter às limitações impostas pelas palavras já existentes que lhe cerceiam, ele subverte seus significados, modificando estruturas linguísticas e até mesmo criando termos, expandindo o universo de significações ao seu redor. Esse processo ocorre não apenas como um exercício de criatividade, mas como uma necessidade essencial para expressar sua subjetividade de maneira precisa e genuína – ou o mais preciso possível, declarando que muito de si ainda permanece aprisionado em suas próprias elaborações internas. Assim, Yksi molda a linguagem para si, transformando-a em um instrumento de comunicação mais fiel à sua experiência individual, em vez de tentar se adequar rigidamente a significados convencionais e cristalizados.

Diz-se assim que Yksi altera o universo de significações ao seu redor para construções que facilitem o seu processo próprio de expressão pessoal. Não se dobra para as palavras – dobra a linguagem para servir à sua expressão subjetiva individual.

Essa abordagem linguística se desdobra em uma reflexão filosófica, pois a linguagem não se apresenta somente como um meio de comunicação, mas também um sistema que estrutura a forma com que espaços e identificações são compreendidos e categorizados. Assim como a biologia se apoia na linguística para nomear e classificar os elementos da natureza, Yksi percebe a linguagem como um campo de experimentação no qual pode atribuir novos sentidos às palavras e, conseqüentemente, redefinir aspectos fundamentais de sua própria identidade e percepção de gênero.

As palavras, suas etimologias, a evolução e diversidade de seus significados e as ainda as incomensuráveis possibilidades de sentidos produzidos, com múltiplas camadas interpretativas, são temas que despertam o interesse de Yksi de maneira profunda e intensa, características que se interlaçam com sua vivência autista. Isso também suscita efeitos de produção de sentidos subjetivos em relação a gênero que se entrelaçam com sua forma individual de perceber e interpretar o mundo.

Sua relação com a linguagem ultrapassa o mero uso funcional do português, pois ele vai além, pesquisando digitalmente a origem das palavras em diferentes idiomas, como grego e latim, explorando suas raízes e desdobramentos históricos. Esse conhecimento lhe permite não apenas fazer uso de idiomas de maneiras complexas e sofisticadas, em repetidos exercícios criativos de autoexpressão subjetiva, mas também inovar ao criar neologismos que já circulam em comunidades específicas das redes sociais voltadas para debates sobre gênero e identidade. Dessa forma, sua produção linguística se torna não apenas um reflexo de sua subjetividade, mas também um recurso de comunicação compartilhado por outros indivíduos que encontram significado nessas construções inovadoras. São, assim, recursos subjetivos que servem para expressar e dialogar sobre suas compreensões e explicações a respeito dos assuntos e temas da pesquisa: subjetividade, autismo, gênero.

Além do português, Yksi também explora construções linguísticas do inglês e incorpora termos contemporâneos dessa língua para suas discussões de gênero, muitas vezes recorrendo a expressões que ainda não possuem equivalência precisa em português. Isso contribui para a disseminação de novos conceitos e amplia o repertório de quem interage com seus discursos, convidando o leitor a se familiarizar com essas terminologias, utilizando também gráficos, tabelas e esquemas representativos.

Entretanto, apesar de sua afinidade com a criação de novos termos, Yksi manifesta certo incômodo crítico com algumas das terminologias utilizadas dentro de comunidades LGBTQIA+, especialmente aquelas relacionadas a identidades não binárias. Para ela, determinados termos parecem refletir mais uma crença do que uma descrição autêntica e espontânea das experiências individuais. Nisso, é possível conjecturar se o próprio uso do termo “não binário”, que demarca a negação do gênero enquanto binário (feminino/masculino) não se trata de uma outra forma de produção e de reprodução da própria binariedade, ao reforçar que seja nomeado.

A crítica ao termo “não binário” ressoa com questionamentos feitos por outras pessoas da comunidade que, embora se identifiquem dentro do espectro da não binariedade, de forma política e social rejeitam rótulos rígidos e preferem não se classificar explicitamente como “não

binárias” ou mesmo “trans”. Ainda assim, é importante ressaltar que esse posicionamento não invalida as identidades que assumem e que tais indivíduos continuam a se posicionar fora da cisgeneridade, recusando as normativas impostas pela estrutura binária de gênero.

Yksi gosta de inventar, criar palavras, interpretar, imaginar, provocar a imaginação das pessoas para descrever gênero, porque gênero é uma experiência subjetiva. Para Yksi, a própria criação de palavras é um ato de resistência e um exercício de liberdade. Ele vê na invenção de novos termos uma maneira de desafiar as normas sociais, subverter imposições coloniais sobre a linguagem e romper com os limites impostos pelas descrições padronizadas. Sua abordagem linguística não se restringe à teoria ou ao discurso acadêmico, mas se manifesta em sua própria vivência e prática cotidiana. Ele se dedica a interpretar e reinterpretar conceitos, a imaginar novas possibilidades e a estimular a imaginação alheia, tudo isso como parte de um esforço contínuo para expressar a fluidez e a subjetividade inerentes à experiência de gênero.

Como ele próprio expressa: “Eu tenho muitos pensamentos (...) A minha criatividade estava muito apurada, mas ao mesmo tempo minha mente estava parecendo uma biblioteca bagunçada”. Essa metáfora – entre muitas outras que traz em seus discursos – traduz a intensa atividade mental que acompanha seu processo de reflexão e invenção, bem como a complexidade de organizar e estruturar os pensamentos em meio à imensidão de ideias que surgem constantemente, em linhas de pensamento paralelas, concorrentes, coincidentes ou reversas entre si.

Hipótese: A partir dessas observações, pode-se formular uma hipótese acerca da maneira como Yksi lida com a essencialidade da língua e da linguagem na sua configuração subjetiva de autismo e gênero: a criatividade linguística e a necessidade de manipular as palavras surgem como estratégias para transcender explicações convencionais e desafiar normatividades. Seu uso inovador da linguagem não apenas permite expressar nuances subjetivas que muitas vezes escapam das categorias já estabelecidas, mas também possibilita a construção de um espaço de exploração pessoal no qual conceitos e experiências podem ser descritos sem necessariamente se enquadrar em binarismos rígidos, convidando a quem escuta e com ele dialoga a participar dessas explorações. Essa dinâmica vai refletir não apenas uma busca pessoal por autenticidade, mas também um esforço para ampliar e enriquecer os horizontes da compreensão sobre identidade e subjetividade. Fala-se do poder, da necessidade, da utilidade do uso criativo da língua e da linguagem para transcender explicações e compreensões, científicas e de senso comum, de gênero e do autismo, de forma a não reproduzir em seu discurso binariedades e normatividades.

3.2.1.2.2 Indicador 2: **Trans**-vazar: O gênero como vácuo, um vazio.

Para Yksi, o conceito de gênero representaria um vazio, uma ausência significativa que desafia, assim, a compreensão tradicional desse constructo. Gênero, em sua perspectiva, não se resume ao que seria algo inato, mas configura-se como uma construção também filosófica, linguística e biológica, ou seja, um fenômeno essencialmente humano e social, dotado de implicações subjetivas simbólico-emocionais que extrapolariam a mera determinação biologicista – e há muito ultrapassada – de gênero. Embora o conceito de gênero seja frequentemente percebido como um traço inerente e identitário, essa concepção não necessariamente reflete uma experiência subjetiva compartilhada por todas as pessoas, mesmo entre pessoas trans.

Yksi, em trocas e diálogos, propõe uma abordagem que distingue a leitura externa do gênero – descrevendo-o na forma como os outros percebem e categorizam um indivíduo – do modo como a própria pessoa se enxerga, resultando na desconexão entre imposições e normativas sociais e a própria subjetividade. Essa discrepância se manifesta, para Yksi, na identificação com um estado de apatia em relação ao próprio gênero, caracterizando-se por uma postura de neutralidade ou indiferença diante das expectativas sociais sobre a identidade de gênero.

Nesse sentido, Yksi traz o conceito de uma “apatia fluida de gênero” em sua apresentação, que descreve um movimento oscilatório entre empatia e antipatia pelo próprio gênero, requerendo não necessariamente um equilíbrio entre essas posições ou mesmo uma completa neutralidade frente às normas impostas. Essa experiência subjetiva culmina na noção que discorre de “apagênero”, na qual não apenas se des-identifica do gênero atribuído, como também manifesta um desinteresse quanto à forma como os outros interpretam – ou não – o seu próprio gênero ao ser concebido externamente por outras pessoas de seu convívio pessoal.

Yksi menciona o conceito de “antigênero”, concebendo-o como uma posição que se situa em um espectro oposicional, um deslocamento que pode ser descrito metaforicamente em termos matemáticos como um “valor negativo”. Assim, antigênero não seria meramente a ausência de gênero, mas a construção de um posicionamento subjetivo que desafia ativamente as normativas binárias e cisnormativas a ela impostas.

Afirma uma masculinidade em sua vivência, ao mesmo tempo em que descreve certa complexidade desse aspecto, discorrendo-o como algo que se insere dentro de uma estrutura maior, de uma identidade não linear, multifacetada e interconectada com diversas experiências subjetivas.

Dentro dessa perspectiva, a masculinidade de seu gênero, para Yksi, pode ser vista como ausente ou nula, no sentido de um esvaziamento de sua significação convencional. Em outras palavras, a identidade masculina que ele vivencia não se expressa como uma afirmação categórica ou essencialista, mas como uma configuração subjetiva que se articula em torno do vazio e da fluidez identitária, por mais que isso vá contra o que comumente se tem nos estudos de gênero usuais.

Do ponto de vista subjetivo, o gênero é inconsistente. Ele se constitui como uma questão fundamentalmente linguística e filosófica, da mesma forma que a própria biologia, ao nomear e classificar a natureza, é mediada por processos discursivos. Assim, o gênero emerge como uma construção social cuja estabilidade é ilusória, pois suas categorias seriam, historicamente situadas e culturalmente negociadas.

A reflexão de Yksi sobre pronomes e linguagem ilustra, mais uma vez, essa complexidade, especialmente dentro da estrutura da língua portuguesa. Elu destaca, em nosso processo de construção das informações de pesquisa, as incongruências presentes no uso dos pronomes e dos gêneros gramaticais, observando que um indivíduo pode ser referido pelo pronome “ele” devido a sua identidade enquanto pessoa, mas também pode ser referido como “ela” quando classificado dentro de categorias linguísticas como “testemunha” ou “pessoa”. Essa inconsistência é algo que se destaca no entendimento de gênero de Yksi, em ocasiões em que o gênero gramatical não se alinha necessariamente à identidade de gênero de um sujeito, o que lhe gera ambiguidades interpretativas.

Pessoas autistas frequentemente demonstram uma sensibilidade aguçada para regras, padrões e estruturas lógicas, o que se traduz em uma atenção especial a contradições e exceções às normas estabelecidas. Esse traço não apenas reflete um interesse por organização e coerência – mesmo que essa organização seja discrepante ao que outras pessoas vão considerar como “organização” – mas também está profundamente ligado ao que é chamado de “senso de justiça”, característico do autismo. Muitas pessoas autistas vão apresentar uma forte inclinação para questionar autoridades e sistemas quando percebem inconsistências, uma vez que a previsibilidade e a lógica são elementos fundamentais para sua compreensão do mundo. Quando conceitos são aplicados de maneira arbitrária ou apresentam falhas internas, é comum que uma pessoa autista reaja a essas falhas, buscando consertá-las para si mesma, demonstrando uma necessidade central para sua forma de processar a realidade. Isso pode se manifestar tanto em questões sociais, como a aplicação desigual de normas, quanto em aspectos linguísticos e conceituais, em que discrepâncias sutis podem ser imediatamente percebidas e questionadas.

As contradições que trouxeram esses questionamentos de gênero para Yksi evidenciaram para ela a fluidez do gênero enquanto categoria simbólica, reforçando a necessidade de uma abordagem subjetiva que reconheceria as múltiplas formas de vivenciá-lo. A subjetividade da pessoa autista, nesse contexto, pode trazer um olhar diferenciado para a experiência de gênero, uma vez que a normatividade social imposta pode ser percebida de maneira distinta por indivíduos neurodivergentes, especialmente quando suas construções identitárias não seguem os padrões convencionais de socialização e identificação.

Dessa forma, Yksi propõe uma desconstrução radical do gênero enquanto entidade fixa, promovendo uma visão que abraça sua instabilidade, seus paradoxos e suas múltiplas possibilidades de existência dentro do campo da subjetividade humana. Como elabora Jota Mombaça (2021), bicha não binária e artista entre a monstrosidade e humanidade, estudos *queer*, movimento anticolonial e ficção visionária: “Ou talvez fosse apenas eu a vibrar as dúvidas da terra. Ou talvez, àquela altura, minha transição se havia completado e eu já era nada. E em sendo nada, eu finalmente podia ser qualquer coisa. E tudo” (p. 128).

3.2.1.2.3 Indicador 3: **Trans**-finitude: Gênero como muitos.

Yksi reflete sobre o momento em que experimenta uma compreensão significativa de si mesma e de sua identidade de gênero, expressando essa realização da seguinte forma: “Eu descobri que posso ter muitos gêneros.” Essa afirmação sintetiza a percepção de que sua identidade não se limita a uma única definição fixa, mas é composta por múltiplas facetas, cada uma delas podendo ser mais bem compreendida e expressada por diferentes rótulos identitários.

Cada termo ou categoria utilizada para descrever identidades de gênero carrega consigo uma carga semântica específica, que pode abarcar distintos aspectos da vivência subjetiva de um indivíduo. No caso de Yksi, a adoção de múltiplos rótulos identitários não representa escolhas e orientações pessoais incoerentes, tampouco torna sua identidade menos legítima. Pelo contrário, trata-se de um processo de exploração e expressão pessoal, no qual diferentes conceitos são mobilizados para traduzir nuances variadas de sua experiência de gênero. Essa abordagem evidencia que a identidade de gênero pode ser fluida, dinâmica e multifacetada, desafiando visões mais rígidas e normativas sobre o tema. Conforme discorre: “Porque a gente é *queer*, então a gente é estranho”.

A subjetividade, enquanto dimensão central dessa vivência, é frequentemente marcada por aspectos que escapam à compreensão objetiva e ao alcance do conhecimento comum, em marcações diretas e objetivas que muitas vezes falham em compreender uma realidade diversa.

Yksi discorre acerca de elementos de sua identidade que permanecem inatingíveis e desconhecidos, comparando-as às cores que o olho humano não é capaz de enxergar.

Para Yksi, essa analogia surge para descrever a possibilidade de existência de dimensões da experiência subjetiva que existiriam independentemente de sua representação no mundo tangível ou virtual. Essa distinção entre os âmbitos do que seria “real” ou “virtual” levantaria, assim, uma questão sobre a possível dualidade entre essas esferas, revelando, talvez, a existência de uma dicotomia entre diferentes formas de percepção de Yksi que não estariam, necessariamente, representadas no que seria chamado de “mundo real” ou no “mundo virtual”. Não deixaria de ser uma dicotomia, talvez uma binariedade não binária de “realidades” que Yksi experiencia.

Dentro desse contexto, a categoria “xenogênero” surge como uma ferramenta conceitual que auxilia na construção e na explicação de identidades que não se encaixam nos moldes tradicionais binários do masculino e do feminino. O termo tem origem na palavra grega antiga *xénos* (ξένος), que pode ser traduzida como “estranho”, “fora do padrão” ou “estrangeiro”. Trata-se de um conceito, conforme supramencionado, que descreve experiências de gênero que extrapolam a compreensão convencional da identidade de gênero, podendo estar associadas a elementos como objetos, seres da natureza (animais ou plantas), ou mesmo conceitos abstratos. A noção surge como uma resposta contestadora aos modelos hegemônicos de categorização, expandindo as possibilidades de entendimento do que pode ser considerado identidade de gênero.

Um exemplo específico dentro do “guarda-chuva xenogênero” é justamente a identidade autigênero. Esse termo refere-se a uma identidade de gênero intrinsecamente vinculada à experiência do autismo, sendo um xenogênero que emerge da intersecção entre a vivência autista e a vivência de gênero. Assim, desenvolvemos a concepção de que “autigênero” pode ser compreendido como uma categoria que expressa a maneira singular como algumas pessoas autistas experienciam sua identidade de gênero, rompendo com padrões convencionais e enfatizando perspectivas subjetivas que são muitas vezes negligenciadas em discursos tradicionais, tanto em debates de saberes de saúde mental de pessoas autistas, quanto em discussões de teóricos *queer* e agentes políticos de movimentos LGBTQIA+ de gênero (S. L. Koga, comunicação pessoal, 20 de março, 2025).

A intersecção entre linguística e identidade torna-se ainda mais evidente quando consideramos que o xenogênero também pode ser descrito como um neologênero, ou seja, um conceito de gênero formulado por meio de um neologismo. A criação de novos termos dentro desse contexto reflete o processo de autodescoberta e autoexpressão, permitindo que indivíduos

desenvolvam categorias mais precisas para comunicar suas vivências. Essa flexibilidade linguística possibilita a ampliação do vocabulário referente à identidade de gênero, tornando-o mais inclusivo e representativo das múltiplas formas pelas quais o gênero pode ser experienciado.

A polissemia, característica linguística que permite que palavras tenham múltiplos significados e que é bastante explorada na construção de informação com Yksi, também se torna um elemento essencial nesse processo. No campo da identidade de gênero, a polissemia refletiria a pluralidade psicológica e a diversidade de interpretações possíveis, permitindo que a linguagem acompanhe a fluidez da subjetividade. Esse fenômeno está diretamente relacionado à auto interpretação, na medida em que Yksi constrói e ressignifica os termos que melhor descrevem sua identidade a partir de sua vivência pessoal e de suas necessidades expressivas em diferentes espaços e contextos.

O ambiente escolar foi um dos espaços de conflitos e desafios para Yksi, especialmente devido ao bullying sofrido. Seus trejeitos eram frequentemente alvo de discriminação, levando-o a desenvolver estratégias de adaptação, como a imitação de personagens. Essa prática pode ser compreendida à luz da subjetividade autista, na qual a mimetização de gestos e comportamentos socialmente aceitáveis pode funcionar como um mecanismo de socialização e autopreservação. Além disso, seu comportamento, que chama de “exibicionista”, pode ser interpretado não apenas como formas de expressão, mas também como tentativas de reivindicar um espaço próprio dentro de um ambiente hostil. Relaciona essa postura a um situacionismo e passabilidade: “posso me passar de cis (*cisplay*) para agradar pessoas e eu sobreviver”.

Yksi, ao refletir sobre sua identidade, menciona a sensação de que existiriam em si “fragmentos de mim”, alguns dos quais permanecem inacessíveis mesmo a ele. Essa percepção surge em conjunto de sua descrição de uma experiência de identidade que não seria homogênea ou estática, mas que se manifestaria de forma múltipla. Esse sentimento se conecta à ideia de que, para Yksi, diferentes configurações subjetivas de si podem emergir em distintos contextos, permitindo que mobilize aspectos variados de si mesmo em resposta a experiências específicas, conforme necessidade.

Yksi conta que por vezes se sente “como se fosse uma outra sub-pessoa minha” para descrever essa percepção de “pluri-pessoalidade”. Isso significaria dizer que, para ele, identidade pode ser compreendida como um conjunto de múltiplas facetas que coexistem e se manifestam de maneiras distintas. Como consequência, a adoção de diferentes rótulos identitários torna-se uma estratégia não apenas de comunicação, mas também de autocompreensão, permitindo-lhe contornar as limitações das categorias pré-estabelecidas e

expressar sua identidade de maneira mais precisa e subjetivamente significativa para si. Esse sentimento relaciona-se ao comportamento de *masking* de pessoas autistas, que por vezes descrevem a necessidade de serem “outras pessoas” em diferentes contextos sociais, possuindo efeitos subjetivos para além de uma simples atuação.

Dessa forma, a pluri-identificação de Yksi não deve ser vista como uma contradição, mas sim como uma manifestação de sua subjetividade individual. A identificação com diversos rótulos e orientações e sub-orientações de identidades de gênero, torna-se um recurso fundamental para sua autocompreensão e exploração ao possibilitar a nomeação dessas experiências múltiplas, evidenciando a relação intrínseca entre discurso, subjetividade e a contínua expansão das concepções sobre gênero e autismo.

3.2.1.2.4 Indicador 4: **Trans**-formista: Corpo e corporeidade, expressão e performance.

Quando criança, se via como neutro, sem uma identificação específica com os polos tradicionais de gênero – nem exclusivamente masculino, nem exclusivamente feminino. Dessa maneira, diz que queria ser andrógeno. No contexto específico abordado, a androginia referida por Yksi não se limitaria somente a uma definição estática ou universal do que significaria ser andrógeno, mas é compreendida como uma aparência que integra características socialmente lidas como masculinas e femininas. Vale o lembrete, contudo, de que essa leitura está sempre inserida em um contexto que envolve recortes temporais, de classe, cultura e outras construções sociais que moldam a percepção do corpo e da identidade e do que é ou pode ser considerado “masculino” ou “feminino”, havendo variações consideráveis entre elas.

Yksi discorre que, ao longo da vida, experimentou diferentes tentativas de adaptação ao próprio corpo, vivenciando esse processo de maneira que descreve como “dissociativa”. Em suas falas, ao discutir suas experiências e sensações corporais, o termo “disforia de gênero” foi empregado para referir-se às suas experiências de desconforto. No entanto, é importante destacar que para Yksi, e para o contexto dessa pesquisa, essa disforia é compreendida de maneira distinta da definição formal utilizada no contexto clínico e psicopatológico do diagnóstico de “Disforia de Gênero”. A experiência da disforia está, portanto, menos relacionada a um diagnóstico médico e mais a um sentimento subjetivo e profundo de incongruência entre sua identidade interna e a forma como percebe e habita seu próprio corpo como um meio de interação psicossocial.

A transição para a puberdade marcou um período particularmente desafiador, o que não é incomum entre pessoas trans. O crescimento de pelos corporais foi um fator que lhe gerou

grande desconforto, pois fez com que sentisse que seu corpo não lhe pertencia, como se “fosse de outra pessoa”. Diz que, com o passar dos anos, houve um processo de adaptação, aceitação e até apreciação dos pelos. Ao mesmo tempo, Yksi também expressa em diversas ocasiões um desconforto contínuo com a característica corporal que expressa, mencionando a prática da depilação e cogitando modificações estéticas mais permanentes no que diz respeito aos pelos. Ainda assim, destaca que tenta evitar pensar excessivamente sobre isso, adotando, segundo suas próprias palavras, um certo “desleixo com a própria aparência”.

A sensação de distanciamento do próprio corpo não se restringe apenas à relação com os pelos ou com sua expressão física, mas se estende para experiências subjetivas mais complexas. Quando Yksi descreve interpretar seu próprio corpo como se fosse de outra pessoa, isso também se relaciona com o que descreve de uma “pluripessoalidade”: uma vivência de si mesmo que envolve múltiplas sub-personas que podem – ou não – envolver distintas formas de se perceber e existir internamente em sua compreensão pessoal de si. Em sua elaboração, Yksi fala sobre a existência de uma “outra imagem” que representa o que considera ser seu “eu interior”. Essa dissociação é sintetizada em sua própria fala: “De certa forma interpretando o meu corpo como se fosse de outra pessoa. E, dentro de mim, eu me imagino como se fosse outra pessoa. Outra imagem para o meu eu interno, entende? (...) acaba em uma incongruência”.

Yksi reconhece que suas percepções, sentimentos e formas de se ver podem ser de difícil compreensão para aqueles ao seu redor. De maneira extremamente rica em nossos momentos de diálogo, ela mesma também se questiona sobre sua identidade e seu corpo nos espaços de diálogo, compartilhando, debatendo e ressignificando aspectos subjetivos de sua experiência enquanto si mesma. Sua vivência evidencia contradições e construções da subjetividade social e de normas, expectativas e estruturas coletivas, com sua experiência de subjetividade individual, gerando movimentos ativos, conflitos internos e questionamentos profundos sobre pertencimento e identidade.

Nesse sentido, a experiência de Yksi é demarcada pelo sentido subjetivo simbólico-emocional de como se vê, se sente, age, interage e reage nas múltiplas camadas de sua subjetividade, que entrelaçam aspectos individuais e sociais. Sua percepção de si é influenciada por diferentes fatores, implicando para Yksi o que descreve de sua experiência de disforia de gênero, de sua vivência pessoal com seu corpo e sua identidade de gênero. Yksi reflete e reage subjetivamente sobre como a forma como seu corpo é lido e interpretado socialmente, sua identidade de gênero, sua expressão de gênero – mencionando vestimentas e adereços – e a própria construção linguística e simbólica que envolve o gênero ao longo da história e em

diferentes contextos culturais e espaciais, tendo sua descrição de identidade pessoal intimamente impactada, entrelaçando configurações subjetivas individuais e sociais.

Através de nossas discussões, analisando sua trajetória pessoal com o conceito e experiências identitárias de gênero, somado às suas vivências, seria possível construir uma **hipótese** de sua experiência de subjetivação simbólico-emocional abordando as adaptações, não adaptações e respectivas dificuldades ligadas às incongruências físicas que experiencia com o próprio corpo de si para si mesma.

3.2.1.2.5 Indicador 5: **Trans**-sexualidade: Autoconhecimento, exploração e autonomia corporal

Os diálogos referentes à sexualidade de Yksi não se expressaram somente nos campos de identidade ou orientação, mas também um aspecto ligado à expressão individual e à saúde, não tendo receios em compartilhar informações explícitas de suas experiências e explorações sexuais. Elu destaca os impactos do uso contínuo da PrEP (Profilaxia Pré-Exposição), como o adormecimento do braço por alguns dias antes de um de nossos encontros, descrevendo-o como um efeito adverso relacionado ao uso prolongado fora das recomendações médicas. Essa preocupação reflete não apenas uma dimensão subjetiva da sexualidade, mas também a intersecção entre práticas sexuais e bem-estar corporal, apontando para a necessidade de abordagens mais personalizadas e sensíveis a ações e escolhas individuais, bem como de seus efeitos.

Yksi comenta sobre imposições por meio de normas e expectativas sociais que determinam como uma pessoa deve agir e ser que não se restringiriam somente à identidade de gênero, mas que se expande para a vivência da sexualidade, demonstrando como os sistemas normativos influenciam a forma como indivíduos são percebidos e como percebem a si mesmos. A Teoria da Subjetividade de González Rey foi um agente facilitador na compreensão dessa construção dinâmica, ressaltando que a identidade não é um dado fixo, mas um processo em constante negociação entre o indivíduo e o contexto social.

Yksi comenta de situações sexuais de risco, mencionando uma perda de virgindade traumática e determinadas situações que se repetem ainda hoje. Pessoas autistas, em particular, apresentam uma maior propensão a se envolverem em situações de risco, o que é exacerbado pelo tabu em torno da sexualidade, que é ainda mais prevalente para autistas e pessoas com deficiência em geral. Há ainda mais falhas nas orientações de saúde sexual e reprodutiva de pessoas de sexualidades divergentes da norma, como é o caso de Yksi.

A intersecção entre a tendência de desafiar convenções sociais e suas autoridades e a falta de discussão aberta sobre temas sexuais podem suscitar consequências negativas diversas, tanto físicas quanto emocionais. Nesse sentido, aumenta-se a necessidade da promoção de diálogos abertos que abordem também essas questões, proporcionando ferramentas para que indivíduos autistas tenham suas autonomias respeitadas, ao mesmo tempo em que são mitigados os riscos associados. Não apenas de uma questão de identidade, discutir sexualidade também se trata de uma questão de cuidado em saúde há muito negligenciada.

Também é evidenciada a complexidade da relação entre sexualidade, vulnerabilidade e percepção sensorial. Yksi menciona a hipersensibilidade sensorial e a perversidade polimórfica como elementos que influenciam sua vivência da sexualidade. A perversidade polimórfica, conceito proposto por Freud e mencionado por Yksi, refere-se à capacidade de experimentar prazer sexual fora das normas estabelecidas, algo que, na perspectiva de Yksi, dialoga com sua experiência fluida e multifacetada da sexualidade. No contexto da subjetividade autista, a hipersensibilidade sensorial pode impactar diretamente a forma como o corpo reage a interações físicas e emocionais, tornando certas experiências especialmente intensas ou desconfortáveis.

A influência da moral cristã na sexualidade é outro fator relevante na construção subjetiva de Yksi. A internalização de normas religiosas pode, notadamente, gerar conflitos internos ao confrontar percepções individuais de desejo e identidade com valores morais externos. Essa influência pode ser observada tanto na forma como ele compreende sua própria sexualidade e a descreve quanto na maneira como busca se posicionar dentro de uma sociedade que ainda regula rigidamente a expressão do desejo e do gênero.

Atualmente, Yksi se identifica dentro do espectro assexual, posicionando-se como uma pessoa não monogâmica que aceita a possibilidade de relacionamentos românticos e afetivos sem a necessidade de envolvimento sexual. Descreve sua sexualidade como não fixa, enquanto sua romanticidade se apresenta de forma isenta e sua “gamia” (referente a monogamia, poligamia, ou não monogamia) como transitória, questionante e fluida. Ele explora diferentes rótulos para definir sua vivência afetivo-sexual, reconhecendo a polissemia dos termos e a multiplicidade de interpretações possíveis, abraçando as diferentes leituras de outres sobre si mesmo.

O termo “vincian”, aquileane ou veldiane (gay), é adotado por ele para descrever sua experiência identitária, ressaltando a ambiguidade e a dubiedade na cunhagem dessa palavra. O uso dos diferentes termos reflete sua posição de questionamento constante, na qual ele reconhece que diferentes pessoas podem percebê-lo de maneiras distintas, sem que nenhuma

dessas percepções seja necessariamente equivocada. Assim, ele se descreve como bissexual, mas de uma maneira que também incorpora elementos do que chama de “torensexualidade” e “omnissexualidade”, apontando para uma fluidez identitária que novamente faz um movimento de distanciamento de definições rígidas.

Yksi se vê como um *outsider*, alguém que se posiciona fora das categorizações convencionais, constantemente questionando-as, e que prefere evitar rótulos fixos. Sua identidade oscila entre diferentes marcadores, podendo fluir entre gay e bi, sem uma delimitação estática. A atratividade sensorial, para ele, nem sempre está vinculada a uma materialização física, pois existem formas de toque que não ocorrem presencialmente em seu corpo, mas que são experienciadas no plano de sua imaginação. Essa percepção inclui “toques abstratos”, nos quais ele relata sentir sensações corporais sem que haja qualquer contato físico direto, um fenômeno que pode ser compreendido dentro de suas experiências subjetivas de corporeidade.

Romanticamente, Yksi se descreve como “celibatarie romêntique volontárie”, ou seja, opta intencionalmente por não desenvolver relacionamentos românticos. Seus sentimentos românticos são raros e ocorrem de forma episódica, em picos intensos e breves. Em termos comportamentais, ele se define como mais receptivo do que ativo nos relacionamentos afetivos, não necessariamente assumindo um papel submisso, mas expressando uma abordagem que descreve como “preguiçoso ou egocêntrico” no que se refere ao “esforço” de agradar romanticamente outra pessoa.

No campo platônico, ele se identifica como sáfique, termo que escreve como “sáfic”, e que pode flutuar entre lesbivêdico e safogênero. No entanto, recentemente, tem se percebido mais androssocial ou androamical, ressaltando a fluidez e a dificuldade de fixar um rótulo estável. Essa constante mudança na identidade e na atração reflete uma subjetividade que opera em fluxo, em que as categorias estabelecidas se tornam insuficientes para abarcar a complexidade da experiência individual.

A relação entre identidade de gênero e normas sociais também é uma questão central na experiência de Yksi. Ele reconhece que, para ser aceito como trans ou homossexual, existem expectativas normativas que determinam como deve se comportar. Esse fenômeno evidencia a imposição de padrões dentro da própria comunidade LGBTQIA+, limitando as possibilidades de expressão para aqueles que não se encaixam nesses moldes. Yksi reflete sobre essa questão afirmando que já passou por múltiplos rótulos e que diferentes pessoas o percebem de maneiras distintas – algumas o veem como bissexual, outras como gay –, e ele valida essas percepções dentro da perspectiva de cada pessoa. Contudo, essa diversidade de olhares não anula a

existência do seu próprio mundo subjetivo, que por sua vez entra em conflito e em interação constante com o mundo extra pessoal, evidenciando a complexidade de viver em sociedade.

Quando Yksi se assumiu como gay para sua mãe, uma profissional da saúde da área da enfermagem, ela não acreditou e sugeriu que ele buscasse mais esclarecimentos. Ainda que tenha usado a palavra “gay” naquele momento, desde os 10 anos já conhecia o termo “bissexual” e acredita que, mesmo antes de nomear, já se percebia dessa forma. Aos 18 anos, abordou novamente o assunto com a mãe, identificando-se então como bissexual. Essa trajetória foi influenciada por referências da cultura midiática, como a idealização da não monogamia e a admiração por personagens andróginos e angelicais, que reforçavam uma identificação estética e subjetiva com expressões de gênero menos convencionais.

Além disso, Yksi também vai se identificar enquanto “aceflux”, significando que flui no espectro assexual, embora também se identifique adicionalmente com termos que seriam tipicamente alossexuais – isto é, de forma contrária à identificação assexual. As identificações seriam complementadas em um espectro tridimensional de sua (as)sexualidade, que seria cinzenta. A sexualidade cinza, também conhecida como assexualidade cinza ou semissexualidade, é conhecida como um espectro que se situa entre a assexualidade estrita e a atração sexual. Pessoas que se identificam como cinza-assexuais poderiam, assim: sentir atração sexual de forma fraca, em circunstâncias específicas, de forma inesperada sem a exigência de um vínculo forte com outra pessoa, ter níveis de atração sexual flutuante, passando por determinados períodos em que ficam sem ter relações sexuais. A área cinza representaria a zona intermediária entre a assexualidade estrita e a atração sexual.

No que se refere à identidade cúpio, Yksi explora a experiência de desejar relacionamentos sem sentir necessariamente atração sexual ou romântica. Esse posicionamento dentro do espectro assexual-arromântico pode envolver diferentes combinações, como a cupiossexualidade (desejar sexo sem sentir atração) ou cupiorromanticidade (desejar um relacionamento sem se apaixonar). A diversidade dessas experiências demonstra a complexidade da subjetividade de Yksi, que se manifesta de forma fluida, multifacetada e em constante resignificação.

3.2.2 SUPEESU

3.2.2.1 Apresentação pessoal de Supeesu

Supeesu, 31 anos, trans não binário, usa todos os pronomes, pansexual e se autodeclara indígena. Tem sinestesia, então diz que sua vida vem com gosto. A sinestesia é um fenômeno

ligado a fatores neurológicos no qual a estimulação de um sentido leva à ativação automática e involuntária de outro sentido. Esse cruzamento sensorial pode manifestar-se de diversas maneiras, e não se trata de uma condição patológica, mas sim uma variação na percepção sensorial que ocorre em uma pequena porcentagem da população, sem comprometimento em capacidades cognitivas ou funcionais. É comum que pessoas com sinestesia relatem que suas experiências sensoriais cruzadas enriquecem sua percepção da realidade, proporcionando uma dimensão única e subjetiva às suas vivências cotidianas.

No caso de Supeesu, conta que “odeia a ideia de ser reduzido a só isso ou aquilo”. Conta que sua visão de mundo subjetiva, cheia de camadas, pode parecer confusa para quem conversa com ele pela primeira, segunda ou até terceira vez. Mas que, com o tempo, as pessoas se acostumam. Ou não. E, para ela, tudo bem. Elu diz achar brega ficar fazendo referência à sinestesia toda hora, mas também acha o brega engraçado, então se permite ser brega quando acha que pode ser cômico. Para ela, rir, fazer rir e se divertir com coisas bestas também é uma forma de arte.

Sua juventude no interior do Paraná, em uma região periférica e cheia de vulnerabilidades, tem gosto de sorvete de flocos com batata sem sal. Pode parecer estranho, mas elu nunca estranhou, porque era a única realidade que conhecia. Aos 19 anos, foi para a faculdade de ciências sociais no norte do Paraná. Apesar de estar chegando aonde outros membros da sua família não tinham chegado, a experiência teve um gosto meio amargo de café malpassado. A cidade era quente demais e ele não se encaixava. Então, aos 20, decidiu recomençar o curso na capital. Em Curitiba, conheceu novos sabores, mas tudo era muito prático, como um prato de arroz com carne e batata – bem temperado, mas sem muito mais por muitos anos.

O problema, conta elu, é que ele ainda estava se entendendo, e muitas vezes “queimava o arroz”, literalmente e figurativamente. Mesmo quando não queimava a ponto de não conseguir comer, era comum sentir o gosto de queimado, às vezes do fundo da panela. Mas também teve ali os momentos de experimentar novos sabores, especialmente frutas – e não, não é analogia para drogas, porque essas ele sempre soube que não eram para ele, talvez em algum momento possa ter sido sobre sexualidade diversa, mas não só era sobre experiências como um todo. Porém, as frutas várias vezes foram frutas mesmo, pensando sempre em uma visão de uma alimentação funcional, focada em manter o corpo bem, mesmo que isso significasse ignorar os outros aspectos do comer.

Quando se formou, Supeesu migrou para o design, buscando algo diferente. Na pesquisa, encontrou uma forma de sobreviver e, ao mesmo tempo, de se entender e se

comunicar. Nessa forma de entender o mundo que, anos depois, decidiu ir atrás do laudo de autismo. Mas foi na arte que ele realmente encontrou uma forma de viver. Só que isso só aconteceu mesmo a partir dos 27 anos, quando se assumiu não binário e parou de viver “só no básico”. No humor, ele encontrou o sabor doce que sempre lhe fez sentido, nem que fosse pelo irônico. Por isso, mesmo sendo disléxico, ama ler poesia. Mesmo sendo disortográfico, isto é, com dificuldades significativas na escrita, que podem incluir erros de ortografia, omissão ou adição de letras, e dificuldade em seguir regras gramaticais e ortográficas, escreve e continua escrevendo. Adora fazer pôsteres, mesmo dizendo desenhar mal. E toca instrumentos musicais, mesmo com “zero coordenação motora”.

Na área de Design, ela se aperfeiçoou, fez um MBA (*Master in Business Administration*) em *User Experience* (Experiência do Usuário, em português) porque, além de pagar melhor, sempre gostou de pensar “nessas coisas aí de tecnologia”. Aos 29 anos, veio o laudo de autismo, e tudo passou a fazer mais sentido. Supeesu sempre viu a vida de maneira “dialética e espiralar”, antes mesmo de saber esses conceitos. Então, conta sua história a partir do presente, mas se relacionando com o tempo, com o passado sendo formado por ele e revisitando sua história de vida. Hoje, ela participa de trabalhos de base para incluir pessoas autistas no mercado de trabalho e está fazendo mestrado, pesquisando autismo a partir da visão de ciência, tecnologia e sociedade. Sempre acredita que a mudança estrutural tem que ser coletiva, mas que a formação do sujeito é individual.

3.2.2.2 Sobre a escolha do nome Supeesu:

Depois de todos os nossos espaços conversacionais já terem sido finalizados, embora tenhamos continuado nossas conversas informais em meios digitais, restava ainda a escolha do nome para ser utilizado na pesquisa. Sendo essa escolha um desafio para si, Supeesu me convidou para ajudar nessa tarefa subjetiva de nomeação, sendo uma enorme honra e responsabilidade. Entre algumas opções, Supeesu (a primeira ideia), foi o resultado de nossa troca.

De pronúncia Su-pê-ê-su (som do “su” suave), Supeesu surge da leitura em romanji, ou “leitura romana”, dos caracteres em katakana usados para a palavra “Space” em japonês (スペース), com grafia escolhida de forma deliberada para a presente pesquisa. O katakana é um dos silabários, ou “alfabetos”, comumente utilizados na língua japonesa (にほんご ou 日本語; nihongo), voltado para se escrever onomatopeias, expressar sentimentos ou palavras de origem estrangeira que fogem da captura de sentido local (Perea; Pérez, 2009).

A justificativa do idioma se dá pela ascendência como pesquisador, considerando a falta de perspectivas asiático-amarelas japonesas em conceituações brasileiras, que ignora o status do Brasil como o país com a maior comunidade japonesa fora do Japão (Tsuda, 2000). Poderia ter sido utilizada a tradução em inglês “*Space*”, no entanto, foi feita a escolha de não usar o termo em inglês também por motivos de já haver uma excessiva americanização em palavras e termos utilizados nos estudos de identidades de gênero e sexualidade, sendo a escolha pela valoração de outros idiomas um posicionamento político frente às ondas recentes de ultraconservadorismo estadunidense.

Em nossos espaços conversacionais, Supeesu comenta que “O espaço sou eu”. Supeesu surge como espaço, no sentido de um local. Não somente isso, a palavra “Supeesu” também surge como espaço sideral, relativo a estrelas e via láctea, noções fora do planeta Terra de que, assim como gêneros fora da norma padrão binária, o nome se desprenda de noções terráqueas e presas ao chão, muito enraizadas. Como em Hope (2020) se discorre, “o mundo ainda não abriu espaço para mim como eu sou. Podemos abrir espaço, e estamos abrindo espaço” (p.67).

O espaço aparece em textos de mais variadas formas para separar frases a fim de evitar confusão. Pode ser início de um novo parágrafo, novos começos. Além disso, o espaço também pode aparecer para demarcar uma interrupção.

O espaço de Supeesu possui significações múltiplas e diversas, assim como Supeesu também possui a flexibilidade e capacidade de ser. É linguístico, mas também pode ser um símbolo matemático entre números e símbolos. Esse mesmo espaço que Supeesu traz também pode sinalizar uma abertura – o que Supeesu traz muito em nosso trabalho em conjunto, com uma postura sempre aberta – a novas ideias, interpretações, perspectivas, opiniões e reflexões.

Supeesu possui uma postura bastante ativa na pesquisa, sendo ela mesma também um pesquisador trans autista no mestrado, e se posiciona, em suas palavras, “contra uma pesquisa que coleta dados assim como o colonizador que extrai o ouro”, apreciando a abertura para falar sobre si usando suas próprias palavras, de sua própria maneira. Assim como apresentado na seção sobre a metodologia trabalhada na presente pesquisa, a perspectiva do método construtivo-interpretativo elaborado por Fernando González Rey valoriza uma potencialidade de produção, de construção em conjunto, e não coleta de dados.

Assim, na metodologia de pesquisa aqui utilizada, foi adotada uma dinâmica conversacional segundo modelo proposto por Fernando González Rey, caracterizada por uma intensa troca mútua entre o participante da pesquisa e o pesquisador, sem haver o estabelecimento de uma hierarquização entre eles. Essa abordagem se configurou em uma

unidade de interação, em que a construção de informações ocorreu de forma conjunta e colaborativa.

A profundidade dessa interação se deu de maneira tão significativa que, em diversos trechos de nossos processos dialógicos, a transcrição das conversas por si só não se fazia suficiente para determinar com clareza quem havia falado ou assim se posicionado, exigindo uma análise cuidadosa do respectivo áudio. Isso não apenas enriqueceu a qualidade dos dados coletados, mas também desafiou as normas tradicionais de pesquisa, promovendo uma abordagem ainda mais dinâmica e participativa. Essa abordagem se revelou particularmente provocativa aos moldes positivistas de pesquisa objetiva e quantitativa, destacando a importância de métodos que valorizam a subjetividade e a co-construção do conhecimento no contexto acadêmico, em especial para as temáticas de Subjetividade, Gênero e Autismo que se propôs estudar.

3.2.2.3 Indicadores possíveis para Supeesu

3.2.2.3.1 Indicador 1: **Trans**-fusão: interpretações sinestésicas e metáforas de alimentação

A experiência sensorial e afetiva de Supeesu como ela a descreve se manifesta de maneira profundamente sinestésica, evidenciando a forma como sua subjetividade se estrutura por meio da percepção sensorial e da intersecção entre diferentes campos do conhecimento. A construção de significações subjetivas individuais, em sua experiência, está diretamente associada aos sentidos, em especial ao paladar. Essa configuração subjetiva se estende à maneira como Supeesu processa, compreende e explica o mundo ao seu redor.

O aprendizado, para Supeesu, também é descrito por meio de metáforas culinárias e gustativas, ilustrando como diferentes áreas do conhecimento evocam sabores específicos. Ao se debruçar nos estudos de estatística, humanidades e outras disciplinas, percebe-as como “sal, pimenta e outros temperos” distintos que, quando combinados, enriquecem sua experiência cognitiva, proporcionando um aprendizado mais complexo e saboroso. Essa forma de relação com o conhecimento pode ser interpretada enfatizando sua própria construção subjetiva individual como um processo dinâmico, no qual a experiência individual e social se entrelaça, gerando formas singulares de significação.

A sinestesia, em que diferentes estímulos sensoriais se interconectam de maneira diferenciada, combinando sentidos, desempenha um papel crucial na maneira como Supeesu interage com o mundo. A dor, por exemplo, não é apenas sentida fisicamente, mas também traduzida em uma experiência visual e gustativa respectiva. Supeesu descreve a dor como

possuindo um “gosto metálico e uma cor cinza opaca”, semelhante à de um metal envelhecido, sem brilho, carregando um peso afetivo que a torna não apenas uma sensação física, mas uma vivência subjetiva complexa. Essa percepção destaca formas neurodivergentes de assimilar e interagir com estímulos externos de maneira distinta, nesse caso atribuindo significados sensoriais a experiências emocionais e cognitivas, havendo inclusive uma correlação entre a sinestesia e o autismo (Tomasi et al., 2018).

Supeesu relata que, conforme foi compreendendo mais sobre si e explorando diferentes aspectos de sua identidade, sua percepção sinestésica do mundo também se transformou. Se antes seu repertório sensorial era limitado e dominado por tons monocromáticos e sabores restritos, à medida que se desenvolveu e adquiriu novas compreensões sobre sua subjetividade, essa “paleta sensorial”, ou mesmo “cardápio”, foi se ampliando. O aprendizado e a autodescoberta adicionaram novas “cores” e “sabores” ao seu modo de perceber e interpretar o mundo, permitindo uma experiência deliciosa, mais rica e variada.

Essa perspectiva ressalta maneiras únicas como a subjetividade individual se manifesta, desafiando concepções normativas sobre a percepção e a cognição. Enquanto indivíduos neurotípicos, não autistas, podem tender a estruturar suas experiências de forma predominantemente verbal e linear, muitas pessoas neurodivergentes podem desenvolver formas alternativas de compreensão que envolvem associações sensoriais complexas. Esse fenômeno reforça a importância de considerar a diversidade neurológica nos estudos sobre subjetividade, afetividade e construção do conhecimento, evidenciando os potenciais de enriquecimento teórico de formas alternativas de perceber e interpretar o mundo.

3.2.2.3.2 Indicador 2: **Trans**-formação: proteção, afeto e conexão humana

Supeesu se caracteriza por uma postura marcada pela generosidade afetiva e pelo compromisso ativo em diferentes âmbitos de sua atuação, seja na pesquisa acadêmica ou em outros contextos de sua vida. Essa disposição para uma postura de muita contribuição não se limita somente a questões teóricas ou metodológicas, mas se estende também a interações interpessoais, refletindo um envolvimento que transcende a esfera acadêmica e toca aspectos subjetivos de cuidado e proteção. Seu desejo de apoiar aqueles ao seu redor em diferentes espaços demonstra uma ética relacional centrada na responsabilidade afetiva, um dos aspectos fundamentais para compreender sua subjetividade.

Esse traço de protetividade é um elemento estruturante de sua identidade, refletindo-se tanto em suas interações quanto em sua percepção de si mesma. Supeesu menciona sua

tendência a querer proteger todas as pessoas ao seu redor, ligada a construções subjetivas enraizadas em experiências anteriores e em valores internalizados ao longo da vida. Para pessoas autistas, essa inclinação à proteção pode estar relacionada tanto à hipersensibilidade emocional, a uma hiperempatia, quanto à forma específica como constroem vínculos interpessoais, muitas vezes podendo priorizar seu senso pessoal de justiça, o cuidado e, no caso de Supeesu, a ética do consentimento.

A centralidade do consentimento na forma como Supeesu se posiciona nas relações interpessoais e acadêmicas é outro aspecto relevante. Sua preocupação com debates sobre liberdade, respeito e reconhecimento da subjetividade alheia aponta para uma postura que valoriza a autonomia do outro, reconhecendo que cada indivíduo constrói sua própria experiência de mundo, coerente com o trabalho em conjunto realizado na pesquisa. Essa valorização do consentimento pode ser compreendida dentro de um contexto mais amplo da luta política por direitos e respeito às diversidades, sendo uma questão frequentemente discutida em espaços de estudos de gênero e teoria *queer*. Pessoas autistas, por sua vez, frequentemente demonstram uma sensibilidade particular a questões éticas e um compromisso forte com princípios que consideram fundamentais, o que pode reforçar essa abordagem atenta ao respeito ao outro.

Apesar de sua forte inclinação ao cuidado e à atenção às necessidades alheias, isso não significa dizer que Supeesu se apresente como uma pessoa facilmente influenciável. Pelo contrário, demonstra uma firmeza em seus posicionamentos e uma segurança em relação a sua própria identidade e valores. Isso poderia indicar uma consciência bem estruturada sobre seus limites e sobre a importância do autorrespeito. Ao contrário de uma entrega irrestrita aos outros, sua disposição para o afeto e a proteção não vem à custa de sua própria integridade subjetiva. Essa característica resiste a estatísticas que frequentemente associam pessoas autistas à vulnerabilidade social ou à submissão ingênua em relações interpessoais, mostrando que há uma ampla diversidade de formas de estar no mundo e de construir relações, contra a estereotipação das relações interpessoais autistas, resultado de muita consciência e elaboração interna.

Além disso, a presença da temática do afeto e da conexão humana nos espaços de troca dialógica reforça a complexidade de sua experiência. Supeesu demonstra uma atenção diferenciada às interações, percebendo detalhes e nuances que muitas vezes escapam às leituras convencionais das relações humanas. Aprofundar a possibilidade de diferentes perspectivas pode permitir uma compreensão mais rica sobre como a subjetividade autista se articula em relação ao afeto, à ética do cuidado e às dinâmicas de proteção e consentimento.

Assim, Supeesu se apresenta como um indivíduo cuja subjetividade é atravessada por uma série de dinâmicas interligadas: a necessidade de proteção e cuidado, a valorização do consentimento e do respeito às diferenças, a firmeza em seus posicionamentos e a profundidade na percepção das relações humanas. Todas essas características se interseccionam com sua experiência autista e de gênero, demonstrando possibilidades do entendimento mais profundo de particularidades da construção subjetiva de pessoas autistas de gêneros divergentes da norma, no que se refere à forma como vivenciam afetos, relações e conexões.

3.2.2.3.3 Indicador 3: **Trans**-mutação: o deslocamento do mundo e a “presença pela ausência”

Supeesu relata uma experiência de sua configuração subjetiva individual que ressoa com a sensação de estar simultaneamente presente e ausente no espaço social. Embora fisicamente inserido entre outras pessoas, percebe-se em um estado de deslocamento, como se estivesse ao lado e não realmente entre elas. Essa experiência de isolamento subjetivo – e não físico, não material – pode ser compreendida à luz da Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey, que enfatiza a construção singular da subjetividade a partir das interações sociais, contextos históricos e experiências individuais. No caso de Supeesu, sua vivência é atravessada por múltiplos eixos identitários que se desviam das normas hegemônicas, intensificando essa sensação de não pertencimento.

O sentimento de deslocamento é mencionado e discutido com certa frequência por pessoas autistas em suas interações sociais de diferentes contextos. A dificuldade em compartilhar referências sociais majoritárias, combinada com expectativas normativas que exigem determinados desempenhos sociais, com noções de “certo” versus “errado”, contribui para uma percepção contínua de estar à margem.

O conceito de mascaramento autista (*masking* e camuflagem social) pode ser também outro dos fatores centrais nesse processo: muitas pessoas autistas relatam a necessidade de suprimir traços naturais de sua expressão para serem aceitas, processo exaustivo e prejudicial à saúde mental (Zhuang et al., 2023). Esse esforço de adaptação forçada pode gerar um paradoxo: a tentativa de se encaixar na sociedade pode, paradoxalmente, reforçar o sentimento de alienação. Embora algumas pessoas autistas relatem uma experiência positiva em determinados isolamentos de caráter voluntário, pensando na evitação da superestimulação de seus sentidos por estímulos externos como luzes, barulhos ou interações em demasia, sendo estes considerados uma forma de autonomia e preservação, para muitas outras. Em outros momentos

a elas impostos, essa solidão pode representar também uma ausência de reconhecimento social e afetivo.

Além do deslocamento social, Supeesu também vivencia o que chama de uma “presença pela ausência” no que tange, entre outros aspectos, à sua identidade racial. Sendo uma pessoa de ascendência indígena, mas lida socialmente como branca devido a traços fenotípicos específicos, vivencia uma dualidade complexa: sua identidade indígena é invisibilizada dentro do contexto racial brasileiro, que frequentemente se baseia em binarismos raciais rígidos e na falta de reconhecimento da diversidade étnico-cultural presente no país. O letramento racial no Brasil frequentemente falha em compreender as nuances das identidades racializadas, reforçando processos de apagamento histórico e social de grupos que não se encaixam nas classificações majoritárias e simplificatórias de raça e gênero.

Esse fenômeno contribui para um sentimento de alienação identitária, em que o pertencimento a determinada comunidade é negada pelo olhar social dominante e por ele julgado. Situações de invisibilização social semelhantes também se fazem presentes em relação a sua identidade trans não binária, contornando expectativas de gênero e se expressando artisticamente e sensorialmente com camisas de estampas diferentes e “divertidas”. Supeesu também explora sua expressão de gênero através da adição e remoção de uma acessorização diversa, na forma de anéis e pulseiras que se relacionam com os grupos sociais e lutas às quais pertence.

A perspectiva de decolonização de gênero se apresenta considerando aspectos da subjetividade de Supeesu e de abertura para transgeneridades não binárias, fortalecendo a desconstrução de normas e categorias de gênero impostas pelo colonialismo e patriarcado, que marginalizam identidades fora das dicotomias tradicionais de masculino e feminino. Ao valorizar a multiplicidade de expressões de gênero, a decolonização promove uma compreensão mais inclusiva e fluida das noções de identidade. No presente estudo e seus participantes essa abordagem se faz crucial, pois desafia narrativas hegemônicas que reforçam a binariedade de gênero e a cisnormatividade. Essa postura decolonial aqui adotada abre espaço para vozes historicamente silenciadas, respeitando suas diferentes formas de expressão.

Para além das questões de pertencimento, Supeesu aborda também a experiência de ser percebido como um “corpo fetichizado, não um corpo amado”. Esse relato ressoa com as discussões dos estudos de gênero da interseccionalidade, que demonstram como corpos que se desviam da norma cis-heterossexual são frequentemente objetificados, mas não reconhecidos em sua integralidade humana. A fetichização de corpos marginalizados ocorre dentro de dinâmicas de poder que desumanizam indivíduos, reduzindo-os a categorias de desejo e

exotificação sem que lhes seja concedida agência ou reconhecimento afetivo genuíno. A necessidade expressa por Supeesu de “reconquistar minha humanidade” reflete um processo contínuo de afirmação identitária e resistência à desumanização estrutural. Dentro de um contexto social que frequentemente invalida identidades *queer*, racializadas e neurodivergentes, a busca por humanização ultrapassa o âmbito individual e se insere em um campo de luta coletiva, onde a subjetividade se constitui como um espaço de resistência e reconstrução. Fernando González Rey enfatiza em suas elaborações uma interpretação de que a subjetividade não é estática, mas sim um campo dinâmico de significados em constante negociação, o que permite que indivíduos como Supeesu ressignifiquem suas experiências e reconstruam sua presença no mundo, mesmo diante de estruturas que tentam apagá-los ou reduzi-los a categorias fixas e desumanizantes – como mutações indesejadas.

3.2.2.3.4 Indicador 4: **Trans**-gressão: Posicionamento ativo contra incentivos de violência, luta contra machismo e resistência pessoal a imposições patriarcais

A violência, em suas múltiplas formas, pode desempenhar um papel central na construção subjetiva dos indivíduos, especialmente quando vivenciada de maneira contínua e estrutural desde a infância. A subjetividade, conforme proposta por Fernando González Rey, é dinâmica e complexa, não ignorando as possíveis articulações entre experiências individuais e contextos socioculturais. Dessa forma, as marcas da violência não se limitam às dimensões físicas e objetivas, mas perpassam a constituição subjetiva, influenciando a maneira como os indivíduos percebem a si mesmos e ao mundo ao seu redor.

Na construção de informações com Supeesu, foi demarcada a presença de violências múltiplas, tanto diretas quanto indiretas. Um dos primeiros aspectos destacados refere-se à memória familiar de violência estrutural e de gênero, exemplificada pela experiência de sua avó foi “laçada”, isto é, sequestrada e forçada a se tornar esposa de seu avô. Essa vivência remete a práticas coloniais e patriarcais profundamente enraizadas na sociedade brasileira, em que o sequestro e a apropriação do corpo feminino, especialmente de mulheres indígenas, são formas históricas de violência há muito ignoradas.

Além da dimensão histórica e familiar, Supeesu fala sobre sua criação em um ambiente que descreve como marcadamente masculinista, em que as expectativas de gênero se impuseram desde a infância. Seu pai, descrito como um homem com experiência nas áreas de trabalho da construção civil e motoboy, orientou sua criação com base em habilidades

consideradas essenciais para a sobrevivência, ensinando-o desde cedo a lidar com eletricidade e outras atividades tradicionalmente associadas ao “universo masculino”.

A imposição dessas práticas reflete o processo de socialização de gênero, no qual pessoas designadas ao nascer enquanto “meninos” são treinados, entre outras construções sociais, para a autossuficiência, e a proteção dos outros geralmente fica à cargo de “meninas”, consolidando padrões patriarcais que reforçam a ideia de que masculinidades devem ser sinônimo de força e resistência inabalável. Essa lógica, no entanto, além de errônea e distante da realidade subjetiva humana, pode ser particularmente complexa para pessoas autistas, cujas vivências de gênero frequentemente divergem das normas neurotípicas e sociais impostas, questionando-as.

A vivência de Supeesu no espaço ocupado da periferia contribui para a complexificação de sua subjetividade em relação à violência. O relato sobre a infância, em que trocava histórias sobre brigas de rua, evidencia a valorização social da resistência física e da capacidade de luta, vistas como atributos essenciais à sobrevivência no contexto da favela. A naturalização da violência nesses espaços pode ser interpretada como uma forma de resiliência coletiva diante da negligência do Estado, que historicamente falha em prover segurança e direitos básicos a essas populações. A ausência do poder público e a autogestão comunitária são ilustradas pelo relato de que a própria comunidade regulava a não presença do tráfico de drogas em seus espaços e cercanias, e por vezes resolveu questões de segurança da comunidade sem depender das forças oficiais, reforçando a ideia de um sistema de justiça paralelo e autônomo.

Apesar da inserção precoce em um ambiente permeado pela violência, Supeesu conta que tomou a decisão consciente de adotar um voto de não violência a partir dos 18 anos de idade, algo extremamente demarcado nos diálogos e trocas conversacionais. Essa escolha se relaciona a um ato de resistência subjetiva frente às influências que o acompanharam em seus anos formativos de forma consistente. A transição para essa não violência não apenas marca uma ruptura com o passado, mas também se insere no processo de reelaboração de sua identidade, desafiando as normas de masculinidade hegemônica que o moldaram, fazendo-se agente ativo em sua história. Esse posicionamento pode ser analisado à luz da “Teoria da Subjetividade”, na medida em que evidencia a capacidade ativa dos indivíduos de reorganizar suas experiências e criar formas de subjetivação, mesmo quando estas contrariam as estruturas sociais internalizadas, saindo de uma posição passiva de aceitação sem questionamento.

A luta contra o machismo e as imposições patriarcais é outro aspecto fundamental de sua resistência pessoal. Ao reconhecer o impacto dessas estruturas sobre sua subjetividade e rejeitar a reprodução da violência como norma, Supeesu afirma sua agência no processo de

redefinição de sua própria identidade. A intersecção entre sua experiência enquanto pessoa autista e a construção de seu gênero acrescenta uma camada adicional de complexidade a esse processo. Pessoas autistas frequentemente apresentam modos distintos de vivenciar e expressar o gênero, desafiando os binarismos convencionais e os padrões normativos de socialização de gênero, conforme exposto. Assim, sua resistência não se dá apenas contra a violência física e estrutural, mas também contra os processos de normatização que tentam enquadrá-la em categorias rígidas de identidade, o que fortalece a concepção de identidade como configuração subjetiva, conforme proposto por Fernando González Rey (2019), com o surgimento contínuo de novos conflitos e desdobramentos em espaços de vida social, gerando novos espaços de relação com capacidade de exercer funções produtivas no desenvolvimento da comunidade que representam, então, novos processos de vida em seu interior (González Rey; Goulart; Bezerra, 2016). Sendo assim, um dos indicadores subjetivos de Supeesu sem dúvidas ilustram como a subjetividade pode ser construída em meio a múltiplas camadas de resistência à violência. Sua trajetória evidencia a tensão constante entre a reprodução das estruturas sociais e a possibilidade de ressignificação e construção de sua própria identidade, em um movimento político de si que desafia os limites impostos pela masculinidade tradicional, pela violência estrutural e pelas normas de gênero convencionais. Seu compromisso com a não violência, aliado à sua luta contra o machismo e a favor de uma existência mais autêntica, representa um ato de resistência subjetiva que ultrapassa os limites da experiência individual e se insere em um contexto mais amplo de transformação social.

3.2.2.3.5 Indicador 5: **Trans**-passado: Possibilidades abertas e fluidas

Supeesu expressa sua vivência identitária por meio de **metáforas** que evocam a fluidez e a transformação contínua de si. Afirma que, em diferentes momentos da vida, pode “às vezes ser mais folhas, às vezes ser mais pedra”, e que, nisso, “o vento vai fluindo”, tanto movendo-se de maneira fluida e adaptável quanto alterando ativamente o curso do rio e causando mudanças estruturais em seu entorno. Essa metáfora ressoa com a ideia de que a identidade não é fixa, mas um processo dinâmico e relacional, permeado por influências externas e internas que se entrelaçam de maneira singular. Assim, ao longo do tempo, Supeesu vai encontrando seu lugar nesse fluxo constante, moldando e sendo moldado pelo contexto em que se insere. Conforme ela mesma descreve: “Você bifurca o rio, você cria uma nova estrutura, sedimentação, muda o fundo, muda a estrutura do rio. Então, mais nesse sentido assim, nessas coisas que eu vou achando meu lugar”.

A reflexão de Supeesu sobre sua subjetividade evidencia um processo de autoconstrução que se intensificou ao longo dos anos, com a experiência de morar sozinho, de assumir sua identidade trans, de se assumir enquanto acadêmico. Relata que, até os 19 anos, não possuía uma percepção consolidada de sua própria subjetividade, o que pode estar relacionado a aspectos de sua criação individual somado a processos de apagamento identitário frequentemente vivenciados por pessoas neurodivergentes e por pessoas que desafiam em algum sentido as normatividades sociais pré-estabelecidas de gênero. A construção da identidade autista, nesse sentido, é um processo atravessado por múltiplas camadas de reconhecimento – tanto interno quanto social – e frequentemente encontra obstáculos estruturais que dificultam sua legitimação formal.

Dentre esses desafios, Supeesu destaca a burocracia envolvida na inserção do nome social em documentos oficiais, como a Carteira de Identificação da Pessoa Autista e outras formas de registro civil. A dificuldade de ver sua identidade plenamente reconhecida pelo sistema institucional revela um aspecto fundamental das lutas políticas e subjetivas de pessoas transgêneras e autistas, cujas experiências muitas vezes são invalidadas ou desconsideradas por normas regulatórias rígidas. A necessidade de afirmar sua identidade nos espaços formais não se trata apenas de um reconhecimento simbólico, mas de um direito fundamental que impacta diretamente sua vivência e sua relação com o mundo.

A afirmação de Supeesu, “eu não sou algo, mas posso ser alguém”, sintetiza essa busca por existência legítima dentro de um contexto que frequentemente impõe categorizações rígidas e limitantes. Essa frase ecoa a perspectiva da subjetividade como um campo dinâmico de significações em constante ressignificação, onde a identidade não é um destino fixo, mas um percurso em aberto, permeado por escolhas, disputas e processos de autodescoberta. No caso específico de pessoas autistas transgêneras, essa construção se dá de maneira ainda mais complexa, pois desafia múltiplas normatividades ao mesmo tempo – seja no que concerne ao gênero, à comunicação, às formas de interação social ou aos próprios sentidos de pertencimento e reconhecimento. Dessa forma, a vivência de Supeesu evidencia como a subjetividade autista e trans não binária não pode ser reduzida a categorias fixas, mas deve ser compreendida em sua complexidade e em seu caráter profundamente relacional. A construção identitária, nesse contexto, se dá tanto na luta pelo reconhecimento formal quanto na reapropriação simbólica da própria existência, encontrando caminhos para se afirmar no mundo de maneira autêntica e significativa.

3.2.3 TEREZA MEFISTO

3.2.3.1 Apresentação pessoal de Tereza Mefisto:

Tereza Mefisto, 23 anos, homem e mulher (bigênero), utiliza exclusivamente pronomes masculinos e femininos (a/ela/dela/-a e o/ele/dele/-o), bissexual e omnissexual, classe baixa, autodeclarado branca, natural de Curitiba, onde sempre residiu.

Está na reta final do curso de Letras Português e Licenciatura, apesar de ter sentimentos conflitantes com a docência. Teve a vida marcada pela dualidade de um laudo de Superdotação já aos seis anos de idade, mas a falta de um laudo de autismo que só viria aos 21, fazendo com que, por boa parte de sua vida, lhe faltassem ferramentas para entender e lidar com o que sua subjetividade causava nos outros, sofrendo muito bullying e ostracismo até mesmo após entrar na universidade.

Chegou a iniciar uma graduação em design gráfico antes de entrar em Letras, mas a abandonou graças à somatória da falta de ajuste social e de disfunção executiva ainda não tratada ou sequer corretamente identificada. Seu laudo precoce de Superdotação a levou a sofrer com o medo da arrogância, além de preconceito dentro da própria família, em que sua avó paterna duvidava da validade do laudo, a subestimando, o que a afetou bastante já que essa avó possuía uma posição de poder elevada sobre seus pais, tendo contrariamente providenciado apoio financeiro ao longo de sua infância.

Mefisto entende que foi uma menina cis até seus 20 anos, quando então tornou-se trans, passando por uma crise de gênero em que, após muita autorreflexão, chegou à conclusão que ainda se identificava com o gênero e o nome que lhe foram atribuídos ao nascer, mas que agora também se identificava como homem. A busca por um nome masculino foi complexa, já que Tereza não queria quebrar um certo padrão de nomes familiares e, quando chegou em Mefisto, mesmo se identificando profundamente, teve medo de ser chamativo ou exagerado demais, demorando para aceitar o uso do nome. Tereza Mefisto pretende cursar biblioteconomia como segunda graduação, já que encontrou uma profunda satisfação na classificação metódica e no contato com os livros ao estagiar em duas bibliotecas diferentes ao longo de sua graduação atual. Ela não pretende fazer terapia hormonal, mas utiliza minoxidil no rosto para atingir a androginia que sente que o representa.

3.2.3.2 Indicadores possíveis para Tereza Mefisto

3.2.3.2.1 Indicador 1: **Trans**-dualidade: o não binário que É binário.

A experiência que Tereza Mefisto compartilha em nossos espaços e momentos dialógicos evidencia, mais uma vez, a complexidade das construções identitárias e os desafios das categorias binárias frequentemente utilizadas para definir gênero. Em suas considerações particulares, foi possível oscilar entre diferentes interpretações e análises da categoria de gênero, sem que haja uma fixação estática em um único polo identitário masculino ou feminino. Tereza Mefisto, como exposto em sua autoapresentação, identifica-se como *bigênero*, aglutinando em si uma identidade feminina e masculina, e ainda, em certas ocasiões ou mesmo interpretações de si, nenhuma dessas definições realmente se manifesta de forma preponderante, mesmo que ambas coexistam em sua subjetividade.

A própria escolha do nome “Tereza Mefisto” – escolhido por ela mesmo – ilustra mais uma vez essa dualidade identitária e sua relação com as dicotomias de gênero, trazendo à tona esse aspecto possível dentro da própria experiência não binária. Diferentemente de definições amplamente disseminadas sobre o que significa ser transgênero – com muitas delas enfatizando a ideia de uma ruptura total com o gênero atribuído ao nascer, – Tereza Mefisto constrói relações particulares com essa categoria.

A experiência trans de Tereza Mefisto não se configura estritamente como um afastamento absoluto do gênero designado ao nascer, mas sim em uma identificação parcial, dinâmica e interpretativa de si. Sua vivência trans se manifesta não na negação total do gênero atribuído, somado a relações simbólicas de luta, conflito extremo e resistência, mas sim na coexistência deste com outro gênero (masculino e feminino), demonstrando que a identidade trans não binária pode se expressar de maneiras que desafiam as suas próprias definições hegemônicas.

Embora existam outros relatos de pessoas trans não binárias que compartilham experiências similares, validando aqui identidades bigêneras, a pesquisa enfatiza o caráter único da subjetividade individual a partir de múltiplas interações sociais, afetivas e históricas. A Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey contribui nesse estudo para essa compreensão crucial ao destacar que a subjetividade não é um reflexo direto de estruturas externas ou de identidades fixas, mas sim um processo dinâmico e ativo de construção pessoal e social.

No processo de construção de informações com Tereza Mefisto, observa-se uma vivência que se desdobra em camadas duplas, evidenciando uma espécie de binariedade interna dentro da própria não binariedade. Sua identidade trans se estrutura em oposição ao sistema cisnormativo, não se encaixando perfeitamente aos moldes padrões, configurando tensões entre categorias de gênero que tradicionalmente são vistas como opostas (feminino e masculino) mas

que, em sua experiência pessoal, coexistem e se ressignificam constantemente à sua própria maneira.

Nosso estudo considera justamente o quanto a atipicidade autista, em suas formas de subjetivação, apresenta uma relação diferenciada com normas sociais e identitárias, vivenciando o gênero de forma menos atrelada a convenções culturais e mais ancorada em percepções internas e singulares, relacionando assim uma **hipótese** de interrelação de processos subjetivos de Tereza Mefisto que vão além das definições convencionais de identidade trans não binária, tornando-se sujeito de forma significativa na criação de novas vias de compreensão das múltiplas formas pelas quais o gênero pode ser vivido e compreendido.

3.2.3.2.2 Indicador 2: **Trans**-parecer: as consequências, baixas e inabilidades do diagnóstico de Altas Habilidades

A questão de diagnósticos de neurodesenvolvimento aparece de forma complexa, com potenciais de efeitos subjetivos à altura, impactando diversos outros ao longo da vida. Antes mesmo de receber um diagnóstico formal de Transtorno do Espectro Autista – o que ocorreu de forma tardia, assim como no caso de outras pessoas participantes da pesquisa – Tereza Mefisto conta que já possuía, desde a infância, um laudo de Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). Esse diagnóstico, em vez de se configurar unicamente como um fator de favorecimento no ambiente escolar e social, tornou-se, segundo suas próprias palavras, um “grilhão bem complicado”, refletindo sua carga particular de dificuldades e estigmas próprios.

Sua experiência enquanto criança com laudo médico ditando possuir “Altas Habilidades” trouxe consigo uma série de desafios, principalmente devido à falta de preparo de profissionais da saúde e da educação. Além disso, o conteúdo midiático e os discursos sociais sobre a Superdotação frequentemente reforçam estereótipos que não correspondem às vivências reais de indivíduos neurodivergentes, assim como acontece no referencial imagético da criança autista.

Em sua participação nos espaços dialógicos de construção de informação, Tereza Mefisto aponta a dificuldade de socialização como um dos efeitos mais significativos desse diagnóstico, considerando que, na época, o autismo ainda não havia sido identificado. A combinação desses fatores resultou em um processo de subjetivação permeado por incompreensão e exclusão social, com muita reação negativa em muitos espaços. Somado a isso, o rótulo de Superdotação frequentemente carrega conotações de certa “superioridade intelectual”, o que, segundo Tereza Mefisto, causava desconforto e reforçava esses sentimentos

de inadequação. Ele descreve que ser identificado como AH/SD desde cedo por vezes soava “inerentemente hiper arrogante”, o que não contribuía para sua aceitação social nem ajudava a lidar com as dificuldades que já enfrentava por outros fatores.

Outro fator crítico apontado por Tereza Mefisto foi o peso de ter que esconder esse diagnóstico devido ao receio de que sua vivência fosse invalidada ou que as pessoas ao seu redor a tratassem com ainda mais distanciamento. A percepção de que o sofrimento de pessoas com Altas Habilidades costuma ser minimizado pela sociedade foi um dos pontos discutidos, reforçando a ideia de que seria um segredo que precisava ser guardado, algo sobre si que precisava esconder das outras pessoas. Tereza Mefisto descreve essa experiência como “um segredo sujo” que carregava consigo, intensificado pelo fato de que crianças podem apresentar comportamentos notadamente tidos como “cruéis” com seus pares e adultos, por sua vez, podem se mostrar insensíveis às dores emocionais infantis.

Outro impacto do diagnóstico de AH/SD para Tereza Mefisto foi, ainda, a dificuldade posterior de obtenção do diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, com um viés diagnóstico que atuou dificultando o reconhecimento de seu autismo, um fenômeno que ocorre frequentemente em indivíduos neurodivergentes que demonstram Altas Habilidades em áreas específicas. Muitos profissionais, mesmo da área da saúde, não esperam que pessoas autistas apresentem o manejo que Tereza Mefisto possuía, e esperam demonstrações de inteligência matemática estereotipada. Esse atraso na identificação do autismo teve implicações significativas para sua trajetória, uma vez que a ausência de um diagnóstico adequado impede o acesso a recursos e estratégias que poderiam ter auxiliado sua socialização e bem-estar emocional desde a infância. O diagnóstico de AH/SD não apenas influenciou sua subjetividade de maneira isolada, mas interagiu com outros aspectos de sua vivência, moldando sua percepção de si e sua relação com os outros. Essa interseção entre Altas Habilidades e autismo também reforça a necessidade de abordagens que consideram as múltiplas possibilidades de neurodesenvolvimento, considerando não apenas os impactos cognitivos, mas também os efeitos subjetivos e emocionais de diagnósticos que podem ser tanto empoderadores quanto limitantes dentro de determinados contextos sociais.

3.2.3.2.3 Indicador 3: **Trans**-fluidez: Sua formação, reformação e reformulação

Tereza Mefisto forma a si mesma e se reforma em um processo contínuo de transformação e ressignificação pessoal, fundamentado em uma concepção fluida e adaptativa da subjetividade. Diferente de narrativas trans mais convencionais, que enfatizam a descoberta

de uma espécie de verdade essencial sobre si e a consequente revelação dessa identidade (muitas vezes descrita por metáforas como “quebrar o ovo” ou “finalmente se encontrar”), Tereza Mefisto rejeita a ideia de que sua transgeneridade tenha sido algo que sempre esteve presente, algo estático e inerente, que apenas precisasse ser descoberta. Em vez disso, apresenta sua trajetória de identidade de gênero como um processo muito mais próximo de um “tornar-se trans” em vez de simplesmente reconhecer algo preexistente.

Ressalta-se que, ainda que a expressão de gênero de Tereza Mefisto esteja pautada em expressões livres, variadas e, sobretudo, exploratórias por natureza, enfatizando a liberdade e direito trans de diversidade em suas performances individuais, sua identidade de gênero é, para ele, dita “muito simples e categórica” e “é binariamente as duas coisas ao mesmo tempo”. Nesse sentido, estabelecemos em nossa conversa de que é possível estabelecer relações dessa categorização estritamente binária com o pensamento restritivo¹⁸, típico do autismo. Assim, a identificação de gênero de Tereza Mefisto possui um conceito “fechado” em si mesmo, de um jeito que qualquer outra forma de categorização traz desconforto, incômodo, não sendo aplicável qualquer outra complicação ou explicação adicional em sua descrição.

Nesse sentido, Tereza Mefisto se diferencia de muitos de seus colegas trans. Para ela, em sua exploração pessoal de identidade e expressão de gênero, a identidade não é apenas “revelada ao mundo”, sendo o “virar trans” algo que “aconteceu comigo”. A maneira como Tereza se vê transita de forma mais livre entre categorias, não deixando de carregar consigo tanto elementos do que poderia ser chamado de experiência cis quanto da experiência trans. Em suas palavras, houve um “antes” e um “depois” – um tempo em que era cis e um tempo presente em que é trans – mas essa mudança não significa um rompimento completo com seu passado, e sim uma incorporação consciente de ambas as vivências.

Dentro desse processo, Tereza Mefisto se permite experimentar, adaptar e modificar sua expressão de gênero conforme sua subjetividade evolui. Ela menciona sua relação com a ideia de gênero-fluxo, que se aproxima do conceito de gênero fluido, mas que, em sua vivência específica, não se limita apenas à oscilação entre expressões de gênero, mas possui também outras variâncias únicas. Seu interesse pela harmonização, por exemplo, não está vinculado à busca por uma passabilidade cisnormativa, mas à vontade de explorar e integrar tanto caracteres lidos socialmente como femininos quanto masculinos de maneira simultânea, compondo uma

¹⁸ Conhecida por suas características restritivas, a rigidez cognitiva do autismo pode se manifestar como uma tendência a apresentar padrões de pensamento inflexíveis, apego e/ou necessidade de estabelecimento de rotinas rígidas, entre outras características.

aparência híbrida que resiste às normas tradicionais binárias. Como declarou em seu livro, João W. Nery (2019), psicólogo e escritor trans homem:

[...] continuarei lutando pelo direito de ser eu, sem rótulo, e inclusive de não me harmonizar. Se me apresentasse como homem, seria trans. E para que ter a aparência de um homem? Já me sinto um e não preciso da aprovação de ninguém para ser quem sou. Não me limito mais. Sou um transgressor, sou livre, sou um trans-pleno. (Nery, 2019, p.151-152).

Esse aspecto também se relaciona com a forma como Tereza resiste à submissão de expectativas fixas sobre o que “deveria” fazer em cada fase de sua vida. Mesmo antes de assumir uma identidade trans, não se via limitado pelas normas impostas ao gênero que lhe foi designado ao nascimento. Seu processo identitário não é um caminho linear de um ponto a outro, negando o estereótipo que generaliza a transição de gênero a padrões normativos e binários (homem que “vira mulher” ou mulher que “vira homem”), mas sim um movimento constante de experimentação e redefinição. Essa concepção da identidade como algo mutável e construído mais uma vez dialoga diretamente com conceitos trabalhados na Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey, que se opõe a modelos essencialistas e fixos da identidade, propondo uma abordagem mais flexível e processual. Tereza Mefisto não é simplesmente um recipiente passivo de características preexistentes, mas um agente ativo na construção de si, abrindo caminhos para novas formas de subjetivação. Essa visão também se alinha com abordagens *queer* contemporâneas e de neurodiversidade que criticam as noções normativas e propõem a possibilidade de respeitar e validar múltiplas trajetórias, sem que uma única narrativa de descoberta e revelação seja imposta como universal.

3.2.3.2.4 Indicador 4: **Trans**-ferido: Entre ajustes e des-ajustes sociais

Outro aspecto que se destaca no processo de subjetivação se localiza em uma intersecção entre neurodivergência, identidade de gênero e até posição socioeconômica. Tereza Mefisto desenvolve situações diversas através de ajustes e desajustes sociais em um processo de adaptação contínua a contextos marcados por desigualdade, violência e exclusão sistemática. Uma das questões relatadas por Tereza Mefisto diz respeito às discrepâncias econômicas dentro de seu próprio contexto familiar, gerando movimentações subjetivas distintas. Enquanto algumas figuras familiares representaram suporte e ofereceram o melhor dentro de suas possibilidades, somavam-se a isso relações complexas de desigualdade financeira que foi forçado a manejar da maneira em que, como criança, conseguia entender na época.

Desde a infância, Tereza Mefisto também foi forçada a lidar com uma intensa marginalização social, sendo vítima de múltiplas formas de violência, incluindo agressões físicas, psicológicas e de gênero. O bullying foi um elemento constante em sua vida escolar, experienciando isolamento severo em diversos campos. Essa exclusão atingiu níveis extremos, culminando em ameaças de morte e, eventualmente, na necessidade de mudar de escola por questões de segurança.

A violência estrutural e interpessoal que sofreu durante esse período foi facilitada por um ambiente escolar conivente, conforme foi descrevendo no espaço dialógico, no qual professores e profissionais da educação, seja por ignorância ou por omissão, perpetuavam e legitimavam tais práticas. O autoritarismo pedagógico e a falta de preparo para lidar com a diversidade neurodivergente e de gênero, entre outras características, intensificaram ainda mais esse processo de exclusão.

No entanto, cabe o ressaltado de que Tereza Mefisto não se manteve passiva diante desse cenário. Sua vivência escolar foi marcada por embates frequentes com figuras de autoridade, motivados tanto por seu senso de justiça pessoal – característico de muitos indivíduos autistas – quanto por sua alta capacidade intelectual, que o levava a questionar normas e injustiças impostas arbitrariamente. Essa postura não pode ser reduzida apenas ao impacto de seus diagnósticos de AH/SD e autismo, mas deve ser compreendida dentro de sua construção subjetiva mais ampla, em que fatores políticos, éticos e sociais desempenharam um papel central.

A violência de gênero também marcou sua infância de maneira significativa, manifestando-se tanto em agressões explícitas quanto em microagressões socialmente normalizadas. Um exemplo disso ocorreu quando colegas tentavam “corrigir” sua expressão de gênero através do uso de maquiagem, coagindo-o em um ato que não apenas contestava sua liberdade individual e autonomia corporal, mas também lhe causava danos físicos, incluindo reações alérgicas e lesões na pele. Um dos pretextos dados pelas colegas foi que o estariam ajudando, “consertando-a”, como se tivesse algo de inerentemente errado em sua aparência natural, sendo uma violência disfarçada de favor e afeto.

Esse tipo de violência, frequentemente invisibilizado, evidencia como normas cisnormativas e expectativas de gênero rígidas operam de forma a coagir sujeitos neurodivergentes a se conformarem a padrões socialmente aceitos, muitas vezes sem levar em consideração seu próprio conforto ou consentimento – especialmente frente a corpos lidos como “femininos” (Zener, 2019; Rynkiewicz; Janas-Kozik; Słopień, 2019). Essa coerção social da “camuflagem” ou “mascaramento” (“*masking*”) das características autísticas dificulta o

reconhecimento de suas experiências e o acesso a diagnósticos (Gould, 2017; Ochoa-Lubinoff; Makol; Dillon 2023; Taylor; DaWalt, 2020).

Além disso, Tereza Mefisto enfrentava uma dupla exclusão no ambiente escolar: por um lado, precisava lidar com a elitização do espaço educacional, com grandes esforços financeiros de seus pais para que tivesse acesso a uma educação de qualidade condizente com seu perfil de neurodesenvolvimento de AH/SD; por outro, encontrava-se cercado por filhos da elite econômica que a desprezavam, reforçando seu sentimento de deslocamento. Esse contexto gerava um desajuste social ainda maior, em que sua presença no espaço não era legitimada pelo grupo dominante, que a enxergava como um corpo estranho em seu território. Seu sentimento de deslocamento também partia de uma escolha pessoal em não se associar aos ideais políticos e sociais do grupo que a cercava.

A resposta subjetiva de Tereza Mefisto a essa marginalização contínua envolveu o desenvolvimento de mecanismos de defesa, destacando-se a adoção do que ele mesmo chamou de “uma certa arrogância como forma de autopreservação”. Esse comportamento pode ser compreendido dentro de um processo maior de resistência à vulnerabilização forçada que a sociedade impõe a corpos e neuro-identidades que fogem da norma. A identidade não se forma apenas a partir das categorias que lhe são impostas, mas também por meio das ressignificações que o sujeito constrói a partir dessas experiências – a “arrogância” surgia também como uma espécie de barreira emocional erguida contra um “cistema”¹⁹ dominante que buscava constantemente rebaixá-lo e invalidá-la.

Pessoas trans não binárias frequentemente são pressionadas a ocupar um lugar de conformidade, e qualquer tentativa de se afirmar e reafirmar contra essas imposições é recebida com maior hostilidade. O processo de construção de informações com Tereza Mefisto reforça, mais uma vez, a importância de abordagens interseccionais nos estudos sobre subjetividade e ainda outros campos do saber, considerando como fatores neurobiológicos, identitários e socioeconômicos interagem na construção de sujeitos que não apenas sentem e são afetados por padrões de exclusão sistemáticos, mas também reagem com suas próprias respostas de luta e resistência, desafiando e ressignificando regulamentos que lhes são impostos e que não lhes fazem qualquer sentido real. Não apenas se faz presente uma marginalização daqueles que se

¹⁹ Como referido anteriormente neste texto de dissertação, “cistema” refere-se ao conjunto de normas, estruturas e expectativas sociais que privilegiam e normalizam identidades cisgênero, marginalizando identidades trans. Está ligado ao conceito de cismatização, que assume a cisgeneridade como padrão, invisibilizando e discriminando experiências trans.

desviam da norma, mas é exercida uma violência ainda maior contra aqueles que resistem a essa marginalização.

3.2.3.2.5 Indicador 5: **Trans**-mídia: As representações de Gênero, neurodiversidade e construção pessoal de si

Por último, mas não menos importante, um dos indicadores que se destacaram no processo de construção de informações com Tereza Mefisto não se restringe a uma vivência individual isolada, mas está inserida em um contexto mais amplo de representações midiáticas, apresentações de gênero e discursos culturais que mais uma vez desafiam os rígidos parâmetros da cisnormatividade. Seu interesse em hormonização não se baseia na busca por uma passabilidade normativa dentro dos padrões binários de gênero, mas sim em um objetivo consciente de exibir simultaneamente em sua imagem corporal caracteres socialmente considerados masculinos e femininos, adotando uma expressão que escapa às categorias convencionais.

Essa perspectiva ressoa fortemente com abordagens *queer* e pós-estruturalistas sobre gênero, que enfatizam sua construção discursiva e performativa (Butler, 1990), e se entrelaça com sua compreensão neurodivergente do próprio corpo e identidade, em um processo que exemplifica a construção subjetiva conforme proposta por González Rey (1999, 2005a, 2017).

Dentro dessa lógica, um dos elementos que influenciam e estruturam a relação de Tereza Mefisto com o construto de gênero é o design de personagens. O personagem *Mephismon X*, da franquia japonesa *Digimon*, é destacado por transcender as concepções tradicionais de androginia. Essa construção estética não se limita à mera fusão de características masculinas e femininas, mas se insere em uma lógica de performances de gênero consideradas revolucionárias dentro de certos contextos midiáticos (Butler, 1990; Butler, 2004; Heinz, 2020; Pulliam-Moore, 2018; Satinsky; Green, 2016; Strike, 2017). Esse tipo de representação, presente em diversas obras de cultura pop, permite que pessoas autistas e de gêneros dissidentes construam e ressignifiquem suas próprias identidades a partir de um repertório visual e simbólico próprio, intercalando-os com seus hiperfocos e interesses especiais.

Tereza Mefisto elabora ainda que os *digimons* não possuem o que poderia ser considerado como uma genitália anatômica em seus corpos e tampouco se reproduzem, mas ainda assim são lidos pelos humanos com suas próprias identidades de gênero. Contudo, a atribuição de gênero dentro desse universo não se baseia em um dimorfismo sexual, uma vez que a categoria de “macho” e “fêmea” simplesmente não se aplica.

Em vez disso, os *digimons* são reconhecidos como masculinos ou femininos a partir de características simbólicas arbitrárias, derivadas da cultura humana, como “metralhadoras ou coelhinhos”, conforme descrito por Tereza Mefisto. Na discussão tida no espaço conversacional, notou-se o quanto uma espécie de raciocínio lógico humano-centrado e cisnormativo força uma projeção de suas próprias categorias de gênero mesmo em narrativas que operam em construções completamente diferentes – assim como acontece na própria não binariedade natural que existe com pessoas reais.

Essa discussão se amplia quando consideramos outras produções midiáticas que também desafiam os paradigmas tradicionais de gênero enquanto um construto binário. Tereza Mefisto discorre também sobre o desenho *Steven Universe*, que apresenta personagens que são, na verdade, projeções de luz de pedras preciosas como diamantes, rubis e ametistas. No entanto, por possuírem determinadas características associadas socialmente como “femininas”, são por vezes lidas como mulheres, mesmo estando fora dessa lógica binária. A própria criadora da série, Rebecca Sugar, uma pessoa trans não binária, fala em entrevistas colocando a representatividade de gênero como uma das coisas mais importantes para ela:

As Gems são todas mulheres não binárias. [...] Elas parecem ser mulheres, mas são um pouco mais representativas de mulheres não binárias. Elas não se considerariam mulheres, mas estão bem em serem interpretadas dessa forma entre os humanos. E eu também sou uma mulher não binária, o que tem sido muito bom para me expressar por meio dessas personagens, porque é muito como me senti ao longo da minha vida. (Entrevistador: Pulliam-Moore, 2018, tradução livre).

Tereza Mefisto conta que foi justamente um vídeo²⁰ de um canal do *Youtube* sobre o desenho animado *Steven Universe*, publicado pela ocasião no dia da visibilidade autista, discorrendo sobre a representatividade da vivência autista em diversas mídias que o introduziu ao conhecimento das características do Transtorno do Espectro Autista e a fez pensar e reconhecer esses traços representativos do autismo em si mesmo (Toon Ruins, 2019).

Além dessas representações, Tereza Mefisto também menciona seu interesse especial por *Transformers*, outra franquia em que as questões de gênero são apresentadas de forma distinta do modelo humano. Sendo, de certa forma, robôs alienígenas que não se encaixam nos modelos anatômicos sexuais binários, os *Transformers* também não deveriam, em tese, ser limitados pelas categorias de masculino e feminino, como vai discorrendo no processo dialógico de construção de informações. No entanto, alguns personagens ainda assim são

²⁰ Toon Ruins. (2019). Autism Representation in the Media [Vídeo]. Youtube. Recuperado em 31 de março de 2024. https://www.youtube.com/watch?v=aM9bZqyeX8c&ab_channel=ToonRuins

claramente demarcados como femininos ou masculinos, muitas vezes apenas por características estéticas ou vocais, evidenciando mais uma vez como a cisnormatividade impõe essas categorizações mesmo quando não se faz presente qualquer correlação real.

Também foram trazidas à discussão a cultura *queer* e a cultura *furry* (em tradução: “peludo”, uma subcultura interessada em personagens animais ficcionais que apresentam características antropomórficas). Suas comunidades frequentemente se sobrepõem, com a proposta de oferecer espaços seguros para a experimentação artística, estética pessoal, relações interpessoais e outras possibilidades. Na comunidade *furry*, em especial, é comum que indivíduos criem personas (chamadas de “*fursonas*”) que podem incorporar características híbridas de gênero, possibilitando explorações que podem ser rechaçadas ou ridicularizadas em contextos mais normativos. A interseção entre essas diferentes culturas – anime, *furry* e *queer* – oferece um repertório simbólico valioso para que pessoas autistas, trans e não binárias possam se sentir reconhecidas e representadas, construindo suas expressões subjetivas de gênero fora de restrições moralistas que ditam o que seria o único comportamento social aceitável (Heinz, 2020; Satinsky; Green, 2016; Strike, 2017).

Dessa forma, Tereza Mefisto constrói um processo ativo de subjetivação que se dá no diálogo com produções midiáticas que desafiam os modelos normativos de expressão de gênero, em especial de uma não binariedade. Como aponta a Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey, a identidade não é um dado fixo ou imposto exclusivamente por fatores externos, mas um campo dinâmico de significações em constante transformação (González Rey, 2005a, 2011c; González Rey; Mitjáns Martínez, 2016, 2017a). No caso de Tereza, essa transformação se dá na interseção entre sua neurodivergência, seu entendimento e vivência pessoal de gênero e seu engajamento com representações culturais que lhe permitem arquitetar espaços para si que se encontram além das imposições normativas. Faz-se possível construir, então, uma **hipótese** que se baseia no entendimento de que as representações midiáticas e suas apresentações de gênero, além de serem fontes fundamentais de conexão humana em grupos sociais e comunidades, também desempenham um papel crucial na construção subjetiva individual de Tereza Mefisto, estendendo essa noção para a compreensão da identidade de pessoas autistas trans não binárias.

3.3 CONEXÕES E DESCONEXÕES ENTRE CONSTRUÇÕES

A construção da identidade de gênero de pessoas trans não binárias autistas é um processo profundamente subjetivo, atravessado por múltiplos fatores sociais, históricos e

culturais, explorando sua identidade e expressão de gênero de maneira que desafia ou subverte expectativas binárias cisnormativas. No caso de indivíduos autistas, como nos espaços dialógicos com os participantes da pesquisa, essa construção pode ocorrer de maneira ainda mais singular, pois sua relação com as normas sociais de gênero não segue necessariamente os mesmos padrões internalizados por pessoas neurotípicas. A interpretação autista das regras sociais de gênero pode ser tanto um fator de liberdade quanto um desafio, especialmente em espaços que insistem em uma categorização normativa.

Nesse contexto, questões ligadas à “disforia de gênero” e até “euforia de gênero” apareceram de forma contundente na construção de sentidos subjetivos com os participantes da pesquisa. A disforia de gênero, compreendida não apenas como um desconforto significativo com características sexuais designadas ao nascimento, mas também como um mal-estar diante da imposição social de um gênero que não corresponde à identidade vivida, manifesta-se de formas distintas entre indivíduos (Spizzirri, 2017). Enquanto para alguns determinados efeitos da hormonização e determinadas intervenções corporais foram postas como etapas imprescindíveis em seu processo de transição, em outro isso não aparece da mesma forma, para a mesma característica, como no caso do crescimento de pelos e traços do rosto.

A euforia de gênero, descrita como o prazer e a afirmação de existir em um corpo e uma expressão de gênero que fazem sentido para si, pode ser encontrada em pequenos detalhes, como roupas, acessórios, mudança de nome ou formas específicas de performar o gênero, sendo uma terminologia ativa contra a patologização da vivência trans (Bagagli, 2016; Canales Ávila, 2024). É ressaltado, novamente, que o uso do termo “disforia de gênero” tem recebido críticas relevantes por estudiosos que consideram que esta terminologia específica pode ter efeitos de reforçar um caráter patológico em identidades trans.

A presente pesquisa optou, após discussões cuidadosas com outros pesquisadores trans, manter o uso do termo “disforia de gênero” ou somente “disforia” – pelo contexto da pessoa envolver gênero – entendendo (1) ter sido o termo utilizado nos espaços conversacionais pelas pessoas participantes, valorizando a escolha de palavras de cada uma, (2) não haver – ainda – um termo alternativo igualmente conhecido e disseminado que esteja sendo utilizado de forma significativa para substituir o seu uso, e (3) a possibilidade de resignificação e apropriação de termos inicialmente pejorativos ou patologizantes, como já é de comum ocorrência dentro da comunidade LGBTQIA+, sendo ligado a movimentos sociais e políticos de empoderamento e visibilidade.

A performance de gênero, nesse sentido, não é reduzida a um mero ajuste às expectativas sociais, mas interpretada como uma construção subjetiva e criativa que reflete o

desejo – e direito – de autoexpressão. A maneira como se expressa a cultura de pessoas de gênero não cisheteronormativo de Curitiba e região, espaço compartilhado por participantes desta pesquisa, influencia significativamente a forma como essas experiências se manifestam.

Isso não significa dizer, no entanto, que todas as pessoas trans não binárias do mesmo grupo necessariamente se sentem confortáveis ou possuem interesse em desafiar da mesma forma determinada norma social de expressão de gênero; algumas podem preferir ou serem obrigadas por questões de saúde e segurança a se conformar parcialmente a padrões de passabilidade para evitar violências e discriminações e acessar espaços, evidenciando a complexa relação com expectativas externas, interações e necessidade humana de afeto. Elliot Page (2023), ator, diretor e produtor canadense, compartilha: “Quando uma parte de você está sempre alheia ao restante, quando existir em seu próprio corpo parece insuportável, o amor é uma fuga irresistível” (p.222).

A passabilidade, descrita como a capacidade de uma pessoa trans ser percebida como pertencente a um determinado gênero, pode se apresentar como uma imposição social que invalida expressões não normativas. Para algumas pessoas trans, a questão da passabilidade pode ser irrelevante, a não ser em situações de segurança física e diminuição do risco de possíveis violências.

Para outras, a busca por passabilidade pode ser uma importante forma de validação pessoal e possibilidade de acesso a espaços sociais. Esse dilema entre conformidade e subversão é uma constante para muitas pessoas trans, especialmente quando se leva em conta a interseccionalidade com outros marcadores sociais. Devido à maneira como o conceito de passabilidade foi elaborado, pode ser ainda mais complexo para pessoas fora dos padrões binários de gênero serem consideradas nesse local social.

A noção de *gender envy* (em português: inveja de gênero) também se faz presente na forma como pessoas trans não binárias autistas podem construir a expressão de sua identidade. O desejo de ter ou expressar características associadas a um determinado gênero muitas vezes emerge não apenas da identificação pessoal, mas também da maneira como certos corpos e expressões são validados socialmente. A accessorização, aqui entendida no uso de elementos estéticos para afirmar a identidade de gênero – como maquiagem, cortes de cabelo, piercings e roupas específicas – pode ser uma forma de experimentar diferentes performances de gênero sem recorrer a mudanças médicas definitivas. Ainda assim, a hormonização continua sendo um fator central para muitas pessoas trans não binárias, pois permite a transformação do corpo em um sentido que mais condiz com sua identidade, mesmo que os efeitos hormonais não sejam

buscados para corresponder a um ideal binário, mas sim para criar uma corporeidade mais alinhada com a subjetividade da pessoa.

O conceito de Organização Social da Sexualidade, proposto por Fernando González Rey (1995), permite compreender a identidade de gênero e a sexualidade não como categorias isoladas, mas sim dimensões subjetivas que emergem da interação entre fatores biológicos, sociais, históricos e culturais. O corpo, longe de ser um elemento fixo e determinado, carrega marcas físico-químicas, culturais e simbólicas que moldam a forma como a identidade de gênero é construída e vivida.

Elementos como religião, educação formal, posição de classe, experiências de violência de gênero, regionalidade, e até mesmo acesso a espaços urbanos ou rurais influenciam significativamente a maneira como as pessoas trans não binárias se percebem e se expressam. No caso de pessoas autistas, a ausência de uma internalização rígida das normas sociais pode significar tanto uma liberdade para explorar o gênero de maneira mais intuitiva quanto uma dificuldade de navegar pelos códigos sociais cisnormativos que determinam o que é considerado aceitável ou legível dentro do espectro de gênero.

A experiência de ser trans e autista é marcada pela confluência de múltiplos fatores que atravessam desde o contexto social mais amplo até as nuances individuais. No contexto desta pesquisa, os processos de descoberta e afirmação de gênero vivenciados por Tereza Mefisto, Yksi e Supeesu ilustram a diversidade de trajetórias possíveis dentro da interseção entre transgeneridade e autismo. Tereza Mefisto, por exemplo, teve um percurso atravessado por experiências de violência de gênero e pelas imposições rígidas do machismo desde a infância. A pressão para se comportar de determinada maneira e atender a expectativas de gênero normativas traz seus efeitos próprios na construção identitária, evidenciando como o gênero não é apenas uma experiência interna, mas também um campo de disputa social e política.

Já para Yksi, a experiência de gênero se desdobra de maneira distinta, sendo marcada por uma relação mais experimental, certa em suas incertezas e quase transcendente com a própria identidade. Supeesu, por sua vez, transita também em seu próprio percurso, evidenciando o quanto a identidade autista e trans não binária pode se manifestar de formas plurais, na recusa de padrões limitantes de gênero.

Como trabalhado com Yksi e Supeesu, a metáfora também se apresenta em nosso estudo como um dispositivo subjetivo que rompe com as amarras do normativo, criando espaços de existência que não se prendem à lógica binária tradicional. Esse fenômeno se assemelha ao que Tereza Mefisto também discute ao abordar a linguagem como um campo de disputa e

reapropriação. Essa necessidade de deslocamento também remete à ideia de acessar outros espaços – simbólicos, discursivos e materiais. A vivência trans não binária frequentemente se configura como uma busca por territórios próprios, que não se limitam ao enquadramento epistemológico e moral predominante. Para González Rey (2019), na Teoria da Subjetividade, considera-se a pesquisa qualitativa uma via essencial para a produção de teoria, isto é, para a construção de modelos teóricos de inteligibilidade no estudo de sistemas que não são diretamente acessíveis, nem em sua organização, nem nos processos que os caracterizam à observação externa.

3.4 HIPÓTESE DO DIAGNÓSTICO

Na condução da pesquisa, ainda que tenham surgido outros diagnósticos clínicos dos participantes em seus processos dialógicos, como esquizofrenia, transtornos de personalidade e bipolaridade, optou-se por não aprofundar a análise dessas categorias. Essa decisão se deu tanto por uma limitação metodológica – uma vez que não se tem acesso a exames necessários, histórico e procedimentos clínicos detalhados – quanto por uma questão de sensibilidade e ética.

O foco central do estudo não era a exploração de múltiplos diagnósticos psiquiátricos, mas sim a compreensão das experiências subjetivas e sociais de pessoas trans não binárias autistas. Além disso, o diagnóstico de transtornos de personalidade em pessoas autistas exige cautela, pois há uma sobreposição entre características do espectro autista e critérios psiquiátricos que pode levar a erros diagnósticos – traços autísticos, como padrões atípicos de interação social e regulação emocional, podem ser confundidos com sinais de outros transtornos diagnósticos, resultando em rótulos imprecisos e abordagens inadequadas (Lai et al., 2015).

Mesmo que o pesquisador tenha formação e atuação em psicologia clínica, seu trabalho dentro da pesquisa não se deu no contexto de uma relação profissional entre psicoterapeuta e paciente, mas sim como um interlocutor engajado na escuta e na interpretação das vivências compartilhadas, conforme trabalhado por Fernando González Rey em sua teoria. Dessa forma, a pesquisa focou na expressão subjetiva e na construção narrativa dos próprios participantes sobre suas identidades e experiências ligadas às temáticas da transgeneridade, não binariedade e autismo, priorizando uma abordagem que respeitasse suas formas de autocompreensão.

Dentro da estrutura metodológica adotada, a questão do diagnóstico autista foi considerada desde os momentos iniciais da pesquisa, no processo de organização das zonas de inteligibilidade sobre o tema estudado. Desde o início, foi levantada a hipótese de que o

diagnóstico formal, embora importante para o acesso a recursos e reconhecimento social, não esgota a compreensão do autismo como fenômeno subjetivo e cultural. A pesquisa não se deu a partir de um lugar de “não saber” por parte do pesquisador, mas sim de um saber inicial que se traduziu em conjecturas formuladas antes das dinâmicas conversacionais. Fundamentadas na Epistemologia Qualitativa da Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey, tais conjecturas serviram como ferramenta para estruturar a interação e orientar a produção de sentido dentro do diálogo, permitindo a definição de estratégias dialógicas e de aprofundamento das narrativas dos participantes (González Rey, 2007b; 2012).

A formulação dessas conjecturas iniciais sobre a configuração subjetiva dos participantes não implicou uma imposição diagnóstica ou interpretativa por parte do pesquisador, mas sim um esforço para estabelecer diferentes possibilidades de inteligibilidade sobre suas experiências e sistemas de relações. Compreender a vida dos participantes e seus modos de existência exigiu a construção de múltiplas conjecturas, que não se fixaram como verdades absolutas, mas como pontos de partida para a produção de novos sentidos subjetivos. A pesquisa, portanto, não se limitou a descrever realidades preexistentes, mas buscou favorecer um processo de transformação subjetiva, no qual os próprios participantes pudessem ressignificar suas trajetórias e ativamente gerar novos entendimentos sobre si mesmos – o conhecimento produzido não foi tratado como um fim em si mesmo.

O impacto subjetivo da autodeclaração como autista não pode ser dissociado das dinâmicas sociais e políticas que envolvem a luta pelos direitos da comunidade autista. Muitas pessoas se reconhecem dentro do espectro autista antes mesmo de obterem um diagnóstico formal, pois suas vivências e dificuldades são experienciadas concretamente no cotidiano, independentemente do reconhecimento institucional. Sua obtenção proporciona maior qualidade de vida, oferecendo uma explicação estruturada para suas experiências e técnicas de manejo, permitindo um entendimento mais profundo de si mesma.

Esse processo de autopercepção pode ser facilitado pelo contato com outras pessoas autistas, pela leitura de materiais informativos e pelo engajamento em espaços de troca de experiências, não deixando de evitar a banalização do diagnóstico que, como descrito, continua sendo uma ferramenta essencial. Dessa forma, a autodeclaração pode ser um ponto de partida para um processo de busca por maior compreensão sobre si mesmo, mas não substitui o diagnóstico em contextos nos quais ele é necessário para garantir proteção legal e acesso a serviços especializados.

No contexto social em que estamos inseridos, a subjetividade social está profundamente relacionada à classificação de indivíduos, e toda a rede institucional – saúde,

educação, sistema jurídico e políticas públicas – se organiza a partir dessas classificações. No entanto, a experiência autista vai muito além dessa categorização. O autismo não é apenas uma condição médica, mas atualmente se organiza em toda uma cultura particular, em formas distintas de perceber e interagir com o mundo, não restritas às limitações descritas pelos critérios diagnósticos.

Isso não significa, porém, que qualquer pessoa que se identifica com as características autísticas necessariamente o seja. A autodeclaração deve ser compreendida dentro de um contexto subjetivo e político, mas não pode anular a importância do diagnóstico médico quando se trata da definição de políticas públicas, da distribuição de recursos e da garantia de direitos. Ao mesmo tempo, o diagnóstico não pode ser visto como um elemento absoluto que esgota a identidade autista, pois sua formulação se baseia em concepções biomédicas que nem sempre contemplam a diversidade de formas de ser autista – como defende Devon Price (2022), existe toda uma vida para além do diagnóstico.

Para muitas pessoas, assumir-se autista significa também encontrar uma comunidade, identificar-se com um grupo em um sentimento inigualável de pertencimento. A troca de experiências com outras pessoas autistas possibilita a criação de novas referências, permitindo que os indivíduos ressignifiquem suas trajetórias e compreendam suas vivências sob outra perspectiva, no relato comum de descobrir que “não havia nada de errado comigo”. Esse aspecto comunitário do diagnóstico é um dos elementos fundamentais desta pesquisa, pois evidencia como o reconhecimento da identidade autista ultrapassa os limites da avaliação médica e adquire uma dimensão subjetiva e coletiva.

Yksi aponta para a necessidade de ter palavras que o descrevem como um fator que possibilita a organização das experiências e a atribuição de significados a elas. Nomear algo é conferir-lhe existência, e para muitas pessoas trans e autistas (ou “**autitransgêneras**”), como podemos nomear nesta pesquisa e fora dela – encontrar termos que expressem suas experiências internas pode ser uma forma de empoderamento, desempenhando um papel fundamental no processo de compreensão e aceitação pessoal.

Para Tereza Mefisto, o diagnóstico não surge de forma isolada, mas está diretamente ligado a um histórico de dificuldades, resistência e luta. Apropriar-se do que o diagnóstico significa para si mesma é um ato de afirmação subjetiva, no qual a pessoa deixa de ser apenas um objeto da classificação médica e passa a reinterpretar seu próprio percurso de vida. Essa perspectiva resgata a experiência do diagnóstico autista não como um fim em si mesmo, mas como parte de um processo de reconstrução da identidade.

Quando Supeesu fala em “reconquistar a minha humanidade”, não é apenas uma tomada de consciência individual, mas um enfrentamento das normatividades e preconceitos que historicamente desumanizam pessoas divergentes da norma social. Pensar nessa reconquista implica reconhecer quantos sentimentos, pensamentos, vivências e sofrimentos estão envolvidos nesse processo, bem como quantas novas compreensões emergem a partir dele. Ser alguém, nesse sentido, equivale a ter humanidade. Em espaços sociais que marginalizam aqueles que não se encaixam nos padrões normativos, afirmar-se como autista e assumir-se trans não binário é também afirmar-se como sujeito de direitos, de desejos, de história e de pertencimento. A identificação de si é um meio para recuperar essa humanidade negada, permitindo que cada pessoa ressignifique sua trajetória e construa novos sentidos subjetivos para sua existência.

3.5 SOBRE UMA POSSÍVEL CONCEITUAÇÃO DE “GÊNERO” NA TEORIA DA SUBJETIVIDADE

Dentro da Teoria da Subjetividade, pode ser discutido uma espécie de vácuo conceitual em relação à compreensão de gênero, entendendo-o como uma expressão subjetiva. Embora a teoria ofereça um modelo epistemológico extremamente potente para a análise das configurações subjetivas e suas dinâmicas simbólico-emocionais, o conceito de gênero, carece de uma formulação mais integrada à perspectiva da subjetividade como produção simbólica, em especial ao se considerar seu caráter enquanto historicamente encapsulado em modelos normativos binários e essencialistas. Essa lacuna teórica – que pode ser, talvez, temporária –, no entanto, pode ser entendida não como uma limitação, mas como uma possibilidade frutífera de ampliação acadêmica, filosófica e conceitual, permitindo novas formas de compreensão da diversidade de gênero para além das categorias já objetivadas na própria psicologia e em outros campos do saber.

Ao considerar que as configurações subjetivas não podem ser reduzidas a conceitos estáticos e predeterminados, a Teoria da Subjetividade fornece uma via fértil para a investigação do gênero como experiência vivida e subjetivamente situada. Gênero não é um dado fixo, uma informação estática e passiva, tampouco pode ser reduzido exclusivamente a sua dimensão biológica, ao condicionamento social, a narrativas e discursos, ou à construção histórica e cultural. Em vez disso, gênero deve ser compreendido como uma unidade simbólico-emocional complexa, inserida no sistema interdependente de sexo, sexualidade, orientação afetivo-sexual, identidade sexual, identidade e expressão de gênero. Importante destacar que esse sistema está

social e singularmente relacionado a outras dimensões, como raça, classe social, faixa etária, cultura, religião, preconceito, ideologia, moral, lógica etc. e, na presente pesquisa, à neurodivergências.

Apreende-se, assim, uma conceptualização da experiência de gênero como um campo de significação em permanente reconstrução, onde os sujeitos trans não binários ativamente assumem a posição de criadores de novos referenciais para si mesmos. Essa abordagem rompe com dicotomias tradicionais binárias que tendem a dissociar corpo e subjetividade, materialidade e simbolismo, individualidade e contexto social.

A subjetividade de gênero emerge, portanto, no tensionamento das configurações subjetivas individuais, coletivas e sociais, ultrapassando explicações normativas cis heterossexuais e, ao mesmo tempo, expandindo, ressignificando e até mesmo fraturando as formas de inteligibilidade de experiências homo/heterossexuais, bi/pansexuais, transexuais/transgêneras/travestis e não binárias. Yksi na pesquisa apresenta as terminologias “cis” e “trans” como sendo possíveis “qualidades de gênero”.

Nesse sentido, a polissemia do conceito de gênero não se limita às categorias identitárias pré-estabelecidas, mas se expressa nas múltiplas produções de sentido que configuram a experiência subjetiva de cada pessoa, podendo ser interpretadas como representações dentro da Teoria da Subjetividade com capacidade de integrar novos aspectos do estudado no desenvolvimento de uma linha de pesquisa (González Rey, 2005b). A singularidade das vivências de gênero não pode ser reduzida a um modelo universalizante e simplista de sentidos, pois está em constante negociação, construção e reconstrução nos processos subjetivos de cada indivíduo, avançando no conceito da Organização Social da Sexualidade.

A luta da Psicologia pela compreensão do conceito de “gênero” passa pelo reconhecimento de sua singularidade, evitando generalizações que o reduzam a um significado único e universal. “Gênero” não se refere a uma experiência homogênea, mesmo dentro de suas possíveis categorizações adicionais, e simplificá-lo apaga a complexidade das vivências individuais. Valorizar a subjetividade humana implica considerar todas as vozes e saberes, reconhecendo que cada experiência de identidade de gênero é legítima, validada em si mesma, e merece espaço na construção do conhecimento. Entendemos nesta pesquisa que qualquer tentativa de uniformizar indiscriminadamente “gênero” resulta em interpretações limitadas e imprecisas, distanciando a pesquisa de sua responsabilidade ética e científica e prejudicando o entendimento do conceito de gênero. Ademais, promove sofrimento, adoecimento, patologização, exclusão, preconceito, discriminação, estigmatização e violência.

Compreendendo a identidade, gênero e sexualidade como configurações subjetivas à luz da Teoria da Subjetividade, é enfatizado o caráter gerador da psique, considerando a centralidade das emoções na produção de seus sentidos subjetivos. A subjetividade, por sua irreducibilidade a modelos universais, caracteriza-se como um espaço de resistência, em posicionamentos políticos combativos e de construção de novas possibilidades individuais e sociais diante de discursos normativos e excludentes. Jorge Eduardo Moncayo Quevedo (2017) contribui significativamente para essa discussão ao definir a sexualidade como uma produção subjetiva resultante da síntese contínua entre o pessoal e o social, rompendo com perspectivas biologizantes ou culturalmente deterministas.

A subjetividade social, conforme postulado pela teoria, antecede a organização do sujeito psicológico e se materializa na historicidade das vivências, nas contradições enfrentadas e nas expressões individuais que emergem em meio a espaços sociais reguladores. Nesse sentido, a identidade se configura a partir da capacidade subjetiva do sujeito de reorganizar sua experiência, ressignificando normas e criando zonas de inteligibilidade que resistem às prescrições rigidamente estabelecidas. A abordagem de Moncayo Quevedo destaca que, ao se naturalizar a sexualidade e ignorar sua historicidade e variabilidade cultural, perpetuam-se processos de exclusão e patologização, tornando essencial a produção de modelos teóricos que levem em conta a complexidade subjetiva e política das vivências sexuais e de gênero.

Dentro dessa perspectiva, é necessário destacar que a objetividade e a materialidade não seriam, dessa maneira, atributos inerentes à fisicalidade do corpo, mas sim construções discursivas e simbólicas que interagem com as configurações subjetivas, individuais e sociais. A corporeidade, nesse sentido, não é fixa, mas um território de significação em que se produzem sentidos sobre o que seria “gênero” e como ele se manifestaria. A subjetividade, conforme compreendida pela Teoria da Subjetividade, possibilita uma abordagem ampliada da corporeidade, reconhecendo-a não apenas como um aspecto biológico, mas como um espaço de produção simbólica-emocional no qual se inscrevem as vivências subjetivas de gênero e suas configurações.

A descrição da subjetividade conforme posta por Fernando González Rey (1997), organizada por processos e configurações que continuamente se interpenetram, estão em constante desenvolvimento e muito vinculados à inserção simultânea do sujeito em um outro sistema igualmente complexo que é a sociedade, não estaria tão distante, então, de descrições possíveis a serem consideradas em relação a uma teorização do conceito de gênero.

Nesse sentido, soma-se uma consideração, inclusive, de que a elaboração de um conceito de gênero na Teoria da Subjetividade não se distancia, não obstante, do trabalho já

iniciado com a categoria de personalidade, indicando a necessidade de ser aprimorado o pensamento dialético, a fim de lidar com a multiplicidade de contradições e de conflitos que marca seu desenvolvimento, não sendo apreendido diretamente do mundo empírico positivista do saber (González Rey, 1997, 2005b).

Assim, ao adotar uma abordagem de pesquisa qualitativa, com o método construtivo-interpretativo conforme elaborado por Fernando González Rey, abrem-se possibilidades de compreensão das experiências de gênero como não meramente respostas a normas sociais preexistentes, mas sim como processos subjetivos em que indivíduos negociam, tensionam e ressignificam sentidos ao longo de suas trajetórias.

Esse movimento transcende explicações normativas e essencialistas e suas cargas históricas positivistas, abrindo espaço para compreender também as vivências neurodivergentes de gênero, que frequentemente desafiam modelos convencionais de identidade e expressão, escapando a tentativas normativas de captura de sentido. Pessoas autistas, por exemplo e como trabalhado na presente pesquisa, podem experienciar o gênero de formas distintas em relação a pessoas neurotípicas, uma vez que seus processos de significação subjetiva operariam sob outras lógicas de percepção, interação e relação consigo e com o mundo.

Em contraposição às concepções essencialistas e binárias que historicamente fundamentam teorias, inclusive as considerações de estudos de gênero, a perspectiva da subjetividade permite a compreensão do gênero como um sistema simbólico-emocional em constante transformação, configurado por experiências singulares, contextos sociais e processos históricos.

Na Teoria da Subjetividade, considera-se a pesquisa qualitativa uma via essencial para a produção de teoria, isto é, para a construção de modelos teóricos de inteligibilidade no estudo de sistemas que não são diretamente acessíveis, nem em sua organização, nem nos processos que os caracterizam à observação externa (González Rey, 2005b), estendendo a noção para a categoria de gênero subjetivo.

Esse pressuposto abre caminho para investigações que não se limitem a categorias fixas, mas que reconheçam a complexidade subjetiva da experiência de gênero, incluindo vivências autistas e neurodiversas, não binárias e trans de forma geral, muitas vezes apagadas ou marginalizadas nos estudos tradicionais, dentro e fora do saber da psicologia.

Ao considerar que o gênero é constituído subjetivamente em meio a processos dialógicos e simbólicos, pesquisas futuras nessa área podem enfatizar a produção de conhecimento a partir da construção ativa de sentidos ao adotar a Epistemologia Qualitativa proposta por González Rey (1997, 2005b, 2011c), indo além da análise de categorias

previamente estabelecidas. Esse enfoque permite deslocar o debate de perspectivas binárias e cisnormativas, reconhecendo a multiplicidade de possibilidades identitárias, especialmente no que diz respeito a indivíduos trans não binários e experiências de autigênero, cujas vivências frequentemente escapam às concepções convencionais de identidade de gênero.

Dessa forma, estudos que se proponham a investigar subjetividades trans e não binárias dentro da Teoria da Subjetividade precisam avançar na incorporação de metodologias que considerem a dialogicidade dos processos identitários – que, como visto, vão além de serem somente rótulos e categorias de identidade. É imprescindível que essas investigações se aprofundem na articulação entre gênero e subjetividade sem reduzir tais experiências a meras expressões culturais ou biológicas, mas reconhecendo-as como construções dinâmicas, situadas e múltiplas. O uso da metodologia construtivo-interpretativa nesse campo ainda está em estágio inicial, sendo necessário um aprofundamento teórico e empírico que leve em conta a especificidade das vivências trans e autistas, uma vez que estas últimas também desafiam concepções normativas de subjetividade e identidade (Goulart; González Rey, 2023).

Dessa forma, ao integrar os estudos de neurodivergência e gênero de trans-identidades não binárias à Teoria da Subjetividade, torna-se possível aprofundar a compreensão sobre como as subjetividades individuais e sociais produzem sentidos que desafiam normatividades e evidenciam a fluidez, multiplicidade e diversidade social e individual do gênero. Esse movimento não apenas enriquece a Teoria da Subjetividade, mas também contribui para uma visão mais ampla e complexa das experiências humanas, reconhecendo a subjetividade de gênero como um campo em constante transformação, capaz de desafiar fronteiras disciplinares e epistemológicas.

A conceituação de gênero na Teoria da Subjetividade exige um compromisso ético e social desde sua formulação. Essa abordagem possui um enfoque diferenciado no respeito à capacidade geradora do sujeito com a valoração de características subjetivas frequentemente ignoradas, reconhecendo que discutir a diversidade humana não é apenas uma questão acadêmica de pesquisa, mas também uma pauta política essencial, conferindo visibilidade a populações historicamente silenciadas e vulnerabilizadas, ampliando a profundidade do entendimento sobre identidade e experiência humana e abrindo caminhos para a criação de políticas públicas e estratégias de enfrentamento.

Portanto, para que se avance na compreensão do gênero dentro da perspectiva da subjetividade, é essencial que novos estudos explorem a interseção entre subjetividade, identidade de gênero e diversidade neurodivergente. Essa abordagem tem o potencial de contribuir significativamente para uma epistemologia mais inclusiva, que não apenas reconheça

a pluralidade das experiências de gênero, mas que também amplie os horizontes metodológicos e teóricos da psicologia qualitativa.

Como apontado por González Rey e Mitjáns Martínez (2017a), a subjetividade deve ser compreendida em sua natureza dialógica e processual, o que reforça a necessidade de pesquisas que abordem o gênero para além das categorias fixas e normativas, promovendo um olhar mais dinâmico e contextualizado sobre a diversidade humana, visando continuar um trabalho de conceituação da categoria de gênero estático irreal para um gênero subjetivo, conectado às vivências de gênero diversas.

A dinâmica do silenciamento e da invalidação assume contornos complexos e contraditórios. Quando há um apagamento sistemático da vivência trans não binária e da experiência autista na sociedade, a configuração subjetiva dessas identidades pode ser atravessada por processos de negação e deslegitimação, dificultando o reconhecimento de si e o pertencimento social. Assim como apontado na pesquisa de Meireles e Ferrarini (2023) em seu trabalho da sexualidade e identidade gay, a subjetivação da identidade trans não binária e autista também ocorre em meio a uma tensão constante entre a normatividade imposta – seja a cisheteronormatividade ou a neurotipicidade compulsória – e a necessidade de afirmar modos de existência divergentes desses padrões.

A intersecção entre a cisheteronormatividade e a normatividade neurotípica intensifica essa contradição, pois tanto pessoas autistas quanto pessoas trans não binárias frequentemente enfrentam discursos patologizantes, que buscam invalidar suas identidades como desvios de um suposto padrão natural e correto. Esse silenciamento pode se manifestar na forma de uma invisibilização estrutural, na qual suas identidades são vistas como fases temporárias, erros cognitivos ou expressões de confusão mental.

Nesse sentido, a construção subjetiva dessas identidades se dá em um campo de forças em que a autopercepção e a autoafirmação colidem constantemente com discursos sociais hegemônicos que insistem em reforçar a cisgeneridade e a neurotipicidade como modelos únicos de existência legítima, em contradições subjetivamente significativas. A metodologia construtivo-interpretativa, como utilizada nesta pesquisa, permite vias de compreensão desses processos, com expressões identitárias próprias para resistir a esse apagamento, construindo seus próprios caminhos entre multi-duplicidades, espaços e vazios únicos, representados por Tereza Mefisto, Supeesu e Yksi, respectivamente.

Pesquisas futuras precisam aprofundar esse diálogo, explorando como a metodologia dialógica pode captar os processos subjetivos que estruturam a vivência de gênero fora dos parâmetros cisheteronormativos. A subjetividade trans não binária não é apenas uma identidade a ser

reconhecida, mas uma forma de existência que desafia os modos tradicionais de pensar o sujeito e sua relação com o mundo, com suas contribuições próprias ao estudo do próprio conceito de gênero.

4 CONSIDERAÇÕES (QUE NÃO SERÃO) FINAIS

O presente trabalho de pesquisa parte do entendimento de que assumir uma identidade de gênero não normativa – como a transgeneridade, a experiência não binária e qualquer vivência que se distancie da cisgeneridade imposta – representa não apenas uma posição socialmente situada, mas um movimento ativo na construção de novas vias de inteligibilidade. Assim, compreender a experiência trans e não binária na Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey aqui trabalhada significa reconhecer que essas vivências não normativas de gênero são formas de agência que reconfiguram significados culturais e produzem novas possibilidades simbólicas dentro do campo do gênero.

O gênero, nesse contexto, não pode ser entendido como um traço estático ou como um conjunto de categorias preexistentes, mas sim como uma dimensão constitutiva da subjetividade que está sempre em negociação.

A transgeneridade e a não binariedade, ao se afirmarem no espaço social e discursivo, não apenas expressam uma vivência pessoal, mas instauram novos sentidos culturais que desafiam e expandem os modos hegemônicos de inteligibilidade do gênero. Como Butler (1990, 2004) já apontava, a normatividade de gênero opera regulando quais identidades são reconhecidas e quais são tornadas inteligíveis. Assim, assumir um gênero não normativo é um ato de agência que institui novas formas de significar o próprio ser, mesmo sem necessariamente configurar um sujeito plenamente constituído.

González Rey (2005a) argumenta que os processos subjetivos são atravessados por sentidos contraditórios e não dependem de uma identidade fixa para que a ação ocorra. Isso é particularmente relevante no contexto da transgeneridade e da não binariedade, onde muitas pessoas não se identificam com um “sujeito trans” essencial, mas ainda assim exercem agência ao desafiar normas e abrir novas possibilidades de existência. A própria multiplicidade de experiências trans reflete essa dinâmica: algumas pessoas vivenciam a transição como um percurso fixo e definido, enquanto outras habitam espaços de fluidez identitária, recusando enquadramentos definitivos. Ambas as posições, contudo, constituem práticas de agência, gerando novos sentidos subjetivos e coletivos.

A criação de novas vias de inteligibilidade no campo do gênero ocorre quando discursos e práticas desestabilizam o que é tido como natural ou universal. Butler (2004) enfatiza que a inteligibilidade social está atrelada ao reconhecimento: ser inteligível significa ser reconhecido dentro das normas culturais disponíveis. No entanto, González Rey (2019) amplia essa discussão ao apontar que a subjetividade não se restringe ao reconhecimento

externo, pois os sentidos subjetivos emergem mesmo quando ainda não encontram espaços institucionais legitimados.

Isso significa que a experiência trans e não binária não apenas busca reconhecimento dentro das categorias existentes, mas também cria formas de significar o próprio gênero. Quando uma pessoa não binária afirma sua identidade, como no caso dos participantes envolvidos, por exemplo, ela não está apenas reivindicando um espaço dentro de um repertório social já existente, mas está contribuindo para a constituição de novos sentidos, que podem eventualmente se estabilizar e se tornar referências culturais mais amplas. Esse processo de inovação simbólica é central na Teoria da Subjetividade, pois demonstra que a cultura e os significados sociais não são fixos, mas constantemente renegociados pelas práticas individuais e coletivas.

Toda mudança em favor da justiça e da igualdade começa quando entendemos melhor quem são as outras pessoas, e o que elas vivem, superando mitos e medos. Sem respeito à identidade de cada um(a), não garantimos a cidadania das pessoas e, silenciosamente, calamos sonhos, esperanças, aumentamos os desafios que as pessoas têm de enfrentar na vida. Cada ser humano tem múltiplas formas de vivenciar sua identidade, e isso não muda para as pessoas transgênero: não são todas iguais. A identidade de gênero não esgota a subjetividade de uma pessoa, nem sua subjetividade se restringe ao fato de ser transexual. (Jesus, 2012, p. 32).

Ao assumir um gênero não normativo, a pessoa trans inevitavelmente se insere em uma relação tensa frente à normatividade social. Essa tensão pode envolver sofrimento psíquico, discriminação e dificuldades de acesso a direitos básicos, mas também permite a emergência de novas formas de subjetividade que desafiam as limitações impostas pelo binarismo de gênero, exercendo agência ao desafiar os limites da inteligibilidade cultural, criando espaços para a subjetivação. Como destacam González Rey e Mitjans Martínez (2017b), os processos subjetivos não são apenas efeitos das estruturas sociais, mas também instâncias de produção ativa de novos sentidos e configurações identitárias.

Esse movimento, no entanto, não implica necessariamente uma constituição subjetiva estável ou coesa: a agência ocorre mesmo em meio a contradições, incertezas e instabilidades identitárias. As narrativas trans não são apenas respostas a normas opressivas, mas expressões de um campo subjetivo múltiplo. Esse processo não é homogêneo nem linear: diferentes experiências trans produzem diferentes sentidos, e nem todas as pessoas trans se engajam ativamente e da mesma forma. No entanto, enquanto fenômeno coletivo, a existência trans e não binária reconfigura as significações do conceito de identidade de gênero.

Dessa forma, a transgeneridade e a não binariedade são compreendidas não apenas como variações do gênero, mas como forças ativas na transformação crítica dos sentidos históricos, sociais e culturais de gênero, permitindo ir além da simples inclusão de identidades trans no discurso hegemônico, oferecendo um olhar mais amplo sobre os processos de produção simbólica e a complexidade das experiências de gênero.

Esta pesquisa se insere em um movimento de desnormalização que questiona tanto as normativas que estabelecem uma cisgeneridade binária quanto uma neurotipicidade universal, articulando-se a partir de uma perspectiva que é, necessariamente, não apenas decolonial, como anticolonial. Prioriza-se aqui uma abordagem que não apenas rompe com modelos hegemônicos de inteligibilidade, mas também oferece um instrumental epistemológico-teórico-metodológico contrário para compreender processos subjetivos que escapam às classificações rígidas do pensamento ocidental normativo.

A categoria de gênero, dentro dessa abordagem, não é passível de ser reduzida a um sistema binário e classificatório. O próprio conceito de transgeneridade não binária desafia as concepções tradicionais ao emergir como uma forma de vivência subjetiva que se dá no tensionamento entre diferentes construtos, como corpo, linguagem e expressão. Esse tensionamento evidencia a necessidade de categorias mais flexíveis e situadas, que levem em conta as singularidades dos sujeitos e suas formas de se apropriar do mundo.

A linguagem ocupa um papel central nesse processo. Os processos de significação são dinâmicos e se transformam na relação dialógica entre sujeito e cultura. Nos espaços dialógicos com os participantes da pesquisa, essa relação se manifesta na criação de novas palavras, metáforas e conceitos que permitem transcender os limites previamente impostos. A invenção linguística não é apenas um recurso de nomeação, mas um ato de resistência subjetiva, um movimento de reinscrição do sujeito em territórios simbólicos próprios, de si para si, independente das regras nas quais possa estar inscrito. Assim, o sujeito desinscreve-se para escrever a si próprio (S. L. Koga, comunicação pessoal, 20 de março, 2025).

É possível considerar que os prejuízos frequentemente associados à sociabilização de pessoas autistas atuam também como barreiras relevantes na própria construção, reconhecimento e expressão de suas identidades de gênero. Dificuldades na comunicação social, na leitura de códigos interpessoais e na compreensão de normas culturais implícitas – da própria cognição social – não apenas afetam os modos de relação com o outro, mas também limitam o acesso a repertórios simbólicos fundamentais para o reconhecimento e a nomeação de experiências subjetivas. Quando somadas à ausência generalizada de discussões sobre gênero fora do padrão binário e normativo – especialmente em contextos familiares, escolares

e de saúde – essas limitações tornam-se ainda mais severas, dificultando que pessoas autistas tenham contato com terminologias, narrativas e vivências dissidentes com as quais poderiam se identificar.

Nesse sentido, não se trata apenas de uma questão individual – ainda que se fosse, uma não-generalização não diminuiria sua importância – mas de um cenário social que interdita o acesso à informação e à linguagem adequada, restringindo as possibilidades de nomear-se com coerência diante de si e dos outros. A invisibilização das múltiplas formas de vivenciar o gênero torna-se, portanto, também uma forma de exclusão epistêmica, que silencia e invalida subjetividades já marginalizadas por sua neurodivergência.

A inclusão e reconhecimento de indivíduos de gêneros não binários, considerando nesta pesquisa a vivência autitransgênera, possibilita o entendimento da diversidade de gênero e de suas relações, como também de noções acerca de sexualidade, orientação e atração sexual e de relacionamentos (Rafferty, 2020). A desconsideração de identidades *queer* em pesquisas também acarreta erros de precisão e apaga possibilidades de perceber padrões, tornando a atenção de pessoas fora da cisnorma não somente uma questão ética, como também uma questão de qualidade de pesquisa, análise de dados e falta de dados (Silva; Schons, 2019).

São poucos os estudos brasileiros no campo da saúde que apresentam seus recortes de pesquisa a partir do empoderamento e das potências de vida da população travesti, como educação, saúde, segurança e assistência social, com o objetivo de embasar políticas de direitos e acesso à cidadania (Raimondi; Paulino; Teixeira, 2016). Ao invés disso, destacam-se temas ligados a patologias, HIV/Aids, transformação corporal, marginalização, pobreza, drogas, promiscuidade e prostituição (Amaral et al., 2014). O estigma a coloca em situações marginais e periféricas da sociedade, o que dificulta a efetivação de um cuidado integral em saúde (Raimondi; Paulino; Teixeira, 2016).

Assim, apesar da relevância do conceito de identidade de gênero, a utilização acrítica do caráter reiterativo da normatividade cisgênera e binária desta noção pode reforçar a vulnerabilidade em saúde de pessoas trans, e o negligenciamento destes e de outros sujeitos cujos corpos e identidades estão fora desta norma (Gomes et al., 2018).

Salienta-se o caráter auto declarativo da identidade de gênero, e da importância de que seus nomes sejam respeitados. O respeito ao nome social de pessoas trans diminui as taxas de depressão e suicídio (Russell et al., 2018). A utilização do gênero gramatical como um recurso linguístico para manipular as identidades da comunidade a qual pertencem é colocado em pauta tanto na travestilidade (Borba; Ostermann, 2008), quanto na discussão de pronomes isentos da indicação de gênero, de sistemas de linguagens não binárias (Tilio; Vieira, 2021).

Drehmer e Falcão (2020) afirmam que o diálogo com os estudos de gênero seria proveitoso na medida em que permitiria considerar as formas com que a distinção masculino/feminino se inscreve, suspendendo uma carga trazida historicamente pela psicanálise e que hoje poderia não mais dar conta de alguns dos fenômenos observados. Psicanalistas atuais ainda relacionam a histeria e suas manifestações polimorfas como elementos essenciais para a discussão da temática trans (Jorge; Travassos, 2017), embora apareçam esforços de localizar uma **pulsão queer** em Freud, denunciando uma cisnormatividade que seria incompatível à função do analista (Ambra, 2016; Silva; Barcelos; Aiello-Vaisberg, 2022).

Os indivíduos trans dissolvem a lógica causal entre sexo/gênero/orientação sexual e remexem compreensões fixas do masculino e feminino, atribuídos de forma essencializada (Pamplona; Dinis, 2017). Processos educacionais no campo da saúde, se articulados a partir de uma “educação *queer*”, operam como dispositivos de reforço ou modificação de noções engessadas (Motta; Ribeiro, 2013). Possibilita que teóricos fora do campo de estudos de gênero possam utilizar aquilo que é chamado de potencial desestabilizador e de desconstrução da teoria *queer*, para a produção de novos conhecimentos e novas subjetividades que de fato permitam novas práticas de saúde contribuindo para a construção de uma sociedade mais equânime.

Espaços que deveriam possibilitar o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais frequentemente se tornam cenários de sofrimento, marginalização e exclusão, aspecto que já apareceu em outras pesquisas da mesma metodologia de Fernando González Rey com pessoas LGBTQIA+, destacando a interseção entre gênero, sexualidade e educação. Entendendo, assim, os efeitos da discriminação não apenas no desempenho acadêmico, mas também na constituição da subjetividade e da saúde mental de indivíduos atingidos (Meireles; Ferrarini, 2023; Mota Junior, 2025; Sartor, 2021).

Estudos anteriores que aplicaram essa abordagem com populações trans indicam que as experiências de preconceito e discriminação possuem um distinto potencial gerador de impactos profundos na configuração de sentidos, dificultando a construção de trajetórias acadêmicas e profissionais plenas (González Rey, 2019; Mota Junior, 2025; Sartor, 2021). Dessa forma, compreender as identidades trans e não binárias requer um olhar que vá além das políticas de inclusão, das estatísticas de discriminação e demais formas de violência, índices de saúde e educação, e abarque também os processos subjetivos e relacionais implicados.

A constituição da subjetividade trans e não binária na academia está intrinsecamente relacionada à existência (ou ausência) de redes de suporte significativas, como a relação com orientadores e colegas. A presença de um ambiente acadêmico acolhedor, com orientação de docentes sensíveis às pautas LGBTQIA+ e a existência de grupos de apoio entre pares, por

exemplo, tem se mostrado fundamental para a promoção de saúde mental, inclusão e permanência no ensino superior e na pós-graduação com efeitos adicionais de acolhimento da subjetividade distinta de pessoas trans. Essas pesquisas também evidenciaram a complexidade das experiências de pessoas trans, ressaltando a importância de um olhar crítico e atento às dinâmicas sociais e culturais que atravessam as trajetórias de vida e inserções acadêmicas. (Henrique; Torres, 2024; Iazzetti, 2024; Mota Junior, 2025; Sartor, 2021; Scote; Garcia, 2020).

Matthke (2020), explorando o fenômeno da transfobia e seus desdobramentos nos serviços de saúde mental, salienta a necessidade de relações significativas para a reconfiguração subjetiva de pessoas trans. Para o autor, o sofrimento psíquico pode ser considerado um substrato das experiências de preconceitos e discriminação, o que interfere na configuração de sentidos e, conseqüentemente, na construção de subjetividades individuais (Matthke, 2020). A existência de espaços de escuta ativa, que validem experiências e promovam a construção coletiva de conhecimento, permite que sujeitos trans possam se reconhecer em narrativas compartilhadas e fortalecer suas identidades coletivamente.

Como retirado do livro *“The Transgender Manifesto”*, no trecho *“Go Out and Change the World”* (em português: “Saia e mude o mundo”):

Apesar dessas batalhas desnecessárias que ainda estão sendo travadas, olho para o futuro com otimismo. Ainda temos um longo caminho a percorrer nessa jornada pela igualdade, e isso é lamentável. Não muda o fato de que já chegamos tão longe. Tantos rostos brilhantes e lindos encarando sem medo. (Malone, 2017, p.144-145, tradução livre).

REFERÊNCIAS

- Adams, N. (2022). Autistics never arrive: A mixed methods content analysis of transgender and autistic autobiography. *Bulletin of Applied Transgender Studies*, 1(1-2), 145-161.
- Adhikary, A. (2023). Identification of Novel Diagnostic Neuroimaging Biomarkers for Autism Spectrum Disorder Through Convolutional Neural Network-Based Analysis of Functional, Structural, and Diffusion Tensor Imaging Data Towards Enhanced Autism Diagnosis. *Cornerll University arXiv*, 1, 1-15.
<https://doi.org/10.48550/arXiv.2305.18841>
- Alcântara, R. de.; Oliveira, A. M. do C. (2020). Aportes da epistemologia qualitativa e da metodologia construtivo-interpretativa de González Rey à pesquisa educacional: um estudo de caso. *Actualidades Investigativas en Educación*, 20(2), 1-20.
- Ali, S. (2010). *Contemporary Hijra Identity in Guyana: Colonial and Postcolonial Transformations in Hijra Gender Identity* [Monografia de Bacharelado, Universidade da Flórida Central]. Biblioteca Digital da Universidade da Flórida Central.
https://stars.library.ucf.edu/honorstheses19902015/959/?utm_source=stars.library.ucf.edu%2Fhonorstheses19902015%2F959&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages
- Almeida, C., Machado, L., Sara, S., & Ribeiro, S. (2013). Psicologia E Transtorno De Identidade De Gênero. *Revista Técnico Científica do IFSC*, 2(2), 121-130.
- Almeida, G., & Murta, D. (2013). Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 14, 380-407. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200017>
- Amaral, D. M. (2011). *Os desafios da despatologização da transexualidade: reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil* [Tese de Doutorado, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro] Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UERJ. <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/4576>

- Amaral, M. D. S., Silva, T. C., Cruz, K. D. O., & Toneli, M. J. F. (2014). “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 301-311. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200007>
- Ambra, P. (2016). A psicanálise é cisnormativa? Palavra política, ética da fala e a questão do patológico. *Revista Periódicus*, 1(5), 101–120. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17179>
- American Psychiatric Association. (2002). *DSM-4: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed.
- American Psychiatric Association. (2014). *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed.
- American Psychiatric Association. (2022). *DSM-5: Diagnostic and statistical manual of mental disorders*. <https://doi.org/10.1176/appi.books.9780890425787>. (Texto revisado).
- American Psychological Association. (2015). Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people. *American Psychologist*, 70(9), 832-864. <https://doi.org/10.1037/a0039906>
- Anjos, K. P. L., & Lima, M. L. C. (2016). Gênero, sexualidade e subjetividade: algumas questões incômodas para a psicologia. *Psicologia em Pesquisa*, 10(2), 49-56. <https://doi.org/10.24879/201600100020059>
- Anônimo [@purrloinsucks]. (2014, 30 de agosto). *Autisgender* [Postagem em blog]. Tumblr. Arquivado em Wayback Machine. <https://web.archive.org/web/20230513051826/https://purrloinsucks.tumblr.com/post/95723823254/autisgender>
- Aquino, E. M. (2006). Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 40, 121-132.
- Araujo, A. G. R., Silva, M. A. D., & Zanon, R. B. (2023). Autism, neurodiversity and stigma: political and inclusive perspectives. *Psicologia Escolar e Educacional*, 27, e247367. <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-247367-T>

- Azerêdo, S. (2010). Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. *Revista Estudos Feministas*, 18(1), 175-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000100011>
- Bagagli, B. P. (2016). A diferença trans no gênero para além da patologização. *Revista Periódicus*, 1(5), 87-100. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17178>
- Bakan, M. B. (2015). The Musicality of Stimming: Promoting Neurodiversity in the Ethnomusicology of Autism. *MUSICultures*, 41(2), 133-161. <https://journals.lib.unb.ca/index.php/MC/article/view/22914>
- Barbosa, B. C. (2013). “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 2(14) 352-379. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200016>
- Barbosa, B. C. (2010). *Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-09032010-115929/publico/BRUNO_CESAR_BARBOSA.pdf
- Bargiela, S., Steward, R., & Mandy, W. (2016). The experiences of late-diagnosed women with autism spectrum conditions: An investigation of the female autism phenotype. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 46(10), 3281-3294. <https://doi.org/10.1007/s10803-016-2872-8>
- Barros, A., Oliveira, M., & Maciel, R. F. (2024). Pessoas com autismo sob a ótica da linguística aplicada decolonial. *Percursos Linguísticos*, 14(36), 109-126. <https://doi.org/10.47456/pl.v14i36.44421>
- Batista, R. L., & Oliveira, L. M. B. (2024). The genetics and hormonal basis of human gender identity. *Archives of Endocrinology and Metabolism*, 68(spe 1), e240232. <https://doi.org/10.20945/2359-4292-2024-0232>
- Bauer, G. R., Braimoh, J., Scheim, A. I., & Dharma, C. (2017). Transgender-inclusive measures of sex/gender for population surveys: Mixed-methods evaluation and

recommendations. *PloS one*, 12(5), e0178043.

<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0178043>

Benevides, B. G. (2022). *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2021*. Distrito Drag, Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

<https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>

Benevides, B. G. (2025). *Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. Distrito Drag, Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

<https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>

Benjamin, H. (1966). *The transsexual phenomenon*. Ace Publishing Company.

Bento, B. (2008). *O que é transexualidade*. Brasiliense.

_____. (2014). O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. *Revista Florestan*, 1(2). 46-66.

_____. (2017). *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Editora EDUFBA.

Bento, B., & Pelúcio, L. (2012). Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, 20(2)., 569-581.

Bialer, M. (2014). A lógica do autismo: uma análise através da autobiografia de um autista. *Psicologia em estudo*, 19(4), 645-655. <https://doi.org/10.1590/1413-73722374307>

Borba, R., & Ostermann, A. C. (2008). Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. *Revista Estudos Feministas*, 16(2). 409-432. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200006>

Borges, L. S. (2014). Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica:(re) contando histórias... *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 280-289. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200005>

- Borges, L. S., Canuto, A. A. A., Oliveira, D. P., & Vaz, R. P. (2013). Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 730-745.
- Bosa, C., & Callias, M. (2000). Autismo: breve revisão de diferentes abordagens. *Psicologia: reflexão e crítica*, 13(1), 167-177. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722000000100017>
- Botha, M., Chapman, R., Giwa Onaiwu, M., Kapp, S. K., Stannard Ashley, A., & Walker, N. (2024). The neurodiversity concept was developed collectively: An overdue correction on the origins of neurodiversity theory. *Autism*, 28(6), 1591-1594. <https://doi.org/10.1177/13623613241237871>
- Botha, M., & Frost, D. M. (2020). Extending the minority stress model to understand mental health problems experienced by the autistic population. *Society and Mental Health*, 10(1), 20-34. <https://doi.org/10.1177/2156869318804297>
- Braz, C., Brigeiro, M., Uziel, A. P., Carrara, S., & Monteiro, S. (2019). Palavras-chave e indexação científica: uma crítica da categorização das experiências trans na área da saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(10), e00097319. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00097319>
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. Routledge.
- _____. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- _____. (2004). *Undoing gender*. Routledge.
- _____. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora José Olympio.
- Butman, J., & Allegri, R. F. (2001). A cognição social e o córtex cerebral. *Psicologia: reflexão e crítica*, 14(2), 275-279. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722001000200003>
- Camargo, S. P. H., & Rispoli, M. (2013). Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos. *Revista Educação Especial*, 26(47), 639-650. <https://doi.org/10.5902/1984686X9694>

- Canales Ávila, J. M. (2024). “Encuentros”: visibilización de la corporalidad trans masculina desde la disforia a la euforia de género. [Tesis Pregrado, Universidad de Chile]. Repositorio Académico de la Universidad de Chile. <https://doi.org/10.58011/99v5-5j07>
- Canguçu-Campinho, A. K., Bastos, A. C. D. S. B., & Lima, I. M. S. O. (2009). O discurso biomédico e o da construção social na pesquisa sobre intersexualidade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(4), 1145-1164. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000400013>
- Cannone, L. A. R. (2020). Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39 (spe3), 21-34. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228487>
- Carvalho, M. (2018). “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. *Cadernos Pagu*, (52), e185211. <https://doi.org/10.1590/1809444920100520011>
- Carvalho, M., & Carrara, S. (2013). Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, (14), 319-351. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200015>
- Cassal, L. C. B., Bello, H. L., & Bicalho, P. P. G. D. (2019). Enfrentamento à LGBTifobia, Afirmação ético-política e regulamentação profissional: 20 anos da Resolução CFP nº 01/1999. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 113-128.
- Cassidy, S. A., Gould, K., Townsend, E., Pelton, M., Robertson, A. E., & Rodgers, J. (2020). Is Camouflaging Autistic Traits Associated with Suicidal Thoughts and Behaviours? Expanding the Interpersonal Psychological Theory of Suicide in an Undergraduate Student Sample. *Journal of autism and developmental disorders*, 50, 3638-3648. <https://doi.org/10.1007/s10803-019-04323-3>
- Cavalcante, A. (2018, setembro). *Resistência e Corpo Trans: Linguagem, Sentidos, Subjetivação*. Anais do IX SAPPIL-Estudos de Linguagem, Niterói, Rio de Janeiro. <http://www.anaisdosappil.uff.br/index.php/IXSAPPIL-Ling/article/view/910>

- Cavalcanti, A. E. (2000). Novas narrativas para os autismos: algumas contribuições de Winnicott para uma teoria e clínica dos autismos. *Estilos da Clínica*, 5(8), 38-48.
- Charlton, J. I. (1998). *Nothing about us without us: Disability oppression and empowerment*. University of California Press.
- Charlton, R. A., Entecott, T., Belova, E., & Nwaordu, G. (2021). “It feels like holding back something you need to say”: Autistic and non-autistic adults accounts of sensory experiences and stimming. *Research in Autism Spectrum Disorders*, 89. <https://doi.org/10.1016/j.rasd.2021.101864>
- Cifor, M. (2016). Aligning bodies: collecting, arranging, and describing hatred for a critical queer archives. *Library Trends*, 64(4), 756-775. <https://doi.org/10.1353/lib.2016.0010>
- Coburn, K. L., & Williams, D. L. (2023). Quantitative analysis of narrative discourse by autistic adults of underrepresented genders. *Autism in Adulthood*, 5(2), 154-164. <https://doi.org/10.1089/aut.2021.0080>
- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans*. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-técnica-processo-Trans.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. (2018). *Resolução Nº 1, de 29 de janeiro de 2018*. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>
- Corrêa, F. H. M., Rodrigues, B. B., Mendonça, J. C., & Cruz, L. R. D. (2020). Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 69(1) 13-22. <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000256>
- Côrtes, M. D. S. M., & de Albuquerque, A. R. (2020). Contribuições para o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista: de Kanner ao DSM-V. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, 3(7), 864-880. <https://doi.org/10.5281/zenodo.4678838>

- Costa, A. B., Nardi, H. C., & Koller, S. H. (2017). Manutenção de desigualdades na avaliação do gênero na psicologia brasileira. *Temas em Psicologia*, 25(1), 97-115.
<https://dx.doi.org/10.9788/TP2017.1-06>
- Cupani, A. (2016). *Filosofia da tecnologia: um convite* (3a ed.). Editora da UFSC.
- Davidson, J., & Tamas, S. (2021). *Autism and Gender: From Refrigerator Mothers to Computer Geeks*. Routledge.
- Dias, F. S., & Marinho, S. (2016, 6 a 9 de junho). *Pessoas com deficiência e diversidade sexual: uma discussão possível?*. [Apresentação de trabalho] Anais do 4º Encontro Internacional e 11º Encontro Nacional de Política Social, Vitória, Espírito Santo.
- Drehmer, L. B. R., & Falcão, C. N. D. B. (2020). Para além da concepção binária cis-heteronormativa: a psicanálise interrogada pelas diversidades sexuais e de gênero. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 62-74. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228536>
- Drescher, J. (2009). Queer Diagnoses: Parallels and Contrasts in the History of Homosexuality, Gender Variance, and the Diagnostic and Statistical Manual. *Archives of Sexual Behavior*, 39(2), 427–460. <https://doi.org/10.1007/s10508-009-9531-5>
- Evans, J. A., Krumrei-Mancuso, E. J., & Rouse, S. V. (2024). What you are hiding could be hurting you: Autistic masking in relation to mental health, interpersonal trauma, authenticity, and self-esteem. *Autism in Adulthood*, 6(2), 229-240.
<https://doi.org/10.1089/aut.2022.0115>
- Falbo, R., & Secchin, A. (2019). Entre Identidade e Subjetividade: Uma Reflexão a Partir Dos Relatos de Sujeitos Com Autismo. *Revista Brasileira de Filosofia do Direito*, 5(2), 21-42. <https://core.ac.uk/download/pdf/288182296.pdf>
- Favero, S. (2023). *Crianças trans*. Editora Devires.
- Feraday, C. (2016). *For lack of a better word: Neo-identities in non-cisgender, non-straight communities on tumblr*. [Dissertação de Mestrado, Ryerson University]. Biblioteca Digital da Toronto Metropolitan University.
<https://doi.org/10.32920/ryerson.14648067.v1>

- Fernandes, C. S., Tomazelli, J., & Girianelli, V. R. (2020). Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. *Psicologia Usp*, 31, 1-10. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200027>
- Fernandes, F. D. M., & Amato, C. A. D. L. H. (2013). Análise de Comportamento Aplicada e Distúrbios do Espectro do Autismo: revisão de literatura. *CoDAS*, 25, 289-296. <https://www.scielo.br/j/codas/a/vgGhzWvhgWXJXp5PrvBK9Nr/abstract/?lang=pt>
- Ferrarini, N. L., Camargo, D., Albanese, L., Pan, M. A. D. S., & Bulgacov, Y. L. M. (2016). Formação do Psicólogo Brasileiro: impasses e desafios. *INFAD Revista de Psicologia*, 2(1), 271-280. <http://www.redalyc.org/pdf/3498/349851777028.pdf>
- Ferrarini, N. L. & Camargo, D. (2014). O professor de Psicologia diante da multiplicidade e diversidade teórica da Psicologia: lugar de incertezas e de desafios. *Psicologia: ensino e profissão*, 5(1), 32-49. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v5n1/v5n1a04.pdf>
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber* (11a ed., M. T. da Costa Albuquerque & J. A. Guilhaon Albuquerque Trad.). Graal. (Trabalho original publicado em 1976).
- _____. (1996) *A Ordem do Discurso*. Loyola.
- Freire, M. G., & Cardoso, H. D. S. P. (2022). Diagnóstico do autismo em meninas: Revisão sistemática. *Revista Psicopedagogia*, 39(120), 435-444. <https://doi.org/10.51207/2179-4057.20220033>
- Fuchs, J. J. B., Hining, A. P. S., & Toneli, M. J. F. (2021). Psicologia e cisnormatividade. *Psicologia & Sociedade*, 33, e220944. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33220944>
- Gaiato, M. (2018). *SOS autismo: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista*. Nversos.
- Gaspodini, I. B., & de Jesus, J. G. (2020). Heterocentrismo e ciscentrismo: crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. *Revista Universo Psi*, 1(2), 33-51.

- George, R., & Stokes, M. A. (2018). A Quantitative Analysis of Mental Health Among Sexual and Gender Minority Groups in ASD. *Journal of autism and developmental disorders*, 48(6), 2052–2063. <https://doi.org/10.1007/s10803-018-3469-1>
- Gesser, M., Aydos, V., Block, P., & Silva, P. X. D. (2024). Capacitismo nas trajetórias educacionais e a produção da fadiga de acesso. *Educação & Realidade*, 49, e141797. <https://doi.org/10.1590/2175-6236141797vs01>
- Gomes, C., & González Rey, F. L. (2008). Psicologia e inclusão: aspectos subjetivos de um aluno portador de deficiência mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 14, 53-62. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382008000100005>
- Gomes, M. S. C., York, S. W., & Colling, L. (2022). Sistema ou CIS-tema de justiça: Quando a ideia de unicidade dos corpos trans dita as regras para o acesso aos direitos fundamentais. *Revista Direito e Práxis*, 13, 1097-1135. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/66662>
- Gomes, R., Murta, D., Facchini, R., & Meneghel, S. N. (2018). Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6) 1997-2006. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04872018>
- Gomes Júnior, J. (2021). O pajubá como tecnologia linguística na constituição de identidades e resistências de travestis. *Cadernos de Gênero e Tecnologia, Curitiba*, 14 (43), 300-314. <http://dx.doi.org/10.3895/cgt.v14n43.12174>
- Gonçalves, M. C., & Guizzo, B. S. (2021). “O que as pessoas acham de não-binários?”: disputas representacionais e comentários de ódio no Youtube. *Diversidade e Educação*, 9(2), 40-65. <https://doi.org/10.14295/de.v9i2.13539>
- González Rey, F. L. (1995). *Comunicación, personalidad y desarrollo*. Pueblo y Educación.
- _____. (1997). *Epistemología cualitativa y subjetividad*. EDUC.
- _____. (1999). *La investigación cualitativa en psicología: rumbos y desafíos*. EDUC.
- _____. (2001). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. Cengage Learning.

- _____. (2002). *Por uma epistemologia da Subjetividade: Um debate entre a Teoria Sócio-Histórica e a Teoria das Representações Sociais*. Casa do Psicólogo.
- _____. (2004) *O Social na Psicologia e a Psicologia no Social: A emergência do sujeito*. Vozes.
- _____. (2005a). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. Editora Pioneira Thomson Learning.
- _____. (2005b). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. Editora Pioneira Thomson Learning.
- _____. (2005c). *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*. Editora Pioneira Thomson Learning.
- _____. (2007a). As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. *Psicologia da educação*, (24), 155-179.
- _____. (2007b) *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural*. Editora Pioneira Thomson Learning.
- _____. (2011a). O enfoque histórico-cultural e seu sentido para a Psicologia clínica: uma reflexão. In A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.), *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (pp. 193-214). Editora Cortez.
- _____. (2011b). *Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia*. Editora Cortez.
- _____. (2011c) *El sujeto y la subjetividad en la psicología social. Un enfoque histórico-cultural*. Noveduc.
- _____. (2012). O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo–sociedade numa perspectiva cultural–histórica. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(2), 167-185. <https://periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1023>
- _____. (2019). A Epistemologia Qualitativa vinte anos depois. In Martínez, A. M., González Rey, F., & Puentes, R. V. (Orgs.), *Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade: discussões sobre educação e saúde*, (pp. 21-45). EDUFU.

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/30262/1/EpistemologiaQualitativaTeoria.pdf#page=20>

González Rey, F. L. & Martínez, A. M. (2016). Una epistemología para el estudio de la subjetividad: Sus implicaciones metodológicas. *Psicoperspectivas*, 15(1), 5-16. <https://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-Vol15-Issue1-fulltext-667>

_____. (2017a). *Subjetividade: teoria, epistemologia e método*. Editora Alínea.

_____. (2017b). Epistemological and Methodological Issues Related to the New Challenges of a Cultural–Historical-Based Psychology. In Fleeer, M., González Rey, F., & Veresov, N. (Eds.) *Perezhivanie, Emotions and Subjectivity. Perspectives in Cultural-Historical Research* (pp. 195-216). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-10-4534-9_10

González Rey, F., Goulart, D. M., & Bezerra, M. S. (2016). Ação profissional e subjetividade: para além do conceito de intervenção profissional na psicologia. *Educação*, 39(4), s54-s65. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2016.s.24379>

Goulart, D. M. (2020). A construção da informação na pesquisa qualitativa: Desafios da Metodologia Construtiva-interpretativa. In Martínez, A. M., Tacca, M. C., & Valdés Puentes, R. (Orgs.). *Teoria da Subjetividade: discussões teóricas, metodológicas e implicações na prática profissional* (pp. 160-178). Alínea.

Goulart, D. M., & González Rey, F. L. (2023). *Subjetividade, Sujeito e Vida: Diálogos com Fernando González Rey*. Alínea.

Gould, J. (2017). Towards understanding the under-recognition of girls and women on the autism spectrum. *Autism*, 21(6), 703-705. <https://doi.org/10.1177/1362361317706174>

Grade, C., Gross, C. B., & Ubessi, L. D. (2019). Patologização da transexualidade a partir de uma revisão integrativa. *Psicologia, Saúde & Doenças, Lisboa*, 20(2), 435-451. <http://dx.doi.org/10.15309/19psd200213>

Grant, J., Mottet, L., Tanis, J., Herman, J. L., Harrison, J., & Keisling, M. (2010). *National transgender discrimination survey report on health and health care*. National Center for Transgender Equality, National Gay and Lesbian Task Force. <https://cancer-network.org/wp->

content/uploads/2017/02/National_Transgender_Discrimination_Survey_Report_on_health_and_health_care.pdf

- Guareschi, T., Alves, M. D., & Naujorks, M. I. (2016). Autismo e políticas públicas de inclusão no Brasil. *Journal of Research in Special Educational Needs*, 16(1), 246-250. <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12286>
- Hajri, M., Abbes, Z., Yahia, H. B., Jelili, S., Halayem, S., Mrabet, A., & Bouden, A. (2022). Cognitive deficits in children with autism spectrum disorders: Toward an integrative approach combining social and non-social cognition. *Frontiers in Psychiatry*, 13, 917121. <https://doi.org/10.3389/fpsyt.2022.917121>
- Hatje, L. F., Pereira, L. T., & Silva, M. V. T. (2019). Análise dos grupos de pesquisa cadastrados na plataforma Lattes do CNPQ com produção científica relacionada com a transgeneridade. *Diversidade E Educação*, 7(1), 92–120. <https://doi.org/10.14295/de.v7i1.9037>
- Hardell, A. (2016). *The Abc's of Lgbt+: Gender Identity Book for Teens, Teen & Young Adult Lgbt Issues*. Mango Media.
- Hare, L., Bernard, P., Sánchez, F. J., Baird, P. N., Vilain, E., Kennedy, T., & Harley, V. R. (2009). Androgen receptor repeat length polymorphism associated with male-to-female transsexualism. *Biological psychiatry*, 65(1), 93-96. <https://doi.org/10.1016/j.biopsych.2008.08.033>
- Hartwig, M. D., & Pires, E. U. (2023). Diagnóstico do transtorno do espectro do autismo em população adulta: uma revisão sistemática. *Revista Contemporânea*, 3(9), 14108-14135. <https://doi.org/10.56083/RCV3N9-036>
- Heinz, M. (2020). “There’s A Little Bit of That Magic Where I ‘m Becoming Something Else”: LGBT+ Furry Identity Formation and Belonging Online. *Journal for Undergraduate Ethnography*, 10(2), 21-37. <https://doi.org/10.15273/jue.v10i2.10351>
- Henriques, L. A., & Torres, M. A. (2024). Regime normativo cisgênero e a permanência das pessoas trans nas universidades. *ACENO – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11(26), 93-104. <https://doi.org/10.48074/aceno.v11i26.17163>

Henriques, R. D. S. P., & Leite, A. F. D. S. (2019). A disforia de gênero como síndrome cultural norte-americana. *Revista Estudos Feministas*, 27(3), 1-11.

Higgins, J., Arnold, S. R., Weise, J., Pellicano, E., & Trollor, J. (2021). Defining autistic burnout through experts by lived experience: Grounded Delphi method investigating #AutisticBurnout. *Autism in Adulthood*, 3(2), 176-189.
<https://doi.org/10.1177/13623613211019858>

Honneth, A. (2003) *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Editora 34.

_____. (2018). A dinâmica social do desrespeito: para a situação de uma teoria crítica da sociedade. *Política & sociedade*, 17(40), 21-42. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p21>

Hope, S. (2020). Trans, Autistic, and a Lot More Besides. In M. J. Barker, B. Vincent, J. Twist, & K. Gupta (Eds.), *Non-Binary Lives: An Anthology of Intersecting Identities*. Jessica Kingsley Publishers.

Iazzetti, B. D. (2021). *Existe 'universidade' em pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans*. [Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp.
<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1166020>.

Iazzetti, B. D. (2024). Futuros Trans* possíveis?: Interseccionalidades e ambivalências no acesso e na permanência de pessoas trans* no ensino superior público brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, (40), 1-23. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2024.40.e22207.a.pt>

Jesus, J. G. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*, 2, Brasília: Publicação online. Recuperado em 31 de março de 2024.
<https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>

- _____. (2014). Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História Agora, São Paulo*, 16(2) 101-123.
- Jin, F., & Wang, Z. (2024). Mapping the structure of biomarkers in autism spectrum disorder: a review of the most influential studies. *Frontiers in neuroscience*, 18, 1514678. <https://doi.org/10.3389/fnins.2024.1514678>
- Jorge, M. A. C., & Travassos, N. P. (2017). A epidemia transexual: histeria na era da ciência e da globalização. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 20(2). 307-330. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2017v20n2p307.7>
- Kallitsounaki, A., & Williams, D. M. (2022). Autism spectrum disorder and gender dysphoria/incongruence. A systematic literature review and meta-analysis. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 53, 3103-3117. <https://doi.org/10.1007/s10803-022-05517-y>
- Kafer, A. (2013). *Feminist, Queer, Crip*. Indiana University Press.
- Kapp, S. K., Steward, R., Crane, L., Elliott, D., Elphick, C., Pellicano, E., & Russell, G. (2019). ‘People should be allowed to do what they like’: Autistic adults’ views and experiences of stimming. *Autism*, 23(7), 1782-1792. <https://doi.org/10.1177/1362361319829628>
- Klin, A. (2006). Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 28, s3-s11. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000500002>
- Knudson, G., Green, J., Tangpricha, V., Ettner, R., Bouman, W. P., Adrian, T., Allen, L., Cuypere, G. D., Fraser, L., Hansen, T. M., Karasic, D., Kreukles, B. P. C., Rachlin, K., Schechter, L., & Winter, S. (2018). Identity recognition statement of the world professional association for transgender health (WPATH). *International Journal of Transgenderism*, 19(3), 355-356. <https://doi.org/10.1080/15532739.2018.1470399>
- Lai, M. C., Lombardo, M. V., Auyeung, B., Chakrabarti, B., & Baron-Cohen, S. (2015). Sex/gender differences and autism: setting the scene for future research. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 54(1), 11–24. <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2014.10.003>

- Lai, M. C. (2022). Clinical reflections on the intersections of autism and personality development. *Autism*, 26(4), 739-742. <https://doi.org/10.1177/13623613221088073>
- Lara, D. E. S. (2023). La ideología del movimiento LGBTQ+ contemporáneo desde el análisis del discurso de la página web de Human Rights Campaign. *Sociológica (México)*, 38(108), 141-170.
- Lattanzio, F. F., & Ribeiro, P. C. (2018). Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. *Psicologia Clínica., Rio de Janeiro*, 30(3), 409-425. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652018000300002
- Lau, H. (2019). Pensando fora do sistema: uma reflexão sobre a linguagem não-binária. *Uniletras*, 41(2), 262-282. <https://revistas.uepg.br/index.php/uniletras/article/view/14968/209209213238>
- Lei, J., Cooper, K., & Hollocks, M. J. (2024). Psychological interventions for autistic adolescents with co-occurring anxiety and depression: Considerations linked to autism social identity and masking. *Autism in Adulthood*, 6(2). <https://doi.org/10.1089/aut.2022.0115>
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. (2012) Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (2015). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm
- Lei Nº 13.861, de 18 de julho de 2019. (2019). Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos. Brasília: DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113861.htm

- Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020.* (2020). Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13977.htm
- Lewis, L. F., & Stevens, K. (2023). The lived experience of meltdowns for autistic adults. *Autism*, 27(6), 1817-1825. <https://doi.org/10.1177/13623613221145783>
- Lin, J., Gaiato, M. H. B., Zotesso, M. C., Silveira, R. da R., & Ferreira, L. (2023). Transtorno do espectro autista e envelhecimento: uma revisão narrativa. *Revista Remecs – Revista Multidisciplinar De Estudos Científicos Em Saúde*, 8(14), 3-11. <https://doi.org/10.24281/rremecs2023.8.14.3-11>
- Lôbo, S. M. C., & Pitta, A. M. F. (2019). O autismo no caminho da patologização e medicalização: efeitos da Lei 13.438, de 26 de abril de 2017. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, (246), 83-91. <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2019.n246.p83-91>
- Loureiro, J. S. (2024). Autismo em mulheres: por que o diagnóstico é tão difícil?. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, 6(11), 4009-4021. <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n11p4009-4021>.
- Louro, G. L. (1997) *Gênero, sexualidade e educação*. Vozes.
- _____. (2001). Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 541-553. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>
- _____. (2018). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Autêntica.
- Lowell, S. (2017). Transcending gender binarization: The systematic policing of genderfluid identity and presentation. In Leavy, P. (Ed.) *Privilege through the looking-glass* (pp. 95-102). Sense Publishers Rotterdam. https://doi.org/10.1007/978-94-6351-140-7_14
- Malone, I. T. (2017). *The Transgender Manifesto (English Edition)*. Green Muffin Publishing.

- Martins, K. H., Pessoa, O., & Garcia, L. S. (2023). Acesso à justiça da população LGBTI+: uma análise a partir da Defensoria Pública. *Revista COR LGBTQIA+*, 1(4), 78-93. <https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/article/view/572>
- Matthke, L. (2020). *Transfobia, saúde mental e a subjetividade: Um estudo de caso* [Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica, Centro Universitário de Brasília]. Programa de Iniciação Científica – PIC/UniCEUB – Relatórios de Pesquisa. <https://doi.org/10.5102/pic.n0.2019.7518>
- Mattos, A. R., & Cidade, M. L. R. (2016). Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Revista Periódicus*, 1(5), 132-153. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17181>
- Marchiori, M. L. V. G., & Prudente, R. C. A. C. (2024). A indústria farmacêutica como propulsora da redução de subjetividade: por que o autismo? um olhar sobre a medicalização da vida. *Cadernos de Psicologia*, 6(10), p. 298-316, jan./jun. 2024 – ISSN 2674-9483. <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/4271/3180>
- Meireles, V. H. B. (2020). *Heteronormatividade e suas implicações nas subjetividades de jovens universitários cis-gays sob a perspectiva da teoria da subjetividade* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná]. Acervo Digital da UFPR. <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/68029>
- Meireles, V. H. B., & Ferrarini, N. L. (2023). Saídas do armário diferentes em tempos diferentes: A heteronormatividade e suas implicações subjetivas em universitários cisgays. *Brazilian Journal of Development*, 9(1), 3636-3657. <https://doi.org/10.34117/bjdv9n1-251>
- Meleu, M., Carrion, L. G. Z., Welter, I. P., & Weber, T. (2022). A concretização dos direitos fundamentais da comunidade LGBTQIA+ pela aplicação da teoria do reconhecimento de Axel Honneth. *Confluências – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, 24(1), 14-32. <https://doi.org/10.22409/conflu.v24i1.53626>
- Méllo, R. P. (2012). Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 197-207. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000100022>

- Mendonça, S. (2023). *Metamorfoses: Autismo e diversidade de gênero*. São Paulo: Editora Dialética.
- Merlini, S. (2023). As formações discursivas da experiência de gênero. *Cadernos Pagu*, (66), 1-17. <https://doi.org/10.1590/18094449202200660018>
- Miguel, S. S., & Schlösser, A. (2024). Cisheteronormatividade e Sofrimento Ético-Político de Minorias Sexuais e de Gênero: Um Estudo Exploratório. *Quaderns de psicologia*, 26(3), e2016-e2016. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.2016>
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2025). *Direitos Humanos anuncia agenda de enfrentamento à violência contra pessoas LGBTQIA+*. Biblioteca Digital Gov.br. <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/13954>
- Ministério da Educação. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. (2008). Secretaria de Educação Especial. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>
- Ministério da Educação. (2013). *Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPE. Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Diretoria de Políticas de Educação Especial. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192
- Ministério da Saúde. (2004). *12.ª Conferência Nacional de Saúde: Conferência Sergio Arouca. Relatório Final*. Conselho Nacional de Saúde. Recuperado de https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/rel_final_12CNS.pdf
- _____. (2008). *13ª Conferência Nacional de Saúde. Relatório Final*. Conselho Nacional de Saúde. Recuperado de https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_final_13_cns_p1.pdf
- _____. (2013). *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Recuperado de

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf

_____. 02 de dezembro de 2024. (2024). Portaria GM/MS nº 5.803, de 28 de novembro de 2024. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Programa Nacional de Apoio a Permanência, Diversidade e Visibilidade para Discentes na Área da Saúde – AFIRMASUS. Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-5.803-de-28-de-novembro-de-2024-598843471>

Miskolci, R. (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, 11(21), 150-182 <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100008>

Mitjáns Martínez, A., González Rey, F., & Valdés Puentes, R. (2019). *Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade: discussões sobre educação e saúde*. Edufu. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-502-2>

Mombaça, J. (2021). *Não vão nos matar agora*. Cobogó.

Monteiro, F. P., & Porchat, P. (2021). Orientação sexual e cirurgia de redesignação: a passabilidade e a manutenção de relacionamentos afetivo-sexuais em mulheres trans. *Revista Periódicus*, 2(16), 1-16. <https://doi.org/10.9771/peri.v2i16.34724>

Monteiro, S. & Brigeiro, M. (2019) Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. *Cadernos Saúde Pública* 35(4), e00111318. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00111318>

Montes, A. L. B., & de Lacerda, C. B. F. (2019). Déficit ou diferença? Um estudo sobre o autismo em pesquisas educacionais. *Revista Educação Especial*, 32, 1-22. <https://doi.org/10.5902/1984686X38975>

Moreira, M. C. N., Dias, F. D. S., Mello, A. G. D., & York, S. W. (2022). Gramáticas do capacitismo: diálogos nas dobras entre deficiência, gênero, infância e adolescência. *Ciência & Saúde coletiva*, 27(10), 3949-3958. <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.07402022>

- Mori, V. D., & González Rey, F. (2012). A saúde como processo subjetivo: uma reflexão necessária. *Psicologia: Teoria e Prática*, 14(3), 140-152.
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193824911012>
- Morris, I. F., Sykes, J. R., Paulus, E. R., Dameh, A., Razzaque, A., Esch, L. V., & Zelazo, P. D. (2025). Beyond self-regulation: Autistic experiences and perceptions of stimming. *Neurodiversity*, 3. <https://doi.org/10.1177/27546330241311096>
- Mota Junior, D. M. (2025). *Sexualidade e Sofrimento Social: Revisão de literatura e histórias de vida à luz da Teoria da Subjetividade de González Rey*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia. <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5>
- Motta, J. I. J., & Ribeiro, V. M. B. (2013) Quem educa queer: a perspectiva de uma analítica queer aos processos de educação em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(6), 1695-1704. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000600021>
- Mundy, P., & Bullen, J. (2022). The bidirectional social-cognitive mechanisms of the social-attention symptoms of autism. *Frontiers in Psychiatry*, 12, 1-23.
<https://doi.org/10.3389/fpsy.2021.752274>
- Nery, J. W. (2019). *Velhice transviada: memórias e reflexões*. Objetiva.
- Neto, J. M. S., & Madureira, C. P. (2025). A representatividade LGBTI+ no poder legislativo brasileiro (2014-2024). *Revista do Tribunal de Contas do Estado do Piauí*, 22(1), 82-101. <https://revistas.tce.pi.gov.br/index.php/tce/article/view/8>
- Newport, J. (2001). *Your life is not a label*. Future Horizons.
- Neumann, D. M. C., Tariga, A. R., Perez, D. F., Gomes, P. M., Silveira, J. S., & Azambuja, L. S. (2017). Avaliação neuropsicológica do transtorno do Espectro Autista. *Psicologia.pt* ISSN, 1646-6977.
- Nicolau, G., & de Assis, P. (2023). A descolonização do Autismo a partir do protagonismo Autista. *Revista Mundaú*, (13), 63-86. <https://doi.org/10.28998/rm.2023.13.14020>

- Nobili, A., Glazebrook, C., Bouman, W. P., Glidden, D., Baron-Cohen, S., Allison, C., Smith, P., & Arcelus, J. (2018). Autistic traits in treatment-seeking transgender adults. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 48(12), 3984-3994.
<https://doi.org/10.1007/s10803-018-3557-2>
- Nuernberg, A. H. (2005). *Gênero no contexto da produção científica brasileira em Psicologia* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86384>
- Ochoa-Lubinoff, C., Makol, B. A., & Dillon, E. F. (2023). Autism in women. *Neurologic clinics*, 41(2), 381-397. <https://doi.org/10.1016/j.ncl.2022.10.006>
- Oliveira, B. de P., & Carneiro, R. G. (2019). O reconhecimento de si de pessoas trans* : infância, sexualidade e alteridade. *Revista Periódicus*, 2(11), 182-194.
<https://doi.org/10.9771/peri.v2i11.27340>
- Oliveira, J. M. (2018). Trans-ações de gênero, operando contra o sistema. Trans-ações de gênero, operando contra o sistema. *Ex aequo*, (38), 9-16.
<https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.38.01>
- Oliveira, J. M. D. (2019). Performatividade pajubá. *Revista Estudos Feministas*, 27(2), 1-4.
<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n259952>
- Oliveira, L. G. de, & Maia, J. L. F. (2022). Depression and suicide in adults with autism spectrum disorder: A systematic review. *Research, Society and Development*, 11(15), e255111537265. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i15.37265>
- Onzi, F. Z., & Gomes, R. F. (2015). Transtorno do espectro autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. *Caderno pedagógico*, 12(3), 188-199.
<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/1293>
- Organização Mundial da Saúde. (2023). *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – 11ª revisão (CID-11)*.
<https://icd.who.int/pt/current/>

- Osborn, M. (2023). "Something Could Happen to You at Any Moment": Safety, Strategy, and Solidarity Among Trans and Nonbinary Protesters Against Police Violence. *Critical Criminology*, 31(4), 1025-1042. <https://doi.org/10.1007/s10612-023-09733-5>
- Pamplona, R. S., & Dinis, N. F. (2017). A Transexualidade em questão: problematizações nos contextos educacionais. *Itinerarius reflectionis*, 13(2), 01-24. <https://doi.org/10.5216/rir.v13i2.48690>
- Page, E. (2023). *Pageboy*. Kero.
- Pavón-Cuéllar, D. (2022). *Além da Psicologia Indígena: concepções mesoamericanas da subjetividade*. São Paulo: Perspectiva.
- Pearce, R. (2018). *Understanding trans health: Discourse, power and possibility*. Policy Press.
- Perea, M., & Pérez, E. (2009). Beyond alphabetic orthographies: The role of form and phonology in transposition effects in Katakana. *Language and Cognitive Processes*, 24(1), 67-88. <https://doi.org/10.1080/01690960802053924>
- Pereira, G. M. S. (2007). *Limite dos Modelos Biomédico e Biopsicossocial: o caso dos refugiados* [Monografia de Conclusão de Curso, Centro, Centro Universitário de Brasília]. Repositório Institucional da UniCeub <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2705/2/20489897.pdf>
- Pessoa, S. C. (2018). *Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas*. PPGCOM/UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/38516/2/soniaImaginarioSociodiscursivo.pdf>
- Phung, J., Penner, M., Pirlot, C., & Welch, C. (2021). What I wish you knew: Insights on burnout, inertia, meltdown, and shutdown from autistic youth. *Frontiers in psychology*, 12, 1-14. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.741421>
- Pontes, L. D. C. P. (2007). *O sujeito e sua identidade em construção na transexualidade*. [Monografia de Conclusão de Curso, Centro Universitário de Brasília]. Repositório Institucional da UniCeub. <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/2882>

- Portolese, J., Bordini, D., Lowenthal, R., Zachi, E. C., & de Paula, C. S. (2017). Mapeamento dos serviços que prestam atendimento a pessoas com transtornos do espectro autista no Brasil. *Cadernos de Pós-graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, 17 (2), 79-91. <https://doi.org/10.5935/cadernosdisturbios.v17n2p79-91>
- Preciado, B. (2014). *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. N-1 Edições.
- _____. (2011). Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". *Revista Estudos Feministas*, 19(1), 11-20. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002>
- Preu, R. O., & Brito, C. F. (2019). Os paradoxos da binaridade e a transexualidade como abertura a novas performatividades. *Revista de Psicologia da UNESP*, 18(2), 1-18.
- Price, D. (2022). *Unmasking autism: Discovering the new faces of neurodiversity*. Harmony.
- Prista, R. M. (2022). Diagnóstico do Autismo. A Complexidade Vincular em Pauta. *Vínculo-Revista do NESME*, 19(2), 222-231. <https://doi.org/10.32467/issn.1982-1492v19n2a7>
- Pulliam-Moore, C. (2018, 16 de julho). Steven Universe's Rebecca Sugar on How She Expresses Her Identity Through the Non-binary Crystal Gems. *Gizmodo*. <https://gizmodo.com/steven-universes-rebecca-sugar-on-how-she-expresses-her-1827624015>
- Quevedo, J. E. M. (2017). Educação, Diversid Sexual y Subjetividad: Uma Aproximación Cultural-Histórica a la Educación Sexual Escola en Cali-Colombia. [Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação]. Repositório Institucional da UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23565?locale=es>
- Rafferty, J. (2020). Still More to Understand in the Intersection Between Gender Diversity and Sexual Development. *Pediatrics*, 146(6), e2020028514. <https://doi.org/10.1542/peds.2020-028514>
- Raimondi, G. A., Paulino, D. B., & Teixeira, F. B. (2016). O que importa? As Pesquisas Brasileiras no Campo da Saúde e as (In) visibilidades das Travestis e Transexuais. *Saúde & Transformação Social/Health & Social Change*, 7(3), 133-146.

<https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/419>

7

- Raymaker, D. M., McDonald, K. E., Ashkenazy, E., Gerrity, M., Baggs, A. M. B., Kripke, C., Hourston, S., & Nicolaidis, C. (2020). Having all of your internal resources exhausted beyond measure and being left with no clean-up crew: Defining autistic burnout. *Autism in Adulthood*, 2(2), 132-143. <https://doi.org/10.1089/aut.2019.0079>.
- Righetto, G. G. (2022). Competência em informação às pessoas transgênero: conjecturando diálogos insurgentes frente ao CISTema. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 27(2), 101-128. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/40001>
- Rios, C. (2017). “Nada sobre nós, sem nós”? O corpo na construção do autista como sujeito social e político. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, (25), 212-230. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.25.11.a>
- Rios, C., Ortega, F., Zorzanelli, R., & Nascimento, L. F. (2015). Da invisibilidade à epidemia: a construção narrativa do autismo na mídia impressa brasileira. *Interface*, 19(53), 325-335. <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0146>
- Ronzani, L. D., Lin, J., da Costa, M. D. A., Rezende, V. L., Netto, B. B., & Gonçalves, C. L. (2023). Diagnóstico do transtorno do espectro autista do adulto: armadilhas e dificuldades diagnósticas. *Revista Brasileira de Neurologia e Psiquiatria*, 27(2), 15-24. <https://revneuropsiq.com.br/rbnp/article/view/778/307>
- Rosa, E. B. P. R. (2020). Cisheteronormatividade como instituição total. *Cadernos PET-Filosofia*, 18(2). <https://doi.org/10.5380/petfilo.v18i2.68171>
- Rowland, D. (2020). Redefining autism. *Journal of Neurology, Psychiatry and Brain Research*, 2, 1-7. <http://dx.doi.org/10.37722/JNPABR.20202>
- Rubin, G. (1975). Chap. 8: The Traffic in Women: Notes on the “Political Economy” of Sex. In R. R. Reiter (Ed.), *Toward an Anthropology of Women* (pp. 157-210). Monthly Review Press.
- Russell, S. T., Pollitt, A. M., Li, G., & Grossman, A. H. (2018). Chosen Name Use Is Linked to Reduced Depressive Symptoms, Suicidal Ideation, and Suicidal Behavior Among

- Transgender Youth. *Journal of Adolescent Health*, 63(4). 503-505.
<https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2018.02.003>
- Rutter, M. (1978). Diagnosis and definition of childhood autism. *Journal of autism and childhood schizophrenia*, 8, 139-161.
- Rynkiewicz, A., Janas-Kozik, M. & Słopeń, A. (2019). Girls and women with autism. *Psychiatria Polska*, 53(4), 737-752. <https://doi.org/10.12740/PP/OnlineFirst/95098>
- Salinas-Quiroz, F., & Sweder, N. (2023). Authentic gender development in non-binary children. *Frontiers in Sociology*, 20(8), 1-6. <https://doi.org/10.3389/fsoc.2023.1177766>
- Salgado, N. D. M., Pantoja, J. C., Viana, R. P. F., & Pereira, R. G. V. (2022). Transtorno do Espectro Autista em Crianças: Uma Revisão Sistemática sobre o Aumento da Incidência e Diagnóstico. *Research, Society and Development*, 11(13), 1-17.
<https://doi.org/10.33448/rsd-v11i13.35748>
- Sampaio, L. L. P., & Coelho, M. T. A. D. (2013). *A transexualidade na atualidade: Discurso científico, político e histórias de vida*. [Monografia de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional da UFBA.
<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/15770>
- Santos, A. C. (2006) Estudos Queer: Identidades, contextos e ações coletivas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 76(6), 3-15. <https://doi.org/10.4000/rccs.813>
- Santos, M. R. (2020). Seria a teoria da subjetividade uma vertente da psicologia histórico-cultural?. *Psicologia em Revista*, 26(1), 269-284. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p261-276>
- Saraiva, L. G. (2024). Transtorno do espectro autista e transgeneridade: as interseções entre os divergentes. In F. A. Almeida (Org.) *Luta por direitos humanos: comunidade LGBTQIAPN+* (pp. 46-61). Editora Científica Digital. doi: 10.37885/240817440
- Sartor, A. G. (2021). “Somos viantes, construímos vias”: não binariedade, configurações subjetivas e identidade [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná].

- Sasaki, R. K. (2007). Nada sobre nós sem nós: da integração à inclusão – Parte 1. *Revista Nacional de Reabilitação*, 10(57), 8-16.
- Satinsky, E., & Green, D. N. (2016). Negotiating identities in the furry fandom through costuming. *Critical Studies in Men's Fashion*, 3(2), 107-123.
https://doi.org/10.1386/csmf.3.2.107_1
- Schmidt, C. (2017). Transtorno do espectro autista: onde estamos e para onde vamos. *Psicologia em Estudo*, 22(2), 221-230.
<https://doi.org/10.4025/psicolestud.v22i2.34651>
- Scote, F. D., & Garcia, M. R. V. (2020). Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior. *Perspectiva*, 38(2), 1-25.
<https://doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e65334>
- Seize, M. M., & Borsa, J. C. (2017). Instrumentos para rastreamento de sinais precoces do autismo: revisão sistemática. *Psico-USF*, 22(1), 161-176. <https://doi.org/10.1590/1413-82712017220114>
- Silva, B. P., & Schons, A. A. N. (2019). Desenvolvimento de um guia rápido para prática de atenção à saúde da população transgênero. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, 14(41), 1-12. [https://doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)2027](https://doi.org/10.5712/rbmfc14(41)2027)
- Silva, F. C., Souza, E. M. F., & Bezerra, M. A. (2019). (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. *Revista Estudos Feministas*, 27(2), 1-12. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254397>
- Silva, G. P. (2024). Mulher trans negra, política e discurso jornalístico: uma análise dos discursos sobre Erika Hilton. *Caminhos em Linguística Aplicada*, 30(4), 158-179.
<https://doi.org/10.69609/2176-8625.2024.v30.n4.a3762>
- Silva, G. R. A., Barcelos, T. F., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2022). Lutando para Existir: Experiência Viva e Sofrimento Social de Pessoas Transgêneras. *Revista Subjetividades*, 22(2), e12240. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v22i2.e12240>

- Silva, N. F., Gomes, P. P., & de Brito, W. F. (2021). Percepção de psicólogas/os acerca do seu trabalho quanto a gênero e sexualidade. *Revista Psicologia, Diversidade E Saúde*, 10(3), 360-369. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v10i3.3627>
- Sinclair, J. (1999). *Don't mourn for us*. Autistic Rights Movement UK.
- Singer, J. (1999). "Why Can't You Be Normal for Once in Your Life?" From a "Problem with No Name" to the Emergence of a New Category of Difference. In Corker M, & French S (Eds.), *Disability Discourse* (pp. 59-67). Open University Press.
- Singer, J. (2017). *Neurodiversity: The birth of an idea*. Amazon Kindle eBook, self-published.
- Sobchack, V. (2004). *Carnal Thoughts: Embodiment and Moving Image Culture*. University of California Press.
- Sobottka, E. A., & Saavedra, G. A. (2008). Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. *Civitas: revista de Ciências Sociais*, 8(1), 9-18. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2008.1.4319>
- Sousa, D., & Cavalcanti, C. (2016). Entre normas e tutelas: pensando (im)possibilidades da Psicologia em interface com transgeneridades. In A. Denega, D. S. V. Andrade, & H. M. Santos (Orgs.), *Gênero na psicologia: Saberes e práticas* (pp. 126-139). Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região (Bahia)
- Souza, E. C., & Torres, J. F. P. (2019). A Teoria da Subjetividade e seus conceitos centrais. *Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica*, 3(1), 34-57. <https://doi.org/10.14393/OBv3n1.a2019-50574>
- Souza, E. M. D., & Carrieri, A. D. P. (2010). A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(3), 46-70. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712010000300005>
- Souza, T. Y., Branco, A. M. C. U. A., & Oliveira, M. C. S. L. (2008). Pesquisa qualitativa e desenvolvimento humano: Aspectos históricos e tendências atuais. *Fractal: Revista de Psicologia*, 20(2), 357-376. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922008000200004>

- Spizzirri, G. (2017). Disforia de gênero em indivíduos transexuais adultos: aspectos clínicos e epidemiológicos. *Diagnóstico e Tratamento*, 22(1), 45-48.
<https://periodicosapm.emnuvens.com.br/rdt/article/view/75>
- Stoller, R. J. (1964). A contribution to the study of gender identity. *International Journal of Psycho-Analysis*, 45, 220-226.
- Stoller, R. J. (1993). *Masculinidade e feminilidade: apresentações do gênero*. Artes Médicas.
- Stone, S. (1993). *The Empire Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto*. Department of Radio, Television and Film, the University of Texas at Austin Copyright.
- Strang, J. F., Powers, M. D., Knauss, M., Sibarium, E., Leibowitz, S. F., Kenworthy, L., Sadikova, E., Wyss, S., Willing, L., Caplan, R., Pervez, N., Nowak, J., Gohari, D., Gomez-Lobo, V., Call, D., & Anthony, L. G. (2018). “They Thought It Was an Obsession”: Trajectories and Perspectives of Autistic Transgender and Gender-Diverse Adolescents. *Journal of autism and developmental disorders*, 48(12), 4039–4055.
<https://doi.org/10.1007/s10803-018-3723-6>
- Strike, J. (2017). *Furry Nation: The True Story of America's Most Misunderstood Subculture*. Cleis Press.
- Tagliamento, G., Silva, S. S. C., Silva, D. B., Souza Marques, G., Hasson, R., & Santos, G. E. (2020). Minha dor vem de você: uma análise das consequências da LGBTfobia na saúde mental de pessoas LGBTs. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 6(3), 77-112.
<https://doi.org/10.9771/cgd.v6i3.34558>
- Taylor, J. L., & DaWalt, L. S. (2020). Working toward a better understanding of the life experiences of women on the autism spectrum. *Autism*, 24(5), 1027-1030.
<https://doi.org/10.1177/1362361320913754>
- Tenório, L. F. P., & Prado, M. A. M. (2016). As contradições da patologização das identidades trans e argumentos para a mudança de paradigma. *Revista Periódicus*, 1(5), 41-55.
<https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17175>

- Tilio, R., & Vieira, M. D. P. P. (2021). Sistemas de linguagens não-binárias em gênero e sexualidade. *Revista DisSoL-Discursos, Sociedade E Linguagem*, 4(13), 42-54. <https://doi.org/10.35501/dissol.vi13.835>
- Toft, A. (2023). Telling disabled and Autistic sexuality storied: Reflecting upon the current research landscape and possible future developments. *Sexes*, 4(1), 102-117. <https://doi.org/10.3390/sexes4010010>
- Tomasi, M. C., Brandes, J. M., Lopes, J., Klostermann, H. S., & Cyrino, L. A. R. (2018). Sinestesia e o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). *Revista de Atenção à Saúde*, 16(55), 81-88. <https://doi.org/10.13037/ras.vol16n55.4852>
- Toomey, R. B., Syvertsen, A. K., & Shramko, M. (2018). Transgender adolescent suicide behavior. *Pediatrics*, 142(4). e20174218. <https://doi.org/10.1542/peds.2017-4218>
- Toon Ruins. (2019). Autism Representation in the Media [Vídeo]. Youtube. Recuperado em 31 de março de 2024. https://www.youtube.com/watch?v=aM9bZqyeX8c&ab_channel=ToonRuins
- Transgender Europe* (2024) – Will the cycle of violence ever end? TGEU's Trans Murder Monitoring project crosses 5,000 cases. (2024, 13 de novembro). *Transgender Europe (TGEU)*. Recuperado de <https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring-2024/>
- Tsuda, T. (2000). The Benefits of Being Minority: The Ethnic Status of the Japanese Brazilians in Brazil. *Center for Comparative Immigration Studies – Working Paper*, (21), 1-22. <https://escholarship.org/content/qt2js6b82r/qt2js6b82r.pdf>
- Vale, J., & Ayres, J. R. D. C. M. (2021). Potenciais contribuições da teoria da luta por reconhecimento, de Axel Honneth, para o desenvolvimento de reflexões críticas e pesquisas empíricas sobre as práticas de saúde. *Revista Científica Internacional da Rede Acadêmica das Ciências da Saúde da Lusofonia*, 3(1), 56-60. <https://doi.org/10.51126/revsalus.v3i1.87>
- Valvano, L., & Shelton, J. (2021). Existing outside of gender: Autism and gender identity: A conversation with Liliana Valvano. In J. Shelton, & G. P. Mallon (Eds.) *Social Work Practice with Transgender and Gender Expansive Youth* (pp. 153-159). Routledge.

- Vieira, A., Costa, A. G., Pires, B. G., & Cortez, M. (2021). Intersexualidade: desafios de gênero. *Revista Periódicus*, 1(16), 1-20. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i16.45725>
- Vieira, F. C., & Porto, R. M. (2019). “Fazer emergir o masculino”: noções de “terapia” e patologização na hormonização de homens trans. *Cadernos Pagu*, (55), 1-32. <https://doi.org/10.1590/18094449201900550016>
- Vilela, M. F., Silva, C. C. V., Setubal, C. V., Alexandre, P. R. F., & Vieira Júnior, A. S. (2024). Variabilidade de gênero no transtorno do espectro autista: aspectos epidemiológicos, comportamentais, sociais e neuropsiquiátricos. *Revista Contemporânea*, 4(9), e5798. <https://doi.org/10.56083/RCV4N9-128>.
- Vipond, E. (2015). Resisting transnormativity: Challenging the medicalization and regulation of trans bodies. *Theory in Action*, 8(2), 21. <https://doi.org/10.3798/tia.1937-0237.15008>
- Voineagu, I., & Yoo, H. J. (2013). Current progress and challenges in the search for autism biomarkers. *Disease markers*, 35(1), 55-65. <https://doi.org/10.1155/2013/476276>
- Warrier, V., Greenberg, D. M., Weir, E., Buckingham, C., Smith, P., Lai, M. C., Allison, C., & Baron-Cohen, S. (2020). Elevated rates of autism, other neurodevelopmental and psychiatric diagnoses, and autistic traits in transgender and gender-diverse individuals. *Nature communications*, 11(1), 3959. <https://doi.org/10.1038/s41467-020-17794-1>
- Westbrook, L., & Saperstein, A. (2015). New Categories Are Not Enough: Rethinking the Measurement of Sex and Gender in Social Surveys. *Gender & Society*, 29(4), 534-560. <https://doi.org/10.1177/0891243215584758>
- Williams, D. (1992). *Si on me touche, je n'existe plus: le témoignage exceptionnel d'une jeune autiste*. Éditions Robert Laffont.
- Wright, C. M. J. (2024). *404 Error-Gender Not Found: Lived Experiences of Genderqueer Autistics Assigned Female at Birth* [Slides de PowerPoint]. Digital Commons. <https://digitalcommons.cwu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4574&context=source#page=1.00>

- Wuo, A. S., Yaedu, F. B., & Wayszceyk, S. (2019). Déficit ou diferença? um estudo sobre o autismo em pesquisas educacionais. *Revista Educação Especial*, 32, e102/1-21.
<https://doi.org/10.5902/1984686X38975>
- Zener, D. (2019). “Journey to diagnosis for women with autism”, *Advances in Autism*, 5(1), 2-13. <https://doi.org/10.1108/AIA-10-2018-0041>
- Zerbinati, J. P., & Bruns, M. A. de T. (2019). Transfobia: contextos de negatividade, violência e resistência. *Revista Periódicus*, 2(11), 195-216.
<https://doi.org/10.9771/peri.v2i11.28425>
- Zhuang, S., Tan, D., Reddrop, S., Dean, L., Maybery, M., & Magiati, I. (2023). Psychosocial Factors Associated with Camouflaging and Its Relationship with Mental Health and Well-Being in Autistic and Non-autistic People: A Mixed Methods Systematic Review. *OSF*. <https://doi.org/10.31219/osf.io/cgzbu>

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO ONLINE NA PLATAFORMA DO GOOGLE FORMS PARA O GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA (CENÁRIO SOCIAL)

Formulário de Inscrição para o Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade LGBTQIA+ com foco em Pessoas Autistas

O grupo de estudos será ofertado no período dos dias **06 de agosto a 03 de setembro de 2024 às 19h** e acontecerá na modalidade **online**, com a previsão de um último encontro na modalidade **presencial** com seus integrantes.

Serão feitas discussões acerca da temática da diversidade de **gênero e sexualidade** LGBTQIA+, respeitando a subjetividade humana e as particularidades da vivência **autista**, suas interpretações sociais, as performances de gêneros culturais, diferentes orientações, percepções pessoais, entendimentos e construções.

Nome Completo:

[Texto de resposta curta]

Nome Social (se houver):

[Texto de resposta curta]

CPF (Para emissão dos certificados)

[Texto de resposta curta]

Número de telefone (Para inclusão no grupo de whatsapp)

[Texto de resposta curta]

Endereço de e-mail (Para acesso ao Google Drive e para que possa receber os materiais)

[Texto de resposta curta]

Identidade de gênero e orientação sexual:

[Texto de resposta longa]

Pronomes de preferência:

[] Qualquer pronome

[] o/ele/dele/-o

[] a/ela/dela/-a

[] e/elu/delu/-e

- ☐ -/éli/déli/-i
- ☐ Outros...
- ☐ Adicionar opção

Possui diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outros...

Está ciente e concorda de que para o aproveitamento do grupo de estudos será necessária a **participação plena e ativa**, fazendo leitura, assistindo conteúdos, com reflexões pessoais e comentários adicionais?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Está ciente e concorda de que será **proibido** realizar qualquer tipo de registro de vídeo ou captura de imagem, como prints de tela, durante os encontros sem **consentimento** dos demais envolvidos, a fim de preservar o conforto de imagem de cada um?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Está ciente de que a inscrição não é garantia da vaga, sendo orientado a aguardar a confirmação pelo e-mail ou whatsapp?

- ☐ Sim
- ☐ Não

[Mensagem de confirmação após envio da inscrição online:]

Sua inscrição foi registrada com sucesso! 🌈

Atenção: A inscrição não é garantia da vaga, iremos entrar em contato contigo confirmando, adicionar no nosso grupo e acesso ao Drive e enviar a ficha de orientação do grupo de estudos, caso não tenha recebido.

Até! ❤️

APÊNDICE B – E-MAIL ENVIADO PARA INTEGRANTES DO GRUPO DE ESTUDOS

Aqui é do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade LGBTQIA+ com foco em Pessoas Autistas 🌈

Este e-mail é uma mensagem de boas-vindas para nosso grupo, já agradecendo o interesse e confirmando nosso primeiro encontro para o dia 06/08/2024 às 19h, online, na plataforma online Google Meet. Este é o link de acesso: [LINK REMOVIDO]

Meet

Real-time meetings by Google. Using your browser, share your video, desktop, and presentations with teammates and customers.

meet.google.com

Envio junto o link para nosso grupo de whatsapp, caso ainda não tenha entrado, que usaremos para avisos importantes, compartilhar informações, trocar conhecimentos e muito mais ✨ [LINK REMOVIDO]

(Não é obrigatório entrar, caso não se sinta confortável)

Envio também em anexo uma Ficha de Orientações que montamos para ajudar cada uma a se organizar, e o link do Drive para entrega de materiais: [LINK REMOVIDO]

Para o primeiro encontro, indicamos o estudo inicial dos conceitos referentes à

- Identidade de Gênero
- Orientação Sexual
- Sexo e Sexualidade
- Performances e Expressões de Gênero
- Pronomes de tratamento
- Comunidade LGBTQIA+ no geral
- Autismo e Comunidade Autista

Para garantir um bom aproveitamento, gostaríamos que todes já tivessem alguma noção inicial e exploração própria, podendo ser convidade a falar sobre eles nesse primeiro encontro.

Vamos discutir e trabalhar juntas para fazer desse ambiente de pesquisa mais inclusivo, garantindo que todas as vozes e vivências sejam ouvidas! ❤️

Agradecimentos,

Giovanna e Serafim

Monitora e Mestrando do Grupo

APÊNDICE C – FICHA DE ORIENTAÇÕES

Grupo de estudos e pesquisa em gênero e sexualidade com foco em pessoas autistas

Programa

O presente grupo de estudos será ofertado no período dos dias **06 de agosto a 03 de setembro de 2024**, e acontecerá na modalidade **online**, com a previsão de um último encontro na modalidade **presencial** com seus integrantes.

Serão feitas discussões acerca da temática da diversidade de **gênero e sexualidade LGBTQIA+**, respeitando a subjetividade humana e as particularidades da vivência **autista**, suas interpretações sociais, as performances de gêneros culturais, diferentes orientações, percepções pessoais, entendimentos e construções.

[Grupo de estudos e pesquisa LGBTQIA+, parte do cenário de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná, organizado de pessoas autistas para pessoas autistas, da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade da UFPR, que é parte de um projeto de extensão do Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Especiais da UFPR, ação realizada em conjunto com o Coletivo Stim (o Movimento Autista da UFPR), com apoio do Grupo Dignidade, organização não governamental com anos de luta pela cidadania e direitos LGBTQIA+.

Objetivo geral

O grupo possui o objetivo de promover conhecimento e reflexão, construindo caminhos de entendimento científico do gênero e da sexualidade da pessoa autista dentro de suas identidades e vivências de forma ética, que respeite os direitos da própria pessoa autista de se posicionar e desenvolver acerca de suas próprias experiências, favorecendo espaços comunicativos, de saber e de acolhimento, de autistas para autistas.

Objetivos específicos

- Apresentar concepções e conceitos sobre gênero e sexualidade LGBTQIA+, em uma ótica inclusiva;
- Promover reflexão e conhecimento acerca das demandas e particularidades relacionadas à sexualidade e gênero da pessoa autista;

- Compreender o contexto histórico, científico e cultural do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista, em relação ao trabalho com as temáticas de gênero e sexualidade;
- Promover espaços de construção de conhecimentos relacionados à sexualidade humana, incluindo questões anatômicas, de comportamento sexual, atração, desejo, saúde sexual, disfunção sexual, fetiche, entre outros;
- Compreender noções acerca de corpo, identidade e subjetividade na compreensão do próprio sujeito autista em contato com sua identidade dentro do sistema sexo-gênero cultural vivenciado;
- Apresentar temas relacionados a variabilidade de gênero e transexualidade, incluindo a transgeneridade e variabilidade de gênero em suas experiências infanto-juvenis;
- Reconhecer as diferenças entre orientação sexual; gênero; identidade de gênero; sexo; expressões e performances de gênero; *drag queens*, *drag kings*; transexualidade, transgeneridade, travestilidade, não binariedade e outras formas de vivências referentes à temática do gênero e da sexualidade;
- Assimilar em discussões atualizadas referentes à interseccionalidade de raça, etnia, classe e cultura, incluindo debates de uma posição decolonial, anticolonial, múltipla e brasileira;
- Contextualizar as vivências autistas, de neurodiversidades e neurodivergências, vivências fora do padrão cis-heterocentrado, sexualidade da pessoa com deficiência e demais considerações;
- Promover espaços de construção de conhecimento sobre questões envolvendo a cis e transgeneridade, assim como homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia e outras formas de violência;

Procedimentos didáticos

O grupo de estudos e pesquisa será desenvolvido mediante encontros online (duas horas semanais) a partir do dia **06 de agosto a 03 de setembro de 2024**.

Sistema de comunicação: será criado um grupo no WhatsApp e será disponibilizado um e-mail específico para contatar o **mestrando Serafim Lissa Koga**. Os materiais serão adicionados em Google Drive do grupo de estudos e pesquisa, disponível para uso de todos.

Modelo de tutoria: O mestrando [Serafim] fará o acompanhamento dos participantes em horários de disponibilidade para responder a dúvidas sobre os textos recomendados, atividades, funcionamento do grupo, entre outras dúvidas. A monitora [Giovanna] também estará disponível para suporte.

Material didático para as atividades de ensino: Os materiais necessários serão disponibilizados, enviados pelo grupo do WhatsApp e/ou por e-mail ou poderão ser consultados facilmente pela internet.

Infraestrutura tecnológica, científica e instrumental necessária: Para participar do grupo de forma plena, é recomendado possuir um ambiente sem interrupções, com acesso à **internet** estável e aparelho com qualidade adequada de transmissão de vídeo, áudio e microfone. Em caso de impossibilidade em algum dos encontros devido a possíveis crises ou momentos não verbais, por exemplo, será possível conversar para participar mesmo assim, evitando perder a chance de participar.

Faltas: Quando mesmo assim e participante **não puder** participar de um encontro, será possível conversar com a equipe de suporte para verificar a possibilidade de fazer a entrega de um texto dissertativo de uma página (Microsoft Word ou Google Docs, Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, APA ou ABNT) sobre o tema do encontro perdido, e marcar sua presença dessa maneira.

Presença alternativa: Durante os encontros, será possível participar no grupo através de **escrita** pelo chat, ou mesmo pelo whatsapp pessoal do mestrando, que poderá adicionar o comentário de forma **anônima** ou não para os demais integrantes. Também será possível participar oralmente através de **aplicativos** de acessibilidade.

É **proibido** realizar qualquer tipo de registro de vídeo ou captura de imagem, como prints de tela durante os encontros sem **consentimento** dos demais envolvidos, a fim de preservar o conforto de imagem de cada um. Quando necessário, haverá momento para realizar qualquer registro social, e será avisado para todos.

Funcionamento do grupo

Será considerada a **participação** nas aulas e a **produção** de pensamento crítico sobre a temática expressa no trabalho escrito e nos **comentários** ativos durante os encontros.

Os estudantes poderão selecionar um subtema de livre escolha relacionada à temática de gênero e sexualidade, considerando a identidade autista e suas vivências, e fazer por escrito um

texto dissertativo de no mínimo uma página em formato de texto dissertativo (Microsoft Word ou Google Docs, Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5).

Pede-se um limite máximo de 30 páginas.

Apresentar seu posicionamento e reflexões. Utilizar pelo menos **dois** textos ou materiais científicos, como artigos, pesquisas, revisões, trabalhos de conclusão de curso, monografias ou dissertações de mestrado, doutorado ou pós-doutorado. Além das duas fontes obrigatórias, é possível considerar também materiais midiáticos de outras fontes, como séries, filmes, documentários, vídeos do youtube ou tiktok relevantes, etc. Ao final do trabalho apresentar as **referências** bibliográficas consultadas, com link de acesso quando necessário.

Es estudantes apresentarão o material produzido em uma fala curta, discutindo suas produções aos demais estudantes, fazendo um resumo oral de sua produção, no encontro do dia 27 de agosto de 2024.

Data final de entrega do material escrito: 26 de agosto de 2024.

Data da apresentação oral e discussão: 27 de agosto de 2024.

Para garantia do **certificado** de participação de horas de pesquisa, é necessária a presença nos dias de encontro, bem como a escrita e entrega dos materiais de trabalho da pesquisa.

É recomendado que a câmera seja aberta, pelo menos no início de cada encontro, e idealmente durante todo o seu decorrer, mas por fatores de acessibilidade, entende-se como de caráter **não obrigatório**.

Considerando a natureza subjetiva e pessoal dos materiais escritos, impossibilitando que outra pessoa corrija a interpretação pessoal de gênero e sexualidade de si mesmo como certo ou errado, e sendo um grupo de pesquisa, e não uma disciplina, **NÃO HAVERÁ NOTA DE AVALIAÇÃO**. Sendo um grupo de estudos e pesquisa, **não há possibilidade de reprovação** por nota, independente do desempenho pessoal.

O trabalho escrito deve ser entregue **no máximo** um dia antes das apresentações, no drive do grupo de estudos, para possibilitar que todos tenham acesso ao texto (Microsoft Word ou Google Docs, Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, APA ou ABNT), considerando que há pessoas que conseguem assimilar melhor o conteúdo quando há a possibilidade de ler o conteúdo, e não somente ouvindo sobre ele. Cada participante deverá participar com impressões e reflexões pessoais acerca da temática e do que foi discutido pelo grupo.

Orientações para a **apresentação oral** do trabalho escrito:

- Informações básicas sobre a identidade da pessoa que apresenta, experiência com o autismo e como se relaciona com a temática de gênero e sexualidade;
- Qual o subtema ligado às temáticas que foi escolhido para ser levado para a discussão em grupo;
- Contextualização e justificativa de ter escolhido a temática;
- O que foi desenvolvido em sua pesquisa sobre o subtema;
- Conclusões pessoais.

Sendo um grupo de pesquisa, é importante considerar e participar não somente do subtema escolhido por si mesmo como também dos demais subtemas trazidos.

Caso surja necessidade, o mestrando responsável pelo grupo de pesquisa pode ser contatado a qualquer momento para tirar quaisquer dúvidas acerca da escolha do subtema, elaboração dos estudos, apresentação e demais aspectos referentes ao grupo de estudos e pesquisa durante todo o decorrer do grupo.

Link para a sala do Google Meet: [LINK REMOVIDO]

Cronograma e Tema

Dia 06/08 19h

Modalidade: Online

Tema: Introdução das temáticas de **Autismo e Gênero e Sexualidade da Pessoa Autista**.

Dia 13/08 19h

Modalidade: Online

Tema: Discussões acerca da Identidade de **Gênero** e suas especificidades.

Dia 20/08 19h

Modalidade: Online

Tema: Discussões acerca da **Sexualidade** e suas especificidades.

Dia 27/08 19h

Modalidade: Online

Tema: Discussões acerca das **produções pessoais** dos integrantes do grupo de estudos e pesquisa.

Dia 03/09 19h

Modalidade: Presencial

Tema: Continuação das discussões sobre as produções

Haverá uma confraternização de fechamento do grupo! Será permitido acompanhantes.

Duração máxima dos encontros online: duas horas (21:00).

Eventuais discussões podem ser prolongadas pelos interessados em canais individuais, ou mesmo no grupo do whatsapp, mas não serão de presença obrigatória.

RECOMENDAÇÕES PARA UM BOM APROVEITAMENTO DO GRUPO DE ESTUDOS

Atenção: A lista seguinte é uma sugestão, devendo ser adaptada para as demandas pessoais de cada um, considerando suas realidades particulares, dificuldades e facilidades. Em caso de situações adversas específicas, o grupo de whatsapp do grupo, o mestrando e a monitora poderão auxiliar para pensar em um plano de estudos e pesquisa.

Antes dos encontros:

- Faça a leitura cuidadosa desta ficha de orientações;
- Verifique a estrutura do ambiente, organize uma mesa para posicionar o aparelho em um espaço tranquilo, que se sinta confortável, que não tenha interrupções e que consiga se concentrar;
- Verifique se o aparelho é adequado para os encontros, com vídeo, áudio e teclado, a conexão de internet e a carga de bateria dos aparelhos;
- Faça as leituras indicadas, preparando suas dúvidas, questionamentos e reflexões;
- Prepare quaisquer materiais necessários;
- Acompanhe o grupo (ou e-mail, caso tenha optado por não ser adicionado);
- Organize-se para estar livre dez minutos antes, e entre na sala online cinco minutos antes do horário previsto para início (19 horas).

Durante os encontros:

- Esteja presente e participe dos encontros online;
- Ouça as falas dos demais participantes;
- Mantenha o microfone desligado enquanto não estiver falando;
- Compartilhe seus comentários, dúvidas e experiências, por fala, gravação prévia, aplicativo ou mensagem (direta ou por intermédio de outra pessoa);
- Atente-se aos tempos de fala, para propiciar a todos possam um momento de participação, evitando o risco de monopolizar o tempo online disponível ou atrasar muito os encontros.

Opcional:

- Manter a câmera ligada;
- Fazer anotações pertinentes (que não precisam ser entregues, são anotações para você);
- Reagir e interagir com a fala de outrem;
- Fazer comentários adicionais no chat.

Depois dos encontros:

- Faça leituras complementares que lhes interessem, contribuindo para a sua formação e para as tarefas solicitadas;
- Assista a vídeos, filmes, documentários relevantes, quando necessário;
- Acompanhe o grupo (ou e-mail, caso tenha optado por não ser adicionado);
- A partir das discussões do grupo e de estudos pessoais, prepare o trabalho previsto, com entrega máxima no dia 26/08.

Específico para o primeiro encontro do dia 06/08 (online):

- Faça uma apresentação curta sobre as suas experiências pessoais referente à temática de gênero, sexualidade e autismo.

Específico para o encontro do dia 27/08 (online):

- Realize a apresentação do trabalho previsto, no subtema à escolha;
- Participe da apresentação dos demais participantes.

Específico para o último encontro do dia 03/09 (presencial):

- Caso necessário, avise acompanhantes, pais, mães ou responsáveis;
- Verifique o endereço do encontro presencial, bem como meio de transporte, trajeto e possíveis imprevistos;
- Programe-se para estar no local pelo menos 15 minutos antes (18:45), e no máximo uma hora antes (18h);
- Verifique a lista de itens pessoais a serem levados (exemplo: celular, carteira, documentos, remédios caso precise, água, etc).

Leituras

Dia 06/08 – Introdução das temáticas de Autismo, Gênero e Sexualidade.

Obrigatório:

Estudo inicial sobre a temática;

Complementar:

Hillier A, Gallop N, Mendes E, Tellez D, Buckingham A, Nizami A, OToole D. LGBTQ + and autism spectrum disorder: Experiences and challenges. *Int J Transgend Health*. 2019 Apr 22;21(1):98-110. doi: 10.1080/15532739.2019.1594484. PMID:

33005905; PMCID: PMC7430467. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33005905/>

Bruce H, Munday K, Kapp SK. Exploring the Experiences of Autistic Transgender and Non-Binary Adults in Seeking Gender Identity Health Care. *Autism Adulthood*. 2023 Jun 1;5(2):191-203. doi: 10.1089/aut.2023.0003. Epub 2023 Jun 13. Erratum in: *Autism Adulthood*. 2023 Sep 1;5(3):343. doi: 10.1089/aut.2023.0003.correx. PMID: 37346990; PMCID: PMC10280216. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37346990/>

Dia 13/08 – Identidade de Gênero e suas especificidades.

Obrigatório:

<https://www.thetransmitter.org/spectrum/largest-study-to-date-confirms-overlap-between-autism-and-gender-diversity/?fspec=1> (É possível traduzir online)

Complementar:

Warrier, V., Greenberg, D. M., Weir, E., Buckingham, C., Smith, P., Lai, M. C., Allison, C., & Baron-Cohen, S. (2020). Elevated rates of autism, other neurodevelopmental and psychiatric diagnoses, and autistic traits in transgender and gender-diverse individuals. *Nature communications*, 11(1), 3959. <https://doi.org/10.1038/s41467-020-17794-1>

Walsh, R. J., Krabbendam, L., Dewinter, J., & Begeer, S. (2018). Brief Report: Gender Identity Differences in Autistic Adults: Associations with Perceptual and Socio-cognitive Profiles. *Journal of Autism and Developmental Disorders*. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30062396/>

Strang, J. F., Janssen, A., Tishelman, A., Leibowitz, S. F., Kenworthy, L., McGuire, J. K., ... Anthony, L. G. (2018). Revisiting the Link: Evidence of the Rates of Autism in Studies of Gender Diverse Individuals. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 57(11), 885-887. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30392631/>

George, R., & Stokes, M. A. (2018). A Quantitative Analysis of Mental Health Among Sexual and Gender Minority Groups in ASD. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 48(6), 2052-2063. doi:10.1007/s10803-018-3469-1. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29362955/>

Strang, J. F., Powers, M. D., Knauss, M., Sibarium, E., Leibowitz, S. F., Kenworthy, L., Anthony, L. G. (2018). “They Thought It Was an Obsession”: Trajectories and Perspectives of Autistic Transgender and Gender-Diverse Adolescents. *Journal of Autism and Developmental Disorders*. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30140984/>

Dia 20/08 – Sexualidade e suas especificidades.

Obrigatório:

Brilhante, A. V. M., Filgueira, L. M. D. A., Lopes, S. V. M. U., Vilar, N. B. S., Nóbrega, L. R. M., Pouchain, A. J. M. V., & Sucupira, L. C. G. (2021). “Eu não sou um anjo azul”: a sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas. *Ciência & saúde coletiva*, 26, 417-423. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.40792020>

Complementar:

Maggio, M.G.; Calatozzo, P.; Cerasa, A.; Pioggia, G.; Quartarone, A.; Calabrò, R.S. Sex and Sexuality in Autism Spectrum Disorders: A Scoping Review on a Neglected but Fundamental Issue. *Brain Sci*. 2022, 12, 1427. <https://doi.org/10.3390/brainsci12111427>

Amanda Sullivan, & Linda C. Caterino. (2008). Addressing the Sexuality and Sex Education of Individuals with Autism Spectrum Disorders. *Education and Treatment of Children*, 31(1), 381-394. <https://doi.org/10.1353/etc.0.0001>

Dia 27/08 Discussões

Produções na pasta do Google Drive do grupo de estudos.

Dia 03/09 Fechamento do Grupo

Produções na pasta do Google Drive do grupo de estudos.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título do Projeto: Autigênero: Construindo novas compreensões de gênero a partir da subjetividade de pessoas autistas trans não binárias

Pesquisador/a responsável: Norma da Luz Ferrarini

Pesquisador/a assistente: Serafim Lissa Koga

Local da Pesquisa: CEAPPE (Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação) e no CPA (Centro de Psicologia Aplicada) do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Endereço: Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná, na Praça Santos Andrade, número 50, na cidade de Curitiba, Paraná

Você está sendo convidado/a a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para tirar suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou depois de assiná-lo, você poderá buscar orientação junto à equipe de pesquisadores. Você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo algum.

A pesquisa intitulada Autigênero: Construindo novas compreensões de gênero a partir da subjetividade de pessoas autistas trans não binárias, tem como objetivo elaborar entendimentos que sejam sensíveis e coerentes com a realidade e necessidades da população autista e trans não binária atual a partir de relatos individuais e elaborações recentes acerca de gêneros não normativos, em uma possibilidade de maior entendimento e até conceituação da temática de gênero a partir de um olhar da Epistemologia Qualitativa e da Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey.

Participando do estudo você está sendo convidado/a:

- i) Participar de três encontros presenciais ou online, a depender da disponibilidade e preferência do participante, com duração estimada de 50 minutos por encontro
- ii) Espaços conversacionais, em dinâmicas de construção de significados subjetivos individuais em conjunto com o participante
- iii) Estima-se uma duração de 3 semanas, a depender da frequência dos encontros (no caso dos três encontros serem semanais)

Desconfortos e riscos:

- i) Desconfortos e riscos: O conteúdo trabalhado pode evocar o relato de questões pessoais ligadas a memórias ou vivências emocionalmente difíceis para os participantes, como tristeza, ansiedade, irritação, raiva, entre outros. Tais ocorrências dependerão do nível de engajamento no processo, assim como do estado emocional do participante no momento da pesquisa.;
- ii) Providências e cautelas: Caso qualquer mal-estar subjetivo seja percebido, a participação na pesquisa poderá ser interrompida a qualquer momento, sem que isso cause qualquer dano ao participante. C. Caso seja solicitado, participantes poderão ser encaminhados para atendimento no Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação (CEAPPE), órgão auxiliar de ensino, pesquisa e extensão do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, ou na modalidade online, a partir do interesse do participante, bem como da disponibilidade do pesquisador, também pode ser encaminhado para o trabalho em clínica do poderão ser atendidos/as, de forma gratuita e imediata, pela professora Norma da Luz Ferrarini (CRP ativo, registro 08/08031-6) e/ou pelo pesquisador e psicólogo clínico Serafim Lissa Koga (CRP ativo, registro 08/37362). Cientes também de que o trabalho proposto seguirá as normativas vigentes do Conselho Nacional de Saúde (CNS) de forma gratuita.
- iii) Forma de assistência e acompanhamento: Caso qualquer mal-estar subjetivo seja percebido, a participação na pesquisa poderá ser interrompida a qualquer momento, sem que isso cause qualquer dano ao participante. C. Caso seja solicitado, participantes poderão ser encaminhados para atendimento no Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação (CEAPPE), órgão auxiliar de ensino, pesquisa e extensão do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, ou na modalidade online, a partir do interesse do participante, bem como da disponibilidade do pesquisador, também pode ser encaminhado para o trabalho em clínica do poderão ser atendidos/as, de forma gratuita e imediata, pela professora Norma da Luz Ferrarini (CRP ativo, registro 08/08031-6) e/ou pelo pesquisador e psicólogo clínico Serafim Lissa Koga (CRP ativo, registro 08/37362). Cientes também de que o trabalho proposto seguirá as normativas vigentes do Conselho Nacional de Saúde (CNS) de forma gratuita.

iv) Benefícios: A participação no estudo terá como benefício auxiliar no entendimento do gênero no campo da identidade pessoal, em especial na compreensão feita de gênero de pessoas autistas, tendo impactos em produções subjetivas na subjetividade individual e social. Também auxiliará na ampliação da discussão científica a respeito do tema, ainda pouco explorado no Brasil.

Os dados obtidos para este estudo serão utilizados unicamente para essa pesquisa e armazenados pelo período de cinco anos após o término da pesquisa, sob responsabilidade do (a) pesquisador (a) responsável (Resolução 466/2012 e 510/2016).

Forma de armazenamento dos dados: Os dados serão armazenados de forma física e digital.

Sigilo e privacidade: Você tem garantia de manutenção do sigilo e da sua privacidade durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário. Ou seja, seu nome nunca será citado, a não ser que você manifeste que abre mão do direito ao sigilo.

() Permito a gravação de imagem, som de voz e/ou depoimentos unicamente para esta pesquisa e tenho ciência que a guarda dos dados são de responsabilidade do(s) pesquisador(es), que se compromete(m) em garantir o sigilo e privacidade dos dados.

() Não permito a gravação de imagem, som de voz e/ou depoimentos para esta pesquisa.

Ressarcimento e Indenização: Não haverá ressarcimento de despesas como transporte, alimentação e diárias. O estudo não será feito durante consulta médica em hospital ou durante horário de trabalho ou de estudo do participante, visando não interromper a rotina diária ou demais compromissos.

Diante de eventual despesa, você será ressarcido pelo (s) pesquisador (es). Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Resultados da pesquisa: Você terá garantia de acesso aos resultados da pesquisa. Os resultados serão disponibilizados mediante solicitação dos participantes do estudo. Os dados coletados serão encaminhados para publicação em revista científica, com o devido crédito aos autores e sem a omissão de informações.

Contato:

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais do Setor de Ciências Humanas (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná, rua General Carneiro, 460 – Edifício D. Pedro I – 11º andar, sala 1121, Curitiba – Paraná, Telefone: (41) 3360 – 5094 ou pelo e-mail cep_chs@ufpr.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Você tem o direito de acessar este documento sempre que precisar. Para garantir seu direito de acesso ao TCLE, este documento é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo/a pesquisador/a e pelo/a participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o/a pesquisador/a.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFPR sob o número CAAE nº [campo a ser preenchido após a aprovação e aprovada com o Parecer número campo a ser preenchido após a aprovação emitido em data – campo a ser preenchido após a aprovação.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter lido este documento com informações sobre a pesquisa e não tendo dúvidas, informo que aceito participar.

Nome do/a participante da pesquisa:

(Assinatura do/a participante da pesquisa)

Data: ____/____/____.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR, recebendo o número CAAE: 78031024.8.0000.0214 e o número do Parecer de Aprovação: 7.211.594